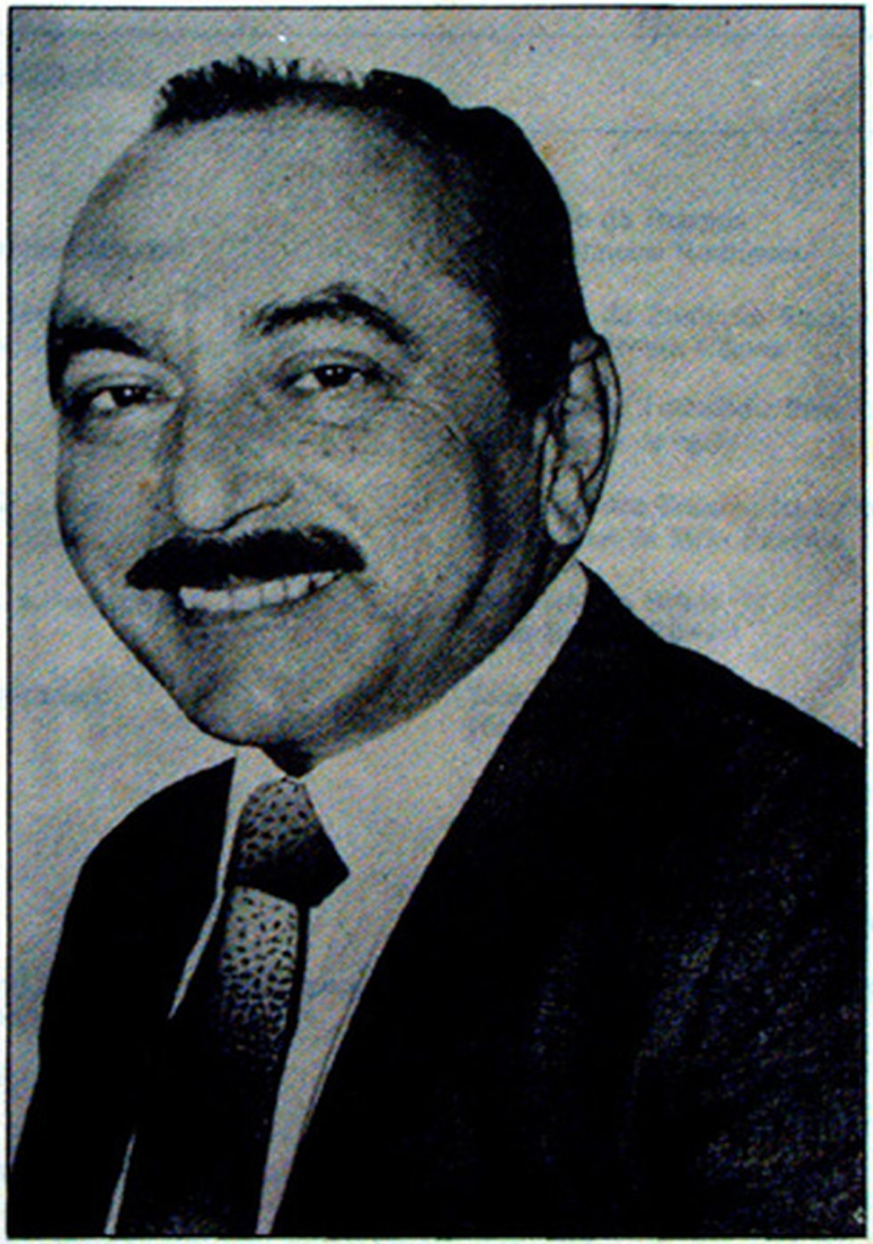
AMAZONAS

Governo do Estado do Amazonas

Mensagem à Assembléia Legislativa ***Manaus — 1987***



Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

GOVERNADOR DO ESTADO

ESTADO DO AMAZONAS

Governador do Estado
Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

Secretário de Governo do Estado
João Félix Toledo Pires de Carvalho

Secretário Particular
Antonio Bentes Pacheco

Secretário de Comunicação Social
Manoel Fausto Primavera Lima

Secretário do Planejamento e Coordenação Geral
Rosa Pontes

Secretário para Assuntos Especiais
Luís Ribeiro da Costa

Chefe da Casa Civil
Odaci de Lima Okada

Representante em Brasília
Aristides Gonçalves Leite

Secretário para Assuntos Fundiários e Projetos Especiais
Iomar Cavalcante de Oliveira

Secretário do Interior e Justiça
José Sodré dos Santos

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo
Roberto Cohen

Secretário da Fazenda
Ozias Monteiro Rodrigues

Secretário da Produção Rural e Abastecimento
Jayth de Oliveira Chaves

Secretário do Trabalho e Bem Estar Social
Mario Seixas de Melo

Secretário dos Transportes e Obras
Waldir José da Silva Pimenta

Secretário da Saúde
Euler Esteves Ribeiro

Secretário da Segurança
Henrique Lustosa Cavalcante

Secretário da Educação e Cultura
Francisca Mattos

Secretário da Administração
Arlindo Augusto dos Santos Porto

Secretário Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico
Gilberto Miranda Batista

Procurador Geral do Estado
Vicente de Mendonça Júnior

Procurador Geral da Justiça
Gebes de Mello Medeiros

SUMÁRIO

I. Mensagem do Governador 11
II. Sinopse dos Relatórios de Atividades das Secretarias de Estado 17
1. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral — SEPLAN 19
• Centro de Desenvolvimento Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas — CODEAMA 33
2. Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ 37
• Processamento de Dados do Amazonas S/A — PRODAM 47
• Banco do Estado do Amazonas S/A — BEA 48
3. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo — SIC 49
• Empresa Amazonense de Turismo — EMAMTUR 53
• Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEAG/AM 55
4. Secretaria de Estado da Educação e Cultura — SEDUC 57
• Instituto de Educação Rural do Amazonas — IER/AM 61
5. Secretaria de Estado do Interior e Justiça — SEIJUS 65
• Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal — ICOTI 68
• Imprensa Oficial do Amazonas — IO 69
6. Secretaria de Estado da Administração — SEAD 71
7. Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento 75
• Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Amazonas — CEPA-AM 77
• Empresa Amazonense de Dendê — EMADE 77
• Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A — CEASA 78
• Matadouro e Frigorífico de Manaus S/A — FRIGOMASA 78
• Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas — CODEAGRO 78
• Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas — EMATER 78
8. Secretaria de Estado de Saúde — SESAU 85
9. Secretaria de Estado da Segurança — SESEG 91
• Polícia Militar do Amazonas — PMA 94
10. Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social — SETRABES 97
• Instituto Estadual do Bem Estar do Menor — IEBEM 99
11. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras — SETRAN 103
12. Secretaria de Estado para Assuntos Fundiários e Projetos Especiais — SEAF 111
13. Secretaria de Comunicação Social — SECOM 117
14. Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico — SEPDE 121
15. Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas — SHAM 125
16. Companhia de Saneamento do Amazonas — COSAMA 129
17. Companhia Energética do Amazonas — CEAM 135
18. Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas — IPASEA 145
III. Retrospectiva — 1983/1986 149

I

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Governo do Estado do Amazonas

Gabinete do Governador

MENSAGEM Manaus, 5 de março de 1987

Ao
Excelentíssimo Senhor
Deputado Átila Lins
Digníssimo Presidente da Assembléia
Legislativa do Estado do Amazonas
NESTA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Na fiel observância do preceito constitucional, compareço a esta Augusta Casa a fim de apresentar a Vossas Excelências a derradeira mensagem alusiva ao último ano de meu mandato como Governador do Amazonas.

E o faço com muita alegria e de consciência tranqüila, vez que o povo inteiro é testemunha do trabalho que desenvolvemos nestes quatro anos, com devoção e amor, na busca incessante de alcançar melhores dias para nossa terra e nossa gente.

É válido recordar o Amazonas que encontramos em 83 e a transformação ocorrida neste período, fruto do esforço de toda a sociedade e do desempenho sério de um governo voltado, exclusivamente, para os interesses do povo.

O Amazonas, quando assumimos, dizia o governador que saía, "estava falido e era ingovernável".

Dívidas fantásticas, atraso nas transferências financeiras para os Municípios, empresariado sem perspectivas, povo sem esperanças.

Já ninguém acreditava no futuro de nossa terra.

O quadro era terrível...

No dia 16 de março de 83 o saldo da Conta-Unica era de 64,6 milhões de cruzeiros e os compromissos vencidos totalizavam 214,6 bilhões de cruzeiros. E mais: os débitos vencidos e a vencer, naquela data, montavam a 325,5 bilhões de cruzeiros, para um orçamento de apenas 91,9 bilhões, já com a receita de 2,5 meses consumida. Em consequência, todas as contas de repasses federais estavam bloqueadas no Banco do Brasil.

A boa gestão financeira, com o esforço e modernização da máquina arrecadadora e o rigoroso controle dos gastos públicos, fez com que encerrássemos o ano de 83 com o saldo de 1,616 bilhões de cruzeiros, 84 com 21,5 bilhões de cruzeiros, 85 com 219,1 bilhões de cruzeiros e 86 com 482,7 milhões de cruzados em recursos à disposição do Tesouro e na Conta-Única.

É de salientar que em 83 o valor da dívida pública interna e externa correspondia a um montante 245,2% maior que o orçamento do Estado e em 86 despencou para apenas 75,1% do mesmo orçamento.

E é válido dizer para os Senhores Deputados que, para amortização dessa dívida em 87, o Estado dispenderá apenas 7,6% da Receita Global estimada no orçamento, já consignados na Lei de Meios.

Por outro lado, na máquina administrativa do Estado reinava total desorganização.

Governo do Estado do Amazonas

Gabinete do Governador

Os prédios públicos em situação lastimável, Palácio da Justiça, por falta de condições de ocupação, fora abandonado. A Biblioteca Pública fechada, já sem parte do telhado, os colégios, em grande número desativados, tanto na capital quanto no interior.

Até o telex do Palácio Rio Negro estava cortado por falta de pagamento.

Seria doloroso rememorar aquela situação calamitosa dos idos de março de 83.

A inspiração de Deus fez com que eu me cercasse de um corpo de auxiliares dedicados e capazes, a quem devo todo o êxito de meu governo, e, com apoio da sociedade, iniciamos a luta pela recuperação do Amazonas.

Passados quatro anos, vivemos uma situação diferente.

A situação financeira do Estado é tranqüila; o Banco do Estado do Amazonas, que estava tecnicamente falido, foi recuperado, o seu capital aumentado em 11.800% ou 122% em moeda constante; os Municípios receberam mensalmente os seus repasses e o funcionalismo com aumentos semestrais, desde o 1º ano de governo, é pago antes do mês a vencer.

É recomendável a leitura por Vossas Excelências dos relatórios das Secretarias de Estado que espelham todo o desempenho administrativo e financeiro do Estado nestes 4 (quatro) anos, e o elenco de obras públicas, na capital e interior, demonstrando quanto trabalho foi feito nesse curto espaço de tempo.

Escolas, hospitais, postos médicos, creches, mais de 8.000 casas populares, estradas, água encanada, eletrificação, mineração, estímulo à atividade econômica, turismo desenvolvido, renovação crescente, assistência social, enfim o mínimo que se fez nestes quatro anos representa 40% do que havia no Amazonas antes do nosso governo.

Outros velhos sonhos de nossa gente estão em execução, como a Ponte de São Raimundo-Aparecida, o saneamento de igarapés e construção de vias expressas (Projeto Manaus-Moderna), a Estrada da Várzea, a Rodovia Castanho-Manaquiri e a Rodovia Aripuanã-Acari: aos Autazes já se vai de ônibus, velho anseio de seu povo.

A Zona Franca de Manaus, que contava 16 anos à época e possuia 181 indústrias aprovadas, hoje conta com mais de 420 projetos homologados.

Por outro lado, o grande serviço que prestamos ao Amazonas foi a mudança da expectativa da sociedade.

Hoje há crença no futuro do Amazonas.

Todos sabem que vivemos num Estado rico que caminha célere para o progresso econômico e social e que o nosso desenvolvimento depende de nossa inteligência, dedicação, trabalho, e amor à terra.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Entrego um Estado viável, próspero, e acredito, terá um impulso ainda maior sob a direção daquele

Governo do Estado do Amazonas

Gabinete do Governador

que em eleições livres o povo escolheu, com vitória na capital e interior, para me suceder: o Dr. Amazonino Mendes.

Que Deus proteja o Amazonas e ilumine Vossas Excelências no colaborar para o êxito do Governo que se vai instalar.

Muito obrigado ao povo do Amazonas pela oportunidade que me deu de servir, com alma e coração, à minha terra.

GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO
Governador do Estado

II

SINÓPSE DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE ESTADO

1986

INDÚSTRIA NO INTERIOR

A importância de uma indústria no interior pode ser medida pela economia de custos, pela geração de empregos, pelos investimentos e pela mudança no sistema tradicional da economia baseada apenas no extrativismo. No Governo Gilberto Mestrinho várias indústrias foram financiadas.

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

No planejamento sério, a melhoria de vida do povo

Nunca os recursos públicos foram tão bem aplicados como no Governo Gilberto Mestrinho graças ao planejamento sério e inteligente da Seplan que orientou os investimentos e as aplicações. No campo social, a ação do planejamento se estendeu por todos os setores da atividade humana e chega com mais intensidade à agricultura que recebeu dotações de toda a sorte, desde implementos agrícolas, sementes, veículos e instrumentos para uma mecanização eficiente. Na verdade, nada mais nada menos do que o profundo respeito pelo dinheiro público.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL-SEPLAN

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria de Planejamento, coerente com a filosofia do Governo Gilberto Mestrinho, atuou em mais um ano de trabalho com austeridade no trato dos recursos públicos. Os valores repassados efetivamente se tornaram instrumentos de desenvolvimento tanto para a capital quanto para o interior do Estado.

Internamente o esforço de modernização e eficiência se consolidou com a aquisição de 02 micro computadores e implantação de controle mecanizados para várias áreas de atividades da Secretaria, já em funcionamento a partir de 1987.

Gestão de Fundos Estaduais — FUNEDE — FDI — FINAMICRO

Constituindo uma das principais atividades da Secretaria de Planejamento, a gestão dos Fundos Estaduais merece sempre atenção especial do órgão, a fim de que a movimentação mensal de recursos esteja perfeitamente compatibilizada com as diretrizes de Governo, as prioridades das prefeituras e a disponibilidade financeira dos fundos.

Dentro desse enfoque, o desempenho da Secretaria no exercício de 1986, não se afastou dos propósitos adotados desde o início da Administração Gilberto Mestrinho, ou seja, a melhoria de vida da população através de novas alternativas de atuação econômica tanto para o homem da capital como do interior.

Das duas modalidades de atuação do FUNEDE, a que concentra maior volume de recursos são as operações sem retorno, que juntamente com o montante dos recursos aplicados pelo FDI perfizer o total de Cz$ 36.514.638,50 distribuídos em sua maioria no interior do Estado (69%).

Entre as prioridades atendidas destacam-se Urbanização, Saneamento e Obras Sociais para onde foram carreados 30% dos recursos.

O Setor Primário obteve 18% dos valores aplicados, seguido da Educação com 12% e Saúde com 18%.

As operações com retorno do FUNEDE e FINAMICRO representaram 34,42% das aplicações do fundo no exercício de 86, sendo que as parcelas mais significativas dos recursos foram destinadas às Micro e Pequenas Indústrias e ao pequeno varejista (63%).

Outros setores significativos da economia amazonense foram beneficiados com financiamentos do FUNEDE: as empresas agrícolas e cooperativas participaram com 6, 29% das aplicações e as empresas de serviços com 3,23%.

Em 1986 o FINAMICRO desempenhou papel determinante sobretudo para o pequeno varejista. As medidas econômicas advindas do Plano Cruzado levaram os atacadistas a suspenderem o credito. O pequeno comerciante que concentra os seus negócios basicamente em vendas a prazo, entrou em crise, provocada pela ausência de capital de giro.

Sabendo que esses microempresários são as fontes de abastecimento de bairros periféricos, a SEPLAN dirigiu a atuação do FINAMICRO para capitalizá-los.

Foram destinados a esse Programa, Cz$ 3.000.000,00, aplicados com o mínimo de exigências possível a uma linha de crédito, tendo como ponto de apoio as orientações do CEAG/AM e do BEA.

USINA DE BENEFICIAMENTO

Uma usina de beneficiamento de grãos, durante muito tempo reclamada pela população mereceu recursos do Governo através da Seplan. Uma força que o interior necessitava.

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES DO FUNEDE POR SETOR E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO — ANO 1986

(Cz$)

SETOR	ÁREA DE LOCALIZAÇÃO		TOTAL	
	INTERIOR DO ESTADO	CAPITAL	P/SETOR	%
I — OPERAÇÕES SEM RETORNO	**18.090.919,82**	**11.423.718,68**	**29.514.638,50**	**65,58**
• Saúde	—	401.625,00	401,625,00	0,89
• Educação	1.679.085,00	772.000,00	2.451.085,00	5,45
• Transporte	2.959.857,99	3.613.611,83	6.753.469,82	14,61
• Agricultura	1.484.949,08	671.772,64	2.156.721,72	4,79
• Pecuária	619.281,00	—	619.281,00	1,38
• Construção	1.915.761,35	1.429.306,41	3.345.067,76	7,43
• Infraestrutura viária	3.547.628,96	—	3.547.628,96	7,88
• Máquinas e equipamentos	4.501.951,34	206.831.03	4.708.782,37	10,46
• Obras sociais	493.900,00	3.157.780,67	3.651.680,67	8,12
• Pesquisa e treinamento	360.000,00	1.130.791,10	1.490.791,10	3,31
• Comunicação	503.505,10	—	503.505,10	1,12
• Turismo	25.000,00	40.000,00	65.000,00	0,14
II — OPERAÇÕES COM RETORNO	**4.803.322,72**	**10.681.482,93**	**15.484.805,65**	**34,42**
• Indústria	1.705.697,00	4.996.202,93	6.701.899,93	14,89
• Serviço	900.000,00	553.280,00	1.453.280,00	3,23
• Empresas agrícolas e Cooperativas	2.197.625,72	632.000,00	2.829.625,72	6,29
• FINAMICRO	—	3.000.000,00	3.000.000,00	6,67
• Compra e venda de Prod. Agropecuários	—	1.500.000,00	1.500.000,00	3,34
	22.894.242,54	22.105.201,61	44.999.444,15	100,00

Total de Convênios assinados com Municípios: 103
Total de Convênios assinados com Instituições: 101
Total de Empresas financiadas: FUNEDE 35
FINAMICRO

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES FUNEDE POR FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO

PERÍODO 1983/86

SETOR	1983 CR$ 1,00			1984 CR$ 1,00			1985 CR$ 1,00			1986 CR$ 1,00		
	ÁREA DE LOCALIZAÇÃO			ÁREA DE LOCALIZAÇÃO			ÁREA DE LOCALIZAÇÃO			ÁREA DE LOCALIZAÇÃO		
	CAPITAL	INTERIOR	%	CAPITAL	INTERIOR	%	CAPITAL	INTERIOR	%	CAPITAL	INTERIOR	%
I. OPERAÇÕES SEM RETORNO	**331.614.900**	**436.082.240**	**78,83**	**1.199.633.000**	**1.474.603.260**	**81,29**	**4.955.440.900**	**5.097.627.380**	**58,51**	**11.423.718,68**	**18.090.919,82**	**65,58**
• Saúde	13.482.830	11.000.000	2,51	78.630.620	—	2,29	255.439.400	18.466.650	1,59	401.625,00	—	0,99
• Educação	3.350.000	20.000.000	2,40	88.812.620	89.159.440	5,41	561.828.170	518.597.130	6,29	772.000,00	1.679.085,00	5,45
• Transporte	7.950.000	151.070.000	16,33	185.010.990	318.530.000	15,30	2.121.625.040	1.540.360.000	21,32	3.613.611,83	2.959.857,99	14,61
• Agricultura	13.260.560	143.992.680	16,15	81.534.330	254.050.790	10,20	103.027.400	328.861.220	2,51	671.772,64	1.484.949,08	4,79
• Pecuária	—	23.000.000	2,36	90.100.000	30.438.400	3,66	52.310.000	75.000.000	0,74	—	619.281,00	1,38
• Construção	6.241.420	18.142.000	2,51	141.058.310	80.043.340	6,72	509.539.700	276.493.500	4,58	1.429.306,41	1.915.761,35	7,43
• Infraestrutura Viária	—	15.000.000	1,54	21.000.000	335.137.620	10,83	—	543.593.760	3,15	—	3.547.628,96	7,88
• Máquinas e Equipamentos	—	30.023.260	3,08	51.373.820	318.398.360	11,24	113.197.850	1.208.130.570	7,69	206.831,03	4.501.951,34	10,46
• Obras Sociais	206.947.090	—	21,25	75.769.300	22.000.000	2,97	970.291.890	250.999.300	7,11	3.157.780,67	493.900,00	8,12
• Pesquisa e Treinamento	77.143.000	11.496.000	9,10	280.317.220	26.845.310	9,34	250.181.450	89.381.250	1,98	1.130.791,10	360.000,00	3,31
• Comunicação	—	—	—	67.236.790	—	2,05	—	187.744.000	1.09	—	503.505,10	1,12
• Turismo	3.240.000	12.358.300	1,60	38.789.000	—	1,18	18.000.000	60.000.000	0,46	40.000,00	25.000,00	0,14
II. OPERAÇÕES COM RETORNO	**146.228.190**	**59.828.960**	**21,17**	**456.421.340**	**159.426.650**	**18,71**	**4.934.714.650**	**2.192.304.240**	**41,49**	**10.681.482,93**	**4.803.322,72**	**34.42**
• Indústria	51.228.190	33.832.900	8,74	161.987.360	148.426.650	9,43	1.084.826.020	771.447.850	10,81	4.996.202,93	1.705.697,00	14,89
• Serviço	30.000.000	21.976.220	5,34	249.444.780	—	7,58	625.118.400	—	3,64	553.280,00	900.000,00	3,23
• Empresas Agrícolas e Cooperat.	65.000.000	4.019.840	7,09	44.989.200	11.000.000	1,70	224.770.230	1.420.856.390	9,58	632.000,00	2.197.625,72	6,29
• FINAMICRO	—	—	—	—	—	—	3.000.000.000	—	17.46	3.000.000,00	—	6,67
Compra e Venda de Prod. Agropec.	—	—	—	—	—	—	—	—		1.500.000,00	—	3,34
TOTAL	477.843.090	495.911.200	100	1.656.054.340	1.634.029.910	100	9.890.155.550	7.289.931.620	100	22.105.201,61	22.894.242,54	100

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO FUNEDE
POR PROJETOS/ATIVIDADES — ANOS: 1983/1986

(Cz$)

DISCRIMINAÇÃO	1983		1984		1985		1986	
	ORÇADO	APLICADO	ORÇADO	APLICADO	ORÇADO	APLICADO	ORÇADO	APLICADO
11620211.006 - Empresas Industriais	264.419,63	85.061,09	1.400.000,00	310.414,01	1.860.000,00	1.856.273,87	6.703.049,45	6.701.889,93
01160211.004 - Empresas Agrícolas e Cooperativas	572.397,24	69.019,84	1.700.000,00	55.989,20	1.646.000,00	1.645.626,62	3.340.000,00	2.829.625,72
11070211.005 - Empresas de Serviços	320.861,53	51.976,22	400.000,00	249.444,78	625.118,39	625.118,39	1.453.280,00	1.453.280,00
03070211.001 - Estudos, Pesquisas e Treinamento	458.643,40	88.639,00	800.000,00	307.162,53	350.000,00	339.562,69	1.488.289,12	1.490.791,10
03070211.002 - Ação Social e/ou Cultural	1.209.491,75	679.058,14	3.300.000,00	2.367.073,73	10.163.881,61	9.713.505,58	28.565.657,22	28.023.847,40
03070211.003 - Participação Acionária	132.209,80	—	400.000,00	—	—	—	2.000,00	—
11620211.007 Programa Especial de Apoio à Microempresa	—	—	—	—	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
04163531.110 Compra e Venda de Produtos Agropecuários	—	—	—	—	—	—	1.500.000,00	1.500.000,00
TOTAL	2.958.023,35	973.754,29	8.000.000,00	3.290.084,25	17.645.000,00	17.180.087,15	46.052.275,79	44.999.444,15

OBS.: O Restos a Pagar de cada exercício foi computado no valor aplicado no exercício subsequente.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR — F.D.I.
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO EXERCÍCIO DE 1986
PROJETOS FINANCIADOS A FUNDO PERDIDO

ÁREAS	VALORES	%
I — Educação	1.649.156,36	23,55
II — Urbanização e Saneamento	3.626.394,46	51,82
III — Produção Agrícola e Abastecimento	1.652.172,27	23,60
IV — Administração e Fiscalização	72.276,91	1,03
TOTAL	7.000.000,00	100,00

TOTAL DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM MUNICÍPIOS: 63
CONVÊNIOS FIRMADOS COM ICOTI: 01
TOTAL DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS: 36.

RESUMO DOS INVESTIMENTOS — FDI
POR MICRO REGIÃO
1983 — 1986

MICRO REGIÃO	1983	1984	1985	1986	TOTAL
• Alto Solimões	—	74.979,80	137.275,00	1.642.716,14	1.854.970,94
• Purús	—	128.023,67	405.130,53	1.117.733,93	1.650.888,13
• Juruá	—	172.727,91	131.015,61	628.035,29	931.778,81
• Madeira	—	106.088,78	249.667,62	199.600,00	555.356,40
• Rio Negro	—	4.500,00	139.314,65	511.857,52	655.672,17
• Solimões-Japura	—	200.868,73	980.201,51	1.120.000,54	2.301.070,78
• Médio Amazonas	—	496.524,49	749.177,43	1.707.061,40	2.951.763,32
INSTITUIÇÕES	—	10.083,66	10.167,34	72.276,91	92.527,91
TOTAL DAS APLICAÇÕES	—	1.193.797,07	2.800.949,71	6.999.281,73	10.994.028,51

POLAMAZÔNIA

As dificuldades por que atravessam os Programas Especiais vinculados ao Ministério do Interior refletiram-se no desempenho da Coordenadoria de Programas Especiais da SEPLAN.

O processo de elaboração da Programação POLAMAZÔNIA 86 foi conduzido pelo Estado e demais órgãos envolvidos no programa após um aceno da SUDAM de que a definição de projetos e valores ficaria a cargo de cada Estado.

Nesse sentido todo o esforço da SEPLAN e demais órgãos se concentrou na seleção de projetos que traduzissem as prioridades da região.

Entretanto um corte substancial foi efetuado pela SUDAM no documento encaminhado. Somente Cz$ 21.546.000,00 foram programados, representando 25% da proposta final.

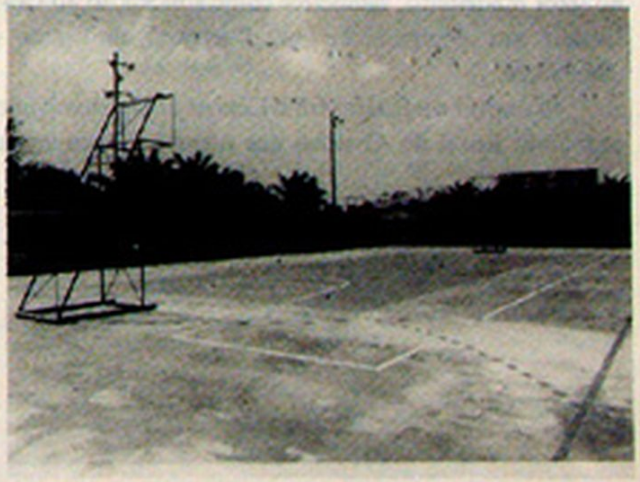
Como resultado, a Programação aprovada através da Portaria Interministerial n.° 146, de 20 de novembro de 1986, está muito aquém de satisfazer a necessidade regional, além de incorrer mais uma vez na mais grave falha do Programa: a pulverização de recursos.

QUADRO GERAL DOS RECURSOS PROGRAMADOS PARA O EXERCÍCIO 1986 SEGUNDO OS VÁRIOS SEGMENTOS

Cz$

FUNÇÃO	PÓLO JURUÁ/SOLIMÕES RECURSOS PROGRAMADOS	PÓLO MÉDIO AMAZONAS RECURSOS PROGRAMADOS	TOTAL P/FUNÇÃO	PERCEN (%)
	1986	1986	1986	
• Agricultura	210.000	3.545.850	3.755.850	17
• Ciência e Tecnologia	144.900	945.350	1.090.350	5
• Desenvolvimento Comunitário	553.000	294.000	847.000	4
• Desenvolvimento Urbano	634.200	261.100	895.300	4
• Educação	517.300	3.306.800	3.824.100	18
• Indústria e Serviços	127.400	191.100	318.500	1
• Saúde e Saneamento	1.294.300	3.801.700	5.096.000	24
• Trabalho	392.000	147.000	593.000	3
• Planejamento Governamental	—	5.180.000	5.180.000	24
TOTAL	3.873,100	17.672.900	21.546.000	100

ESPORTE COM ESPAÇO



As áreas de lazer e recreação receberam o apoio do Governador Gilberto Mestrinho, que tem especial carinho pela juventude.

FUNDEC

O FUNDEC — Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-Estrutura Rurais criado pelo Banco do Brasil possui uma linha de crédito subsidiado, direcionado ao desenvolvimento de Comunidades Rurais, dando apoio na construção, ampliação e reforma de Escolas, Postos de Saúde, Centros Comunitários, Poços Artesianos, Estradas Vicinais etc, além de aquisição de máquinas e equipamentos para o uso comunitário.

Após o cadastro da comunidade interessada, o Banco analisa suas potencialidades produtivas, nível de organização comunitária e interesse coletivo.

Como o envolvimento das instituições públicas é imprescindível para que a comunidade alcance o nível de desenvolvimento desejado, o Governo do Estado e o Banco do Brasil assinaram um convênio cuja finalidade é compatibilizar a atividade do Banco com as metas estabelecidas pela Administração Estadual.

A operacionalização desse convênio é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento que após criterioso exame dos diagnósticos encaminhados pelo Banco, estabelece quais as comunidades em condição de atendimento e assume, via FUNEDE, a contrapartida do Governo Estadual.

No ano de 1986 foi selecionada a comunidade de Bom Jesus no Município de Maués que, por sua enorme pontecialidade no setor madeireiro, estabelece como solicitação ao Governo do Estado um equipamento para serraria no valor de Cz$ 386.980,00.

O outro beneficiário foi o Centro de Desenvolvimento Comunitário Rural de Alvarães que atende a cinco comunidades naquele município. Foram repassados recursos da ordem de Cz$ 278.281,00 para aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e equipamentos para pesca.

Os resultados positivos de programas dessa natureza são inquestionáveis, pois envolvem diretamente a capacidade de mobilização de cada comunidade. Se por um lado ela recebe do Governo do Estado, como nos dois casos acima citados, recursos a fundo perdido, por outro ela tem que estruturar o seu sistema produtivo uma vez que necessita amortizar sua dívida para obter mais crédito.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA — SAREM

Constitui um programa de extrema relevância para o fortalecimento dos Sistemas de Planejamento Estaduais. O Intercâmbio de experiências e o apoio financeiro impulsionam o desenvolvimento dessa área que se constitui num dos mais poderosos instrumentos da Administração Estadual.

Entretanto nos últimos anos o Planejamento veio perdendo terreno para uma política econômica conjuntural e o sistema como um todo teve de ser revisto. A partir de 1986, apesar do enorme atraso na liberação dos recursos, a programação retoma alguns de seus antigos objetivos e tenta colocar em circuito projetos de apoio às novas realidades da Administração Governamental — descentralização, trabalho comunitário, reforma tributária, além do fortalecimento do planejamento estadual e municipal.

Para o Estado do Amazonas foram repassados Cz$ 950.000,00 que estarão assim distribuídos:

GARANTIA PARA PESCADO

Em Anori foi organizado um sistema de conservação do pescado, com a construção de um frigorífico. Recursos orientados pela Seplan para o interior crescer.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

QUADRO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS POR ÓRGÃO EXECUTOR

ÓRGÃO	OBJETIVO	VALOR Cz$ 1,00
CODEAMA	• Sistema Estadual de Estatística do Amazonas	62.056,00
	• Indicadores Sociais do Estado do Amazonas	87.944,00
	• Anuário Estatístico do Amazonas 1981/84 — Publicação e Divulgação	119.000,00
	PRODICIA — Projeto de Desenvolvimento Integrado de Cidades do Interior do Amazonas.	160.551,00
	SUB-TOTAL	429.551,00
ICOTI	• Cursos de Tecnologia aplicada a Utilização, Transferência e Conservação de Produtos Regionais.	60.825,16
	• Elaboração de Planos de Ação para os Municípios.	29.213,80
	• Organização Administrativa dos Municípios.	53.014,67
	• Organização Contábil/Financeira dos Municípios.	26.704,61
	• Levantamentos Topográficos e Planialtimétricos de Sedes de Municípios.	46.046,96
	• Plano de Desenvolvimento Urbano.	84.194,80
	• Viveiro Comunitário de Laranja.	96.449,00
	• Plano de Melhorias Urbanas dos Municípios.	124.000,00
	SUB-TOTAL	520.449,00
	TOTAL	950.000,00

ORÇAMENTO ESTADUAL

A Coordenadoria Central de Orçamento é responsável pela elaboração do orçamento Programa da Administração Direta e Indireta. Esse trabalho é feito em perfeita articulação com a Secretaria da Fazenda, que elabora a estimativa da receita e estabelece os tetos disponíveis para a programação de cada órgão.

Em 1986 a Coordenadoria de Orçamento fez estudos para atualizar e adaptar novos formulários ao Plano de Estabilização Econômica e após as definições de investimentos com o Governador do Estado, a COR, deu prosseguimento ao seu cronograma de atuação que só se encerrava com a proposta impressa, dentro dos prazos legais necessários para encaminhamento à Assembléia Legislativa.

Para o ano de 1987 à estimativa de gastos é da ordem de Cz$ 5.734 bilhões, dos quais Cz$ 5.464 bilhões se destinam à Administração Direta e Cz$ 270 milhões correspondem a recursos vinculados à Administração Indireta.

O crescimento nominal do Orçamento 87, em relação ao de 86, foi de 66% e o crescimento real de 38%. As receitas do Tesouro apresentaram acréscimo nominal de 73% sobre a previsão de 86, distribuindo-se em Cz$ 5.104 bilhões de Receitas Corrente e Cz$ 360 milhões de Receitas de Capital. A expectativa de crescimento do ICM em relação a 86 é da ordem de 92%, prevendo-se um recolhimento de Cz$ 3.180 bilhões para 87.

Entre os componentes da Receita, cabe ressaltar ainda as Transferências da União. Consideradas globalmente, constituem uma das principais fontes de recursos do Estado e apresentaram crescimento de 45% em relação ao previsto para 87.

ESTADO DO AMAZONAS
EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS
PERÍODO 1982/1987

ANOS	VALORES DO ORÇAMENTO		VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ANO DE 1987 EM RELAÇÃO AOS ANOS ANTERIORES	
	VALORES NOMINAIS Cz$ 1.000,00	VALORES REAIS (3) Cz$ 1.000,00	NOMINAL	REAL
1982 (1)	52.253	3.898.074	10.357	40,
1983 (1)	71.300	2.093.362	7.563	161,
1984 (1)	290.873	2.664.397	1.778	105,
1985 (1)	1.629.955	4.580.173	235	19,
1986 (2)	3.276.112	3.931.334	66	38,
1987 (2)	5.464.216	5.464.216	—	—

FONTE: COR. SEPLAN

NOTA: (1) Valores realizados
(2) Valores estimados
(3) Utilizou-se como deflator o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — Conjuntura Econômica/FGV, sendo levado em consideração a inflação prevista pelo Governo Federal para 1987 de 20%.

AJUDA PARA ORGANIZAÇÃO

No município de Envira, um dos mais distantes do Estado, também se fez presente a ação da Sepror com a organização de uma indústria caseira e o financiamento para construção da sede e capital de giro.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A função do Acompanhamento e Avaliação sofreu no ano de 1986 uma enorme mudança de enfoque por parte de seu corpo técnico. Fruto das experiências de 1984 e 1985, o processo de planejamento hoje é visto como mais simplificado e não mais como mecanismo cheio de exigências técnicas, às quais os recursos humanos disponíveis deveriam adaptar-se inflexivelmente. Assim a principal conseqüência é que o sistema de Acompanhamento e Avaliação não é mais um apanhado de informações exigidas à administração de maneira inoportuna, para constituir hoje importante instrumento no processo decisório.

A ênfase é dada sobretudo à velocidade com que as informações devem ser processadas, de tal forma a possibilidade a agilidade e oportunidade essenciais ao sucesso do Sistema.

A partir de estudos realizados sobre o Sistema Graff desenvolvido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Sistema Estadual foi concebido de forma mais simplificada e com três adaptações básicas:

1. Entradas do Sistema — as fichas de Cadastro, Programação e Acompanhamento Trimestral foram redimensionadas, eliminando-se quadros desnecessários e acrescentando-se outros de maior interesse à SEPLAN.

2. Saídas do Sistema — o modelo do Gráfico Físico/Financeiro, que evidencia a situação estática de cada projeto através de um ponto, foi substancialmente modificado por uma diversidade de gráficos, com maior grau de facilidade no seu entendimento e melhor forma de apresentação, obtidos através do PROGRAMA (SOFT) CHART, específico na geração de gráficos.

3. Elaboração de um programa específico do Sistema para o Computador — foi desenvolvido junto ao Processamento de Dados do Amazonas — PRODAM um programa próprio, específico, que atendesse às peculiaridades do Sistema derivadas das adaptações efetuadas, utilizando-se para isso micro-computador de 16 BITS de processamento, já adquirido pela SEPLAN.

O programa conta com textos instrutivos que auxiliam o usuário no arquivamento de informações e gerações de relatórios, podendo em futuro próximo ser facilmente utilizados por qualquer órgão do Sistema que disponha de computador para esse fim.

A implantação do Sistema deu-se de forma gradativa, tendo como meta os quatro órgãos que já vinham sendo acompanhados pelo sistema anterior, uma vez que o volume de informações seria gigantesco para um processamento manual.

No primeiro momento a concentração de esforços foi muito mais voltada para a capacidade de cada órgão em adaptar seus projetos e atividades num formulário genérico, sem prejuízo da substância das informações, do que para a coleta de dados que redundasse em relatórios finais.

Portanto a fase de execução do Sistema constituiu muito mais um instrumento de teste da comprovação de sua validade e funcionalidade do que propriamente um compromisso de avaliação do desempenho dos órgãos acompanhados em 1986.

Isto porque a implantação de um sistema requer, acima de tudo, tempo para concepção de modelos, adaptações de variáveis e desenvolvimento de programas. Estas fases não ocorrem de forma sequencial e estanque. Fazem parte de um processo de aproximações sucessivas em que a definição de um modelo flexível, mas aperfeiçoado, é o objetivo prioritário.

CODAM

O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODAM, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, aprovou 99 projetos em 1986: 64 para concessão de incentivos fiscais e 35 para extensão. Os investimentos gerados no Estado alcançaram Cz$ 1,75 bilhões e 10.537 novos empregos foram criados.

Cabe ressaltar a aprovação da Resolução n.º 392/86, de 26.11.86, que vincula a concessão de incentivos fiscais a um licenciamento do órgão responsável pela questão do meio ambiente, além de proporcionar o envolvimento do empresário com a questão, eliminando a imagem de que ele é um agressor, um destruidor da natureza.

Para assessorar as decisões do CODAM, quanto à aprovação das resoluções do FUNEDE e FDI, a Secretaria Executiva possui, através do CODSEF, controle e acompanhamento das inversões feitas através dos Fundos. No ano de 1986 o CODSEF elaborou 52 relatórios de fiscalização através dos quais foi possível a SEPLAN acionar os devedores para pagamento de seus débitos e orientar os beneficiários de recursos a fundo perdido na aplicação dos valores sem alteração de objetivos.

APOIO PARA TODOS

Todos os setores de atividades receberam ajuda constante do Governador Gilberto Mestrinho para desenvolver as diversas comunidades.

COMISSÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS — CAC

Em 1986 a CAC desempenhou suas funções como órgão consultivo, realizando levantamento de listagem, cadastramento, bem como outras tarefas secundárias, emitindo pareceres, proposições, relatórios parciais e preliminares, informações, sugestões e orientações sobre Acumulação de Cargos.

Recebeu 13 processos sobre acumulação de cargos, envolvendo mais de duas centenas de pessoas, atendeu 89 funcionários que procuraram esclarecimentos relacionados com o assunto.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Como atividade inerente à Secretaria de Planejamento, a captação de recursos constitui hoje uma atividade de extremo apoio às ações do Governo. Livres para negociar seus próprios recursos, as instituições públicas contam ainda com uma Coordenadoria dentro da estrutura da SEPLAN, que tem como função elaborar projetos com vistas a obter recursos externos.

Em resposta à iniciativa o Governo Federal na realização de estudos visando ao desenvolvimento de ações integradas de saneamento, a SEPLAN promoveu reuniões técnicas envolvendo representantes das instituições públicas diretamente ligadas à área.

Em decorrência desses encontros, 10 instituições governamentais — federais, estaduais e municipais — indicaram profissionais para compor uma unidade técnica, cuja responsabilidade seria realizar coletas de dados e estudos preliminares necessários à formulação de um Programa Estadual de Saneamento Rural.

Por tratar-se de um programa de elaboração complexa, a unidade técnica iniciou o levantamento das necessidades de financiamento, cabendo à SEPLAN realizar posteriormente entendimentos com o Governo Federal para a obtenção dos recursos.

Embora o Governo do Estado não tenha até o momento celebrado qualquer convênio para captação de recursos federais, a equipe técnica responsável pelo Programa já iniciou a elaboração do diagnóstico do setor de Saneamento no Estado, intensificando, em princípio, todas as intervenções governamentais destinadas a aprimorar as condições de Saúde e Saneamento realizadas e/ou previstas pelas diversas entidades públicas.

AMBULÂNCIAS DISTRIBUÍDAS

Exatamente cinquenta e seis municípios já receberam ambulâncias do Governo do Estado através dos recursos da Funede, administrados pela Secretaria de Planejamento.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS — CODEAMA

RELATÓRIO — 1986

Em 1986, as atividades desenvolvidas pelo CODEAMA no âmbito da Ciência e Tecnologia, Estudos e Pesquisas de natureza social e econômica, Recursos Naturais, Meio Ambiente e ainda em áreas das Estatísticas primárias e derivadas, obedeceram as linhas de ação esboçada no seu Programa de Trabalho 1986/1987.

Os estudos, projetos e pesquisas realizadas neste exercício, segundo as grandes áreas de atuação do Órgão, foram CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Neste campo de atuação, o CODEAMA realizou direta ou indiretamente, vários trabalhos de elevado alcance, a saber:

- Orçamento de Ciência e Tecnologia.
- Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia
- Programa de Transferência de Tecnologia Apropriadas
- Estudo Tecnológico das Espécies Florestais, Área da Hidrelétrica de Balbina.
- Pesquisas e Identificação das espécies oleaginosas naturais da Amazônia.
- Levantamento da Capacidade de Nodulação e/ou Fixação de Nitrogênio de Espécies Florestais da Região Amazônica.
- Estudo de Leishimaniose
- Técnicas de extração de folhas e galhos para produção de óleo essencial e mudas de pau-rosa.

Além dessas atividades, foram realizados estudos para elaboração de formulários específicos à apresentação de projetos e a capacitação de recursos voltados para área de Ciência e Tecnologia.

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

A regulamentação oficial — Decreto n.º 9.447 de 06.05.86 da estrutura básica do CODEAMA, permitiu o reordenamento completo das ações voltadas para estudos e projetos visando a proteção ambiental.

Assim, foi possível efetivar uma série de medidas de caráter administrativo que viabilizaram a implantação do Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com potencial de Impacto.

Os problemas advindos do mau uso dos Recursos Naturais, constituem-se em permanente desafio, exigem decisões concretas e ações efetivos para serem vencidos.

Nesse sentido, os atos do Governo através do CODEAMA, tem se traduzido na busca de soluções pragmáticas que conduzam a eliminação dos fatores de desequilíbrio.

Relaciona-se, a seguir, os trabalhos e projetos desta área de ação executados, direta ou indiretamente pelo CODEAMA no exercício de 1986.

- Estudos das reservas e estações ecológicas, parques e florestas nacionais, áreas especiais e de interesse turístico do Estado.
- Estudo de nível de poluição dos Igarapés de Manaus.
- Legislação Estadual do meio-ambiente — Estudo para regulamentação.
- Segmento recursos naturais — PDRI — AM
- projeto "Estudo do potencial agrícola dos solos de Barreirinha, Urucará e Careiro.
- Apoio a sistemática de informações para o zoneamento ecológico e sócio — econômico do Médio Amazonas.
- Cadastro industrial.
- Sistema de Licenciamento

Além dessas atividades, foram realizadas 28 visitas à indústrias, conjuntos habitacionais e loteamento, expedidas 15 Licenças prévias, 3 licença de instalação e 21 registros, e uma série de reuniões técnicas para estudos e discussão da Política Florestal, Recursos Faunísticos, Recursos Hídricos.

ESTUDOS E PESQUISAS

O CODEAMA desenvolveu estudos econômicos e pesquisas políticas sociais, em Convênios com Órgãos Federais e Estaduais que contribuíram para consolidação das tarefas programadas no exercício de 1986 nos projetos:

- Custos de funcionamento das escolas de 1.º e 2.º graus da Cidade de Manaus.
- Estatísticas derivadas e secundárias.

APOIO PARA AGRICULTURA

A agricultura recebeu caminhões, camionetes e até tratores para se desenvolver com maior facilidade e oferecer rendimento aos agricultores.

- Apoio à sistemática de informações para o zoneamento ecológico e sócio econômico ao médio Amazonas.
- Levantamento de preços de produtos alimentares.
- Sistema de acompanhamento do comportamento do Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas.
- Elaboração de estudos e projetos.

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Para atender a solicitação de órgãos e empresas, foram realizados levantamentos específicos quanto ao n.º de domicílios com receptores de TV no Estado, estimativa populacional para 1987, atendimento a usuários dentre os quais destacam-se: EMBRAPA, BEA, INPA, DNPM, SEPLAN, EBCT, NOVOTEL, FUA, TELAMAZON, etc., resultando na prestação de 3 mil informações diversas sob a forma de tabelas estatísticas especiais.

- Coordenação das estatísticas Agropecuárias
- Produção extrativa vegetal
- Documentação e sistema de informações
- Organização e manutenção de acervo documental
- Normalização de documentos
- Serviço de atendimento ao usuário
- Manual de normas e procedimento da biblioteca
- Coletânea de legislação dos conselhos do poder executivo
- Publicação e difusão

Foram estabelecidas as bases para o desenvolvimento de um trabalho na área de microfilmagem dos periódicos do Estado existentes nos acervos do Instituto Geográfico Histórico do Amazonas IGHA, bem como de obras raras.

RECURSOS HUMANOS

No que concerne a área de Recursos Humanos as prioridades estiveram voltadas para o treinamento, qualificação e reciclagem do pessoal técnico e administrativo, direta ou indiretamente pertencentes aos Sistemas de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Ao lado das oportunidades de treinamento proporcionados foram realizadas outras atividades voltadas para a promoção e assistência ao servidor.

As principais atividades levadas a efeito no exercício de 1986 foram:

- Produção de documentos técnicos
- Execução de Programa de Treinamento
- Eventos institucionais apoiados pelo CODEAMA
- Estágio concedidos a estudantes das escolas públicas
- Treinamento, capacitação e reciclagem

SERVIÇO SOCIAL

As atividades inerentes ao serviço social ganharam conotações próprias, diferente portando da ação paternalista e/ou assistencialista que via de regra caracterizam trabalhos nesta área.

Dentre os trabalhos no âmbito do atendimento social, destacam-se:

- Promoção de congraçamentos alusivos a datas festivas: Dia dos Pais, Dias das Mães, Natal, etc.
- Visitas Domiciliares — realizadas 13
- Atendimentos de casos — atendidos 11
- Supervisão de estratégias do IEBEM
- Reuniões para discussão e análise de problema relacionados com absenteísmo no trabalho.
- Elaboração do plano de trabalho para execução do serviço social.

REPRESENTAÇÕES E/OU PARTICIPAÇÕES

O CODEAMA passou a ter participação no Conselho Nacional de meio ambiente, principal fórum de discussão dos temas de meio ambiente do país.

O Conselho Estadual de Educação, por força de representação a Diretora-Presidente integra o colegiado supra citado na condição de Conselheira e Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, possibilitando dessa forma o apoio institucional do CODEAMA às atividades ali desenvolvidas.

Em função dessa participação o CODEAMA assiste este Órgão Superior de Educação com informações estatísticas e estudos específicos que se afigurem de interesse para o setor educacional.

Associação Brasileira de Entidade de Meio Ambiente — ABEMA, como sócio fundador, o CODEAMA participa dessa Associação, que visa principalmente criar condições supra interesses estaduais, às instituições de Meio Ambiente, proporcionando também oportunidades para treinamento e eliminação de entraves burocráticos para dar maior agilidade às ações no campo ambiental.

A fim de congregar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao Centro em suas diversas áreas de atuação, o CODEAMA desenvolveu intensa articulação nesta capital, Rio de Janeiro e Brasília, com o objetivo de captar recursos complementares à sua dotação orçamentária.

Esse esforço se concretizou na assinatura de diversos convênios com captação de um volume significativo de recursos que viabilizam a execução de diversos projetos de interesse do Estado.

PROJETOS, PESQUISAS E TRABALHOS TÉCNICOS CONTRATADOS
1986

INSTITUIÇÕES/PESSOAS CONTRATADAS	N.º	OBJETIVO
Fundação Universidade do Amazonas — FUA	01	Realização de "Projeto de Pesquisa e Identificação de Espécies Oleaginosas Nativas da Amazônia" no segmento da análise físico-químico (continuação)
	02	Instalação e Manutenção de Estações Linimétricas das áreas do PDRI/Am.
	03	Realização do Curso de Avaliação de Projetos
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA	04	Realização do Projeto de Pesquisa e Identificação de Espécies Oleaginosas Nativas da Amazônia (cont.)
	05	Realização do Projeto "Estudo da Capacidade de Nodulação e/ou Fixação de Nitrogênio de Espécies Florestais da Reg. Amazônica (cont.)
	06	Realização do Estudo Tecnológico das Espécies Florestais de Balbina (cont.)
Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia	07	Mapeamento da vegetação e uso da terra em áreas programadas do PDRI/Am.
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais-CETEC	08	Estabelecimento de Cooperação Técnico-Científica
	09	Execução do Projeto "Integração de dados de Recursos Naturais e Planificação de uso de terras em áreas do Programa-PDRI/Am.
Jair Machado dos Santos Filho	10	Pesquisar a oferta atual dos Serviços Odontológicos da Cidade de Manaus.
Banco do Estado do Amazonas — BEA	11	Atender os funcionários através do Programa de antecipação de Vencimento.
09 (nove) Pesquisadoras	12	Execução de coleta de dados p/ elaboração do Índice de Custo de Vida — ICV (09 Contratos)
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — IGHA	13	Pesquisas e Levantamentos históricos orais com personalidades amazonenses.
	14	Realizar estudos retrospectivos sobre a História do Amazonas
	15	Realizar pesquisas relativas ao processo de desenvolvimento da História de Lábrea/Barcelos e Humaitá.
Instituto Estadual do Bem Estar do Menor — IEBEM	16	Contratação de menores patrulheiros
Instituto de Medicina Tropical de Manaus — IMTM	17	Execução dos Projetos "Histopatologia de Lesões de LTA" e Tratamento de Leishimaniose cutânea".
Superintendência do Teatro Amazonas — STA	18	Preservação do Acervo histórico e Cultural do Teatro.

FONTE: Assessoria Jurídica

Foi com o bom trabalho da Secretaria da Fazenda, com arrecadação organizada do ICM que o Governador Gilberto Mestrinho pode investir em obras sociais, beneficiando a população de modo geral.

Secretaria de Estado da Fazenda

Depois de quatro anos saldo no caixa

Foi graças ao trabalho denodado da Secretaria de Estado da Fazenda que a política econômico-financeira delineada pelo Governo Gilberto Mestrinho pôde ser realizada. Depois de herdar um Estado quase falido, em 1983, o Chefe do Executivo teve que determinar à SEFAZ austeridade nos gastos públicos, visando a controlar todas as receitas e despesas públicas. Só dessa maneira seria possível ao Governo investir nas áreas básicas, tanto em termos econômicos, quanto sociais.

Seguindo à risca as orientações do Governador Gilberto Mestrinho, a Secretaria da Fazenda encerrou o ano de 1986 com as finanças totalmente equilibradas. Na Conta Única estava o montante de Cz$ 211,5 bilhões, enquanto o Tesouro Estadual tinha à disposição Cz$ 271,2 bilhões.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA — SEFAZ

RELATÓRIO — 1986

O exercício de 1986 representou a consolidação do esforço administrativo e financeiro desenvolvido pela Secretaria da Fazenda. O trabalho exaustivo, sistemático e programado implementado através de instrumentos de gestão e controle da Receita e Despesa Públicas produziu resultados que permitiram ao Governo retomar o processo de investimento em setores de infra-estrutura econômica e social do Estado.

ASPECTOS FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIOS

O objetivo maior do Governo na área da Administração Financeira foi a implantação de uma política austera de gastos públicos, colocando sob controle todas as receitas e despesas correntes do Estado.

Em 1986, seguindo esta política a SEFAZ alcançou o desejado equilíbrio financeiro, por meio do ajustamento do fluxo de caixa às reais necessidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual.

Foram fundamentais para o êxito do trabalho, a atuação da Comissão de Programação Financeira e a adoção de uma política de previsão mensal antecipada de gastos, com o registro e liquidação automática da despesa realizada através do processamento imediato dos empenhos e ordens de pagamento, fundada no Sistema Integrado do Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Os resultados financeiros obtidos foram satisfatórios, podendo ser comprovados através dos saldos existentes, ao final do exercício, na Conta Única e à disposição do Tesouro Estadual de 211,5 bilhões e 271,2 bilhões de cruzados, respectivamente.

Isto somente foi possível em decorrência do excelente desempenho da arrecadação do ICM, alcançando em 1986, o montante de Cz$ 2,622 bilhões, maior em 59,0% do valor previsto no Orçamento para o exercício, e apresentando um crescimento real de 73,18% sobre o exercício de 1985, colocando o Amazonas entre os primeiros Estados que mais cresceram em termos de aumento real da arrecadação do ICM.

O esforço desenvolvido possibilitou, ainda, a amortização e pagamento dos serviços da Dívida Pública, atingindo-se ao final do exercício o montante de Cz$ 421,6 milhões, incluindo a amortização do principal mais juros, o que representou 7,1% do Orçamento Global executado no período. Do total pago, Cz$ 345,7 milhões corresponderam à Dívida Externa e Cz$ 75,9 milhões à Dívida Interna.

Para 1987 o pagamento da Dívida Pública Interna e Externa, deverá repetir a pontualidade dos exercícios anteriores, tendo em vista a previsão de disponibilidade orçamentária e financeira no valor de Cz$ 438,0 milhões durante o exercício, para atender a esses compromissos. Isto porque, o montante da Dívida a ser paga em 1987 representa apenas 7,6% do valor da Receita Global estimada no Orçamento do Estado.

Quanto ao aspecto orçamentário, as transferências federais, em relação ao exercício anterior, tiveram um crescimento nominal de 170,8% e, em 1986, participaram com 25,6% da Receita Global Arrecadada, no montante de Cz$ 1,445 bilhão, cujos itens estão assim discriminados:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALORES (Cz$ 1.000.000)		VARIAÇÃO (%)
	1985	1986	1986/85
FPE	172,9	764,5	280,1
FE	162,7	168,9	64,3
IUM	145,9	170,9	69,5
Imposto de Renda	58,0	51,5	32,6
IULCLG (F.R.N.)	208,8	52,5	17,0
Adicional do IULCLG (FNDU)	214,3	6,6	2,1
I.U.E.E.	232,6	169,3	50,9
Salário Educação	279,3	53,1	14,0
Outros	140,6	7,7	3,2
TOTAL	533,7	1.445,0	170,8

Em comparação com o valor orçamentado, estimado em Cz$ 1.130,8 bilhão, as transferências da União, efetivamente arrecadas, foram superiores em 27,8%, alcançando o montante de Cz$ 1.445,0 bilhão.

O valor da Receita Estimada e da Despesa Fixada pelo Orçamento de 1986 — Lei nº. 1.737, de 9 de dezembro de 1985 —, foi de Cz$ 3.157,8 bilhões.

No decorrer do exercício foram feitas alterações orçamentárias que atingiram o valor de Cz$ 2.798,3 bilhões, ou seja, um

acréscimo de 88,62% sobre o valor orçado. Com essas alterações, o valor global objeto da execução orçamentária do exercício de 1986, está expressa nos seguintes resultados, conforme dados extraídos do Balanço Geral do período:

RECEITA	Cz$ 1,00	%
• Receita Prevista	3.157.786.470	100,00
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	179,00
• Excesso Global	2.494.582.341	79,00
DESPESA		
• Despesa Autorizada	5.956.097.756	100,00
• Despesa Empenhada	5.690.528.389	95,54
• Saldo Orçamentário	265.569.367	4,46
COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA		
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	98,45
• + Superavit/85	89.256.502	1,55
• Total	5.741.625.313	100,00
• Despesa Empenhada	5.690.528.389	99,11
• Superavit/Deficit	51.096.924	0,89
COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA PAGA		
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	98,45
• + Superavit/85	89.256.502	1,55
• Total	5.741.625.313	100,00
• Despesa Paga	5.148.508.022	89,67
• Superavit/Execução	593.117.291	10,33

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Em decorrência de um quadro financeiro equilibrado, foi possível concentrar esforços na melhoria dos serviços fazendários, com a implantação de nova estrutura organizacional e de uma nova política de salários e pessoal.

Nesse sentido, em 1986, destacam-se as seguintes realizações:

- treinamento de 218 servidores fazendários abrangendo todas as categorias funcionais da SEFAZ.
- realização de concurso público para cargos de nível superior e cargos a nível de 2°. grau.
- construção e recuperação de agências e postos fiscais, proporcionando condições necessárias para o bom desempenho das atividades fazendárias no interior do Estado.

PROJETOS E PROGRAMAS EXECUTADOS

Dentre os programas executados pela SEFAZ, destacam-se:

PROJETO CIATA

O Projeto CIATA tem se constituído em instrumento importante de trabalho da Secretaria junto aos Municípios amazonenses, pela influência e reflexos que tem proporcionado no crescimento real da taxa de arrecadação da Receita Tributária própria, dentro dos recursos financeiros globais das municipalidades, permitindo maior autonomia na sua política financeira de investimentos.

MICROCONTRIBUINTES

Programa desenvolvido a partir de 1985, com a elaboração da Lei do Microcontribuinte, que simplifica e reduz as exigências de documentação fiscal nas suas atividades empresariais perante o Fisco Estadual, passando a recolher o Imposto na Fonte.

Do total das micro-empresas cadastradas no período de 1985 a 1986, atualmente existem 12.675 contribuintes ativos, sendo 7.949 micro-empresas na capital e 4.726 no interior do Estado.

PROJETOS ESPECIAIS A CONTA DO TESOURO ESTADUAL

Programa de Investimentos em que o Governo, através da SEFAZ, repassa recursos aos Municípios para atender obras civis, envolvendo aspectos sociais e prioridades comunitárias na área de infra-estrutura urbana.

No exercício de 1986, foram feitos investimentos à Conta do Tesouro Estadual no montante global de Cz$ 51,9 milhões, representando um acréscimo nominal de 523,0% em relação aos recursos aplicados em 1985. Foram beneficiados com obras de infra-estrutura urbana, reforma, recuperação e construção de prédios públicos e outras pequenas obras de interesse social, 39 Prefeituras que firmaram convênios com o Governo do Estado para repasse de recursos específicos. Os Municípios atendidos foram os seguintes: Anori, Autazes, Alvarães, Barcelos, Benjamin Constant, Boca do Acre, Borba, Barreirinha, Carauari, Codajás, Canutama, Caapiranga, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itamarati, Iranduba, Ipixuna, Itapiranga, Itacoatiara, Japurá, Juruá, Manicoré, Manaus, Manacapuru, Maués, Novo Aripuanã, Nova Olinda do Norte, Nhamundá, Pauini, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Oliveira, Santo Antonio do Içá, Silves, Tonantins, Tabatinga, Tefé e Urucará.

Conclui-se, portanto, que a SEFAZ alcançou ao final do exercício, resultados positivos quanto ao aumento real da arre-

OBRAS NO INTERIOR

Além de possibilitar o pagamento pontual do funcionalismo público os recursos gerenciados pela Secretaria da Fazenda permitiram uma série de obras também no interior

cadação e a maior eficiência na programação e controle dos gastos públicos.

Esse processo deverá ser preservado e continuado de forma sistemática, para garantir o cumprimento do calendário de pagamento dos servidores e os investimentos públicos em benefício da população, evitando que a Administração das Finanças Estaduais, sob a coordenação e execução da Secretaria da Fazenda, volte a ter uma estrutura desequilibrada e de gastos supérfluos, sem o atendimento dos objetivos sociais programados.

GESTÃO FINANCEIRA

O objetivo maior da Secretaria da Fazenda, na área da administração financeira, foi a implantação de uma política austera de gastos públicos, colocando sob controle todas as receitas e despesas correntes do Estado. Com esse propósito reestruturou-se a Comissão da Programação Financeira, redefinindo suas finalidades e competências e implementou-se a Programação Financeira de Desembolso, que passou a ser seu instrumento de adequação da despesa ao efetivo comportamento da receita.

A partir desse instrumento, a SEFAZ passou a ter o controle de gastos de cada órgão da Administração Estadual através da Programação Mensal de Cotas, vinculada ao Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade, atualmente consolidado e funcionando dentro de sua concepção, e vem proporcionando maior segurança e confiabilidade na execução das tarefas relativas à execução orçamentária, financeira e contábil do Estado.

Outro fator importante no controle dos gastos públicos foi a centralização dos programas no órgão central de finanças da SEFAZ, permitindo que as despesas dos órgãos da Administração Pública sejam efetuadas dentro das limitações orçamentárias e dos respectivos créditos, com todos os compromissos vinculados às cotas estabelecidas para cada órgão. Com esse sistema, conseguiu-se o perfeito controle e equilíbrio entre a receita efetivamente arrecadada e a despesa realizada.

Por outro lado, medidas e mecanismos foram adotados para elevar o nível de arrecadação e obter um melhor controle da receita estadual, destacando-se os seguintes:

a) utilização sistemática do processamento de dados no controle dos contribuintes e acompanhamento da formação da receita tributária a partir da permanente atualização, através da informática, dos registros de compras e faturamento das empresas e sua confrontação com parâmetros de recolhimento por empresa e por setor de atividade;

b) estruturação de um sistema integrado de fiscalização e tributação para antecipação de recolhimento do ICM relativo à entrada e processamento das notificações, atividade exercida em conjunto com a SUFRAMA e a INFRAERO, conforme convênio firmado;

c) implantação de novo sistema de produtividade, em consonância com uma política de pessoal mais eficiente e dinâmica, destinada a recompensar e estimular a iniciativa individual e coletiva dos servidores fazendários, no esforço comum de combate à sonegação de tributos, visando a elevação dos níveis de arrecadação;

d) intensa atuação da SEFAZ no movimento em prol da melhor distribuição da renda tributária nacional, luta que começou no Estado do Amazonas, com a reunião dos Secretários da Fazenda do Norte e Nordeste, realizada em Manaus, em 26.07.83, e que prosseguiu com o encontro de Prefeitos, tendo continuidade a nível político nacional com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 23, de 1º.12.83 (Emenda Passos Porto);

e) adequação da legislação fiscal às necessidades reais da economia do Estado;

f) implantação de um novo cadastro de contribuintes do Estado, com sistemática de atualização por meio de processamento eletrônico, com visitas a conhecer o seu universo real, por atividade econômica, e ter um maior controle fiscal de seus negócios;

g) aperfeiçoamento das atividades de fiscalização de tributos estaduais, através de nova sistemática e metodologia e de adoção de práticas modernas de fiscalização orientada, objetivando reduzir o nível de sonegação, com a recuperação do imposto não recolhido.

Cabe destacar, ainda, a decisão relativa às alterações introduzidas na legislação de incentivos fiscais do Estado, com a participação e compreensão dos Empréstimos do Distrito Industrial, que entenderam a política e as ações desenvolvimentistas do novo Governo. Essas alterações deram ao Estado, à época, condições de maior participação no volume do ICM do setor industrial incentivado, sem contudo prejudicar as vantagens dos benefícios concedidos, já que se eliminou o prazo de restituição do ICM, suprimindo, em consequência, o alto custo financeiro que tinham as indústrias, quando da devolução do imposto, e a retenção do Depósito Direcionado. Ampliou-se, também, o prazo de vigência dos incentivos para todas as empresas até 1997.

O esforço despendido desde o início da atual Administração, para superar o quadro insatisfatório herdado, produziu resultados já no exercício de 1983. Nesse exercício, pela primeira vez, desde

TRABALHO CORRESPONDIDO

Todos os recursos arrecadados foram bem aplicados em obras públicas, seja em Manaus ou no interior.

1976, o Estado atendeu aos seus compromissos até o final do mês de dezembro, inclusive o pagamento das despesas de pessoal, sem recorrer a operações de crédito. Ainda no exercício de 1983, outro resultado que demonstrava o acerto das medidas adotadas, era em relação à Conta Única que, pagos todos os compromissos, apresentou um pequeno saldo de Cr$ 1,6 bilhão, além de Cr$ 15,7 milhões (SEFAZ — Conta Movimento) à disposição do Tesouro Nacional.

O exercício de 1984, como resposta às medidas saneadoras e aos diversos mecanismos de controle implementados, apresentou resultados bem significativos, refletindo o estado de equilíbrio das finanças estaduais. Assim, o saldo existente na Conta Única; no dia 31 de dezembro de 1984, era Cr$ 1,1 bilhão, além de Cr$ 10,2 bilhões (SEFAZ-Conta Movimento) à disposição do Tesouro Nacional Estadual para utilização no exercício de 1985.

Os exercícios de 1985/86 foram os anos de consolidação do esforço administrativo e financeiro desenvolvido pela Secretaria da Fazenda. O trabalho exaustivo, sistemático e programado implementado ao longo da atual administração e, sobretudo, nesses dois exercícios, onde, em decorrência de um quadro financeiro equilibrado, foi possível concentrar esforços na melhoria dos serviços fazendários, com a implantação da nova estrutura organizacional e da nova política de pessoal e salarial. Consolidou-se, nesse período, os instrumentos de gestão e controle da receita e despesas públicas, produzindo resultados altamente satisfatórios, que podem ser controlados pela observação comparativa dos saldos financeiros à disposição do Tesouro Estadual e os existentes na Conta Única, nos respectivos exercícios:

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM 31.12			
	1983	1984	1985	1986
1. Conta Única	1,6	1,1	124,8	271,2
2. Conta Movimento / (recursos à disposição do Tesouro Estadual)	0,016	10,2	94,3	211,5

NOTA: 1) Os valores dos exercícios do período de 1983/85 estão expressos em bilhões de cruzeiros.

2) Os valores do exercício de 1986 estão definidos em milhões de cruzados.

A concecução desses resultados foi possível em decorrência do excelente desempenho da arrecadação do ICM, principalmente, no período de 1985/86. No exercício de 1985, a arrecadação do ICM que representou cerca de 99,1% da Receita Tributária do Estado, atingiu a um montante de Cr$ 700,4 bilhões, superando em 177,71% o valor orçamentado, e representando um crescimento real de 26,69% sobre o exercício anterior.

No exercício de 1986, a performance da arrecadação foi mais significativa, alcançando o montante de Cz$ 2,622 bilhões, maior em 59,0% do valor previsto no Orçamento para o exercício, e apresentando um crescimento real de 73,18% sobre o exercício de 1985, o que coloca o Amazonas entre os primeiros Estado que cresceram em termos de aumento real da arrecadação do ICM.

DÍVIDA PÚBLICA

Em 1983, o valor da Dívida Pública Interna e Externa correspondia a um montante de 254,2% maior que a Receita Orçamentária Global desse ano, ou seja, Cr$ 325,5 bilhões de dívida contra apenas Cr$ 91,9 bilhões de recursos previstos no Orçamento, já totalmente comprometidos no Governo à época.

O esforço desenvolvido pela SEFAZ, conforme já referido, para aumentar a arrecadação e controlar os gastos públicos, possibilitou a amortização e pagamento dos serviços da dívida, fazendo com que a relação DÍVIDA PÚBLICA/ORÇAMENTO, despencasse daquele patamar para representar 105,0% em 1984; 89,8%, em 1985; e, em 1986, atingir apenas 75,5% do Orçamento.

Outro aspecto a ressaltar é o pagamento pontual de todos os compromissos da dívida interna e externa, estando o cronograma da dívida pública rigorosamente em dia. No período de 1983/86, o pagamento da DÍVIDA EXTERNA pelo Tesouro Estadual, totalizou o montante de Cz$ 1,088 bilhão, em valores reais de 1986. E, o pagamento da DÍVIDA EXTERNA, nesse período, alcançou o valor total de Cz$ 287,1 milhões, em valores reais de 1986, atingindo o montante global de Cz$ 1,375 bilhão (em valores reais de 1986).

O que se verificou, na parte da Dívida Pública, foi uma reversão e saneamento total da crítica e grave situação encontrada em março de 1983, quando o governo não tinha recursos disponíveis para o pagamento da dívida em atraso e das parcelas vencidas até aquele mês.

Em decorrência da recuperação financeira do Estado, com a situação devidamente controlada, pode o Governo, durante o ano

de 1983, saldar os compromissos da dívida, que no final do exercício, alcançou o valor de Cz$ 131,0 milhões (valores reais de 1986), representando esse pagamento 6,1% do Orçamento Global executado. No exercício de 1984, a amortização dos compromissos da dívida foi de Cz$ 132,2 milhões, correspondendo a 5,8% do Orçamento realizado no período.

Em 1985, os compromissos com a dívida pública foram expressivos, exigindo grande esforço e dispêndio financeiro por parte do Governo/SEFAZ, tendo em vista o vencimento da carência, que resultou no pagamento do principal mais encargos vencidos no exercício, no valor de Cz$ 700,0 milhões, correspondendo a 18,9% do Orçamento Anual.

Com a significativa amortização da dívida pública no exercício anterior, contratada no Governo passado, os compromissos foram atenuados em 1986, cujo pagamento atingiu no final do exercício o montante de Cz$ 421,6 milhões, incluindo a amortização do principal mais juros, o que representou 7,1% do Orçamento Global executado no período. Do total pago, Cz$ 345,7 milhões corresponderam a dívida externa e Cz$ 75,9 milhões a dívida interna.

Para 1987 o pagamento da Dívida Pública Interna e Externa, deverá ocorrer igualmente como nos exercícios anteriores, ou seja, rigorosamente nas datas de vencimentos das parcelas, tendo em vista a previsão de disponibilidade orçamentária e financeira no valor de Cz$ 438,0 milhões durante o exercício, para atender a esses compromissos. Isto porque, o montante da dívida, a ser pago em 1987, representa apenas 7,6% do valor da Receita Global estimada no Orçamento do Estado.

ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA — EXERCÍCIO 1986

O exercício de 1986 voltou a corresponder, positivamente, à política implementada pela atual Administração Fazendária, conseguindo-se o equilíbrio financeiro, pela sua ação persistente no controle e acompanhamento da receita e dos gastos públicos, por meio do ajustamento do fluxo de caixa as reais necessidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual. A atuação da Comissão de Programação Financeira foi fundamental para o êxito do trabalho e, também, a adoção de uma política de previsão mensal antecipada de gastos, com o registro e liquidação automática da despesa realizada, através do processamento imediato dos empenhos e ordens de pagamento, fundada no Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Como ponto básico no aspecto financeiro, merece destaque o ICM, como principal fonte estadual de arrecadação que, estimado o seu valor em Cz$ 1,650 bilhão, no orçamento de 1985, encerrou o exercício com Cz$ 2,622 bilhões, representando um acréscimo nominal de 59,0%.

Com relação ao exercício anterior, as transferências federais tiveram um crescimento nominal de 170,8%, e, em 1986, participaram com 25,6% da Receita Global Arrecadada, no montante de Cz$ 1,445 bilhão, cujos itens estão assim distribuídos:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALORES (Cz$ 1.000.000)		VARIAÇÃO (%)
	1985	1986	1987
FPE	280,1	764,5	172,9
FE	64,3	168,9	162,7
IUM	69,5	170,9	145,9
Imposto de Renda	32,6	51,5	58,0
IULCLG (F.R.N.)	17,0	52,5	208,8
Adicional do IULCLG (FNDU)	2,1	6,6	214,3
I.U.E.E.	50,9	169,3	232,6
Salário Educação	14,0	53,1	279,3
Outros	3,2	7,7	140,6
TOTAL	533,7	1.445,0	170,8

Em comparação com o valor orçamentado, estimado em Cz$ 1.130,8 bilhão, as transferências da União, efetivamente arrecadadas, foram superiores em 27,8%, alcançando o montante de Cz$ 1.445,0 bilhão, conforme demonstrado no quadro supra.

O valor da receita estimada e da despesa fixada pelo Orçamento de 1986 — Lei nº. 1.737, de 9 de dezembro de 1985 —, foi de Cz$ 3.157,8 bilhões.

No decorrer do exercício foram feitas alterações orçamentárias que atingiram o valor de Cz$ 2.798,3 bilhões, ou seja, um acréscimo de 88,62% sobre o valor orçado. Com essas alterações o valor global objeto da execução orçamentária do exercício passou a ser de Cz$ 5.956,1 bilhões.

A execução orçamentária e financeira do Estado, no exercício

de 1986, está expressa nos seguintes resultados, conforme dados extraídos no Balanço Geral do período:

RECEITA:	Cz$	%
• Receita Prevista	3.157.786.470	100,00
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	179,00
• Excesso Global	2.494.582.341	79,00

DESPESA		
• Despesa Autorizada	5.956.097.560	100,00
• Despesa Empenhada	5.690.528.389	95,54
• Saldo Orçamentário	265.569.367	4,46

COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA		
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	98,45
• + Superavit/85	89.256.502	1,55
• Total	5.741.625.313	100,00
• Despesa Empenhada	5.690.528.389	99,11
• Superavit/Deficit	51.096.924	0,89

COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA PAGA		
• Receita Arrecadada	5.652.368.811	98,45
• + Superavit/85	89.256.502	1,55
• Total	5.741.625.313	100,00
• Despesa Paga	5.148.508.022	89,67
• Superavit/Execução	593.117.291	10,33

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

A sistemática anterior na área de fiscalização, eivada de vícios estruturais e comportamentais, foi totalmente reformulada, implantando-se um sistema de fiscalização dinâmico e eficiente, com novos formulários e nova metodologia, e adoção de novos critérios para revisão fiscal e fundamentação dos autos de infração.

Pela nova sistemática a fiscalização passou a ser orientada dentro de uma programação pré-estabelecida, com base nos relatórios emitidos pelo computador, direcionando-se, preferencialmente, para os contribuintes omissos ou faltosos. E, a implantação do novo sistema de fiscalização fez-se preceder de treinamento de todo o corpo de fiscais da Secretaria.

Ainda no campo da fiscalização, aperfeiçoaram-se os controles do trânsito de mercadorias, com maior atuação em pontos estratégicos, através de operações de equipes volantes e de ações mais rigorosas e vigilantes nas bases fixas da SEFAZ, localizadas em áreas de saídas rodoviárias da cidade e de embarque fluvial. Essa atuação da fiscalização do trânsito de mercadorias vem dando excelente resultados, reduzindo, sensivelmente, a sonegação fiscal no transporte de mercadorias.

Implementou-se, ainda, na área de fiscalização, com eficiente desempenho, a Coordenadoria de Análise e Apoio Fiscal — C.A.A.F., vinculada ao Gabinete do Secretário, adotando um Sistema de Fiscalização Auxiliar, através da identificação e investigação dos contribuintes omissos, deficientes e negativos, propondo medidas corretivas persuasórias que concorram para uma maior conscientização quanto à espontaneidade, pontualidade e regularidade no cumprimento de obrigações fiscais e da coleta, análise e confronto das informações fiscais disponíveis, objetivando avaliar a compatibilidade e correlação entre as transações e operações efetuadas pelos contribuintes e o volume de ICM efetivamente recolhido.

Foram, também, aperfeiçoadas as atividades de controle de fiscalização e revisão fiscal, mediante a reestruturação do Grupo de Análise e Revisão Fiscal — GARF, que passou a vincular-se ao Gabinete do Secretário.

Outra iniciativa importante na área de fiscalização foi a implantação da Comissão de Avaliação e Desempenho de Contribuintes — CADEC, vinculada ao Gabinete do Secretário, com o objetivo de analisar o desempenho dos contribuintes do ICM com base nas compras, no comportamento do recolhimento dos exercícios anteriores e em outros critérios técnicos que orientam a elaboração da programação de fiscalização dirigida.

No campo da tributação desenvolveu-se um minucioso trabalho de adequação e atualização da legislação tributária do Estado, decorrente, principalmente, das mudanças introduzidas na legislação do ICM, de origem constitucional e de legislação complementar federal e, ainda, oriunda de decisões do CONFAZ.

Outros trabalhos importantes nessa área foram realizados, citando-se:

- Aperfeiçoamento da legislação específica, incluindo-se novos itens de produtos sujeitos ao recolhimento de ICM na fonte, e/ou alterando-se as bases percentuais, o que propiciou uma arrecadação mais eficaz de produtos de difícil fiscalização e controle;
- Elaboração da legislação que dispõe sobre os microcontribuintes, com base nos preceitos normativos de

ordem federal e nos critérios regionais, que disciplinaram a matéria;

- Elaboração da Emenda Constitucional e legislação ordinária estaduais, disciplinando a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, em substituição a Taxa Rodoviária Única, e que passou a ser um imposto de responsabilidade e competência dos Estados.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Para consecução das metas preconizadas para a Gestão Fazendária no período de Governo 1983/87, houve a imperiosa necessidade de racionalização e descentralização das atividades fazendárias, com a finalidade de dotar a SEFAZ de maior eficiência no desempenho de suas responsabilidades e competência. Assim, desenvolveu-se todo um trabalho, hoje totalmente consolidado, de reestruturação organizacional da SEFAZ, com a redefinição de objetivos, atribuições e desmembramentos de órgãos internos, destacando-se as seguintes alterações:

Como órgão de assessoramento e assistência técnica direta ao Secretário foi instituída e estruturada a Assessoria Técnica, com as funções de planejamento, organização, controle, acompanhamento e avaliação das atividades da Secretaria da Fazenda.

Foram absorvidas pela SEFAZ as funções e atribuições da Auditoria Estadual de Controle Interno, criando-se na estrutura da Secretaria, a Auditoria de Controle Interno, que objetiva a verificação da exatidão e regularidade das contas da Administração Estadual.

Com o objetivo de dar suporte a execução da política de controle de administração financeira do Estado, competência exclusiva da SEFAZ, através do Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade, foi estruturada a Coordenadoria de Administração Financeira, ampliando suas atribuições e funções centrais na área financeira junto aos órgãos de Governo, passando a ser considerada uma das importantes atividades-fim da Secretaria.

Como órgão de apoio à Administração Fazendária, foi estruturado o Centro de Informática e Reprografia, incorporando as funções de processamento de dados e microfilmagem, visando o acompanhamento e controle das atividades econômico-fiscais da Secretaria.

Descentralização das outras atividades-fim da SEFAZ, mediante o desmembramento da Coordenadoria de Administração Tributária — CAT, que deu origem a três (03) novas Coordenadorias, a saber: Coordenadoria de Tributação e Informações, Coordenadoria de Arrecadação e Coordenadoria de Fiscalização.

Foram criadas e estruturadas as Agências do interior, em substituição às Exatorias, dentro de uma nova sistemática de atuação, tanto no campo de arrecadação e fiscalização tributária, como na parte da gerência das atividades financeiras, no interior, de responsabilidade da Secretaria.

Vinculação da PRODAM à SEFAZ, objetivando a coordenação da política de processamento de dados eletrônicos no Estado, dentro de uma orientação que visa centralizar as informações, uniformizar sistemas e métodos e reduzir custos operacionais.

Com vistas a um melhor redirecionamento e controle da política creditícia oficial do Estado, no estímulo às atividades produtivas e, também, estabelecer efetivo controle das operações financeiras com recursos do Erário Público, operou-se a vinculação do Banco do Estado do Amazonas S/A — BEA à SEFAZ.

As atribuições operacionais dos diversos órgãos internos da SEFAZ foram definidas através de novo Regimento Interno, dando melhor adequação às funções inerentes a cada órgão e, com isso, melhor dinamismo às atividades fazendárias.

Outra decisão de máxima importância foi a ampliação do campo de utilização dos serviços de processamento eletrônico de dados, seja no que diz respeito ao controle administrativo, seja no acompanhamento das receitas e pagamentos e no controle dos contribuintes omissos. Para consolidar essa ampliação no campo da informática, transferiu-se um módulo completo de CPD da PRODAM para a SEFAZ, e implantou-se novos terminais eletrônicos, fortalecendo assim, a nova forma de atuação e uso do sistema de Processamento de Dados em benefício do melhor desempenho da Administração Fazendária. Esse sistema, na SEFAZ, está apoiado, ainda, em três micros suplementares de uso consultivo-operativo na Assessoria Técnica e Coordenadoria de Administração Financeira.

A situação anterior na área de pessoal da SEFAZ, impedia a interação técnica/administrativa com a nova estrutura organizacional, e promovia visíveis desequilíbrios funcionais. O conhecimento dessa situação permitiu a elaboração e implantação de uma nova política de pessoal na Secretaria, reestruturando-se o quadro de cargos e salários com a criação do Grupo Atividades de Nível Fazendário e estabelecendo, formalmente, as Categorias Funcionais, os Cargos, as Classes e os Níveis Hierárquicos e Salariais. A

partir daí, definiu-se os requisitos para ingresso e as linhas de promoção e acesso.

Por força do mesmo ato legal — Lei nº. 1.734, de 31 de outubro de 1985 —, que aprovou a reestruturação dos Cargos e Salários da Secretaria, implementou-se uma nova sistemática de avaliação de produtividade, abrangendo todas as atividades fazendárias, em bases totalmente inéditas e inovadoras, cujo mérito e objetivo está no estímulo transferido a todos os funcionários fazendários. A determinadas categorias funcionais, conforme consta do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 9.175, de 30 de dezembro de 1985 onde cumulativamente, era necessário particularizar benefícios pessoais, como incentivos ao melhor desempenho em suas atividades, a nova sistemática ampliou as possibilidades, favorecendo e premiando substancialmente ao esforço e dedicação individuais.

OBRAS E REFORMAS. Na parte de construção e recuperação de Agências e Postos Fiscais foram executadas obras que proporcionaram as condições necessárias para o bom desempenho das atividades no interior do Estado.

Assim, no período de 1983/86 foram realizadas as seguintes obras de construção e reforma das Agências e Postos Fiscais:

CONSTRUÇÃO DE NOVAS AGÊNCIAS E POSTOS FISCAIS

CONCLUÍDAS:

- Por contrato: Agências em Itapiranga e Tabatinga; Postos Fiscais em São Raimundo e na AM-10-BR-174.
- Por convênios com as Prefeituras: Agências em Silves e Caapiranga e Postos Fiscais em Boca do Acre e Humaitá.
- Pelo PROINTER (construção em madeira): Agências em Iranduba, Manaquiri, Careiro, Anamã, Alvarães, Jutaí, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Maraã, Juruá, S. Izabel do Rio Negro, São Sebastião do Uatumã, B. Vista do Ramos, Nova Olinda do Norte, Autazes, Novo Aripuanã, Envira, Ipixuna, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

EM ANDAMENTO:

- Em convênio com as Prefeituras: Agências em Itacoatiara, Japurá e Pauini.

REFORMAS E ADAPTAÇÕES EM AGÊNCIAS

CONCLUÍDAS:

- Por contrato: Agências em Manacapuru, Maués, Humaitá, Manicoré, Coari, Borba, Urucurituba e Nhamundá.
- Por convênio com a Prefeitura: Agência de Tefé.

EM ANDAMENTO:

- Por contrato: Agência em Benjamin Constant.
- Por convênio com a Prefeitura: Agência em Barreirinha.

PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS S/A — PRODAM

RELATÓRIO — 1986

O Processamento de Dados do Amazonas S/A — PRODAM, órgão vinculado atualmente à Secretaria da Fazenda — SEFAZ, multiplicou neste exercício seus recursos humanos e tecnológicos para atender a seu mercado mais exigente quanto aos serviços de informática, modernizando os serviços prestados à Administração Direta e Indireta do Estado.

Quanto à área de treinamento de pessoal, através de recursos próprios ou oriundos de convênios, realizaram-se diversos cursos para a capacitação e formação de mão-de-obra especializada.

Nesse período foram treinados 483 pessoas: 391 funcionários da PRODAM, 69 clientes e 23 bolsistas.

Devido à demanda de serviços de processamento de dados, adquiriram-se equipamentos com maior capacidade a fim de garantir a expansão dos serviços.

Em 1986, nesse particular, obtiveram-se os seguintes resultados:

- conclusão da instalação do sistema "No Break", assegurando funcionamento ininterrupto de todo o sistema elétrico dos equipamentos;
- Instalação de um sistema IBM 4341 (12 Mb) para atendimento exclusivo do maior cliente interligado à PRODAM;
- Instalação de 12 unidades de disco IBM 3375 (819 Mb cada uma) e 02 unidades de disco 3370 (517 Mb cada uma);
- Acréscimo de 12 linhas de comunicação em teleprocessamento;
- Instalação de 06 controladores de comunicação — 3276; 12 terminais de vídeo — 3278 e 10 Microcomputadores Nacionais em substituição a equipamentos de maior custo.

Quanto à melhoria das instalações físicas do órgão para comportar o número de funcionários e equipamentos em 1986, pavimentou-se uma área de 162,54 m2 que dá acesso a Rua Nhamundá; construída uma passarela ligando o pavimento superior ao refeitório abrangendo uma área de 121.27m2; construídos um depósito com 111.00 m2 e duas salas perfazendo uma área de 45,00m2; ampliada a laje do prédio do refeitório medindo 11.92m2; uma cabine para a máquina de ar condicionado com uma base num total de 3,20 m2 e feita uma revisão completa do telhado.

Os resultados financeiros foram satisfatórios alcançando-se o faturamento de Cz$ 56.823.932,00 com o acréscimo nominal de 169,14% sobre o de 1985.

O Capital Social da Empresa é atualmente de Cz$ 8.000.000,00, tendo como maior acionista o Governo do Estado com 76,93% das ações.

Os serviços implantados em 1986 foram:

SERVIÇO	CLIENTE
• Documento Único	DETRAN
• Implantação do IPTU	
• Implantação do CPEA — Cadastro de Pessoal do Estado do Amazonas	SEAD/SEFAZ
• Mutuários (Batch)	IPASEA
• POF (Pesquisa Orçamentária Familiar)	CODEAMA
• Sistema de Mutuários	SHAM

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. — BEA

RELATÓRIO — 1986

A adoção de medidas saneadoras pelo Governo Estadual com a participação e aval do Banco Central, implementando uma série de programas com vistas a operacionalizá-los dentro de sua área de atuação, proporcionou a reversão dos resultados negativos do BEA, repondo em conseqüência, a credibilidade nas suas operações creditícias e financeiras.

Assim, de um resultado operacional negativo em exercícios passados, o BEA alcançou em 1986, um resultado positivo de Cz$ 60.536 mil cruzados, e de um patrimônio líquido negativo passou a um Patrimônio Positivo de Cz$ 232.372 mil consolidando cada vez mais sua posição de banco forte no Estado.

A fim de fortalecer a sua estrutura financeira, o capital social do Banco teve um acréscimo feito pelo Governo do Estado, de Cz$ 185.537 mil, representando um aumento real de 122%.

Quanto ao endividamento Especial, contraído no governo anterior, de Cz$ 1.224.540 mil reduziu-se para Cz$ 236.593, mil em 1986.

Houve um crescimento real nos depósitos a vista, num percentual de 68,9% e os depósitos a prazo reduziram-se de Cz$ 1.084,284 para Cz$ 123.318 mil.

Em 1982 os depósitos à prazo representavam 270% em relação aos depósitos à vista, em 1986, passaram a representar apenas 18%, resultado este parte da política deliberada do governo que visou a reduzir custos elevados próprios dos depósitos à prazo.

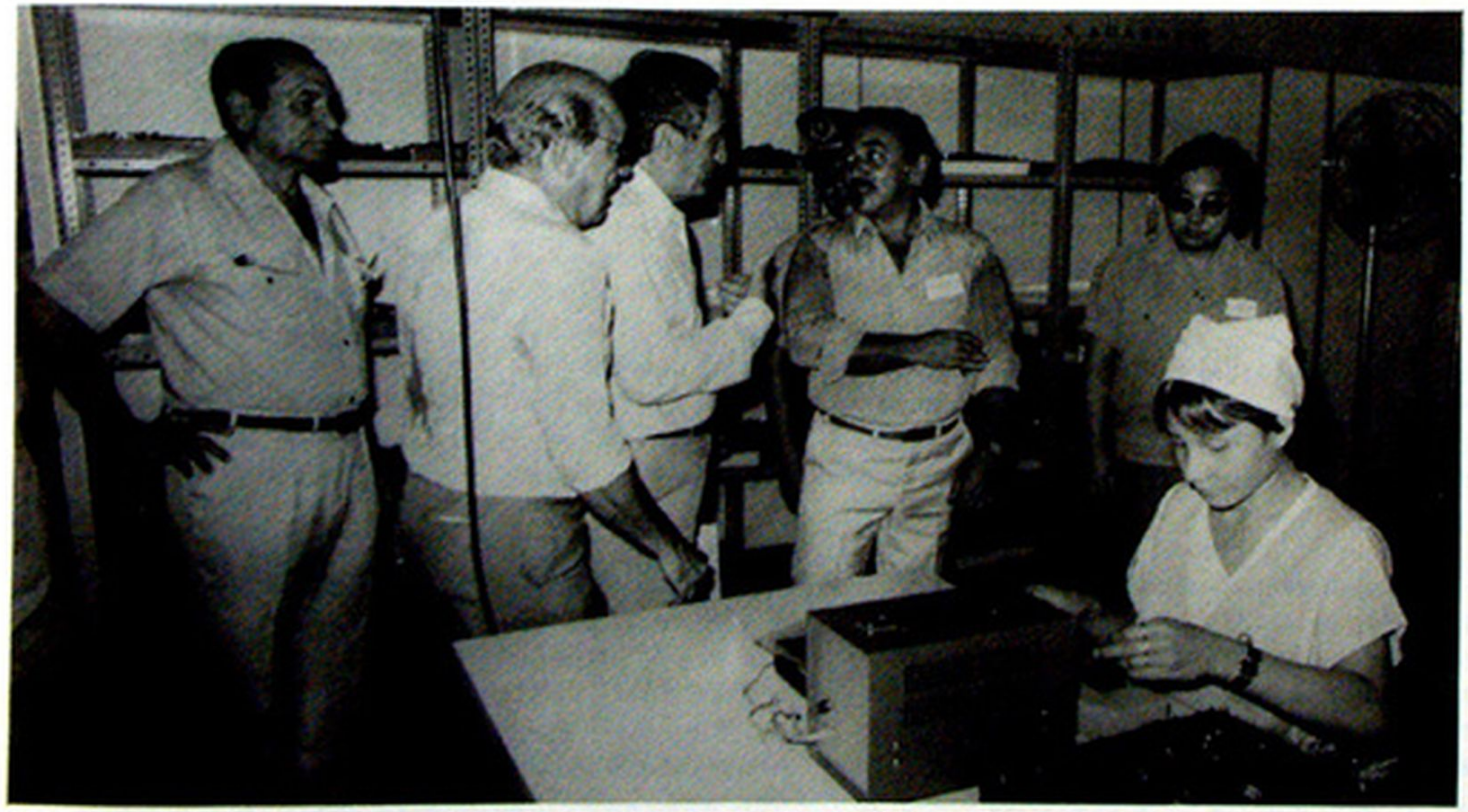
De uma situação desfavorável, cujas receitas operacionais correspondiam em 58% das despesas operacionais, o BEA, com um déficit de 42% passou a resultados positivos, consolidando-se em 1986, com um superávit de 5% nas suas receitas operacionais em comparação com as despesas.

Desempenho Financeiro BEA/1986

ITENS	Valores Constantes-Dez/1986
1. Receitas Operacionais	1.089.735
2. Despesas Operacionais	1.029.199
3. Resultado Operacional	60.536
4. Patrimônio Líquido	232.372
5. Endividamento Especial	236.593
6. Depósitos Totais	800.602
Dep. à Vista	677.284
Dep. à Prazo	123.316

Com esses resultados, principalmente com a consolidação da situação positiva do exercício de 1986, coloca-se o Banco do Estado do Amazonas S.A., em posição favorável para desempenhar o papel que lhe cabe como um dos esteios, na área financeira, do desenvolvimento amazonense.

A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO



Com incentivos do Governo do Estado dezenas de novas empresas foram instaladas no Amazonas, com aproveitamento de milhares de pessoas que provaram uma grande capacidade de produção.

Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

Em um ano mais de doze mil novos empregos

Mais de doze mil novos empregos foram gerados no ano passado, nos projetos analisados e aprovados pela Secretaria da Indústria e Comércio, o que significou a injeção de recursos e a criação de atividades indiretas que praticamente duplicaram o número de empregos.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, com seus órgãos vinculados, alcançou êxito em suas atividades no exercício de 1986.

No aspecto administrativo foi observado melhoramento do desempenho pretendido pela SIC, através da elaboração do novo organograma, prático e funcional, inserindo-se a criação da Coordenadoria Geral e de alguns setores de serviço e apoio.

A Auditoria, na fase de definição de suas atribuições, prestou grande colaboração, orientando e encaminhando empresários de várias categorias ao CEAG/AM, Banco do Brasil e BEA, para informações sobre financiamento.

À Coordenadoria Setorial de Relações do Trabalho compete acompanhar o cumprimento das obrigações sociais das empresas incentivadas pelo Estado, mantendo sempre perfeita harmonia entre indústria, classes empresariais e a Secretaria. Como tarefa prioritária, neste período, registramos sua participação nos momentos difíceis vividos pelos trabalhadores do Distrito Industrial. Quando os patrões dispensavam seus empregados, em razão das expectativas provocadas pelas medidas econômicas adotadas pelo Governo, a Coordenadoria articulava-se com outros grupos de empresas recém-implantadas ou em fase de ampliação, com possibilidade de vagas, propondo-se a colaborar na captação de mão-de-obra necessária às suas atividades, uma vez que se chegou a ter registrado no Balcão de Empregos da SIC o total de 2.811 candidatos das mais diferentes categorias profissionais, sendo aproveitados 2.021; os demais ficaram aguardando chamada para turnos de produção.

A Coordenadoria Setorial de Planejamento desenvolveu como atividades especiais, a participação da SIC em empreendimentos e eventos, como entendimentos junto à Coordenação do Ministério da Indústria e Comércio, viabilizando financiamento dos projetos Zona Franca e Madeira, no Seminário sobre Sistema de Informação realizado no MIC, Brasília-DF, contatos com o setor de promoção de feiras, para o entrosamento da SIC com o Sistema de Cooperação Técnica e de divulgação pelo MIC-CDC.

Nos procedimentos de rotina, orientou e acompanhou, através de representação no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o público interessado em registro de marcas ou patentes, no total de 196 pedidos de registro e 16 petições diversas.

Com excelente desempenho técnico, o Departamento de Desenvolvimento da Indústria desenvolveu suas atividades através de suas quatro Divisões:

Divisão de Análise e Incentivos:

- Tendo como atividade maior a Análise de Projetos Técnico-Econômicos de Implantação e Diversificação, essa Divisão sugeriu em sua programação de trabalho, para o ano de 1987, a reformulação dos atuais critérios de avaliação, tornando-os mais condizentes com a realidade técnico-econômico-social.
- No exercício de 1986 foram analisados e aprovados 121 projetos assim distribuídos:

Projeto de Implantação: 63

- 16 de bens intermediários
- 10 de bens que utilizam matéria-prima regional
- 03 de bens de capital
- 09 de bens destinados à alimentação, vestuário e calçados.
- 25 de bens de consumo.

Projetos de Diversificação: 58 nas seguintes localidades:

- 07 de bens intermediários
- 02 de bens que utilizam matéria-prima regional
- 02 de bens de capital
- 47 de bens de consumo.

Todos esses projetos juntos irão gerar, ao curso de suas atividades produtivas, o total de 12.701 novos empregos e investimentos fixos de Cz$ 1.772.234.675 (hum bilhão, setecentos e setenta e dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco cruzados).

Divisão de Laudo Técnico:

- no acompanhamento do processo produtivo das empresas incentivadas, a Divisão inspecionou os níveis de montagem, industrialização e nacionalização de fabricação de bens, estoque de matéria-prima e produtos acabados. Foram emitidos 512 laudos técnicos: 486 relativos à inspeção e 26 de renovação.

Divisão de Avaliação e Acompanhamento:

- elaborou estudos, resultando no Programa de Aplicação da Política de Incentivos Fiscais do Estado do Amazonas, para melhor acompanhar, avaliar e con-

VISITA IMPORTANTE

O Governador Gilberto Mestrinho procurou visitar sempre as indústrias, observando o grau de qualidade, nacionalização, mas principalmente os efeitos sociais da ação de cada empresa.

trolar a aplicação, pelas empresas beneficiadas, dos recursos dos incentivos fiscais dentro da legislação vigente.

Divisão de Estatística Industrial:

- aprimorou, junto ao PRODAM e o Banco de Dados da SIC, esquemas mais dinâmicos na geração de informações.

A SIC, além das tarefas específicas de seus órgãos vinculados, desenvolveu atividades junto às indústrias, participando do Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa, através do CEAG/AM, com recursos de Cz$ 1.450.000,00, contribuindo para a realização da IV Feira de Móveis e IV Feira do Vestuário, com recursos no valor de Cz$ 240.000.00.

Quanto às providências iniciais de implantação do Distrito Industrial de Parintins, foram registrados, no exercício de 1986, recursos no valor de Cz$ 3.000.000,00, destinados à implantação da 1.ª fase, onde foram executados serviços de desmatamento, terraplenagem, preparação da infra-estrutura e saneamento.

Concluindo, salienta-se a importância da atuação da SIC que, em conjunto com o Governo, administrou de maneira eficaz a política de incentivos fiscais que rege as empresas implantadas no Estado, obtendo ao final do exercício saldo positivo quanto à administração dos meios voltados à concessão e gerência de incentivos fiscais para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

PRODUTOS NOVOS

Foram dezenas de novos produtos lançados na Zona Franca o que atesta o acompanhamento do Governo do Estado, sempre disposto a oferecer incentivos em troca de novos empregos de cada empresa, crescendo, chega a oferecer.

EMPRESA AMAZONENSE DE TURISMO-EMAMTUR

RELATÓRIO — 1986

A EMAMTUR destaca-se a cada ano pela dinâmica na evolução e projeção do turismo no Estado. Com várias campanhás promocionais, a nível nacional e internacional, a EMAMTUR divulgou com sucesso as potencialidades turísticas e de investimentos da nossa região, transformando o Amazonas em importante centro de atração. Em 1986 foram registrados, nos hotéis classificados de Manaus, 250.000 turistas, sendo 55.000 estrangeiros. Com base no gasto médio diário pesquisado pela EMAMTUR, a receita gerada é de aproximadamente US$ 16,5 milhões no Amazonas, considerando que cada turista permanece cerca de 3 dias em Manaus.

Esse resultado tem enorme e prolongado efeito multiplicador, especialmente no que se refere à redistribuição de renda, geração de divisas e empregos, com incidência nos setores de produção e comércio.

De 1983 a 1986 apenas dois hotéis foram inaugurados, enquanto o crescimento da demanda hoteleira foi, neste período, cerca de 100%.

A oferta de leitos dos estabelecimentos de hospedagem de Manaus em dezembro de 1986 é de 3.500. As perspectivas de um aumento, a curto prazo, ficam em função de 3 hotéis que estão em fase de ampliação e 1 em construção, acrescentando à oferta hoteleira classificada aproximadamente 1200 leitos.

Dois novos hotéis, na categoria cinco estrelas, estão com seus projetos em andamento, com início das obras previstas para maio/87, acrescentando 450 apartamentos no mercado.

Merece especial atenção a Cultura Popular do Estado através de suas espontâneas manifestações, como os Festivais Folclóricos de Manaus, Parintins e Itacoatiara, a Festa do Guaraná, em Maués, a Procissão Fluvial de São Pedro.

Traduzindo o aspecto sócio-cultural da população e situando o homem em seu espaço geográfico, eis que a EMAMTUR vem nesses últimos quatro anos fomentando, através de uma divisão da Diretoria de Operações, o resgate das raízes culturais do Estado e estimulando o exercício das pesquisas de caráter científico sobre as referidas manifestações, atualmente em estágio puramente folclórico.

Dentre as atividades desenvolvidas em 1986 pela EMAMTUR, merecem destaque os seguintes eventos:

- EVENTOS LOCAIS:

  Encontros de Técnicos das Secretarias de Fazenda das Regiões Norte e Nordeste - 20 a 23.01.86 (SEFAZ + apoio EMAMTUR)

  Feira Livre de Arte, Praça da Saudade — 26.01.86

  Concurso Rainha do Carnaval/86 - 31.01.86

  Batalha de confete: Seringal Mirim, Cidade Nova, Praça 14 de Janeiro, Petrópolis, Conjunto D. Pedro I, Morro da Liberdade. (Governo do Estado — apoio EMAMTUR)

  Alvorada alusiva ao aniversário da Praça 14 de janeiro. (Governo do Estado — apoio EMAMTUR)

  III Forum Nacional de Secretários do Trabalho — 01 a 04.02.86. (SETRABES — apoio EMAMTUR)

  Carnaval de Rua/86 — Projeto Cante o Nosso Carnaval — 08 a 11.02.86 (Governo do Estado, através da EMAMTUR)

  III Encontro Nacional dos Dirigentes das Empresas de Saneamento — 01 a 28.02 86 e 01 a 02.03.86 (COSAMA — apoio EMAMTUR)

  Simpósio Internacional do Estatuto de Conservação da Panthera Onça e gestão da Fauna selvagem na Floresta Neotropical Unida — 03 a 04.04.86 (Governo do Estado — apoio EMAMTUR)

  Exposição no Museu Tiradentes — 21.04.86 (Polícia Militar — apoio EMAMTUR)

  Semana Nacional do Meio Ambiental — 05.06.86 (CODEAMA — apoio EMAMTUR/NATUR)

  Escolha da Rainha do XXX Festival Folclórico do Amazonas — 06.06.86 (Governo do Estado, através da EMAMTUR/NATUR)

CARNAVAL ESPECIAL

Propondo a montagem de blocos, escolas com temas elevados, criando uma mentalidade de diversão e ao mesmo tempo de produção artística, a Emamtur transformou a grande festa popular, num encontro das comunidades na criação da alegria popular.

XXX Festival Folclórico do Amazonas — 08 a 29.06.86 (Governo do Estado através da EMAMTUR/NATUR)

VIII Encontro de Ecologia do Amazonas — 02 a 07.07.86 (SEDUC — apoio EMAMTUR/NATUR)

Conferência para oficiais da Escola Superior de Guerra — 01.08.86 (Governo do Estado — apoio EMAMTUR/NATUR)

- EVENTOS NACIONAIS:

Campanha Nacional "Amazonas Natureza Vida"
Belém — 14.04.86
Fortaleza — 16.04.86

Festival Gastronômico do Amazonas
São Paulo — de 08 a 22.08.86

Congresso Gastroentereologia
São Paulo — 07.09.86

- EVENTOS INTERNACIONAIS

FITUR. (Feira Internacional de Turismo)
MADRID-ESPANHA — 28.01 a 02.02.86
SMTV — Salão Mundial de Turismo
Paris — França — 07 a 16.02.86

Feira de Turismo de Hamburgo
Hamburgo — Alemanha — 15 a 23.02.86

- BIT — Bolsa Internacional de Turismo
  Milão — Itália — 19 a 23.02.86
- VARIG WORKSHOP
  SALZUR — ÁUSTRIA
  VIENA
  AMSTERDAM
- ADVENTURE TRAVEL CONFERENCE
  TORREMELINOS — ESPANHA — 21 a 25.04.86
- COTAL — Congresso de Confraternização dos Agentes de Viagem da América Latina
  Recife — (Brasil) 11 a 17.05.86
- MEET BRASIL
  Rio de Janeiro — 26 a 28.06.86
- VARIG — WORKSHOP
  Osaka e Tokio (Japão) — 08 a 16.06.86
  Sidney e Melbourne (Austrália)
  ORLAND (Nova Zelândia) 11 a 23.07.86
- VASP PROMOCIONAL
  CURAÇÃO
  ARUBA — 30.08 a 07.09
  SANTIAGO (Chile)
  Montevidéu (Uruguai) 14 a 23.09.86
- AAAVYT — BARILOCHE (JRG) 14 a 23.09.86
- EL MERCADO
  Guatemala — 06 a 08.09.86
- ARTAS — 7th
  Rio de Janeiro — 13 a 17.10.86
- SPEEDBIRD
  LONDRES — 21.10.86
- BRUSSEL TRADE FAIR
  Bruxelas (Bélgica) 20 a 23.11.86
- WORLD TRAVEL MARKET
  Londres — Inglaterra — 26 a 20.11.86

A AMOSTRA DA CAPACIDADE

A cada ano os carnavalescos, que têm recebido apoio do Governo do Estado vem criando mais nos carnavais e fazendo a beleza da avenida.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS — CEAG

RELATÓRIO — 1986

O CEAG — Amazonas, órgão executor do programa de apoio às micro, pequenas e média empresas, registra o cumprimento pleno das metas que foram planejadas, evidenciando que, ao longo do exercício, aceitou o desafio de outras responsabilidades de trabalhos, alcançando, no global, resultados positivos.

O ano de 1986, em termos administrativos, caracterizou-se por ser um período de mudanças em todos os aspectos.

Uma das modificações de maior impacto ocorreu nas normas do sistema pessoal, que sofreram processo de reestruturação integral, dado que as normas anteriores distam o primeiro período de existência desta organização.

Em 1986 elaborou-se o novo Estatuto Social do CEAG/AM, definindo-se uma atitude de atualização para o momento de hoje, em que se buscará redução no gigantismo do número de membros do Conselho Deliberativo maior grau de participação.

O CEAG/AM proporcionou, aos técnicos e pessoal administrativo, cursos e seminários que se refletiram na qualidade dos serviços prestados.

A partir de uma proposta original projetada para Cr$ 10,7 milhões de cruzeiros, posteriormente corrigida para Cz$ 7.800.000,00 — (sete milhões oitocentos mil cruzados) o CEAG enfrentou dificuldades para obtenção desses recursos durante todo o exercício.

Sendo as principais fontes de recursos do CEAG/AM originárias de órgãos públicos e considerando o esforço do Governo de reduzir os seus gastos, este organismo também sofreu consequências do estabelecimento dessa política.

Um dos caminhos alternativos de solução foi buscar maior participação financeira do Governo do Estado, através da SEPLAN, SIC e SEFAZ como demonstra o quadro I.

PROINTER

Programas de Fomento à Industrialização do Interior estiveram voltados à promoção do desenvolvimento empresarial dos Municípios, através da operacionalização de ações que resultam em mudanças a partir da identificação das potencialidades regionais e da vocação empresarial pertinentes a cada Município.

O PROINTER contemplou, em sua estrutura operacional, três subprojetos, a saber:

- Desenvolvimento Empresarial de Municípios — visando ao apoio institucional, bem como treinamento, consultoria, assistência financeira e tecnológica, buscando uma forma de atração conjunta de modo a propiciar o atendimento para um extrato de empresas situadas no interior do Estado e que apresentasse dificuldade de acesso às informações correntes de apoio.
- Projeto Mercúrio — visando a capacitar o maior número possível de empresários, dando-lhes orientações técnico-gerenciais da radiodifusão que certamente os ajudarão a incrementar a condução da sua própria atividade empresarial.
- Fomento á Industrialização do Interior — visando à operacionalização de ações que resultassem em mudanças, a partir da identificação das potencialidades regionais e da vocação empresarial dos Municípios.

As qualidades resultantes da operacionalização deste programa estão embasadas nos objetivos pretendidos. A população alvo deste programa refere-se aos micros e pequenos empresários, bem como aos funcionários das empresas atendidas e seus dependentes.

PROMICRO

No exercício de 1986 desempenhou suas atividades através da execução de três projetos — Atendimento a Grupo Comunitários; Capacitação Básica e Desenvolvimento Empresarial de Bairros e Municípios, todos com o objetivo de promover o fomento, desenvolvimento e expansão das microempresas no Estado, através da aplicação de instrumentos de Assistência Gerencial, proporcionando, a estas pequenas unidades empresariais, condições de competitividade no mercado.

TREINAMENTO EMPRESARIAL

Trata-se de uma atividade que tem cada vez mais consoli-

FEIRA DE TRABALHO

A Feira do Vestuário, organizado pelo CEAG-AM, tem uma finalidade importante: atrair empresários para o setor, gerar empregos e criar novas alternativas de desenvolvimento do Estado. Objetivos que foram plenamente alcançados.

dado sua participação no Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa. Seu objetivo é transmitir modernas técnicas gerenciais, desenvolver atividades que possam melhorar o relacionamento interpessoal entre os diversos níveis hierárquicos nas empresas.

PROPEME:

Tem como objetivo prestar assistência gerencial as micro, pequenas e média empresas, constando de um conjunto de 7 projetos voltados para: Desenvolvimento do Setor Produtos Alimentares, apoio gerencial e creditício, Oportunidade de Negócios, Cadastro Empresarial, apoio a Empresa Exportadora, merecendo destaque as seguintes realizações:

a) Desenvolvimento do Setor Madeira:
- Elaboração de 14 projetos/propostas de financiamento e/ou incentivos fiscais, envolvendo recursos da ordem de Cz$ 5.000.000,00.
- Realização de IV FEIMOV, que contou com a participação de 34 empresas, 3 instituições de ensino e pesquisa, com uma frequência de 15.000 pessoas aproximadamente.

b) Desenvolvimento do Setor Vestuário:
- Elaboração de 06 propostas de financiamento/incentivos fiscais envolvendo recursos da ordem de Cz$ 873.280,00.
- Realização da IV Feira do Vestuário, que contou com a participação de 44 empresas e a frequência de 30.000 pessoas aproximadamente.

c) Desenvolvimento do Setor Produtos Alimentares:
- Elaboração de 08 propostas para financiamento envolvendo recursos da ordem de Cz$ 3.100.000,00.

d) Projeto — Apoio Gerencial e Creditício:
- Implantação de uma Central de Compras para as empresas do setor de Construção Naval, com a participação de nove empresas:
- Elaboração de 07 propostas de financiamento envolvendo recursos da ordem de Cz$ 13.638.000,00.

e) Projeto — Oportunidade e Negócios:
- Divulgação de dezenove pregões industriais, objetivando facilitar os negócios de compra e venda entre as empresas interessadas.

f) Projeto — Apoio a Empresa Exportadora:
- Realização de exportações no valor aproximado de US$ 222.573,08.

O ano de 1986, pela característica da política econômica em vigor, marcadamente direcionada para a promoção do crescimento econômico, condicionou a atuação deste agente de apoio às MPMES no sentido de promover o crescimento das empresas existentes inseridas neste contexto, bem como provocou um processo de ação voltada para fazer surgir empresas, tendo em vista que os ganhos decorrentes da ciranda financeira foram periódicamente desaquecidos.

Considerando-se os fatores conjunturais e analisando o desempenho global deste agente técnico, identifica-se que, neste exercício, o CEAG/AM teve uma forte capacidade de adaptação à nova realidade econômica e, pelos resultados alcançados, a sua contribuição e esforço de fortalecer o segmento das micro, pequenas e média empresas foi singular e efetivo.

QUADRO I
CEAG/AM
DEMONSTRATIVO DA RECEITA
1986

FONTES	VALOR (Cz$ 1,00)	%
1. CEBRAE	3.876.470	42,00
2. SUFRAMA	770.000	8,00
3. GOVERNO DO ESTADO	2.164.561	23,00
3.1 FUNEDE	596.561	6,00
3.2 CODEAMA	185.000	2,00
3.3 SIC/AM	1.410.000	15,00
4. RECURSOS PRÓPRIOS	2.434.802	26,00
TOTAL	9.245.833	100,00

ORGANIZAÇÃO PARA PEQUENOS

Organizando os pequenos empresários, montando estruturas de gerência e desenvolvimento, o Governo promoveu o crescimento de um dos mais promissores setores de atividades no Estado: os micro e pequenos empresários.

Secretaria de Estado
de Educação e Cultura

Uma escola de três em três dias no Amazonas

Se for por vaga escolar ninguém ficará sem estudar no Amazonas. Nem em Manaus e nem no interior. A afirmação dita no início do Governo por Gilberto Mestrinho, foi cumprida. Construindo uma escola a cada três dias, o Governo projetou o ensino com um serviço público ao alcance de todos, fomentando o gosto pelo estudo para milhares de jovens. Mais do que isso: o Governo promoveu a qualidade do ensino melhorando escolas, aumentando os salários dos professores e instituindo o ensino regionalizado adequado as condições de cada área ou município.

O ESTUDO ORGANIZADO

O ensino no Amazonas é assim: vagas, escolas em todas as comunidades, professores motivados e organização interna. Foi um trabalho difícil, mas o Governador Gilberto Mestrinho conseguiu.

GOVERNO DO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — SEDUC

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Amazonas destaca-se por ser a maior estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo. Conta atualmente com 24.328 servidores: 12.749 na capital e 11.579 no interior, incluindo professores técnicos e auxiliares.

Os recursos aplicados pela SEDUC, no exercício de 1986, foram oriundos das Receitas do Tesouro do Estado e Fontes Federais, no montante de Cz$ 919.539.310,00, conforme quadro abaixo:

FONTE	VALOR (Cz$)	PERCENTUAL
SE/QE (1)	38.257.054	4,16
SE/QF (2)	31.337.260	3,40
TESOURO NACIONAL	11.392.651	1,23
TESOURO DO ESTADO	838.552.345	91,21
TOTAL	919.539.310	100,00

FONTE: SEDUC/DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
(1) SALÁRIO EDUCAÇÃO/QUOTA ESTADUAL
(2) SALÁRIO EDUCAÇÃO/QUOTA FEDERAL

No decorrer de 1986 a SEDUC enfatizou a ampliação da capacidade física da rede escolar, construindo 43 escolas no Estado: 07 na capital e 36 no interior, perfazendo o total de 191 salas de aula. Foram ainda recuperados e/ou ampliados 27 prédios escolares.

A nível de expansão e melhoria do atendimento a SEDUC proporcionou:

No ensino Pré-Escolar:

- criação de novas vagas no ensino Pré-Escolar; assistência técnico-pedagógica e administrativa a 46 escolas da capital e 170 do interior; fornecimento de material didático-pedagógico para 4.598 crianças na capital e 15.363 no interior. elaboração e distribuição de boletins informativos aos professores e realização do I e II Simpósio Pré-Escolar.

No ensino de 1° e 2° graus:

- implantação das Propostas Curriculares, em 15 escolas da capital; elaboração de uma Pré-Proposta de História e Comunicação e Expressão; implantação de 24 Classes de Aceleração, sendo 18 na capital e 06 no interior; assistência técnico-pedagógica a 111 escolas, incluindo capital e interior; elaboração dos documentos "Uma Política para o Ensino de 2° grau no Estado do Amazonas" e "Uma Política Educacional para o Magistério de 1ª a 4ª série"; elaboração de propostas de grades curriculares, conforme Resolução 06 do Conselho Federal de Educação, a serem submetidas à aprovação pelo Conselho Estadual de Educação; elaboração de material de apoio sobre metodologia para a operacionalização das propostas curriculares e Integração Social; Ciência e Matemática e implantação do serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E) nas escolas da capital e implantação da Habilitação Profissional em Processamento de Dados.

Visando a atender as necessidades de mercado de trabalho foi criado em 1986, o Centro Estadual de Ensino Profissionalizante em Informática, com apoio da SUFRAMA/CIEAM/FIEAM/FUCAPI, atendendo inicialmente 60 alunos.

Ainda nesta administração, foi inaugurada, em Manaus, a Escola de Mineração do Amazonas, com capacidade para atender 120 alunos, encontrando-se também, em fase de conclusão no Município de Parintins o Colégio Agrícola.

Na Educação Especial:

- assistência técnico-pedagógica às Escolas e Classes Especiais da capital e interior; cursos e estágios para professores e especialistas em diversas áreas; pesquisas para identificação de portadores de deficiência em 12 bairros da capital; realização do III Encontro Estadual de Educação Especial e do II Jogos de Inte-

ENCONTRO COM PROFESSORES

Sem que fosse necessário para discutir assuntos no relacionamento Governo com professores, o Governador Gilberto Mestrinho se fez presente, mostrou sua posição e ouviu as propostas e soluções.

gração do Deficiente; Implantação da Oficina Pedagógica.

Em relação à Assistência ao Educando foram realizadas as seguintes atividades:

• Distribuição de 1954 livros didáticos e 558.062 módulos escolares, realização de seminários sobre o Banco do Livro em Manaus e alguns Municípios do interior, beneficiando 620 professores; treinamento na Metodologia da Cartilha Pipoca; realização de encontros sobre o livro didático em outras Unidades da Federação; distribuição de 3.000 formulários para escolha do livro de 1ª e 2ª séries e distribuição de 5.000 boletins informativos sobre este Programa Nacional; realização de 4 cursos na área de saúde médico-odontológica; com a participação de alunos de 1° e 2° graus e membros de comunidades; assinatura de convênio com a Fundação SESP para a prestação de assistência-odontológica ao alunado interiorano em 17 municípios; atendimento em 21 gabinetes odontológicos e 19 consultórios médicos; intensificação do Programa Saúde do Escolar na capital e alguns Municípios vizinhos com o micro-ônibus equipado com gabinete médico-odontológico e oftalmológico; atendimento a 44.726 alunos com doenças detectadas nas áreas de saúde geral, oftalmológica, otologia e odontologia; aplicação de bochechos fluorados em 6.000 alunos de 20 escolas da capital; distribuição de 1.752 bolsas de salário educação para alunos de 1° grau de 19 escolas da capital e dos Municípios de Maués e Parintins; implantação do Programa Leitura no Parque realizado aos sábados à tarde nas praças arborizadas da cidade, atendendo crianças e pessoas de todas as idades; atendimento de 440 alunos de 2° grau através do Programa Bolsa de Trabalho; distribuição de 6.723 bolsas de estudo; implantação e implementação de 151 bibliotecas escolares na capital e interior; implementação de 40 hortas escolares na capital e interior; implantação e implementação da Associação de Pais, Mestres e Comunitários; distribuição de merenda de férias para os alunos e seus irmãos, na faixa etária de 04 a 06 anos.

Quanto ao desenvolvimento de ações culturais foram realizadas atividades de apresentação de peças teatrais, espetáculo musicais, danças, edições, Arte-Educação na capital e interior. Foram atendidos menores carentes do Bairro de Alvorada, através de repasse de recursos as Instituições Pró-Menor Dom Bosco e Inspetoria Laura Vicunã, para o desenvolvimento de cursos profissionalizantes. Foram iniciados trabalhos no Município de Humaitá, onde funcionam a Cooperativa do Pequeno Marceneiro e a Cooperativa de Dim-Dim e Picolé, Sabão, Doce Caseiro e Paçoca, Vassouras, Gaiolas, Brinquedos e Padarias; realização de cursos de Teatros de Bonecos, Brinquedos Populares, Artes Plásticas e Artes Cênicas, na capital e através do Projeto de Interiorização das Artes Cênicas nos Municípios de Itacoatiara, Parintins e Manacapuru.

Foram realizados cursos de capacitação de recursos humanos, com o total de 2.259 participantes: 455 da capital e 1.804 do interior.

Através do Núcleo de Recursos Tecnológicos foram realizadas as atividades de Lançamento do Livro Didático de Integração Social "Careiro", volumes 01 e 02, do Programa de Regionalização de Ensino para a 3ª série do 1° grau; elaboração e impressão do livro didático para o Município de Silves, com o lançamento previsto para a 2ª quinzena de janeiro/87; montagem e impressão da cartilha bilingue Saterê Mauê; reformulação e revisão do livro regionalizado no Município de Manaus para a 3ª série do 1° grau; pesquisa para avaliação e acompanhamento dos livros: Parintins, Itacoatiara e Careiro, já editados.

O considerável crescimento do setor educacional ocorrido no Estado, advem das profundas modificações e ajustamentos nos palnos e projetos implementados pelo Governo direcionando os recursos para a área de construção, ampliação, recuperação e modernização de prédios escolares, a fim de aumentar o número de salas de aula e, por via de conseqüência, o número de oportunidades educacionais.

Ademais, a melhoria da qualidade de ensino foi uma das principais metas da SEDUC, que neste período conseguiu fortalecer as ações voltadas ao processo ensino-aprendizagem e adotar alternativas de educação adequadas ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

INAUGURAÇÃO DE ROTINA

Quase uma rotina: uma escola construída a cada três dias significou uma inauguração no mesmo intervalo de tempo. Não raro, nas visitas feitas aos municípios, o Governador inaugurou num só dia, cerca de oito escolas.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL DO AMAZONAS — IER/AM

RELATÓRIO — 1986

O Instituto de Educação Rural do Amazonas — IER/AM, entidade autarquica, vinculada à SEDUC, tem prestado assistência à educação rural em todos os Municípios do Estado, numa tentativa de promover mudanças na situação educacional da zona rural através de programas e projetos, tanto financiados pelo Ministério da Educação como por instituições que atuam na zona rural, como SUDHEVEA, INCRA.

Em 1986 foram executados os seguintes projetos:

- SUDHEVEA-AEAPB — atendimento escolar em áreas de produção de borracha;
- INCRA — Assentamento no Rio JUMA/APUY;
- MEC/SEPS/QF — Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica;
- SE/QE — Complementação do Plano de Aplicação de Recursos;
- PDRI — Projeto de Desenvolvimento Rural Integral/Segmento Educação.

A programação das metas que compõem os projetos procuram garantir a integração das atividades obedecendo a uma mesma estratégia de trabalho.

PDRI — Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado.

Através do segmento educação desenvolveram atividades nos municípios de Barreirinha, Careiro, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Parintins e Urucará. Dentro de sua filosofia de adaptação do processo de ensino às áreas rurais, ligando a educação à realidade rural e aos processos produtivos, desenvolveu as seguintes metas:

Capacitação de Recursos Humanos:

- Treinamento de professores e supervisores municipais na implantação do Currículo de 1ª a 4ª série do 1º grau nos Municípios do Careiro, Iranduba e Urucará, bem como a 2ª etapa de Manaquiri beneficiando 189 professores e 7.666 alunos.
- Participação de técnicos do IER/AM em diversos encontros de caráter nacional, onde foram feitos intercâmbios de experiências em Educação Formal e Não Formal.

Mapeamento Escolar:

- O Mapeamento Escolar tem como objetivo gerar indicadores para a administração municipal, ampliar e melhorar a oferta dos serviços educacionais de 1º grau na área de sua jurisdição, racionalizando os meios existentes e ainda proporcionando condições para que os investimentos possam ser aplicados nas concentrações consideradas prioritariamente carentes.
- Para que fosse alcançado tal objetivo foi formada uma equipe de técnicos em edificações com a orientação de 02 instrutores do Estado da Bahia, tendo sido desenvolvidas técnicas tanto teóricas como práticas nos municípios de Manacapuru, Iranduba e Manaquiri.

Educação Não Formal:

- Com relação à Educação Não Formal realizaram-se três viagens à localidade de Anveres e uma em Andirobão e Santa Maria, com o objetivo de discutir e definir junto à comunidade a continuidade do processo de Educação Comunitária.
- Na localidade de Anveres constatou-se que as atividades comunitárias alcançaram bons resultados por iniciativa dos próprios agricultores que construíram e equiparam uma escola, dentro dos princípios do processo educativo, sob a responsabilidade do IER/AM, salientando-se que a participação da comunidade aconteceu desde o momento de decisões grupais até a execução desta obra.

Elaboração de Material Didático:

- Em 1986 a equipe técnica esteve empenhada na elaboração de cadernos de exercícios para uso dos alunos de 2ª a 4ª série com a finalidade de fornecer aos alunos e professores sugestões de atividades coerentes com os conteúdos e metodologia do Programa de Ensino.

Projeto de Atendimento Escolar em áreas de produção de borracha (SUDHEVEA):

- O Projeto SUDHEVEA, no atendimento escolar em áreas de produção de borracha, tendo por objetivo

FESTA NA INAUGURAÇÃO

Inauguração de um dos vários colégios no município de Tefé: toda a comunidade estudantil se fez presente. Afinal, a conclusão das obras do colégio era uma das antigas reivindicações.

melhorar as oportunidades educacionais para as crianças em idade escolar das áreas de concentração de borracha procurou dar continuidade às ações iniciadas nos anos anteriores, buscando uma mudança no sistema educacional nas áreas de sua abrangência. O Projeto é executado através de convênio firmado entre SUDHEVEA e IER/AM, com interveniência da SEDUC. Atinge 14 municípios do Estado: Carauari, Humaitá, Boca do Acre, Eirunepé, Pauini, Ipixuna, Juruá, Envira, Canutama, Tapauá, Lábrea, Manicoré, Coari e Borba, com um total de 141 professores, 141 escolas e 2.777 alunos.

Projeto de Assentamento Rio Juma:

- Teve início em 1985, quando o Instituto de Educação Rural do Amazonas, firmou convênio com o INCRA para apoiar técnica e financeiramente a implantação da Educação Básica (1° Grau — 1ª a 4ª séries) do projeto.
- Em 1986 funcionaram 26 classes nas 24 escolas do Projeto, no total de 24 professores beneficiando 577 alunos. As ações foram desenvolvidas junto aos articuladores, professores e comunitários decorrendo daí credibilidade ao Projeto junto aos agricultores e suas famílias. Realizou-se assessoramento por técnicos do IER/AM e representantes de entidades atuantes como INCRA, EMATER, SESAU e EMBRAPA.

Projeto de apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica:

- Está integrado ao Plano Geral da Secretaria da Educação, atendendo ao Ensino de 1ª a 4ª série dos 58 municípios do Estado. Baseado nos anos anteriores, o Projeto, em 1986, deu continuidade ao processo de estruturação da Educação Rural no Estado, integrando-se aos demais projetos do IER/AM com o propósito de obter resultados, como diminuição dos índices de repetência e evasão, melhor preparo dos professores para regência de classes e melhor estruturação da rede física escolar. Foram executadas, nesse sentido, as seguintes metas:

Capacitação de Recursos Humanos:

- Quanto à ampliação de Currículo de 1ª a 4ª. série do 1° Grau foi realizada, até dezembro de 1986, nos Municípios de Autazes, Tabatinga, Tefé, Anori, Envira, Ipixuna, Manicoré, Canutama, Eirunepé, Maués, Nova Olinda do Norte, Boa Vista do Ramos, Rio Preto da Eva e Novo Aripuanã, sendo que nos 5 últimos municípios os recursos utilizados foram do ano anterior (1985). Os municípios de Urucurituba, Nhamundá, Boca do Acre e Barcelos terão seus treinamentos realizados no 1° trimestre de 1987 com recursos de 1986. O adiamento deveu-se à solicitação dos Prefeitos. Os Municípios de Itacoatiara e Codajás, mesmo não constando na programação, por solicitação dos prefeitos foram atendidos pelo IER/AM. Com a realização dessa meta foram beneficiados 130 professores, 29,050 alunos; 30.350 documentos foram distribuídos gratuitamente, dentre os quais Programa de Ensino e jogos de cartazes de Alfabetização para uso do professor e Livro-Texto de 1ª a 4ª série para uso do aluno.

Estudos e elaboração de uma sistemática de avaliação do rendimento escolar:

- Realizaram estudos e análises visando a estruturar uma nova sistemática de avaliação do rendimento escolar para o ensino rural, baseada na realidade rural e fazendo parte integrante do Novo Currículo. Esse trabalho, durante a sua elaboração, foi assessorado pelo Conselho Estadual de Educação, tendo sido posteriormente colocado sob apreciação e aprovação do mesmo Conselho.

Cooperação Técnico-Pedagógica:

- Para sustentação das ações programadas e executadas tanto as Prefeituras, OME's, professores e alunos que compõem o sistema educativo da zona rural, realizaram-se visitas e reuniões de supervisão, com o propósito de dar orientações, acompanhar e avaliar as atividades técnico-administrativas, concernentes a cada um dos municípios.

Em algumas localidades dos municípios de Manacapuru e

INCENTIVO ÀS ESCOLAS

Além de construir, reformar ou ampliar as escolas do Estado, o Governador Gilberto Mestrinho incentivou a montagem de escolas produzidas por comunidades ou por grupos de pessoas interessadas na formação das crianças.

Careiro, onde já foi implantado o Currículo de 1ª a 4ª série efetuaram o acompanhamento e avaliação do Programa de Ensino e dos materiais de apoio, tendo sido constatado sua validade, não somente junto aos professores e alunos, como também junto aos agricultores e suas famílias, tendo em vista ser um material adequado à realidade e por atender de modo especial o problema das classes multisseriadas.

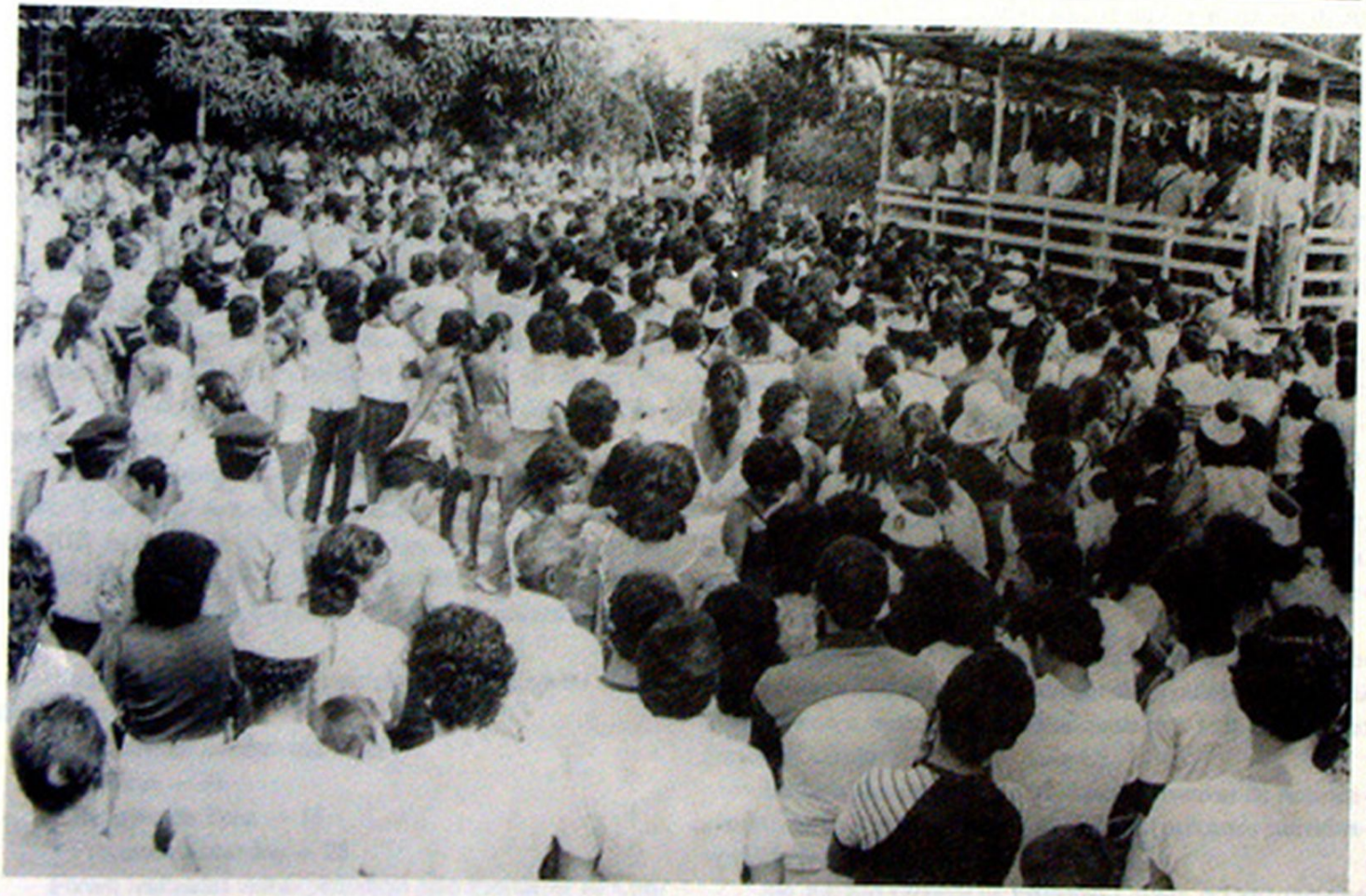
Com a presença do Consultor do Banco Mundial, a Diretoria do IER/AM e articulador do PDRI, realizaram-se viagens aos Municípios do Careiro, Manacapuru e Iranduba, com o propósito de supervisionar as instalações das escolas financiadas com recursos do PDRI. No Município de Manacapuru, além desta supervisão, manteve-se contato com a equipe de Mapeamento Escolar, para acompanhar "in loco" o trabalho desenvolvido.

Finalmente o IER/AM, no que se refere às suas atividades técnico-pedagógicas, alcançou no ano de 1986, de forma geral, resultados positivos executando atividades que proporcionaram e viabilizaram melhorias na situação educacional da zona rural.

A NOVA REALIDADE

Hoje, quase todos os colégios de Manaus possuem quadras ou espaços para os estudantes realizarem exercícios e até jogos, fomentando o relacionamento entre as escolas.

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO IÇOTI



Com a criação do atendimento jurídico gratuito e o Juizado Especial das Pequenas Causas, o Governo Gilberto Mestrinho, levou mais justiça aos necessitados, abrindo focos de luzes, neste setor.

Secretaria de Estado do Interior e Justiça

Atendimento ao público: uma questão de justiça

A organização do sistema penitenciário, foi uma grande realização da Secretaria do Interior e Justiça, integrando o apenado ao convívio social e dando segurança ao processo, não foi tudo. Toda a comunidade, na faixa dos mais carentes teve um atendimento jurídico gratuito, além da criação do Juizado Especial de Pequenas Causas que age como conciliador.

Voltado para o interior, o Governo atuou nos municípios, com a estrutura do Icoti, oprientando Prefeituras, dando cursos e oferecendo projetos para a expansão urbana das cidades.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA-SEIJUS

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria do Interior e Justiça, com seus órgãos vinculados, desenvolveu suas atividades em 1986, beneciando as comunidades dos Municípios e a população carente de Manaus.

Nesse sentido, atuou através do funcionamento do Sistema Penitenciário, prestação de Assistência Jurídica Gratuita aos interessados, Assistência Técnica às comunas e publicação de atos do Poder Público, através da Imprensa Oficial.

O Sistema Penitenciário compõe-se das seguintes unidades: Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, Colônia Agro-Industrial Anísio Jobim e Conselho Penitenciário.

Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa — destacaram-se atividades como entrevistas corretivas; atendimento e acompanhamentos pessoais, pareceres técnicos sobre internos; assistência médica junto aos internos e educação física para os detentos.

Colônia Agro-Industrial Anísio Jobim — destacaram-se as seguintes atividades: projeto de reintegração do apenado ao convívio social com a aplicação da terapêutica ocupacional, obtendo-se bons resultados com o preenchimento do tempo ocioso; pagamento do pró-labore aos que exercem na Colônia atividades produtivas, constituindo-se motivação suficiente para despertar o interesse de todos.

Conselho Penitenciário — conforme determina o item III do art. 70 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11.07.84) e o item XIII do art. 1º do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 491, de 14.03.1966, funcionou de maneira eficaz como Colegiado integrando a estrutura organizacional da SEIJUS.

Os processos submetidos a estudo no plenário desse Conselho foram:

- Livramento condicional — 23
- Indultos — 03
- Redução de Pena — 15
- Processos Autuados — 28

Foram realizadas visitas periódicas pelo Presidente do Conselho, Membros do Poder Judiciário, MM. Juiz das Execuções Criminais às duas Casas de recolhimento dos condenados em regime fechado e semi-aberto.

Através dos Decretos 8.883, de 13.11.85, e 9.619, de 09.07.86, foram instituídos dos Conselhos: CONEN/AM — Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com as atividades assim discriminadas:

CONEN/AM — Curso de Prevenção ao uso de Drogas: Seminário Estadual Abuso de Drogas; elaboração de 3.000 revistas abordando a problemática do uso indevido de substâncias tóxicas, distribuídas em escolas e entidades assistenciais; 5.000 folhetos Projetos PREVIDA MEC — Prevenção, Educação e Vida.

CEDDPH — Este Conselho está em fase de instalação e tem como finalidade promover a divulgação do conteúdo e da significação de cada um dos direitos da pessoa humana.

Visando a atender os interessados que buscam auxílio da SEIJUS-DAJ, foram realizadas, através do Departamento de Assistência Jurídica, as seguintes atividades:

Capital — Nas Varas Cívis e de Família foram ajuízadas — 736 ações, com destaque para ações de Alimentos e Separação Judiciais Consensuais no total de 212 e 165, respectivamente.

Sob a política da Coordenação do Departamento, de envidar todos os esforços no sentido de conciliar os interesses, normalmente conflitantes dos clientes, foram celebrados na área de família acordos, nos quais foram estabelecidos valores em dinheiro a título de Pensão Alimentícia.

O Departamento de Assistência Jurídica — DAJ atuou ainda na prestação de Assistência Judiciária aos réus revéis e carentes com a designação de Advogados de Ofício para as Varas Criminais e Varas de Execução, estes últimos sob a orientação do Coordenador do Sistema Penitenciário.

Na área criminal, o Departamento socorreu mais de 197 clientes, acompanhando-os nas diversas delegacias especializadas, e 217 nos Distritos Policiais, atendendo os direitos e interesses legítimos dos juridicamente necessitados.

Inaugurou-se o 1º Escritório periférico nos bairros do Alvorada e Compensa, proporcionando àquela população Assistência Jurídica sem a necessidade de deslocamento à sede do DAJ no centro da cidade.

Instalou-se, ainda na capital, Varas Privativas da Assistência Judiciária, dando-se maior celeridade aos processos patrocinados pelo Departamento.

No Juizado Especial de Pequenas Causas, o Departamento de Assistência Judiciária mantém todas as quintas-feiras, dia de reunião do Colegiado, dois Advogados de Ofício que atuam como conciliadores, atendendo, durante o ano de 1986, 13 clientes.

A importância de um órgão no Estado, tecnicamente aparelhado visando, através de prestação da assistência judiciária gratuita proporcionar a população carente serviços eficientes de justiça, pode ser observado pelo número de ações ajuizadas detalhadas nos Quadros I e II.

Interior — estenderam-se as atividades do Departamento de Assistência Judiciária aos Municípios de Manacapuru, Parintins, Barreirinha, Itacoatiara e Careiro, implantado-se, nos dois primeiros, Escritórios para tendimento e acompanhamento da população carente.

ICOTI

O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal — ICOTI, órgão vinculado à SEIJUS, tendo como função a assistência técnica aos Municípios, perseguiu seus objetivos atendendo todo um plano de expansão, na elaboração de projetos e atividades para que fosse melhorada a vida das populações interioranas. Dentre os trabalhos desenvolvidos destacam-se alguns projetos como:

- Treinamento de servidores municipais com Cursos de Tributação Municipal, Elaboração Orçamentária, Prestação de Contas e Encerramento de Exercícios, Administração de Material e Patrimônio;
- Elaboração do Plano de Ação Concentrada para os Municípios de Humaitá, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira e Tapauá (SUFRAMA);
- Elaboração de Cadastro Físico Imobiliário nos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, Manicoré e Borba (SEFAZ);
- Implantação de Cadastro Físico Imobiliário Fiscal nos Municípios de Boca do Acre, Barreirinha, Eirunepé, Carauari, Lábrea, Codajás e Parintins (SEFAZ);
- Delimitações de áreas urbanas no Município de Benjamin Constant (MINTER, SUDAM, PROMAM) e nos Municípios de Ipixuna, Fonte Boa e Coari (SUDAM, ICOTI, JURUÁ/SOLIMÕES);
- Casas Comunitárias de farinha nos Municípios de Anamã, Juruá e Codajás;
- Implantação de Viveiros de Guaraná e Laranja no Município de Anori (DEMA);
- Salgadeira Comunitária no Município de Coari.

ATIVIDADES DO D.A.J. NAS ÁREAS CÍVEIS FAMÍLIA E TRABALHO

QUADRO I

ÍTEM	AÇÕES	QUANT.
I	Alimentos	212
II	Separação Judicial Consensual	165
III	Separação Judicial Litigiosa	51
IV	Separação de Corpos	11
V	Divórcio Consensual	36
VI	Divórcio Litigioso	01
VII	Alvará Judicial	87
VIII	Busca e Apreensão de Menor	12
IX	Curatela	03
X	Cominatória	01
XI	Consignação em Pagamento	08
XII	Despejo	07
XIII	Execução Forçada	03
XIV	Exoneração de Pensão de Alimentos	02
XV	Execução de Título Judicial	03
XVI	Guarda e Posse de Filhos	02
XVII	Imissão de Posse	01
XVIII	Inventário	04
XIX	Investigação de Paternidade	05
XX	Negativa de Paternidade	01
XXI	Justificação Judicial	07
XXII	Majoração de Pensão de Alimentos	02
XXIII	Anualação de Registro	03
XXIV	Perdas e Danos	01
XXV	Reintegração de Posse	18
XXVI	Reclamação Trabalhista	21
XXVII	Retificação de Registro	59
XXVIII	Revisão de Pensão Alimentícia	04
XXIX	Regulamentação de Visita	01
XXX	Redução de Pensão Alimentícia	01
XXXI	Manutenção de Posse	01

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO — 1986

Em 1986 a Imprensa Oficial deu prosseguimento às suas atividades atingindo, no final do período, saldo positivo quanto ao crescimento das suas funções e melhoramento de sua estrutura técnico-administrativa.

Assim, em 1986, metas foram atingidas principalmente no tocante a ampliação e melhoramento das instalações da Autarquia, com a construção de um edifício de dois pisos para abrigar no térreo, área de lazer e sede da Associação, e no pavimento superior, um auditório polivalente, especialmente destinado a treinamento de recursos humanos.

Para melhor desempenho de suas funções a Imprensa Oficial adquiriu várias máquinas para o parque gráfico, tais como:

- 01 Impressora OFF SET, marca CATU-Modelo 660
- 02 Unidades de um Sistema Novo de Fotocomposição
- novos espaços e novas fontes para os linotipos
- 01 tituleira para a difusão de OFF SET.
- 01 Processadora Multilinea 66-B.
- sistema de pré-registro "purchê", para trabalhos a cores.
- substituição, em chapas de ferro, do forro da mesa de paginação do Diário Oficial.

Foram treinados vários servidores, de modo a capacitá-los para tarefas de crescente complexidade.

Quanto ao aspecto financeiro o exercício de 1986, foi altamente positivo encerrando o ano em situação de superávit no montante de Cz$ 574.323,81.

Os resultados obtidos se expressam através de uma receita da ordem de Cz$ 27.618.928,23, e uma despesa de Cz$ 27.044.604,42. Comparada com o exercício de 1985, a receita de 1986 apresentou um crescimento de mais de 400%.

No aspecto de produção, a Imprensa Oficial atingiu no ano de 1986, o montante de 23.708.081 impressos, para uma produção de 19.798.403 em 1985, com um crescimento real de 3.909.678 impressos.

Quanto a publicação do Diário Oficial, foram editados 269 edições com 5.500 páginas e uma tiragem de 311.541 unidades anual.

Com estes números a Imprensa Oficial, no termino do ano de 1986, alcançou seus objetivos na área de informação levando o conhecimento aos órgãos e pessoas interessadas nos informes diários dos Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo para melhor embasamento de seus trabalhos e processos.

O MENOR E O MELHOR

Circulando com pontualidade, o Diário Oficial do Estado cresceu em número, tornando-se um documento de consulta de administradores, políticos e da comunidade.

DIRETORIA DE PRODUÇÃO
GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL Nº DE EDIÇÕES	MÊS	TIRAGEM DO MÊS	Nº DE PÁGINAS P/MÊS
27	01	31.472	412
17	02	20.114	312
22	02	26.631	336
22	04	26.468	612
20	05	22.029	436
22	06	26.535	424
21	08	23.806	340
21	09	24.766	420
21	10	24.220	388
23	11	26.923	396
30	12	32.000	1.000
TOTAL 269	—	311.541	5.500

Secretaria de Estado da Administração

Lição de trabalho e muita economia

Racionalizando os serviços públicos, desde a entrega de correspondências públicas, até a movimentação de veículos, a Secretaria de Administração, apresentou uma sensível economia de recursos e até mesmo de trabalho, gerando, com seus diversos sistemas, eficiência na oferta dos serviços públicos. Esta impecável organização é resultado de estudos e de análises que significaram também a adoção de medidas sociais de largo alcance, como uma remuneração para os hansenianos, no total de 1.200 que recebem pensão mensal do Estado.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO — SEAD

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria de Estado da Administração — SEAD, cumprindo seu programa de trabalho com o objetivo de maximinizar a eficiência técnico administrativa do Estado, desenvolveu em 1986, através de seus órgãos, as seguintes atividades:

Coordenadoria dos Sistemas de Transportes:

A Coordenadoria garantiu o abastecimento dos veículos das unidades da Administração Direta e Indireta, da Polícia Militar do Estado e da Administração Federal, de gasolina e óleo diesel.

O consumo de gasolina foi de 1.049.414 litros, com um aumento de 42.014 litros em relação ao ano de 1985 e o óleo diesel foi de 139.838 litros, com um acréscimo de 4.152, conforme quadro demonstrativo.

Este aumento decorreu do acréscimo de veículos do Estado de 48 carros, das campanhas de vacinação da SESAU, dos aumentos das cotas das ambulâncias, dos carros de algumas Secretarias, cotas extras para viagens ao interior do Estado, e de veículos postos à disposição de várias personalidades e autoridades que visitaram o Estado.

A Coordenadoria realizou ainda, a distribuição de gasolina e diesel; a entrega e recebimento da correspondência do Estado, através do Núcleo de Entrega e Recebimento da Correspondência Oficial — NERCO e participou ativamente da Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Inservíveis ao Estado.

Foram incorporados ao patrimônio do Estado 32 carros, 04 caminhões, 11 ambulâncias, 01 ônibus e 01 trator.

Departamento de Arquivo Público:

O Arquivo Público desenvolveu, em 1986, as seguintes atividades:

- Expedição de 41 Certidões e 9 Informações
- Classificação e Catalogação de 2.500 fichas financeiras
- Levantamento de obras novas realizado pelo Departamento de História da UA, através da equipe de alunos, sendo classificados, registrados e catalogados 250 obras entre livros e periódicos.
- Recebimento de visitas de vários estudantes e professores com a finalidade de pesquisar o passado histórico do Estado.

Consultoria de Material e Serviços Gerais:

A Consultoria, dentro de suas finalidades, participou da Comissão de Licitação da SEAD, tendo julgado 11 processos licitatórios relativos à aquisição de material e prestação de serviços para esta Secretaria.

Realizou o planejamento, organização, direção e controle do NERCO — Núcleo de Entrega e Recebimento de Correspondência Oficial. Este serviço atende a 48 órgãos públicos, transportando uma média de 240 documentos por dia.

Participou também de Comissão convocada pelo Palácio Rio Negro para efetivar a mudança do regime especial ou celetista, da Administração Direta do Estado. Junto à Auditoria Chefe da SEAD, elaborou a regulamentação do processo seletivo para a mudança do regime e o boletim de avaliação de desempenho a que todos os optantes se submeterão.

Coordenadoria do Sistema de Pessoal:

Dentro de sua finalidade examinou e informou 739 processos, relativos a aposentadoria, retificação de aposentadoria, exoneração, demissões, posse de servidores, disposição e prorrogação de funcionários, inclusão de proventos, recisão de proventos, pensão especial, licença especial, férias, relotação, licença para tratar de interesse particular, colocação de xerox do Diário Oficial para mandar ao Tribunal de Contas, elaboração de normas e expedição de certidões de contagem recíproca em formulários próprio desta Secretaria.

Banco de Dados:

O Banco de Dados mantém atualizado o cadastro dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta com relatórios periódicos elaborados pelo PRODAM.

O Sistema permite consultar as seguintes opções:

"Dados da ficha cadastral do servidor" — informando dados pessoais e funcionais.

"Dados do boletim financeiro do servidor" — sobre ganhos e descontos mensais.

"Quantidade de empregos por situação atual" — indica, por órgão, a situação em que se encontra os servidores, se em exercício regular, licença médica ou à disposição para outro órgão.

"Relação dos servidores por faixa de ganhos".

"Quantidade de empregos por vínculo" — informa, por órgão, o vínculo celetista, estatutário e outros do servidor.

"Resumo Financeiro da folha de pagamento.

MAIS EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA

Com a distribuição de moto-serras e dezenas de outros instrumentos agrícolas o Governador Gilberto Mestrinho estabeleceu maior eficiência no trabalho agrícola. E maior rendimento.

Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento

Os pequenos aprenderam a produzir e ter lucros

Antes do Governador Gilberto Mestrinho assumir o Governo, a atividade agrícola no Estado era sinônimo de muito sacrifício e pouco lucro a ponto de, a cada diz, dezenas de agricultores abandonarem suas atividades. Hoje tudo mudou: o Governo valorizou o trabalho do produtor, ajudou com sementes e implementos agrícolas, garantiu a comercialização a preços justos, eliminando o intermediário com o Mercadão do Produtor e lançado a campanha da cultura perene, pela qual cada agricultor, além das culturas de ciclo curto e colheita imediata se propunha a plantar no mínimo de três hectares de culturas perenes, valorizando suas terras e garantindo a permanência nesta atividade.

Atualmente novas famílias se inserem nesta campanha que diminuiu significativamente a dependência de importação de alimentos.

SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO — SEPROR

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento — SEPROR, órgão responsável pela Coordenação e implementação das políticas agrícolas do Governo do Estado, interveio diretamente no meio rural, através da mobilização de recursos, tantos humanos, quanto financeiros da ordem de Cz$ 58.354.994,29, visando a apoiar os produtores rurais, para obtenção de um volume de produção que sirva para a sustentação de suas famílias e para o abastecimento das cidades, com os excedentes comercializáveis.

Dentro do enfoque da coordenação e controle dos diversos programas e projetos que compõem as atribuições das entidades vinculadas, a SEPROR e projetos que compõem à EMATER/AM, à EMADE, à CEASA, e ao FRIGOMASA, como alternativa para o tratamento e racionalização na aplicação dos recursos disponíveis e, em contrapartida, o estancamento dos diversos problemas que afetam o desenvolvimento rural.

Além da função coordenadora das atividades do Setor Produção a SEPROR foi executora da Exposição Feira Agropecuária — XIV EXPOAGRO.

CEPA/AM

Com a finalidade de apresentar proposições alternativas de desenvolvimento setorial, com base nas políticas públicas dirigidas para Agropecuária Estadual, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Amazonas - CEPA/AM desenvolvel atividades que correspondem às diretrizes adotadas pelo Governo Estadual.

Na área de Planejamento a CEPA/AM realizou os seguintes trabalhos:

• Programação para o setor Agrícola do Estado do Amazonas — 86/89.

Trabalho que inclui onze perfis de projetos, tendo por objetivo incentivar, o cultivo de ciclo auto-isolados ou consumados com as culturas perenes, utilizando-se áreas de várzea e de terra firme para a produção de alimentos, proporcionando aos pequenos produtores ocupações rentáveis, capazes de lhes oferecer melhor bem estar e condições para a permanência na localidade de origem.

• Programa para o Setor Agrícola

Documento que visa à elaboração de uma proposta de ações e recursos, contemplando doze programas de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura estadual, a serem posteriormente consolidados num programa a nível federal.

• Estimativa de Produção e atuação Governamental 1986/87.

Foi elaborada uma programação de curto prazo para o Setor Agrícola, considerando a possibilidade de intervenções capazes de influenciar positivamente a safra 86/87, conforme orientação emanada do Ministério da Agricultura. A safra prevista foi de 4.274 t de arroz, 2.730 t de milho, 1.075 t de feijão e 10.477 t de farinha de mandioca.

• Programa Nacional de Irrigação (PRONI)

Este trabalho consistiu num programa de apoio à implantação de infra-estrutura física e ações de pesquisa de adaptação de tecnologia para produção de hortaliças e fruteiras, nas áreas de Manaus, Iranduba e Rio Preto da Eva, visando a incrementar a produção de alimentos para suprir a demanda do Estado.

• Programa de Produção de grãos

Trabalho sobre programa para implantação efetiva de uma agricultura comercial e auto/sustentável de grãos (milho, feijão e arroz) em várzeas do Amazonas, que possibilitará o aumento da oferta de alimentos básicos.

Deu-se continuidade aos trabalhos do PDRI/AM com a elaboração de questionários para coleta de dados a nível de CPR's e CPF's com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração do Plano Operativo Anual — POA 86/87 que objetiva apresentar aos órgãos interessados uma proposta de metas a serem alcançadas e recursos financeiros para o seu cumprimento, distribuídas racionalmente por segmentos, municípios e comunidades, procurando atender aos anseios do pequeno produtor rural, público-meta do PDRI/AM para o período de 1986 a março de 1987.

E M A D E

Com o objetivo de formular e executar a política de dendeicultura estadual, a Empresa Amazonense de Dendê - EMADE deu prosseguimento à execução das metas do projeto, consistindo basicamente na ampliação da cultura de dendê a ser implantada, execução de obras de infra-estrutura, tanto de estra-

MECANIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Não foram poucas as comunidades agrícolas que receberam, além dos implementos agrícolas, motores elétricos para estabelecer um novo tipo de vida, com sensível rendimento final.

das, pontes, etc.; como casas e instalações de apoio administrativo.

A viabilidade da cultura do dendê é comprovada na região. Isto tem atendido às expectativas que foram criadas com o início da implantação do projeto, que durante os primeiros anos desenvolveu técnicas e práticas agrícolas, atendendo as condições regionais.

Durante o período foram plantados 300 ha da cultura; a Empresa importou 100.000 sementes qualificadas e controladas de Popa Nova Guiné, 12.000 sementes da Costa do Marfim e 40.000 da CEPLAC da Bahia; 60.000 mudas foram formadas no viveiro e foram preparadas aproximadamente 500 ha de mata virgem.

O alto padrão tecnológico adotado na execução do projeto garantirá o retorno do investimento realizado e poderá representar a alavanca da economia da região, gerando empregos, evitando o êxodo rural sem ofender o ecossistema, uma vez que se trata de uma cultura cuja planta co-gênera tem seu habitat natural na Amazônia, conhecida como Caiaué.

CEASA

A Central de Abastecimento do Amazonas S/A — CEASA/AM, responsável pela execução do Programa de Abastecimento do Governo do Estado, em especial da cidade de Manaus, comercializou no período de 1986 volume total de 32.281.8 t de produtos, tendo importado de outros Estados 26.057,8 t.

FRIGOMASA

Na área de abastecimento de carne, figura o Matadouro de Manaus-FRIGOMASA, cujo objetivo é o abate, comercialização e industrialização de bovinos e suínos, com o aproveitamento integral das subprodutoras, objetivando o mercado regional.

No ano de 1986 foram abatidos 20.457, o que equivale a média mensal de 1.704 bois.

CODEAGRO

Integrando-se ao sistema operacional da agricultura e do abastecimento, a CODEAGRO, ampliou suas atividades em 1986 na direção do transporte de produtores ao mercado consumidor e à prática de ações voltadas ao fomento, comercialização e apoio às Cooperativas.

Além de contribuir para o equilíbrio da oferta de defensivos agrícolas no interior do Estado, a CODEAGRO manteve o acompanhamento sistemático, supervisão e orientação dos serviços prestados pelos 08 postos de venda de insumos (Manaus, Parintins, Barreirinha, Urucará, Itacoatiara, Manacapuru, Careiro e Novo Aripuanã), mantendo um estoque médio na ordem de Cz$ 2.400.000,00, numa seleção de 150 itens.

Na Central do Sopão, manteve a distribuição diária de 5.000 sopas para 16 comunidades em bairros carentes da capital.

A produção e abastecimento de sementes e mudas foi estimulada através da distribuição de sementes básicas de milho em Parintins, obtendo-se sementes certificadas para reprodução. Foram distribuídas sementes de arroz, milho, feijão e hortaliças para produção de alimentos nos Municípios de Manaus, Manacapuru, Iranduba, Manaquiri, Parintins, Urucará, Careiro e Barreirinha.

Quanto a comercialização da produção o Mercadão do produtor tem polarizado as atenções, tendo em vista estar apoiado pela estrutura de transporte de produtores existente.

O volume transportado no sentido Mercadão do Produtor/Comunidade e vice-versa atingiu 4,657 toneladas de produtos ali comercializados e transporte de 3.773 produtores.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS — EMATER/AM

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas, obedecendo às bases filosóficas do seu Plano Diretor e as diretrizes do Governo Federal e Estadual, no ano de 1986, dirigiu suas ações prioritariamente aos pequenos produtores rurais e suas famílias, envolvendo agricultores, pescadores, donas de casa e jovens. Foram assistidas diretamente 19.594 pessoas, conforme demonstrativo abaixo, atingindo os percentuais de 54%, 9% e 11% respectivamente.

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO %
PRODUTORES RURAIS	**12.878**	**56**
• Agricultores (1)	11.131	57
• Pescadores/Amadores (2)	1.747	9
MULHERES RURAIS (3)	**4.625**	**23**
JOVENS RURAIS (4)	**2.091**	**11**
TOTAL	19.594	100

Nem mesmo no distante município de São Gabriel da Cachoeira o Governador deixou de implantar, e incentivar o Escritório da Emater, garantindo assim a orientação técnica necessária aos agricultores.

As atividades desenvolvidas pela Empresa, junto aos produtores rurais obedeceram os seguintes programas:

- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado — PDRI.
- Programa Nacional e Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis — Provárzeas.
- Programa de Incentivos à Produção de Borracha Natural — Probor.
- Programa de Mobilização Energética — PME.
- Programa de Financiamento para aquisição de Equipamentos de Irrigação — Profir.
- Programa de Assistência Técnica ao Distrito Agropecuário da SUFRAMA-DA/SUFRAMA.
- Outros programas — sob esta denominação, custeados quase na sua totalidade com recursos do Governo do Estado, estão incluídos junto aos pequenos produtores não contemplados nos programas especiais.

Foram desenvolvidas ações complementares quanto a orientação às famílias rurais dando ênfase à Educação, Criação de Pequenos Animais, Cultivo e Consumo de Hortaliças e ainda treinamento sobre indústria caseira de alimentos, proporcionando às famílias com o excedente comercializado, além de outras rendas, uma alimentação mais rica e variada. Ressalte-se ainda, que a prática do artesanato tem sido opção econômica às famílias dos agricultores, assim como a construção e instalação de fossas sépticas, poços cisternas e mini-postos de saúde, bem como o encaminhamento dessas famílias para documentação pessoal.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

AÇÃO	FAMÍLIAS ASSISTIDAS (N.°)
• Educação Alimentar e Sanitária	3.642
• Criação de Pequenos Animais	960
• Indústria Caseira Alimentar	960
• Horta Doméstica/Comunitária	1.456
• Artesanato	902

RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADO	N.°
• Fossa Séptica construída	259
• Poço/Cisterna construída	3
• Mini-Posto de Saude	37
• Pessoa encaminhada para documentação pessoal	776

Destacam-se como atividades assistidas a formação de mudas de culturas perenes como forma de facilitar o plantio em módulo comunitário. Foi ainda incentivada a compra e venda em comum de produtos, através de cantinas comunitárias e feiras do produtor, além de trabalhos como Uso de Tração Animal, Uso de Adubos Orgânicos, Uso de Biodigestor e Bio Fertilizantes.

O RECONHECIMENTO DOS AGRICULTORES

Em Iranduba, os agricultores fizeram uma verdadeira festa para agradecer o apoio do Governador Gilberto Mestrinho. Festas iguais se repetiram por todos os municípios.

OUTRAS ATIVIDADES

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
• Cantinas Comunitárias	N.º	23
	Participantes	492
• Viveiro Comunitário/Culturas Perenes:		
Produtores Participantes	N.º	1.095
Mudas Produzidas	N.º	1.095.200
• Uso de Tração Animal	Produtor	202
	Animais	283
• Uso de Adubo Orgânico	Produtor	1.027
	Área (ha)	931
• Uso de Biogás/biofertilizante	Produtor	38
	Biodigestor (1)	39
• Feiras do Produtor	N.º	927
	Produtor	1.747
	Valor Comercializado (Cz$ Mil)	5.838

(1) Operando — 24
Em Construção — 01
Em reparo — 07
Construído não operando — 07

CULTURAS ASSISTIDAS E PRODUÇÃO OBTIDA

CULTURAS	PRODUTORES ASSISTIDOS	ÁREA (ha)/COLOCAÇÃO		PRODUÇÃO OBTIDA	
		TOTAL ASSISTIDA	TOTAL COLHIDA	UNIDADE	QUANTIDADE
01. Arroz	951	3.920,0	2.118,0	tonelada	2.560,0
02. Feijão	461	338,0	254,0	tonelada	223,0
03. Milho	1.075	1.493,0	606,0	tonelada	1.497,0
04. Mandioca	3.741	8.268,0	4.108,0	tonelada	11.535,0
05. Abacaxi	65	44,0	23,0	mil frutos	268,0
06. Banana	923	740,0	509,0	mil cachos	798,0
07. Cupuaçu	308	124,0	77,0	mil frutos	428,0
08. Laranja	473	327,0	238,0	mil frutos	10.073,0
09. Melancia	306	117,0	111,0	mil frutos	168,0
10. Mamão	25	53,0	8,0	tonelada	321,0
11. Pimentão	125	16,0	12,0	tonelada	116,0
12. Quiabo	36	27,0	27,0	tonelada	181,0
13. Repolho	48	6,0	5,0	tonelada	98,0
14. Tomate	119	22,0	15,0	tonelada	131,0
15. Juta/Malva	2.063	4.549,0	2.036,0	tonelada	3.289,0
16. Guaraná	1.735	3.230,0	2.123,0	tonelada	326,0
17. Seringueira*	632	21.464,0	223,0	tonelada	51,0
18. Cacau	95	197,0	134,0	tonelada	51,0
19. Graviola	105	6,0	6,0	mil frutos	12,0
20. Cana-de-açúcar	60	55,0	24,0	tonelada	222,0
21. Abóbora	21	14,0	14,0	mil frutos	94,0
22. Abacate	27	23,0	6,0	mil frutos	14,0
23. Maracujá	12	15,0	7,0	tonelada	38,0
24. Macaxeira	67	67,0	23,0	t. de raiz	291,0
25. Batata Doce	87	43,0	26,0	tonelada	289,0
26. Outras Olerícolas	657	—	—	—	—
27. Outras Fruteiras	25	—	—	—	—

OBS: * 153 Produtores com 1.126,9 ha foram assistidos fora do PROBOR.

PARTICIPAÇÃO DAS CULTURAS ASSISTIDAS À PRODUÇÃO ESTADUAL

CULTURAS	ÁREA COLHIDA (1)		PRODUÇÃO OBTIDA				
	PELOS PRODUTORES ASSISTIDOS	ESTADO DO AMAZONAS (1)	UNIDADE	PELOS PRODUTORES ASSISTIDOS		ESTADO DO AMAZONAS (1)	
				QUANTIDADE	RENDIMENTOS P/Ha	QUANTIDADE	RENDIMENTO P/Ha
• Laranja (2)	238	1.053	mil frutos	10.073	42,32	83.833	79,61
• Arroz	2.117	3.112	t	2.561	1.210	3.311	1.064
• Banana	509	4.067	mil cachos	798	1.568	3.307	813
•.Feijão	254	1.012	t	223	878	764	755
•.Guaraná	2.122	7.636	t	326	154	840	110
•.Juta/Malva	2.036	31.238	t	3.289	1.615	31.000	992
•.Mandioca	4.108	82.104	raiz	49.296	12.000	957.027	11.656
•.Milho	606	1.943	t	1.497	2.470	3.457	1.779

(1) Fonte Fundação IBGE/GCEA
(2) Inclusive Área em início de Produção

CRIAÇÕES ASSISTIDAS E PRODUÇÃO OBTIDA

CRIAÇÕES	PRODUTORES N.º	PLANTEL CABEÇAS ALVES PEIXES/N.º	PRODUÇÃO OBTIDA	
			QUANTIDADE	UNIDADE
• Bovinocultura	1.000	134.206	Kg (carne)	2.608.230
• Bubalinocultura	54	8.847	L. (leite)	1.280.550
			Kg (carne)	132.750
• Avicultura de Corte	18	79.750	Kg (carne)	92.260
• Avicultura de Postura	08	42.200	Dz (ovos)	507.195
• Suinocultura	376	6.516	kg (carne	36.300
• Caprinocultura	42	1.397	kg (carne)	1.870
• Ovinocultura	151	4.145	kg (carne)	3.878
• Piscicultura	32	223.400	kg (peixe)	8.422

O serviço de Extensão Rural no Amazonas, através da EMATER/AM atuou em 50 dos 58 Municípios do Estado, atingindo um percentual de 86%. Para isso contou com a estrutura de um Escritório Central e oito Supervisões Regionais em Manaus, coordenando 34 Escritórios locais e 5 Postos Avançados localizados nas sedes de 39 Municípios. Durante o ano de 1986 foram criados 3 Escritórios Locais, nos Municípios de Envira, Silves e São Gabriel da Cachoeira

ESTRUTURA OPERACIONAL

UNIDADE	N.º
• Supervisões Regionais	08
• Escritórios Locais	34
• Postos Avançados	05
• Municípios Abrangidos	51
• Comunidades Assistidas .	393

Quanto a organização rural foi dedicada especial atenção ao trabalho de organização de produtores. É a parte mais complexa das atividades pela variedade de formas e conteúdo que cada agrupamento de produtores possui, além dos fatores que contribuem para os avanços e recuos.

No ano de 1986 foi decisiva a participação do Governo Estadual que estimulou e apoiou nas áreas da produção, saúde, educação, transporte e abertura de estradas vicinais, o que contribuiu para fortalecer o trabalho de organização dos pequenos produtores, motivando as pessoas a participarem do processo de trabalho e atuação grupal.

ORGANIZAÇÕES RURAIS ASSISTIDAS

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
• Grupos de Produtores	N.º Participantes	258/6.416
• Grupos de Mulheres Rurais	"	188/3.009
• Grupos de Jovens	"	90/1.393
• Cantinas Comunitárias	"	22/472
• Sindicato de Prod. Rurais	"	10/474
• Cooperativa	N.º	03
• Associação Produtores	N.º Participantes	21/1.134

Quanto a execução das ações da EMATER/AM em 1986, verificou-se a expansão da Estrutura Organizacional do órgão através da implantação de mais 3 escritórios locais contando-se hoje com 553 profissionais onde 354 estão ligados às atividades executivas e 199 ao apoio técnico administrativo.

O SUCESSO DO MERCADÃO

Criado para estabelecer um corredor de intercâmbio entre o agricultor e o consumidor, o Mercadão do Produtor se transformou no mais importante centro comercial de verduras, frutas e legumes da cidade. Com bons preços e qualidade.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	PESSOAL DE EXECUÇÃO	PESSOAL DE APOIO TÉCNICO/ADMINIST.	PESSOAL TOTAL
• **PROFISSIONAIS**	**196**	**50**	**246**
• **NÍVEL SUPERIOR**	**54**	**44**	**92**
Eng.° Agrônomo	28	14	42
Eng.° Florestal	01	02	03
Eng.° Pesca	06	02	08
Veterinário	06	01	07
Zootécnista	02	—	02
Tecnólogo	07	—	07
Economista	—	04	04
Comunicólogo	—	05	05
Sociólogo	01	—	01
Pedagogo	—	01	01
Assistente Social	—	02	02
Bel. Administração	—	04	04
Contador	—	04	04
Estatístico	—	01	01
Bel. Direito	—	02	02
Bibliotecário	—	01	01
Outros	03	01	04
• **NÍVEL MÉDIO**	**142**	**06**	**148**
Técnico Agrícola	123	05	128
Outros	19	01	20
• ADMINISTRATIVOS	**158**	**149**	**307**
TOTAL	354	199	553

Secretaria de Estado da Saúde

Prevenindo para não remediar, a saúde fez até o impossível

Nem as distâncias, nem a falta de recursos diante do gigantismo dos problemas, impediram a grande ação da Secretaria da Saúde, na execução de um corajoso plano de prevenção, e de um criativo projeto de atendimento e assistência à população em Manaus e no interior, inclusive com a criação dos "médicos de pés descalços", que representam o grande instrumento de assistência nos municípios.

No Governo Gilberto Mestrinho a Sesau rompeu os critérios convencionais de trabalho, para conseguir vencer os problemas imensos do setor e apresentar o maior e melhor rendimento operacional de todos os tempos.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE — SESAU

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria de Estado da Saúde norteia suas ações embasada na promoção, proteção e recuperação da saúde, atendendo a população do Estado em níveis de assistência preventiva e curativa.

Atualmente conta com uma complexa rede assistencial, totalizando 294 Unidades de Saúde: 45 na capital e 249 no interior. Dessas, 55 encontram-se em sedes municipais e 194 distribuídas nas várias comunidades da área rural.

O número de leitos para internação globaliza 1.747; são operacionalizados 840 na capital e 907 no interior.

Nos últimos dois anos foi empreendida uma série de reformulações na estrutura da SESAU, objetivando dinamizar e implementar o seu funcionamento.

Uma das principais linhas de ação levadas a efeito foi a Regionalização dos Serviços de Saúde, hierarquizando e descentralizando as ações e prestando os diversos atendimentos em níveis de complexidade crescente.

Durante os exercícios de 1985 e 1986 a aplicação de recursos próprios do Estado obteve um substancial aumento em comparação com os anos anteriores, principalmente na área de investimentos, direcionando assim uma considerável expansão na rede física.

Dentre as várias fontes financiadoras, que participaram dos programas de saúde e que contribuiram em 1986 para o satisfatório desempenho da SESAU, é expressiva a participação do Governo do Estado. Nesse ano, conforme quadros a seguir, 78,5% dos recursos mobilizados pela Secretaria foram oriundos do Tesouro Estadual, o que demonstra a prioridade atribuída pelo Governo para este setor e o esforço desenvolvido no sentido de aprimorar os serviços de saúde, ampliando quantitativa e qualitativamente suas ações.

Evolução do orçamento da Secretaria da Saúde, no contexto geral do Estado.

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1983	4
1984	7
1985	10
1986	12

FONTE: D.F.

Distribuição por Fontes de Recursos Financiadores das Atividades da SESAU, segundo as suas proporções, no ano de 1986.

FONTE DE RECURSOS	PARTICIPAÇÃO (%)
Tesouro/FUNEDE-Estado	78,5
Ministério da Saúde-86	5,0
INAMPS — AIS	7,0
POLAMAZÔNIA	1,0
P.D.R.I.	4,0
SUDHEVEA	2,0
SUFRAMA	1,5
FAS/SAÚDE	0,9
INCRA	0,1

FONTE: D.F.

No mesmo ano, dentre as metas prioritárias programadas e executadas por este órgão, destacam-se a operacionalização do Pronto Socorro Municipal 28 de Agosto, a construção de 03 maternidades com sistema integrado de assistência materno-infantil e a construção de 07 Centros de Saúde e 01 Unidade Básica, esta atendendo urgências e atividades de Centro de Saúde, todos situados em Manaus.

Outras realizações:

• Construção de 01 Centro de Saúde em Boca do Acre e de 04 Unidades Mistas em Anori, Codajás, Boa Vista do Ramos e

SEMPRE PREVENINDO

As campanhas de vacinação se repetiram, todos os anos, levando garantias a toda a população. O sistema preventivo de atendimento foi uma das grandes preocupações do Governo.

Humaitá, e a aquisição de um prédio para a 7ª. Regional de Lábrea.

• Construção no IMTM de um Centro de Ofidismo, para a produção de venenmo liofilizado possibilitando a médio prazo a produção de soro antiofídico.

• Expansão e adequação física da rede de Unidades da SESAU 60% na capital do Estado, conforme quadro 4, visando a uma melhoria do nível de saúde da população.

• Ampliação e reforma do Almoxarifado Central.

• Aquisição de 02 barcos de médio calado para as sedes da 3ª e 4ª. Regional.

• Implantação e implementação do PNI em todo o Estado do Amazonas.

• Realização de 02 Campanhas Nacionais de Multivacinação, uma focal contra pólio, na Compensa e em alguns municípios quando necessário.

• Descentralização das Ações de Saúde Mental em 5 Centros de Saúde de Manaus.

• Implementação do Programa de Cárie Dentária, nos Municípios de Rio Preto da Eva, Nhamundá, Itapiranga, Silves, Barreirinha, Nova Olinda do Norte, Urucará, Autazes, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã, Boa Vista do Ramos, Borba, Manicoré e Novo Aripuanã.

• Implantação do Programa de Prevenção da Cárie Dentária, nos Municípios de Codajás, Anamã, Coari, Tefé, Anori, Carauari, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Pauini, Tapauá e Eirunepé.

• No Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança foram efetivados a criação de um Núcleo ligado à Coordenadoria de Planajemanto de Saúde, com a finalidade de planejar, normatizar e acompanhar esta área, a qualificação de recursos humanos com o treinamento de 32 enfermeiros com capacitação técnico-pedagógica para atuação no programa e a sua implantação nos Centros de Saúde do Parque 10, Japiim, José Carlos Mestrinho, Alexandre Montoril, São Raimundo e Santo Antônio, e nas CAMI I, II e III.

• Implantação, implementação e supervisão dos Programas de Controle de Tuberculose e Hanseníase, em todos os municípios do Estado.

• Realização de 02 Encontros com os Profissionais de Saúde do Interior, em Itacoatiara e Manaus.

• Ampliação da frota de veículos terrestres e fluviais.

• Intensificação da fiscalização sanitária no controle de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos de interesse à saúde, incluindo os estabelecimentos onde são exercidas as atividades à comercialização, industrialização, distribuição, transporte e armazenamento de tais produtos, bem como a fiscalização dos locais onde se exponham a venda. Foram realizadas também campanhas educativas para o consumidor e comerciante, através de instrumentos de comunicação, objetivando a redução de riscos à saúde quanto ao consumo de alimentos, bebidas, drogas e medicamentos com prazo de validade expiradas e/ou deteriorados.

• Adaptação nas instalações do laboratório para diagnose de raiva, difteria, meningite, hepatite e sífilis.

• Ampliação e reforma da Coordenadoria de Epidemiologia.

• Construção do prédio para o funcionamento do Programa Nacional de Imunizações.

• Supervisões nas Unidades de Saúde de interior, para avaliação e acompanhamento dos programa implantados.

Na Vigilância Epidemiológica:

• Implantação da Unidade de Vigilância Epidemiológica, no Hospital Infantil Dr. Fajardo e em 08 Municípios: Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Carauari, Tefé, Coari, Eirunepé e Tabatinga.

• Supervisões de Investigações Epidemiológicas integrada com os Núcleos de Laboratório Central, Vigilância Epidemiológica e Profilaxia da Raiva Humana, aos Municípios de Manacapuru, Codajás, Coari, Itamarati, Eirunepé, Anori, Humaitá, Careiro, Itacoatiara e zona rural de Manaus (km 032 da Estrada AM 010 — Lago do Limão).

• Manutenção das atividades de rotina do Núcleo de Vigilância Epidemiológica à rede do sistema de notificação.

• Controle das doenças transmissíveis no Amazonas com ênfase a poliomelite, através de investigações epidemiológicas e bloqueios no Estado.

• Criação do Setor de Análises Epidemiológicas para elaboração de estudos Noso — Epidemiológicos.

No Programa de Profilaxia da Raiva Humana:

• Realização de campanhas de vacinação anti-rábica canina em Manaus, com apoio e colaboração da SEMSA no Careiro (Castanho), Coari, Carauari e Tabatinga.

• Manutenção e Supervisão do programa em 21 Centros de Saúde da SESAU, como também no Pronto Socorro Municipal 28 de Agosto este como posto de notificação;

NOVAS MATERNIDADES

Fechando o leque de atendimento em toda a cidade de Manaus foram construídas novas maternidades em bairros distantes completando a estrutura de serviços que já vinha sendo feito pela Maternidade Balbina Mestrinho.

• Manutenção de 03 unidades móveis do convênio SESAU/SUDHEVEA, para atender seringais naturais no Madeira, Juruá e Purus.

• Planejamento com os representantes de 35 municípios do Estado, das Ações de Saúde a serem desenvolvidos em 1987.

No Programa de Suplementação Alimentar — PSA:

• Este programa tem como beneficiários gestantes, nutrizes e crianças de 06 a 48 meses e a sua Coordenação Estadual está sob a responsabilidade da SESAU. No ano em curso, foi implantada a 2ª etapa para expansão do Programa das Unidades de Saúde da SESAU e F. SESP do interior, nas Regionais de 2ª Regional em Anori, Beruri, Anamã e na F. SESP em Caapiranga; 3ª Regional em Nova Olinda do Norte, Autazes, Urucurituba, Silves, Itapiranga, Urucará, Barreirinha, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã, Amatari e Boa Vista do Ramos, esta da F sesp; 4ª Regional em Novo Aripuanã e Borba; 5ª Regional em Barcelos, Moura, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira; 6ª Regional em Juruá, Fonte Boa, Jutaí, Maraã, Carauari e na F SESP em Alvarães, Tonantins e Uarini; 7ª Regional em Tapauá, Canutama, Pauini e em Boca do Acre, esta da F SESP; na 8ª Regional em Ipixuna, Envira, Itamarati e na F. SESP em Eirunepé; e 9ª Regional em Atalaia do Norte, Tabatinga, Santo Antonio do Içá e na F SESP em São Paulo de Olivença e Amaturá.

No desenvolvimento de recursos humanos:

• A sua atuação foi direcionada, em consonâcia com as Ações Integradas de Saúde — AIS, o Ministério da Saúde/MS e o Governo do Estado, alcançando as metas prioritárias estabelecidas: Seleção de Pessoal, Plano de Cargos e Salário, Capacitação de Pessoal e Documentação Científica.

• Para atender a expansão da rede de serviços na Regional Metropolitana e outros municípios, foram necessária a seleção e contratação de pessoal, em todos os níveis: nível superior 1.321, nível médio 1.738 e nível elementar 2.635 servidores:

• Desde 1978, o Plano de Cargos da SESAU, esteve estacionado, em decorrência da dinâmica da instituição, nestes últimos 02 anos; não mais atendia as necessidades dos servidores. Para isso foi reestruturado o Plano, corrigindo algumas distorções e criando novas carreiras e definindo o Grupo Saúde.

• A Capacitação de Pessoal, em 1986, foi voltada para a qualificação e aprimoramento do pessoal, engajado nos serviços de saúde, visando a uma melhoria na sua operacionalização. A realização dessas atividades foi desenvolvida através de Cursos Treinamento de Atualização, Seminários, Encontros, oficinas de Trabalho e Simpósios, com a participação de 1.509 elementos distribuídos em 532 de nível superior, 520 de nível médio, 450 de nível elementar, conforme Quadro nº 03.

O alcance satisfatório dessas atividades deu-se com a melhoria na adequação física do Centro de Treinamento, oferecendo suporte técnico-pedagógico para a execução das metas programadas.

Quanto à expansão e adequação da rede física da SESAU, durante o ano de 1986, destacam-se:

- Construção do necrotério, velório e de um muro circundando o terreno do hospital CECON;
- Reforma e funcionamento de uma enfermaria para 70 leitos com 02 apartamentos e 02 isolamentos também no CECON;
- Reforma das enfermarias, adaptação do Centro de Colposcopia e Auditório da Maternidade Ana Nery;
- Operacionalização do Pronto Socorro Municipal 28 de Agosto;
- Construção do Centro de Saúde no bairro da Redenção;
- Construção do Centro de Saúde de Mauazinho;
- Construção do Centro de Atenção Materno-Infantil Balbina Mestrinho II;
- Construção do Centro de Atenção Materno-Infantil Balbina Mestrinho III;
- Construção da Unidade Básica Joventina Dias;
- Construção do Centro de Saúde de Educandos;
- Construção do Centro de Saúde José Carlos Mestrinho;
- Construção do Centro de Saúde Hiléia;
- Construção do Centro de Saúde Santos Dumont;
- Construção do Centro de Saúde da Vila da Paz.
- Ampliação e reforma do Hospital Chapot Prevost;
- Ampliação e reforma do Centro de Saúde de São Raimundo;
- Ampliação e reforma do Centro de Saúde do Morro da Liberdade;
- Ampliação e reforma do Centro de Saúde Ajuricaba;
- Ampliação e reforma do Centro de Saúde Parque 10;

SOCORRO EFICIENTE

Com o novo Pronto-Socorro, construído em área de fácil acesso para toda a cidade, o Governo criou uma estrutura da maior eficiência nos primeiros socorros, com pessoal especializado e com os mais modernos equipamentos do País.

- Ampliação e reforma do Hospital Adriano Jorge;
- Reforma do Centro de Saúde de Alvorada;
- Reforma da Maternidade Ana Nery;
- Reforma do Centro de Saúde de Santa Luzia;
- Adequação e reforma do Centro de Pneumologia Sanitária, para Centro de Saúde Cardoso Fontes;
- Construção do Posto de Saúde em Iranduba;
- Reforma do Centro de Saúde de Cacau Pirêra;
- Reforma da Unidade Mista de Novo Airão;
- Ampliação e reforma da Unidade Mista de Rio Preto da Eva;
- Reforma Geral do Hospital Lázaro Reis de Manacapuru;
- Construção de 01 Unidade Mista em Anori, com 10 leitos;
- Reforma e equipamento do Centro de Saúde de Anamã;
- Construção de 01 Unidade Mista em Codajás, com 34 leitos;
- Construção de 02 residências para técnicos em Codajás;
- Construção da Unidade Mista de Boa Vista do Ramos;
- Reforma e equipamento da Unidade Mista de Silves;
- Reforma da residência do diretor da Unidade Mista de Itacoatiara;
- Construção de residência para técnicos em Silves;
- Ampliação e reforma da Unidade Mista de Nhamundá;
- Ampliação e reforma da Unidade Mista de Urucará;
- Construção do Centro de Saúde Darlinda Ribeiro em Parintins;
- Construção de 01 Unidade Mista, com 50 leitos em Humaitá;
- Recuperação da Unidade Mista de Barcelos;
- Conclusão do Posto de Saúde de Alvarães;
- Construção de 01 Centro de Saúde em Boca do Acre;
- Recuperação e ampliação da Unidade Mista de Pauini;
- Aquisição de 01 prédio para a sede da Regional em Lábrea;
- Ampliação e conclusão da Unidade Mista de Japurá;
- Construção da residência para o médico da 8ª Regional em Itamarati.

SAÚDE PARA TODOS

Nenhuma área, bairro, conjunto ou aglomerados humanos ficou sem receber um posto de saúde ou Centro de Saúde, que foram espalhados pela cidade, de forma planejada, para que todos pudessem ser atendidos com rapidez e eficiência.

POLÍCIA COM EQUIPAMENTOS

O Governador Gilberto Mestrinho não deixou por menos: se a violência aumentou no Estado era preciso equipar a Polícia Civil. Resultado: novos veículos e até lanchas para o combate na terra e nos rios.

Secretaria de Estado da Segurança

Mais força para conter violência nas ruas

O crescimento do Estado do Amazonas e da cidade de Manaus significou também um acelerado aumento na violência pública, revelada de várias formas. Para conter este problema a Secretaria de Segurança equipou-se de novos reforços humanos — Delegados, Escrivães e Agentes de Polícia — e técnicos, desde veículos e novas Delegacias e Postos Policiais. A estrutura geral foi modernizada e os policiais conscientizados da importância de cada trabalho, garantindo assim a segurança pública.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA — SESEG
RELATÓRIO — 1986

A Secretaria de Estado da Segurança — SESEG, no exercício de 1986, deu continuidade à filosofia de ação do Governo do Amazonas, tendo como meta prioritária as medidas de prevenção à marginalidade e de repressão ao crime.

Foram realizados neste sentido esforços para a reestruturação de equipamentos dos órgãos de segurança, para a prestação de serviços eficientes a toda a comunidade estadual.

No que tange ao plano de reestruturação da carreira policial civil, um dos principais benefícios advindos foi a criação de vagas para cargos de delegado, agentes de polícia e escrivães. Para o preenchimento dessas vagas, foi realizado no início do ano concursos para:

CARGOS	VAGAS EXISTENTES	APROVADOS
Delegado	22	31
Escrivão	30	38
Agente de Polícia	300	656

No concurso os candidatos aprovados preencheram as vagas existentes pela ordem de classificação; os demais serão chamados em seguida.

Após a nomeação os candidatos aprovados foram lotados na Escola Estadual de Polícia — ESPOL, onde passaram por estágio de formação, que abrangeu um período de 44 dias, em horário integral.

Foram submetidos a exames de saúde, teste de aptidão física, sendo ministradas as seguintes disciplinas: Medicina Legal, Noções de Direito, Organização Policial, Defesa Pessoal, Armamento e tiro e Adestramento físico, cobrindo uma carga horária de 352 horas/aula.

Dando continuidade às medidas de segurança, foram realizadas atividades com a participação da Polícia Militar e Polícia Civil, com vistas ao policiamento preventivo e/ou repressivo que visa a trazer segurança, normalização de trânsito, apoiar e fazer cumprir as medidas encetadas pelo Ministério do Trabalho e Governo Federal, como também manter a ordem pública, foram realizadas as seguintes operações:

- Operação Catedral
- Operação Presidente
- Operação Distrito Industrial
- Operação Amizade
- Operação Cante o Nosso Carnaval
- Operação Pega
- Operação Consumidor
- Operação Festival Folclórico
- Operação Patriotismo
- Operação Aliança I, II e III
- Operação Finados
- Operação da Vitória
- Operação Passeata
- Operação Natal
- Operação Turismo e Outras

Com apoio do Ministério da Justiça, objetivando a melhoria e a modernização das ações policiais, atualizou-se a infra-estrutura de transportes, agilizando-se a ação policial civil e militar na região e a expansão dos serviços de comunicação, oferecendo assim mais eficiência e eficácia em suas ações.

Através de convênios com a SUPLAN e Ministério da Justiça, foram adquiridos, construídos e recuperados os seguintes equipamentos:

- Construção da Delegacia da Compensa — 8º DP
- Construção da Delegacia de Itacoatiara
- Construção da Delegacia de Manacapuru
- Restauração do Prédio da Secretaria de Segurança
- 10 viaturas Gol Furgão a álcool
- 06 Volkswagem a gasolina
- 08 viaturas Furgão tipo Cela
- 02 Lanchas modelo Óbidos
- 01 Barco inflável
- 03 Motores de Popa
- Diversos equipamentos náuticos para os veículos fluviais
- 04 Estações transceptoras portáteis
- 06 Estações transceptoras fixas
- 19 Estações transceptoras móveis.

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS

RELATÓRIO — 1986

A Polícia Militar do Amazonas — PMA deu continuidade à filosofia de ação do Governo do Estado do Amazonas, promovendo, através de medidas preventivas, a segurança da população.

O crescimento demográfico e a pressão social decorrente fizeram com que a Polícia Militar saisse do aquartelamento e, através da realização de um plano sério e consciente, transmitisse, efetivamente, a segurança, o respeito e a tranqüilidade imprescindível a toda a comunidade.

Para tanto foram enviados esforços no sentido de fortalecer o corpo de policiais, através de atividades de ensino e instrução e melhorar a estrutura física dos órgãos que operam na área.

As atividades de ensino e instruções foram coordenadas pela 3ª Seção do EMG, com fundamento nas NPCE (Normas Padrões da Conduta de Ensino) e NPCI (Normas Padrões da Consulta de Instruções). A execução do ensino foi realizada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). As instruções são destinadas a complementação do ensino e atualização do pessoal, que é de inteira responsabilidade das próprias organizações policiais militares. Foram realizados cursos e estágios durante o exercício de 1986 assim como:

- PMAM — CAS/PM, CFS/PM, CFC/PM BM FEM, ESP CB/PM BM MOT, CFSd PM nº 1, CFSd PM nº 2, CFSd PM FEM;
- Forças Armadas — Cur com social, Cur op. Selva, Est Mnt auto, Cur Aux com soc;
- Outras PM — CSP, CAO, CFO — PM, CFO-PM, FEM, C. Form Crimn, C. Ed. Física, CEO-Comunicações.

Quanto à melhoria física dos órgãos, realizaram-se reformas e construções, como:

- Quartel do Comando Geral — Reformas das instalações do Comando de Policiamento da capital e em particular do Centro de Operações Policiais Militares, pintura externa geral e início da pintura interna, construção de um auditório para 150 lugares, dotado de sistema de som e instalações para projeção cinematográfica.
- Quartel do 1º Batalhão de Polícia Militar — Manutenção das instalações físicas do sistema hidrosanitário.
- Quartel do Comando do Corpo de Bombeiros e 1º Grupamento do Incêndio. Colocação de forro no alojamento de oficiais, colocação de ventiladores no alojamento de cabos e soldados, construção do Corpo da Guarda.
- Quartel da Companhia de Polícia Rodoviária: obras de manutenção do aquartelamento, melhoras no alojamento de subtenentes e sargentos.
- Quartel da Companhia de Polícia de Choque: benfeitorias de 01 alojamento para cabos e soldados, 01 alojamento para sargentos, 02 salas de instrução, reforma no rancho.
- Quartel da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar obras realizadas: reserva para gêneros alimentícios, caixa d'água, armários de madeira para o alojamento de cabos e soldados, revisão geral da instalação elétrica, construção de alojamento de oficiais.
- Quartel do Centro de Suprimento e Manutenção: foram realizadas recuperações do sistema elétrico das câmaras frigoríficas, recapeamento asfáltico das vias de circulação interna, pintura do pavilhão de comando.
- Quartel do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de praças: foram realizadas obras e benfeitorias como: 06 salas de aulas, 01 biblioteca, 01 banheiro, 01 subestação elétrica, pavimentação e pintura.
- Creche Casulo Infante Tiradentes: obras de reforma e pintura.
- Quartel do 3º Batalhão de Polícia Militar, obras e benfeitorias como: reforma da rede elétrica, construção de alojamentos para Oficiais, Subtenentes e Sargentos, construção de banheiros e fossas sanitárias, construção de calçadas e construção de uma cabine para o Operador de Rádio.
- Aquisição de Equipamentos de Comunicações como:
  139 — Estações fixas
  188 — Estações móveis

A UNIÃO GERA EFICIÊNCIA

A Polícia Militar cresceu em eficiência porque, a par de novos equipamentos e veículos, manteve uma unidade de trabalho na filosofia de Gilberto Mestrinho: uma ação preventiva para evitar os grande problemas.

31 — Equipamentos portáteis, tipo "Hand-Talk"
01 — Central de Comunicação
04 — Estações Repetidoras
50 — Transceptores portáteis
04 — Convensores
01 — Fone patch
03 — Torres Triangulares

• Aquisição de Viaturas

Foram adquiridas 32 viaturas durante o exercício através de recursos já liberados, bem como contratado o fornecimento de viaturas operacionais destinadas ao Corpo de Bombeiros.

Foram adquiridas 04 lanches tipo especial. Já encomendadas à firma CIMASA, na forma a seguir:

05 — Auto Rápidos, MOD ARMX
01 — Auto Escada, MOD ABC-37
07 — Auto B. T, MOD ABT-A/6.000

Principais atividades da Polícia Militar no exercício de 1986:

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS	QUANTIDADES
Análise de projetos	198
Vistoria	100
Incêndios	45
Princípio de Incêndio	155
Fogo em mato	188
Incêndio em veículos	47
Desabamento	23
Resgate de Cadáver	24
Resgate de Embarcação	04

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DO CPC	QUANTIDADE
CONTRA A PESSOA	**1.677**
Agressão	1.113
Ameaça de morte	29
Homicídio	17
Lesão corporal	02
Maus tratos	02
Suicídio	02
Tentativa de homicídio	455
Violação de domicílio	57
CONTRA O PATRIMÔNIO	**1.240**
Assalto	14
Apropriação indébita	05
Arrombamento	39
Dano	23
Estelionato	06
Fraude	66
Furto de objetos	472
Furto de veículo	216
Falsificação	03
Roubo	05
Tentativa de furto	101
CONTRA OS COSTUMES	**104**
Atentado ao pudor	07
Ato obsceno	20
Estupro	35
Sedução	03
Tentativa de estupro	34
Tentativa de sedução	01
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	**12**
Desacato	08
Desobediência	04
CONTRAVENÇÕES PENAIS	**1.914**
Desordem	1.634
Disparo de arma de fogo	22
Direção perigosa	53
Embriaguez	14
Jogo de azar	04
Porte ilegal de arma	47
Vadiagem	05
Vias de Fato	135

POLÍCIA MILITAR NOS BAIRROS

Em vários bairros foram implantados os boxes da Polícia Militar, onde uma equipe de sargentos, cabos e soldados, garantem a segurança e a ordem.

O Governo Gilberto Mestrinho caprichou na frase: quem não é o maior tem que ser o melhor. E aparelhou grupos de menores para o trabalho, fazendo com que, com união, houvesse mais rendimento e mais satisfação para todos.

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social

Muito amor: o segredo no atendimento aos menores

Não houve dificuldades, nem de recursos, nem de pessoal e nem de material, que a Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social não vencesse para atender bem suas metas de trabalho: suprir deficiências no atendimento aos menores, criar alternativas de trabalho para famílias carentes, ajuda às comunidades através de entidades formadas e montagem de creches, centros comunitários e todos os agrupamentos organizados de pessoas para melhorar a vida de todos.

Para suprir as dificuldades, a equipe da Secretaria utilizou a forma que o próprio Governador instituiu o Governo ao assumir: amor pelos menores, pelos mais necessitados, e pela comunidade como um todo.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL — SETRABES
RELATÓRIO — 1986

A SETRABES, considerando os recursos disponíveis e aqueles negociados mediante a celebração de convênios, acordos ou do trabalho integrado com outras instituições, operacionalizou suas ações, no período de 1986, através de vários programas assistenciais, promocionais, laborativos, de assistência ao menor e à família, elevando os níveis de expectativa, perspectiva e participação das populações reconhecidamente pobres.

As iniciativas em termos de assistência e orientação social incidiram no total de 26.463 atendimentos a 8.821 pessoas, caracterizadas como população local, carentes e/ou marginalizados do processo produtivo e previdenciário, sem a mínima condição para ingressar no sistema de desenvolvimento sócio-econômico da capital. A maior quantidade de auxílios concretos foi com a complementação alimentar, tendo sido atendidos o total de 1.234 famílias e cerca de 7.404 pessoas.

A nível de assistência ao migrante a SETRABES atingiu diretamente 1.484 pessoas com 2.956 atendimentos, com hospedagem, refeições, passagens e medicamentos, isso porque grande maioria dos recebidos em Manaus aqui não pretende permanecer.

Em termos de assistência ao pré-escolar, o empreendimento mais relevante, no exercício, quanto à ampliação do atendimento, foi a construção, equipamento e implantação da creche Balbina Mestrinho, em área doada pela Prefeitura Municipal de Manaus, no bairro de São José Operário III, com recursos negociados com o IPEA órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na ordem de Cz$ 159.100.

Neste exercício, com recursos próprios, ou seja, do Estado, através de subvenções sociais, foi possível melhorar consideravelmente o apoio prestado e, consequentemente, o nível dos serviços em 20 obras sociais que atuam como creches em Manaus (zona rural e urbana), duas dessas atendendo crianças de 0 a 4 anos e três, menores de 1 a 6 anos.

Ainda em 1986, com o apoio de Prefeituras Municipais, do INAE e da FLBA, 1939 menores pré-escolares foram beneficiados com programas de 20 creches, atendidas diretamente pela SETRABES: 08 instaladas com equipamentos comunitários, localizadas na capital e no interior do Estado; 03 em Centros Sociais Urbanos da Prefeitura Municipal de Manaus; 09 em prédios locados pelas Prefeituras Municipais do interior do Estado.

Outro evento que contribuiu nessa área foi a realização de mais um curso para treinamento de mulheres em Assistência Infantil/Crecheiras, oportunizando a capacitação de 30 participantes.

No tocante à Ação Comunitária, foi dado prosseguimento ao trabalho operacionalizado nos Centros Sociais da capital: André Araújo (Raiz), 31 de Março (Japiim), Maria de Miranda Leão (Flores) e Thomé de Medeiros Raposo (Conj. Hiléia); nos Centros Sociais Urbanos do interior do Estado: Vitória Régia (Itacoatiara) e João Bosco Ramos de Lima (Urucará); Centro Social São Vicente de Paula (Parintins) e Postos de Atendimentos da SETRABES em Maués, e, a partir deste exercício, também em Barcelos. Esta Secretaria envidou todos os esforços possíveis, até buscando apoio de outros órgãos e principalmente dos diversos grupos comunitários envolvidos, para manter e implementar, visando a maior diversificação e amplitude, as atividades já implantadas ou realizadas.

Através de Convênio com a SUFRAMA foi possível complementar o financiamento de 08 cursos de valorização social (tapeçaria, pintura, croché mirim, doces e biscoitos, arteculinária, corte e costura, artesanato em tecidos e tricô) e um profissionalizante (datilografia) nos bairros de Ajuricaba, Flores, D. Pedro, Santa Luzia e Raiz, promovidos pela SETRABES, que beneficiaram o total de 180 alunos com 16.460 atendimentos.

Na Central de Artesanato, com recursos da própria clientela e sob a coordenação da SETRABES, foram realizados 03 cursos artísticos (vitrificação em madeira, pintura em gesso e pintura em vidro) para 06 participantes, no total de 3.600 atendimentos.

Nos Centros Comunitários também foram realizados 33 cursos de valorização social, com recursos negociados junto a FLBA e SENAC, beneficiando 874 comunitários com 55.155 atendimentos.

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO AMAZONAS
IEBEM

O Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor do Amazonas, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, executa no Estado do Amazonas o atendimento a

TRABALHO FEITO

O artesanato, como forma de trabalho profissional, foi instituído pelo Governo Gilberto Mestrinho, deixando a fase simplesmente amadorista, para uma sistemática de produção.

menores carentes e suas famílias.

Para o cumprimento de sua programação o IEBEM/AM atuou no sentido de mobilizar e integrar recursos institucionais e comunitários.

Tendo em vista sua filosofia de ação, o IEBEM/AM deu prioridade ao atendimento do menor em seu ambiente original e assistência às famílias, centralizando sua programação nos Serviços Assistenciais que consistem na alimentação, atendimento médico-odontológico, social e psicológico, bem como os serviços promocionais configurados pelas atividades dirigidas à capacitação para o trabalho e utilização dos recursos da comunidade.

Neste aspecto, devido à situação de carência de sua clientela alvo, destacam-se os seguintes serviços: creches convencionais, creches domiciliares, atendimento ao menor de rua, educação para o trabalho, incluindo o Movimento Patrulheirismo e atividades de geração de renda como o artesanato em vime, couro, cipó, guaraná, barro, bordado, crochê, alimentos caseiros, cooperativas de picolés, vassouraria, marcenaria, horticultura e jardinagem.

Apoiado pelas entidades sociais particulares, o IEBEM AMAZONAS levou seus serviços aos bairros do Alvorada, Educandos, São Lázaro, São Raimundo, Redenção, Coroado, São José Operário, Belo Horizonte, Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia, Glória, Compensa I e II e Centro. No interior do Estado o IEBEM atuou nos Municípios de Itacoatiara, Maués, Coari, Parintins, Manacapuru, Tefé, Urucará, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Coari, Benjamin Constant, Manicoré, Iauaretê e Jutai.

Dentre os resultados obtidos no processo de integração desenvolvido em 1986, registram-se a ampliação de frentes de trabalho, com a instalação de 53 creches domiciliares; expansão do atendimento a menores de rua, com a abertura de uma casa para acolhimento e apoio às entidades que trabalham com dependentes de drogas, como Desafio Jovem, Recanto da Paz e outros; investimento para a capacitação de recursos humanos com a finalidade de qualificar pessoal para o desenvolvimento de ações específicas junto ao menor; engajamento nas escolas públicas de grande parte da clientela que era atendida pelos Núcleos Preventivos; atendimento médico odontológico nos centros de saúde para crianças cujos pais não possuem vínculo previdenciário; melhoramento das condições de habilitação profissional através do SENAC e CEAG/AM.

Foi realizada a captação de recursos financeiros para a suplementação do orçamento do IEBEM/AM, através do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico — FUNEDE, Fundação Legião Brasileira de Assistência — FLBA, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, Banco do Estado do Amazonas e empresas privadas.

Em 1986 o IEBEM/AM participou do II Encontro de Associações a Organizações Comunitárias; da I Feira Comunitária de Manaus, promovida pelo Conselho Comunitário Feminino e Prefeitura Municipal de Manaus; do I Encontro de Menores de Rua, realizado em Brasília; do Encontro da ANABEM com os representantes da Região Norte, do I Encontro Estadual de Prevenção ao abuso de drogas e do Seminário-Diagnóstico Integrado para uma nova Política do Bem-Estar do Menor.

Através do Projeto Educação para o Trabalho engajaram-se em 1986, 259 menores patrulheiros em empresas do ramo industrial, comercial e em órgãos públicos, fato que enseja o sucesso das ações do IEBEM no período, contribuindo para a integração perfeita do menor no convívio social.

AMOR DAS CRIANÇAS

Quem dá amor, recebe amor. Dito e feito para o Governador Gilberto Mestrinho que confessa sua emoção todas as vezes que, junto com as crianças, recebe homenagens, carinho e amor.

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO AMAZONAS
QUADRO SINÓPTICO DE ATENDIMENTO AO MENOR
1986

FORMA DE EXECUÇÃO	PROGRAMAS/PROJETOS	NÚMERO DE MENORES ATENDIDOS	
		META PREVISTA	META ALCANÇADA
DIRETA	— Núcleos Preventivos da Capital	3.365	2.530
	— Núcleos Preventivos do Interior	2.790	2.947
	— Centro Profissionalizante André Araújo	175	507
	— Unidade Moacyr Alves	330	393
	— Unidade Ir. Maria do Carmo Cabral	230	183
	— Unidade Ass. Social Dagmar Feitoza	180	136
	— Núcleo Vivencial Casa Lar	15	11
	— Creches Domiciliares	320	355
	— Movimento Patrulheirismo	379	480
	— Centro Profissionalizante de Parintins	200	251
	— Núcleo de Serviço Social da D.S.P.M.	-	250
	— Meninos de Rua	100	100
	SUB TOTAL	8.084	8.143
INDIRETA	— Ação voltada para o Menor Carente	2.412	2.412
	— Educação para o Trabalho	2.133	2.155
	— Atendimento a menores autores de infração penal (usuários e dependentes de drogas)	30	30
	— Liberdade Assistida	100	70
	— Apoio à Família	130	150
	SUB TOTAL	4.805	4.817
	TOTAL	12.889	12.960

Todos os grandes prédios que servem ao público, em Manaus foram reformadas pelo Governo Gilberto Mestrinho: o Colégio Dom Pedro II, o Tribunal de Justiça, o Benjamim Constant, e o Instituto de Educação.

Secretaria de Estado dos Transportes e Obras

Da estrada à escola, uma nova obra por dia

Está escrito nas ruas de Manaus e do interior, nas comunidades agrícolas, nas estradas, nos novos colégios, hospitais, delegacias, postos de saúde: a cada dia, o Governo Gilberto Mestrinho iniciou ou entregou uma nova obra para a população, atendendo a toda a gama de necessidades identificadas por consultas populares ou por observações do próprio Governador que, ao longo dos quatro anos, nunca deixou uma semana passar, sem visitar um bairro ou um dos municípios amazonenses.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS — SETRAN

RELATÓRIO — 1986

O fortalecimento da economia interna, através da ampliação das fronteiras de produção e escoamento, função básica do Setor Transporte, constituiu-se no objetivo maior da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, levado a efeito em 1986 através dos seguintes programas:

PROGRAMAS DE ESTUDOS E PROJETOS

- Concluídos:
  Elaboração do Projeto Final de Engenharia para implantação de 350 km da Rodovia Am-363 (Rodovia da Várzea), em Manaus.
  Implantação do Projeto Manaus Moderna.
  Elaboração de Projetos Finais de Engenharia da Restauração da AM-070, Pavimentação da Rodovia AM-363 e Ponte sobre o Rio Ariaú na AM-070, em Manacapuru.

  Em execução:
- Assistência Técnica, Assessoramento, Consultoria e Apoio Técnico nas Obras de Empreitadas da AM-363 Rodovia da Várzea no trecho AM-010, Nhamundá.

PROGRAMA DE TRANSPORTE AEROPORTUÁRIO:

- Concluídos:
  Restauração da Pista de Pouso de Maués
  Restauração da Pista de Pouso de Tapauá
  Ampliação e restauração da Pista de Pouso e Pátio do Estacionamento do Aeroporto de Canutama
  Limpeza das Cabeceiras e laterais da Pista de Pouso de Ipixuna
  Restauração da Pista de Pouso de Nova Olinda do Norte
  Restauração da Pista de Pouso de Manicoré

PROGRAMA DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO:

- Concluídos:
  Sondagens e Serviços Geotécnicos para implantação do Terminal de Novo Aripuanã;
  Manutenção de linha fluvial entre Tefé, Maraã e Japurá.
  Manutenção da linha fluvial de Santa Isabel do Rio Negro;
  anutenção e operação do Terminal Fluvial de Barcelos;
  Complementação da rampa de acesso do Terminal Fluvial de Jutaí;
  Construção do abrigo e da rampa de acesso do Terminal Fluvial de Boa Vista do Ramos;
  Construção da rampa do Terminal Fluvial de Envira;
  Terraplenagem da rampa do Porto — 02 km 30 (AM-070) Serra Baixa em Manacapuru;
  Terraplenagem do Porto — 01 em Serra Baixa km 32 da Rodovia AM-070, em Manacapuru;
  Sondagens a Percussão na área destinada à construção do Terminal Fluvial de Codajás;
  Terraplenagem e pavimentação do Terminal Fluvial de Novo Aripuanã;
  Manutenção e limpeza do Furo do Cambixe no Careiro;

PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO:

- Concluídos:
  Obras complementares da ponte em estrutura metálica sobre o igarapé do Espírito Santo em Coari;
  Construção de uma escadaria ligando a Rua Álvaro Maia, em Silves;
  Construção da ponte de madeira, Pavimentação em concreto e muro de alvenaria no local denominado Passagem Regina em Manaus;
  Regularização da plataforma e recuperação da Ponte no Ramal do km 08 da AM-070-São José, em Manacapuru.
  Sondagens a percussão, cálculo estrutural da ponte e encontros da obra da arte, sobre o igarapé do Salgado, em Barcelos;

SEMPRE EM OBRAS

Construindo uma das novas maternidades, ou concluindo mais um colégio, a equipe da Secretaria de Transportes manteve o ritmo de obras que o Governador Gilberto Mestrinho determinou.

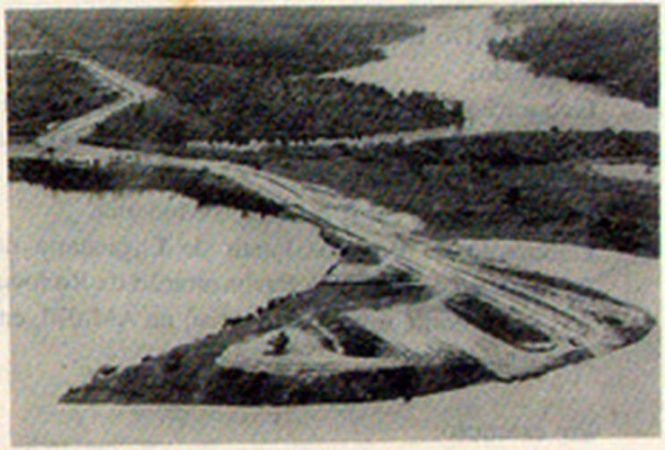
EM EXECUÇÃO:

- Construção de uma praça pública em Envira;
  Construção de uma ponte de estrutura metálica ligando os bairros de Falcão a Serraria, sobre um braço do Rio Purus, em Lábrea;
  Melhoria física do Município de Manaus;
  Construção de uma praça pública em Japurá;
  Construção de uma praça pública em Novo Airão;
  Construção de uma praça pública no Manaquiri;

PROGRAMAS DE OBRAS PÚBLICAS:

- Concluídos:
  Construção do Hospital Geral do Município de Codajás;
  Complementação da recuperação da Escola Barão do Rio Branco em Manaus;
  Obras de reforço, drenagem e reforma parcial do muro de arrimo do Palácio Rio Negro, em Manaus;
  Reforma e ampliação da Escola Olavo Bilac, em Manaus;
  Reforma geral do restaurante da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus;
  Ampliação do Posto de Saúde do Bairro de São Francisco, em Manaus;
  Construção do Hospital Geral do Município de Humaitá;
  Reforma Geral do I.E.A. — Instituto de Educação do Amazonas;
  Serviços de Sondagens e percussão para fundações das obras do Centro de Arte Neuza Ferreira, em Manaus;
  Construção da Unidade Escolar Liberalina Weill, no Bairro de Santo Antonio, em Manaus;
  Construção da Escola Adalberto Valle, no Bairro da Liberdade, em Manaus;
  Complementação da recuperação da Escola Maria Arminda Andrade, no Bairro do Coroado, em Manaus;
  Construção do Sistema de Drenagem do PNAE, no Bairro do Alvorada I, em Manaus;
  Complementação da recuperação da Escola Duque de Caixas, no Bairro da Compensa, em Manaus;
  Reforma parcial da Escola Francisca Sá, 1ª. etapa, em Novo Aripuanã;
  Reforma parcial do prédio do Palácio Rodoviário, em Manaus;
  Complementação da construção da Escola José Bentes Monteiro, no Bairro do Aleixo, em Manaus;
  Recuperação parcial do Palácio Rio Branco, em Manaus;
  Complementação da construção do Teatro dos Artistas e dos Estudantes, em Manaus;
  Construção do Hospital Geral do Município de Envira;
  Recuperação da parte do muro da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, em Manaus;
  Reforma geral da Escola de 1°. e 2°. Graus Solon de Lucena, em Manaus;
  Construção de abrigos em fibra de vidro sobre estrutura metálica em diversos Municípios: Barreirinha, Parintins e Itacoatiara;
  Reforma geral da Colônia Antônio Aleixo, em Manaus;
  Construção de um bloco anexo ao Centro de Saúde da Compensa — destinado a Guarda de Alimentos, em Manaus;
  Construção de duas residências por sistema modular para apoio no Hospital de Codajás;
  Reforma e ampliação da Escola Gonçalves Dias no Conjunto D. Pedro I, em Manaus;
  Reforma Geral e ampliação da Escola Manoel Severiano Nunes, no Bairro do Alvorada, em Manaus;
  Obras e serviços de pavimentação em concreto e drenagem na área do Posto da SEFAZ na AM-010, em Manaus;
  Reforma geral da Escola Maria Rodrigues Tapajós, em Manaus;
  Reforma geral da Escola Vicente Telles de Souza, no Bairro de São Geraldo, em Manaus;
  Reforma geral da Escola Padre Agostinho Martin, no Bairro de São Francisco, em Manaus;
  Recuperação geral da Escola de 1°. e 2°. Graus Antenor Sarmento, em Manaus;
  Recuperação da Escola Silvio Vagheggi, em Manaus;
  Construção de poço semi-artesiano no Hospital Ge-

ESTRADA DA VARZEA



Do sonho, ao momento emocionante do início dos trabalhos, a Estrada da Varzea é o marco de uma nova economia agrícola do Amazonas. Do início das obras, para a entrega da primeira parte, foi apenas questão de tempo.

ral de Humaitá;
Construção do Distrito Agro-Industrial de Parintins;
Reforma geral do Ginásio Renné Monteiro, em Manaus;
Reforma geral do Ginásio de 1°. e 2°. Graus de Maués;
Reforma geral da Escola de 1°. e 2°. Graus São Pedro, em Maués;
Construção de poço semi-artesiano na sede do Município de Envira;
Construção de um bloco anexo ao Centro de Saúde no Bairro de São Francisco, em Manaus;
Reforma parcial do Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN, em Manaus;
Construção de um muro de arrimo na Escola Polivalente do Bairro do Japiim, em Manaus;
Construção do sistema de incineração de lixo hospitalar na Maternidade Ana Nery e Centro Maternal Infantil Balbina Mestrinho, em Manaus;
Construção de parede em alvenaria do Centro Social Thomé de Medeiros, no Conjunto Hiléia I, em Manaus;
Recuperação no sistema de drenagem e esgoto sanitários da Vila Ninita — anexo ao Palácio Rio Negro, em Manaus;
Construção de poço semi-artesiano na sede do Município de Codajás;
Construção de parte do alambrado da quadra de esporte da Escola de 1°. Grau Milburges Araújo, em Manaus;
Construção de muro e cerca de proteção das áreas do TCE e ICOTI, em Manaus;
Reforma e ampliação da Escola de 1°. e 2°. Graus Luizinha Nascimento, em Manaus;
Construção do sistema de tratamentos de esgotos dos Centros de Saúde da Compensa, em Manaus;
Construção do sistema de incineração de lixo hospitalar e tratamento de esgotos dos Centros de Atenção Balbino Mestrinho, Unidade Cidade Nova e Unidade Colônia Oliveira Machado, em Manaus;
Construção de uma escola com oito salas, no Bairro do Jardim dos Barés, em Manaus;
Construção de uma Escola com nove salas de aula, no Bairro da Colônia Oliveira Machado, em Manaus;
Reforma Geral da Escola de 1°. Grau Cacilda Braule Pinto, no Bairro do Coroado II, em Manaus;
Reforma geral e ampliação da Escola de 1°. Grau Elvira Borges, no Bairro da Compensa, em Manaus;
Reforma geral da Escola de 1°. e 2°. Grau Márcio Nery, no Bairro de São Francisco, em Manaus;
Reforma geral da Escola Marquês de Santa Cruz, no Bairro de São Raimundo, em Manaus;
Reforma geral da Escola de 1°. Grau Diana Pinheiro, no Bairro de Santa Luzia, em Manaus;
Construção de estrutura metálica para Caixa d'água na Central de Artesanato de Manaus;
Reforma geral da Escola Nossa Senhora das Graças, em Manaus;
Reforma da Escola Arthur Araújo, em Manaus;
Conclusão do prédio destinado ao Forum de Manaus — Desembargador João Rebelo;
Reforma geral e ampliação da Escola de 1°. Grau Fernando Ellis Ribeiro, em Itacoatiara;
Construção de uma escola com dez salas de aula no Bairro da Colônia Antônio Aleixo, em Manaus;
Construção do Centro Radiodiagnóstico do CECOM, no Bairro do Alvorada I, em Manaus;
Reforma da Escola de 1°. Grau Primeiro de Maio, em Manaus.

PROGRAMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO:

- Concluídos:

4,0 km de picada sem trilho na localidade de Boa Fé São Miguel, em Urucará;
6,0 km de picada na localidade de Marajá/Vila Anamari, em Urucará;
4,0 km de picada na localidade de Marajinho/Boa Fé, em Urucará;
Obras de conservação na Estrada Urucará/Castanhal na extensão de 7,0 km, em Urucará;
2,5 km de picada no km 46 da BR-319 Ramal do Tombó, no Careiro;
4,0 km de melhoramento de picada no ramal do km 30 da AM-070, em Manacapuru;
2,0 km de picada no ramal do Mira BR-319 km 59, no Careiro;

OBRAS NO INTERIOR

A pequena rua que ganhou para a pavimentação, à escola que mereceu atenção do Governo, o interior do Estado recebeu a cada dia dinheiro e carinho para seus serviços básicos.

3,5 km de picada na Comunidade de Pupunha, em Manacapuru;
Recomposição da plataforma da Estrada Canamari/Cruzeiro do Sul e assentamento de 65,0m de bueiros em Ipixuna;
Terraplenagem em pontos críticos no ramal do Caapiranga BR-319 — km 62, no Careiro;
3,6 km de picada em Marajá;
Drenagem na localidade de Pedras/Cametá em Barreirinha;
5,0 km de picada em Serra Baixa, em Manacapuru;
4,5 km de picada em Samauma — Colônia Samauma, em Barreirinha;
Aterro e drenagem e complementação das obras de arte — Caapiranga, no Careiro;
Pontos críticos no Igarapé do Jacundá, em Barreirinha;
1,0 km de picada em Santa Maria — Baixa da Campina, em Barreirinha;
5,6 km de picada na Baixa da Campina — Colônia Santa Quitéria, em Barreirinha;
Ponto crítico no Igarapé do Mocambo — Colônia Santa Quitéria, em Barreirinha;
5,0 km de picada na galeria — Colônia Sertão, em Barreirinha;
2,0 km de picada na Comunidade da Estrada de Iranduba;
4,0 km de picada no Ramal do São José Comunidade, em Iranduba;
6,5 km de picada na Vila Pirai/Colônia Piraí, em Barreirinha;
Implantação de 5,0 km de estrada vicinal no ramal 25 D em Ambrósio Ayres (Careiro);
Melhoramento de 2,5 km de picada com a implantação de 9,0 km de drenagem no Ramal do Laranjal AM-070 km 62, em Manacapuru;
3,0 km de picada no Ramal do Caviana, em Manacapuru;
Implantação de 6,00 km de picada no Ramal Laranjal AM-070 km 62, em Manacapuru;
Terraplenagem e obras de arte da Estrada Canamari/S. Luiz, em Ipixuna;
Construção de um trapiche em madeira de lei medindo 75,0 por 6,0 m, na Vila Guajará, em Ipixuna;
Terraplenagem, aterro e obras de arte de 05 km de Estrada José Lemos, em Ipixuna;
Construção da Estrada de Tefé-Missões com trecho de 4,0 km e largura de 7,0 m, em Tefé;
Obras e serviços complementares do aterro sobre o Igarapé do Espírito Santo, em Coari;
Terraplenagem da plataforma de rolamento da Estrada BR-317 numa extensão de 15 km, em Boca do Acre;
Terraplenagem, bueiros em 03 km da Estrada Guajará/Seringal Floresta, em Ipixuna;
Melhoramento de 30 km de estrada, ligando o Município de Atalaia do Norte e Benjamin Constant;
Obras Complementares da picada de 4,5 km na localidade de Samauma, em Barreirinha.

Em Execução:

- 1,5 km de picada nas localidades de Miriti/Picada Vila Amazônia e 140,00 m de Ponto Crítico na Picada Vila Amazônia, em Parintins.

3,0 km de picada — extensão do Ramal do Pupunha, em Manacapuru;
Obras Complementares de 5,0 km de drenagem no Ramal 25 — Ambrósio Ayres, no Careiro;
1,5 km de picada nas localidades de São Raimundo/Igarapé do Mocambo e 200,0 m de ponto crítico no igarapé Mocambo N. Senhora do Livramento, em Parintins;
3,5 km de picada na localidade do Miriti/Colônia Alquidar, em Parintins;
1,5 km de picada nas localidades de Colônia Alquidar Nova Olinda e 150,0 m de ponto crítico na localidade Picada Vila Amazônia, em Parintins;
2,5 km de picada na localidade Colônia do Quebra, em Parintins;
3,0 km de picada e 100,0 m de ponto crítico nas localidades de Jauari, em Parintins;
3,0 km de picada e 100,0 m de ponto crítico nas localidades de Jauari/Colônia Miriti, em Parintins;
6,0 km de picada na Vila Xinbuí/Igarapé do Jacundá, em Barreirinha;
Implantação de 5,0 km de estrada no Ramal km 17 —

ESTRADA E ÁGUA

Nos municípios não faltam mais as necessárias vias de escoamento da produção, tanto através de rodovias largas, como através de vicinais que rompem a floresta. Nem faltam, tampouco, os serviços de abastecimento d'água.

em Ambrósio Ayres, no Careiro;
11,0 km de estrada na localidade de Terra Preta, em Barreirinha;
Serviços de manutenção das Unidades Hospitalares dos Municípios de Codajás e Humaitá.

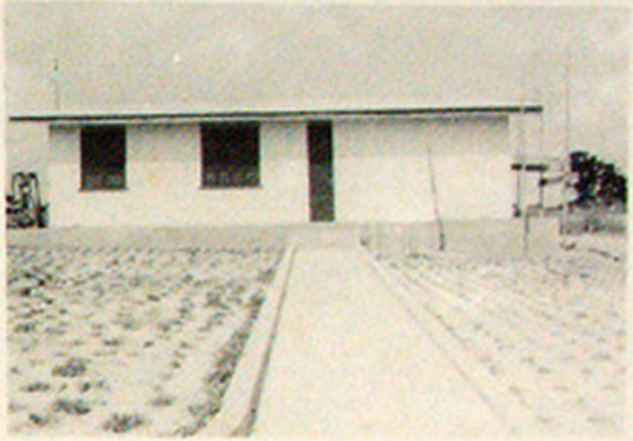
Os recursos financeiros para execução dos serviços e obras advieram de várias fontes destacando-se as Operações de Crédito Externa com uma participação expressiva de 88%, como demonstra o quadro a seguir:

APLICAÇÃO DE RECURSOS POR FONTE
(1986)

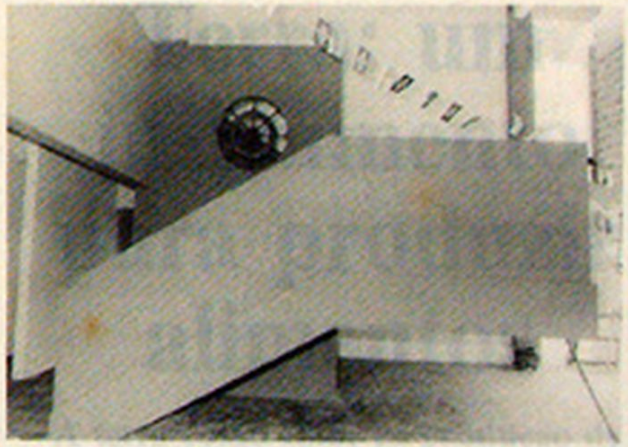
FONTE	RECURSOS	(Cz$)
Operações de Crédito Externas	1.059.703.063,16	
Fundo Especial	28.436.558,46	
Recursos Próprios do Estado	59.695.239,30	
PDRI	15.247.843,10	
FNDU	1.071.600,00	
Convênio/Portobrás	99.000,00	
Convênio/SEDUC	21.081.391,00	
Convênio/SUFRAMA	250.000,00	
Convênio/FUNEDE	32.200,00	
Convênio/SIC	3.000.000,00	
Convênio/DER-AM	3.695.578,00	
Cota Parte do Imp. Único s/Minerais	6.457.531.00	
TOTAL	1.198.770.004,02	

O intenso trabalho de captação de recursos e execução de obras na capital e no interior do Estado implementado pela SETRAN, refletiu o êxito das ações do Governo na área dos Transportes e Obras em 1986.

EDUCAÇÃO: UMA REALIDADE



Centenas de escolas rurais foram construídas nas comunidades agrícolas. Nas sedes municipais, modernas escolas que oferecem conforto e totais condições para a adoção de práticas modernas de ensino.



GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

UMA AJUDA DIVINA

"Gilberto, você nos deu a terra prometida por Deus", esta frase, escrita com emoção por centenas de famílias do Projeto Esperança, mostra a validade econômica e social dos programas fundiários desenvolvidos ao longo dos quatro anos.

Secretaria de Estado para Assuntos Fundiários e Projetos Especiais

Terra: um instrumento para produzir alimentos

A terra como fator de produção de alimentos foi a grande preocupação do Governador Gilberto Mestrinho, criando instrumentos de trabalho para milhares de pessoas, tanto para os nossos agricultores, como para agricultores sem terra que vieram de outros Estados. O Projeto Esperança, é um dos exemplos vivos, mas existem dezenas de outros espalhados pelos mais diversos municípios, onde a distribuição de títulos definitivos foi uma constante.

SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E PROJETOS ESPECIAIS — SEAF

RELATÓRIO — 1986

As ações realizadas em 1986 pela Secretaria de Estado para Assuntos Fundiários e Projetos Especiais contemplam um conjunto de atividades integradas, voltadas para a regularização fundiária e projetos de colonização no Estado do Amazonas.

A Secretaria tem no Instituto de Terras e Colonização do Amazonas — ITERAM o órgão de apoio técnico indispensável ao desempenho de suas funções.

O titular da SEAF, como membro da Comissão de Coordenação dos Assuntos para o Interior do Estado do Amazonas (dec. 7484/83 de 30.09.83), apoia os Prefeitos Municipais transmitindo-lhes as diretrizes da ordem econômica, política e social emanadas do Governo Estadual na coordenação das ações desenvolvidas com essa finalidade pelos diversos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Órgão criado no início do atual Governo, a SEAF efetuou ao longo desta gestão a sua estruturação administrativa, culminando com a aprovação de seu quadro de pessoal no final do ano de 1985. Neste exercício foi elaborado o Regimento Interno que se encontra em fase de aprovação.

A Secretaria executou um orçamento de Cz$ 22.899.298,00 que correspondeu a quase o dobro do montante de recursos estabelecidos no início do exercício.

ITERAM

O Instituto de Terras e Colonização do Amazonas, autarquia diretamente ligada a esta Secretaria, no decorrer de 1986 direcionou seus trabalhos ao Programa de Colonização e Organização Fundiária do Estado, atividades coordenadas pela Diretoria de Colonização e Desenvolvimento Rural, Diretoria de Regularização Fundiária de Projetos Especiais e PDRI.

DIRETORIA DE COLONIZAÇÃO

A Diretoria de Colonização desenvolveu as atividades de coordenação e orientação que lhe são pertinentes e, através de susas Divisões e da execução do Projeto Esperança, realizou os trabalhos programados para atender às necessidades do projeto.

A consolidação do Projeto Esperança foi uma meta básica estabelecida pelo ITERAM para o exercício. Para tanto, seria indispensável não ampliar o número de famílias a serem assentadas na área e sim criar as condições indispensáveis para aquelas já integradas ao Projeto. Nesse sentido foi efetuado um completo levantamento objetivando a expedição de títulos definitivos aos parceleiros cadastrados. Até maio de 1987 pretende-se concluir a expedição, totalizando 226 títulos.

A intervenção do ITERAM, como órgão coordenador do projeto, estende-se a vários outros setores visando a criar infra-estrutura adequada a permanência das famílias na área.

Assim, no que se refere à Educação, cumprindo o programa de centros integrados, uma escola foi objeto de ampliação e oito escolas foram construídas. Encontram-se em fase de construção/ampliação mais dois prédios. Essas unidades visam a atender as crianças em idade escolar residentes na área do projeto.

Atividades complementares foram desenvolvidas no sentido de permitir a operacionalização das escolas. Para tanto, foi adquirido material para suprir o ensino, complementando aquele já recebido do IER/AM. Foi realizado também um treinamento de professores rurais do Município, bem como supridas as escolas com duas remessas de merenda escolar.

Para incentivar o trabalho comunitário, foram distribuídas 12 casas de farinha completas para as comunidades do Projeto, adquiridas com recursos do FUNEDE.

Através da Comissão de Financiamento da Produção instalou-se um posto de compra de arroz, onde colonos receberam orientação quanto à comercialização do produto.

No tocante à saúde, atualmente 11 agentes rurais atuam na área do Projeto, realizando atendimento de urgência nos centros integrados (Mini-Posto de Saúde).

Com relação à Organização Agrária, está sendo implantado um viveiro de seringa ocupando 2 ha, que produzirá 20.000 mudas enxertadas e desmatamento de aproximadamente 5 ha no Lago Jatuarana, para viveiros de guaraná, destinados à implantação de 520.000 mudas.

DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Diretoria de Regularização Fundiária coordenou, supervionou e controlou a regularização das atividades fundiárias e cartográficas, no decorrer do presente exercício, assim dimencionados:

O INÍCIO DA NOVA VIDA

Recebendo o título de terra, o agricultor que saiu do Sul para encontrar uma oportunidade de trabalho no Amazonas, afirmou que para centenas de pessoas, a vida estava começando. Uma nova vida.

IDENTIFICAÇÃO E VISTORIA

a) Análise e parecer técnico em processos de regularização fundiária, totalizando 752 pareceres;
b) Plotagem em Carta Cadastro específica de 1034 processos;
c) Demarcação topográfica de 300 lotes ao longo do Projeto Esperança, somando 299,50 Km de pologonais, tendo sido implantados 613 marcos, atingindo a área demarcada de 32.940.8932 ha.

TITULAÇÃO

Documentos Expedidos

2144 documentos, abrangendo o Município de Manaus e o interior do Estado, conforme detalhamento a seguir:

a) Licença de Ocupação:
- Município de Maués.....26
- Município de Parintins.....186
- Município de Urucará.....60

272

b) Títulos Definitivos:
- Município de Fonte Boa.....213
- Município de Silves.....247
- Município de Maués.....205
- Município de Parintins.....149

814

c) Título com Condições Resolutivas:
- Município de Manaus.....530
- Município de Barreirinha.....178
- Município de Urucará.....62
- Município de Barcelos.....162

932

d) Autorização de Ocupação:
- Município de Novo Aripuanã.....11

e) Contrato de Promessa de Compra e Venda:
- Município de Silves.....89
- Município de Itacoatiara.....26

115

Documentos Entregues:

2341 documentos de terra, conforme discriminamos a seguir:

a) Títulos com Condições Resolutivas:
- Município de Manaus.....493
- Município de Barreirinha.....154

647

b) Licença de Ocupação:
- Município de Barcelos.....68
- Município de Urucará.....71
- Município de Parintins.....186
- Município de Maués.....36
- Município de Codajás.....134

485

c) Título Definitivos:
- Município de Silves.....247
- Município de Parintins.....149
- Município de Maués.....112
- Município de Fonte Boa.....213

721

d) Contrato de Promessa de Compra e Venda:
- Município de Silves.....89
- Município de Itacoatiara.....23
- Município de Coari.....376

488

PROCESSOS CONCLUÍDOS

Foram instruídos 752 processos de titulação, cujos carnês de pagamento já estão em andamento para devida quitação, os quais posteriormente serão encaminhados ao Centro de Documentação e Informática-PD, para guarda e controle definitivo, por tratar-se de áreas destacadas do patrimônio do Estado.

Diretoria de Projetos Especiais

A Diretoria de Projetos Especiais, através do Grupo da Área Urbana de Manaus, dinamizou sua equipe para atender as neces-

sidades de regularizações fundiárias, preocupando-se principalmente em melhor organizar o espaço urbano da cidade, evitando as especulações imobiliárias, em favor da expedição dos títulos definitivos aos seus legítimos posseiros.

A organização dinâmica do G/AUM atingiu os diversos pontos da cidade: Alvorada I e II, São Jorge, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, além de outros bairros menos requisitados, sendo possível regularizar muitos lotes de terra.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO — PDRI

O PDRI — Segmento de Organização Fundiária desenvolveu suas atividades no presente exercício tomando como espelho a programação para o ano V constante do Plano Operativo Anual — 86/87, abrangendo o período de abril/86 a março/87.

A atuação do segmento, no interior do Estado, atingiu as seguintes metas:

MUNICÍPIO DE PARINTINS	PREVISTO/REALIZADO	
• Identificação, Vistoria e formalização de Processos.....	167	345
• Expedição de Licença de Ocupação	144	001
• Expedição de Título Definitivo/USUCAPIÃO ESPECIAL.....	—0—	160
• Demarcação Topográfica (Km)...	—	78
MUNICÍPIO DE URUCARÁ		
• Identificação, Vistoria e Formalização de Processos (ha)...	311/17.550	— 179
• Expedição de Documento:		
• Licença de Ocupação.....	311	95
• Título Definitivo.....	54	—
• C.D.R.U (*).....	100	—

(*) Este documento não foi possível ser expedido, devido a sua extinção, devendo serem substituídos por L.O.

MUNICÍPIO DE BARREIRINHA	PREVISÃO/REALIZADO	
• Formalização de Processos.....	205	163
• Expedição de Documentos.....	167	30
MUNICÍPIO DE MANACAPURU		
• Formalização de Processos.....	70	—
• Expedição de Documentos.....	90	—

AS MÃOS EM ORAÇÃO

O agricultor recebe do Governador Gilberto Mestrinho o bem mais sagrado: o título de terra. Suas mãos se estendem como para uma oração de agradecimento.

Chegando nos municípios, ou promovendo encontros populares em Manaus, o Governador Gilberto Mestrinho sempre recebeu fortes doses de carinho do povo. Um sentimento retribuído com trabalho feito com o mesmo amor.

Secretaria de Comunicação Social

O que foi feito no Amazonas todo mundo sabe bem

Para um grande Governo não basta realizar muito, mas é necessário dizer o que foi feito e como foi feito. O grande projeto de realizações do Governo Gilberto Mestrinho, foi repassado, com fidelidade, à todas as camadas da população, pela Secretaria de Comunicação Social, utilizando todas as formas de comunicação de massa, mesmo tendo as dificuldades naturais de um Estado gigante, com as comunidades distanciadas entre si.

Os encontros do Governador com o povo, marca registrada do Governador Gilberto Mestrinho, tiveram sempre a apoteose afetiva de pessoas que se amam — sentimento maior que o Governador conquistou junto ao povo, porque toda a comunidade sempre soube, pelo zelo de profissionais especializados, a sua grande obra.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — SECOM

RELATÓRIO — 1986

A atuação da Secretaria de Comunicação Social — SECOM em 1986 foi pautada objetivando a consolidação de seu papel como órgão de informação. Para tanto, teve como finalidade precípua proporcionar à comunidade um conjunto de informações que espelhassem de forma realista a atuação do Governo do Estado.

O trabalho da SECOM tem atingido, na esfera da cobertura das ações do Governo, todos os órgãos da administração direta e indireta com o acompanhamento, de perto, dos atos do Governo, quer junto ao Gabinete Governamental quer nas visitas e viagens aos bairros e regiões do interior do Estado. Nesse trabalho, realizado por profissioais da área de comunicação social integrantes do quadro da SECOM, destacam-se as atividades da TVE — Televisão Educativa do Amazonas, voltadas para promoção de um jornalismo sério e realista, produzindo uma vasta programação de fatos e temas regionais.

Quanto ao aspecto orçamentário, para o exercício de 1986 foram consignados recursos no valor de Cz$ 8.521.000,00, destinados a atender despesas de interesse do Governo e do órgão.

Destes recursos, foram repassados a Superintendência de Televisão e Rádio Educativa — STREA, no exercício de 1986, Cz$ 3.819.000,00.

Durante este exercício, de acordo com suas atribuições, a SECOM realizou promoções como a Semana da Pátria e Dia da Criança, além de participar ativamente da programação do carnaval amazonense coordenada pela Empresa Amazonense de Turismo e da festa do Dia do Trabalhador coordenada pelo SESI. Desta-ce ainda a elaboração de relatórios mensais sobre o número de matérias publicadas, o espaço ocupado em cada jornal e o valor global dessas matérias, além da criação de hemeroteca contendo matérias de interesse da SECOM, referentes ao Governo do Estado.

O POVO NAS RUAS

Para receber o Governador Gilberto Mestrinho, no interior ou nos bairros, o povo de cada comunidade nunca esqueceu de fazer homenagens de reconhecimento ao trabalho, seja nos abraços que se repetiram, seja nas grandes ovações nos encontros maiores.

Em cada novo investimento a certeza de que vale a pena, porque a Zona Franca garante o retorno. Isso o Governo Gilberto Mestrinho não cansou de pregar.

Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico

Novos Investimentos com marca registrada

Não foi por acaso que centenas de empresários, do Sul e de vários países resolveram aplicar recursos na Zona Franca de Manaus, gerando empregos e instituindo novas tecnologias. Para mostrar a atração da Zona Franca e a validade destes investimentos, o Governo manteve a Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico, que levou, a estes empresários, a informação certa para abrir os caminhos para estas aplicações.

SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SEPDE

RELATÓRIO — 1986

A Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico, órgão responsável pela política desenvolvimentista retomada pelo atual Governo do Estado com o objetivo de Atração de Investimento, Desenvolvimento Industrial e Comercial, conforme Lei nº 603, de 20.07.83, vem cumprindo suas finalidades dentro das diretrizes governamentais. Esta Secretaria direcionou seus esforços divulgando nos meios empresariais, tanto nacionais como internacionais, as facilidades e vantagens oferecidas pelo Governo do Estado e pela SUFRAMA, aos investidores que optarem pela Zona Franca de Manaus, através do envio de correspondências elucidativas sobre as oportunidades que oferece o Estado.

A eficácia da campanha de convencimento sobre as potencialidades da Zona Franca de Manaus, realizada por esta Secretaria junto ao empresariado, poderá ser avaliada pelo interesse despertado nos virtuais investidores, atendendo-se grande número de empresários em busca de esclarecimentos, ocasião em que se procurou consolidar cada vez mais a confiabilidade no êxito das suas aplicações.

SETOR EMPRESARIAL (Internacional)

Dentre os muitos trabalhos realizados no exterior, destacam-se os projetos de implantação de indústrias na Zona Franca de Manaus. Parte deste trabalho resultou de contatos com as empresas do exterior, através de inúmeras cartas-circulares — redigidas em inglês, sobre as oportunidades que oferece o Estado às indústrias, destacando-se:

PAÍSES	Nº DE CAS
FRANÇA	100
INGLATERRA	129
CANADÁ	180
DINAMARCA	65
POLÔNIA	05
SUÉCIA	25
Total	504

Dentre as empresas e instituições do exterior contactadas destacam-se as seguintes:

TANASHIN DENKI-CO LTD — Empresa japonesa, maior fabricante de mecanismo para gravadores de som e vídeo.

TAN JUAN MING SYSTEMS — Empresa de Cingapura produtora de micro-computadores, compatíveis com a linha IBM — PC/XT, interessada em estudar a possibilidade de produção no Brasil e também na comercialização de componentes eletrônicos.

SETOR EMPRESARIAL (Nacional)

Relação de algumas empresas, onde o titular desta Pasta manteve reuniões com os respectivos empresários:

- Photomatom Equipamentos Fotográficos Ltda.
- Famotec — Fábrica de Embalagens Plásticas e Moldadas a Vacuo.
- Marbor — Máquinas de Costuras Ltda.
- Helfront — Produtos Elétricos S/A.
- Mit Exacta — Sensores de Temperatura.
- Microlita S/A — Ray-o-Vac Lipasa.
- SNA — Aparelhos Científicos Ltda.
- General Eletric do Brasil S/A.
- Indústria Eletro-Eletrônica Linsa Ltda.
- Usina Colombiana S/A.

Dentre as várias empresas com que se desenvolveram os trabalhos, muitas estão elaborando Projetos junto à SUFRAMA e outras já tiveram seus projetos aprovados, estando no momento, em fase de implantação de suas fábricas, por exemplo:

IBM — Está cedendo tecnologia de máquina de escrever eletrônica para PCI — Componentes da Amazônia Ltda.

EMERSON — (Norte Americana) — Está cedendo tecnologia para VÍDEO SOM.

Retorno das correspondências encaminhadas ao exterior:

- China Esternal Trade Development Council — TAIWAN
- Caravell Anders Broundum A/S — DINAMARCA
- Astralux Dynamics Limited — INGLATERRA
- Nichimen Corporation — JAPÃO
- Versfrost A/S — DINAMARCA
- Shineware Industries Corporation — CHINA
- T. Bar Jensen A/S — DINAMARCA
- Meincke Food Processing Equipament A/S —

DINAMARCA
- Peter Dauscha — DINAMARCA
- T—T Plastic Machinary A/S — DINAMARCA
- Dancall — DINAMARCA
- Kamstrup — Metro A/S — DINAMARCA
- United Technologies Carrier — CANADÁ
- Poul Johansen Maskiner A/S — DINAMARCA
- Internacional Food Industry Consultants — DINAMARCA
- Chemitalc Consulting Aps — DINAMARCA

Ainda em torno da programação de âmbito nacional e internacional destacam-se;

II EXPOSIÇÃO AMERICANA-TROPICTRONICS-USA AMAZON FAIR, realizada nesta capital, em 12.05.86, na UNITED STATES TRADE CENTER — no Consulado Americano em São Paulo, e posteriormente, em 19 de maio de 1986, no Auditório do CECOMIZ em Manaus, com muito sucesso e interesse dos participantes, vez que, na área da informática tiveram toda a cobertura necessária da U.S. TRADE CENTER, bem como, desta Secretaria.

A par de suas atribuições específicas a Secretaria também atuou em setores outros de interesse da administração estadual, tais como atendimento a autoridades que transitaram, coleta de preços e aquisição de materiais em caráter de urgência, providências para que o transporte de veículos e outros bens destinados à administração se efetuasse com a maior rapidez possível.

Na área de Assistência Social, foram encaminhadas pessoas carentes que se deslocaram a São Paulo por motivo de saúde, a médicos e laboratórios especializados, acompanhando-se o tratamento em hospitais. Isto foi conseguido em função do bom relacionamento entre funcionários desta Secretaria e as Instituições de Assistência Médica e Social de São Paulo. Em consequência do seu desempenho operacional, a SEPDE tornou-se conhecida por outros setores que não aqueles diretamente vinculados às atividades econômico-financeiras, ou seja, tem sido procurada como fonte de consulta para pesquisas por parte de intelectuais, profissionais liberais, univesitários e outras classes desejosas de colher elementos para trabalhos, cujo enfoque são os mais variados aspectos da realidade amazonense.

Quem investiu no Amazonas não perdeu: os produtos, feitos pelas mãos de operários amazonenses são da melhor qualidade.

UMA NOVA CIDADE

Na Cidade Nova não falta nada para a comunidade viver bem: há colégios, postos de saúde, delegacia, comércio, bancos, linhas integradas de transporte de massa e até pequenas indústrias. O Governo Gilberto Mestrinho transformou o Conjunto Cidade Nova, numa nova cidade.

Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas

Cem mil oportunidades para povo morar bem

As bem equipadas casas da Cidade Nova, as ruas urbanizadas do bairro do Coroado, o bairro reformado e recuperado em Santo Agostinho, a nova vida do Lírio do Vale, e a transformação da Compensa foram trabalhos desenvolvidos pela Sociedade de Habitação do Amazonas que representam mais de cem mil oportunidades de vida para o povo, como o próprio Governador Gilberto Mestrinho prometeu.

SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS — SHAM

RELATÓRIO — 1986

Durante o exercício de 1986 a SHAM voltou suas ações para a consecução do objetivo de prover o Estado de habitação para a população de baixa renda, através da conclusão de conjuntos habitacionais e serviços básicos de infra-estrutura física.

Nesse sentido, obras de abertura de ruas, remoção do curso de vários igarapés, desapropriação de unidades residenciais para atender áreas de expansão habitacional, além de serviços de infra-estrutura, terraplenagem, drenagem, pavimentação, instalação de tubos de água, esgoto sanitário, instalação de postes para energia elétrica e iluminação pública em vários locais da cidade, vieram minimizar o problema habitacional do Estado.

Não obstante as condições climáticas adversas que marcaram o período, com alta incidência pluviométrica, foram realizados projetos de singular importância para o assentamento da população manauara, destacando-se:

Projeto Compensa — Fase 1ª.

Foram executadas obras de infra-estrutura compreendendo:

- terraplenagem, drenagem, pavimentação, água potável, esgoto sanitário, energia elétrica e iluminação pública
- retificação do Igarapé do Franco, compreendendo retificação do leito e do curso do igarapé, duplicação da Avenida Brasil, cadastramento e remoção de unidades residenciais para a área de expansão, terraplenagem e pavimentação da avenida mencionada
- construção de 53 casas de madeira, com 37,20m² cada uma, totalizando 1.971,60m² de área construída, equipadas com unidades sanitárias.
- construção de 1 posto médico
- construção de 1 posto policial
- construção de 2 grupos escolares
- construção de 1 feira coberta.

População beneficiada: 2.500 habitantes.

Projeto Compensa — Fase 2.ª

- pagamento de despesas de indenização, aquisição e legalização do terreno com garantias hipotecárias ao assentamento;
- obras complementares de infra-estrutura, para beneficiamento do Conjunto Compensa.

População beneficiada: 1.500 habitantes.

Projeto Ponta Negra — Núcleo I

- obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem, pavimentação, drenagem, água e energia elétrica.
- número de cotas — 132
- em comercialização.

A SHAM atuou como agente financeiro na construção do Conjunto Residencial Parque Ayapuá, onde foram construídos 600 apartamentos com 02 quartos, sala, varanda, cozinha, banheiro e área de serviço.

A SHAM também atuou no interior do Estado construindo, através do Projeto FICAM I, 400 unidades habitacionais em madeira, com infra-estrutura, terraplenagem, esgotos, conforme discriminação a seguir:

• Boca do Acre	—	50	unidades
• Borba	—	50	"
• Careiro	—	50	"
• Coari	—	50	"
• Humaitá	—	60	"
• Lábrea	—	20	"
• Manacapuru	—	50	"
• Manicoré	—	50	"
• Nhamundá	—	20	"
Total		400	unidades

No ano base de 1986, foram iniciados novos projetos que estão em fase final de construção assim como:

Cidade Nova — 4ª. Etapa — Núcleo 16

Estão em fase de acabamento 1.215 casas na 4ª. etapa, sendo 719 unidades contendo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro com área total de 31m², e 496 unidades contendo 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, com área de 40,00m², perfazendo a área total de 42.129,00 m² beneficiando a população de 6.075 habitantes, com infra-estrutura total de esgoto sanitário, energia elétrica, rede de abastecimento d'água, e 01 Grupo Escolar para atender aos filhos dos moradores desta etapa em conclusão.

Quem recebeu uma casa da Sham, recebeu também todos os serviços indispensáveis para um atendimento comunitário perfeito. Na verdade não há falta de nenhum equipamento comunitário.

No Conjunto Lírio do Vale foram iniciadas obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem, rede elétrica e iluminação pública, beneficiando 1.350 habitantes.

Com início da construção do conjunto habitacional Renato Souza Pinto, com 500 unidades habitacionais com 02 quartos, com área de 40,00 m^2 e área total construída de 20,00m^2 beneficiando 2.500 habitantes e infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto, energia e uma escola de 1°. grau para atender os moradores do referido conjunto.

Obras de infra-estrutura no Projeto Ponta Negra, compreendendo terraplenagem, pavimentação, drenagem, água e energia elétrica com o total de 605 lotes a serem comercializados.

Estão em fase de contratação os projetos dos conjuntos Ribeiro Júnior, com 482 unidades habitacionais de 02 quartos e 40,00 m^2 de área construída, beneficiando 2.410 habitantes, com infra-estrutura total e escola de 1°. grau, e o conjunto habitacional FICAM II que será construído em Manaus com 500 unidades habitacionais.

Entre os projetos em aprovação e em elaboração destacam-se:

Projetos e Aprovação:

- Projeto Sérgio Montenegro, com 1.000 lotes urbanizados
- Investimento na ordem de Cz$ 76.379.632,54
- Projeto Promorar Alvorada, com aproximadamente 5.000 lotes urbanizados e investimento na ordem de Cz$ 449.125.023,20
- Projeto Promorar Compensa II, com investimento na ordem de Cz$ 73.868.883,74
- Projeto Habitacional Deputado Augusto Montenegro, com investimento na ordem de Cz$ 69.607.382,00, para a construção de 500 unidades habitacionais tipo 2 quartos, sala, cozinha e banheiro
- Projeto Habitacional Cidade Nova — 5ª. etapa, com investimento na ordem de Cz$ 261.709.999,56, para a construção de 1.200 unidades habitacionais, sendo 600 unidades tipo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro e 600 unidades tipo 2 quartos, sala, cozinha e banheiro.

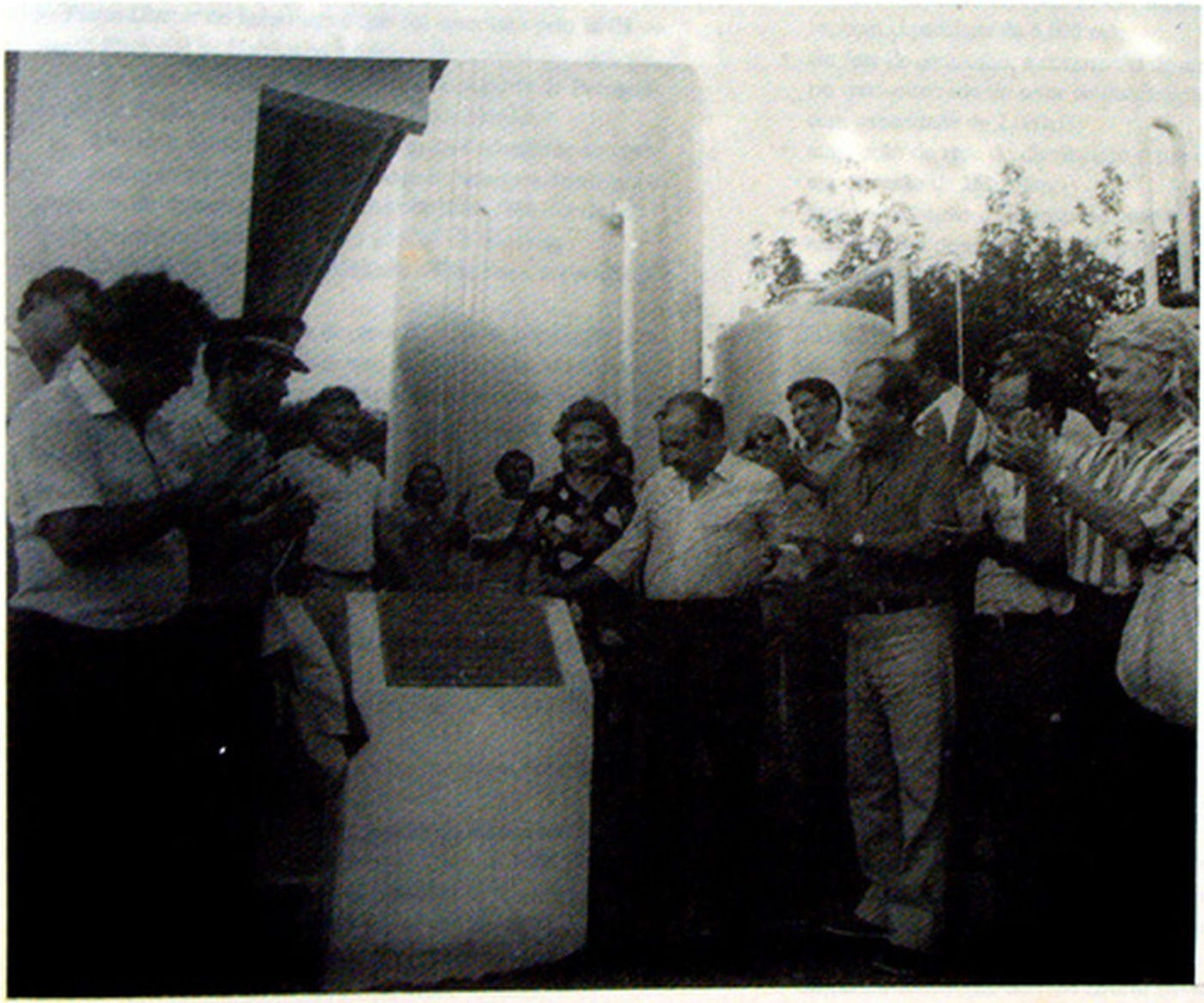
Projetos em elaboração:

- Projeto Renato Souza Pinto — 2ª. etapa, com 400 unidades habitacionais.
- 3 Projetos (Sem Denominação) com 1.000 unidades habitacionais cada.
- Projeto Jardim do Eden, com 500 unidades habitacionais.

A despeito das dificuldades enfrentadas com a crise econômica que atravessa o país, a extinção do BNH e sua posterior encampação pela Caixa Econômica Federal, foi possível realizar vários projetos, que atenderam as necessidades de habitação do povo manauara e minimizaram a situação habitacional no interior do Estado com a construção de várias unidades habitacionais.

RUAS PAVIMENTADAS

Nenhuma rua, na Cidade Nova deixou de receber a pavimentação total, para a circulação de veículos e para a montagem de um sistema de transporte de massa satisfatório.



Companhia de Saneamento do Amazonas

Água para todos: um desafio que foi vencido

Instalação de sistemas de captação e rede de distribuição para bairros que nunca tinham visto água nas torneiras, complementando os sistemas para bairros e conjuntos carentes do produto, implantação de estruturas próprias para todo o interior, instalação de formas modernas de captação, mais reservatórios e um significativo avanço no processo de saneamento com a instalação de rede de esgotos, foram alguns dos itens apresentados como problemas inseráveis, mas devolvidos como soluções práticas pela Cosama. Hoje, no Amazonas este setor não é mais um drama como há quatro anos atrás.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS — COSAMA

RELATÓRIO — 1986

Durante o exercício de 1986 a COSAMA orientou suas ações no sentido de ampliar, operar e manter os sistemas de abastecimento d'água na capital e no interior do Estado, baseado em programação e controle sistematizado de modo a que se minimizasse o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por esse serviço.

No aspecto administrativo desenvolveu-se em 1986 um PDI — Plano Diretor de Informática que foi apreciado pelo BNH — Banco Nacional de Habitação e julgado de elevada significância, tendo em vista a urgência de um adequado suporte de Processamento de Dados nas áreas Técnicas e Operacionais.

Tem sido constante a preocupação da Companhia no aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos, tanto que o programa de treinamento, no exercício de 1983/1986, foi de 1.857 oportunidades, atingindo 30% do pessoal da empresa.

Em maio de 1986, foi implantado o Plano de Cargos e Salários da Companhia.

A meta de atendimento de cerca de 80% da população com serviço de abastecimento d'água vem sendo mantida pela Companhia. Considerando-se acelerado crescimento populacional, a manutenção desse padrão exige uma constante ampliação de suas atividades e um apreciável volume de obras.

Com o total de 169.103 ligações prediais a COSAMA atende cerca de 81,18% da população urbana do Estado. Considerando especificamente a capital do Estado, onde se concentra o maior contingente de habitantes, este índice atinge 84% da população.

O programa de investimentos de implantação, ampliação e melhoria de Sistema de Água e Esgoto Sanitários desenvolveu-se dentro das expectativas, considerando-se as disponibilidades existentes.

Os recursos destinados a realização das obras foram advindos de três fontes:

- empréstimo do sistema financeiro do saneamento, integrando o PLANASA — BNH e FAE/AM, no montante de Cz$ 29.633.000,00;
- empréstimo externo da ordem de Cz$ 483.000.000,00;
- auxílio para obras, do Governo do Estado, no valor de Cz$ 32.500.000,00.

Referente as ações executadas na capital destacam-se:

- adutora no trecho Coroado/São José II, numa extensão de 4.800m de diâmetro de Ø 400m;
- rede de distribuição de água do Lírio do Vale, numa extenção de 24.000m em diâmetro de Ø 60mm a Ø 250mm;
- em fase de conclusão, a construção de dois reservatórios semi-enterrados do setor de distribuição Alvorada, com capacidade de 5.000m3 cada;
- em fase de conclusão, a construção de um reservatório semi-enterrado do setor de distribuição Aeroporto, com capacidade de 6.000 m3;
- em fase de conclusão, a construção de um reservatório semi-enterrado do setor de distribuição Coroado, com capacidade de 2.000m3;
- ampliação da rede de distribuição e sub-adutora numa extensão de 152.558m;
- projeto executivo de aproximadamente 431,30km de rede coletora de esgotos sanitários de 37,3Km coletores tronco de 12,3Km de interceptores e 15 estações elevatórias na cidade de Manaus;
- iniciada a construção do reservatório semi-enterrado do Aleixo, com capacidade de 6.000m3;
- construção da elevatória intermediária (Booster) e One-Way da adutora Cidade Nova;
- rede de distribuição de água no Bairro da Paz com aproximadamente 4.000m com diâmetro variando de Ø 60mm a Ø 110mm;
- reforço da rede de distribuição dos Bairros do Alvorada, Petrópolis, Japiim em uma extensão aproximada de 45.000m com diâmetro variando de Ø 60mm a Ø 800mm;
- execução de 12.000m de rede coletora de esgotos sanitários da zona urbana da cidade de Manaus;
- reforma do reservatório do Distrito Industrial (R-2), em andamento;
- incremento de 20.167 ligações prediais no Estado do Amazonas;
- iniciada a reforma e ampliação da 2ª etapa da Estação de Tratamento de água da Ponta do Ismael;
- iniciada a urbanização da área da Estação de Tratamento da Ponta do Ismael;
- iniciada a construção do reservatório elevado e semi-

TRABALHO VENCE DISTÂNCIAS

Agora é uma realidade: em quase todos os municípios existe uma nova forma de captação e de distribuição de água para garantir o abastecimento para áreas de expansão urbana. O Governador Gilberto Mestrinho instituiu o sistema novo e já inaugurou as obras em dezenas de municípios.

enterrado da Ponta Negra, com capacidade de 1.000m3 e 3.000m3;

- iniciada a recuperação do reservatório do Mocó;
- iniciada a atualização do PDA — Plano Diretor de Água, que reavaliará o crescimento da cidade e definirá através de estudos de alternativas, como deverá ser implantada a expansão do sistema de Abastecimento de Água.

As ações no interior do Estado atingiram 40 localidades e voltaram-se para 5 grupos de atividades básicas;

- Construção e Recuperação de Reservatórios atendendo 17 municípios: um conjunto de obras foi desenvolvido possibilitando um acréscimo de 3.043m3 de capacidade de reservação;
- Ampliação de Redes de Distribuição atingindo cerca de 260.000m de rede ampliada beneficiou-se a população de 34 localidades;
- Instalação de grupos moto-bombas contemplando os Municípios de Benjamin Constant, Eirunepé, Iranduba, Manicoré, Pauini, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, foram instalados 18 grupos de moto-bombas;
- Construção de poços tubulares — efetuou-se a construção de 60 poços tubulares atendendo 27 localidades;
- Aquisição e instalação de estação de tratamento d'água.

As sedes municipais de Eirunepé, Iranduba, Manacapuru, Manicoré e Pauini foram beneficiadas com essa modalidade de serviço conforme discriminação contida no quadro explicativo.

Ressalta-se ainda, dentre as várias atividades desenvolvidas no interior, a ampliação na produção de captação do município do Careiro (Castanho) que passou de de 39,78m3/h para 50m3/h.

O aumento da produtividade e a redução de perdas têm sido a grande preocupação da Companhia, tanto que abraçou o "Programa de Desenvolvimento Operacional" como meta prioritária, implementando, em 1986, a execução de nove projetos de D.I. — Desenvolvimento Institucional, abrangendo, de forma sistemática, toda a administração.

Atividades realizadas por projeto:

- Micromedição
- Pitometria
- Macromedição
- Redução e controle de vazamento SGM — Sistema Gerencial de Manutenção
- SIATE
- Cadastro de Redes de Distribuição
- Desenvolvimento da Operação
- Desenvolvimento da manutenção e reabilitação das unidades operacionais.

Um gesto que se repetiu em quase todos os municípios e em bairros de Manaus: o Governador Gilberto Mestrinho inaugurou novos sistemas de oferta d'água, que a Cosama distribuiu pelo Estado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES REALIZADAS NO INTERIOR DO ESTADO — 1986

LOCALIDADES	AÇÕES REALIZADAS				
	(1) m³	(1) m	(3) UNID.	(4) UNID.	(5) m³
ALVARÃES	50	3.304	—	02	—
ANAMÃ	—	1.000	—	01	—
ANORI	110	—	—	01	—
BARCELOS	110	—	—	—	—
BARREIRINHA	—	5.265	—	03	—
BERURI	—	924	—	01	—
BENJAMIN CONSTANT	400	8.991	02	—	—
BOCA DO ACRE	300	14.100	03	—	—
BORBA	200	24.624	—	04	—
CANUTAMA	—	4.952	—	02	—
CARAUARI	110	14.257	—	04	—
CAREIRO(*) Castanho	—	—	—	—	—
EIRUNEPÉ	750	17.246	02	—	100
ENVIRA	—	1.557	—	02	—
FONTE BOA	—	8.579	—	03	—
HUMAITÁ	200	42.699	—	05	—
IRANDUBA	—	15.687	02	—	50
ITAPEAÇU	—	700	—	01	—
JAPURÁ	—	1.527	—	01	—
JURUÁ	—	1.500	—	01	—
JUTAÍ	—	7.063	—	02	—
LÁBREA	—	—	—	05	—
MANAQUIRI	—	100	—	01	—
MANACAPURU	—	6.000	—	—	100
MANICORÉ	100	—	03	—	25
MARAÃ	100	3.241	—	02	—
NHAMUNDÁ	—	5.228	—	03	—
NOVA O. DO NORTE	65	2.000	—	02	—
NOVO AIRÃO	—	1.452	—	—	—
NOVO ARIPUANÃ	110	2.000	—	02	—
PAUINÍ	—	4.723	02	—	20
RIO PRETO DA EVA	—	6.199	—	02	—
S. PAULO DE OLIVENÇA	110	8.187	02	—	—
S. ANTONIO DO IÇÁ	65	3.383	02	—	—
SILVES	—	6.465	—	01	—
SANTA I. DO RIO NEGRO	65	1.200	—	—	—
TAPAUÁ	—	5.000	—	02	—
TEFÉ	200	25.365	—	04	—
URUCURITUBA	—	1.711	—	02	—
VILA DE AXINIM	—	—	—	01	—
TOTAL	3.045	259.229	18	60	295

LEGENDA:

(1) Construção e Recuperação de Reservatórios
(2) Ampliação de Redes de distribuição
(3) Instalação de grupos moto-bombas
(4) Construção de poços tubulares
(5) Aquisição e instalação de uma E.T.A. (Estação de Tratamento de Água)
(*) Ampliação na produção de captação de 39,78m³/h para 50m³ h.

Companhia Energética do Amazonas

Muita energia para o Amazonas desenvolver

Não faltou energia para a realização de todos os programas de integração das comunidades, ampliação das áreas de expansão urbana das cidades, crescimento dos setores industriais no interior, ou fortalecimento do setor agrícola.

Em todos os momentos a Companhia Energética do Amazonas esteve presente garantindo o desenvolvimento do Estado, seja na geração de energia ou na implantação de redes de distribuição.

Hoje o Amazonas vive com muito mais energia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS — CEAM

RELATÓRIO — 1986

Tendo em vista a ampliação e expansão do sistema de energia elétrica no Estado, a CEAM desenvolveu suas atividades em 1986 obtendo, como resultado, obras e serviços de alta relevância no interior, além da qualificação e reestruturação administrativa do órgão.

Nesse sentido, foi desenvolvido programa organizacional dando-se ênfase ao aperfeiçoamento das práticas gerenciais, dentro de um enfoque empresarial.

Na área de recursos humanos foram treinados 406 empregados, 282 em cursos internos e 124 em cursos externos, e realizados programas de Segurança do Trabalho. Foram implantadas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, CIPAs, nas Agências de Itacoatiara, Manacapuru e Parintins.

Na área de Serviço Social, realizaram-se atendimentos para a melhoria das condições de saúde e bem estar social dos empregados, obtendo-se:

- 1.670 atendimentos sociais
- 2.178 consultas médicas
- 989 atendimentos odontológicos
- 651 atendimentos de enfermagem

Quanto aos serviços prestados pela Companhia verificou-se, no exercício, o custo operacional de Cz$ 6.715.201,12 e a receita de Cz$ 20.200.413,00, proporcionando o lucro de Cz$ 13.449.211,88 que foram programados para investimento na frota fluvial.

A Companhia, através da informatização de seus serviços no faturamento de energia elétrica, contabilidade, folha de pagamento, balancete mensal padronizado, acompanhamento de mercado padronizado, propiciou maior dinamismo nas suas diversas tarefas, melhorando o atendimento ao público.

A despeito das dificuldades financeiras, foi aprimorado o Sistema de Controle e Acompanhamento Orçamentário pelo órgão, visando à compatibilização de ingresso com saída de recursos, de modo a garantir o melhor aprimoramento e aplicação das disponibilidades. Foi introduzido um controle rígido e eficiente nas aplicações de recursos destinados a Investimentos e Despesas Operacionais, como forma de superar as dificuldades sentidas no fluxo de caixa e minorar os efeitos negativos do crédito não operacional, pelo registro de multas por inadimplência de pagamentos. O sistema de compras foi otimizado de maneira que os débitos de fornecimento coincidissem com o ingresso de recursos, evitando-se surpresas de pagamentos não programados, melhorando o desempenho e a programação financeira de caixa.

Quanto às ações executivas no interior do Estado em 1986, verificou-se o acréscimo de 5.790 KVA na potência instalada, e de 187,5 Km de rede de distribuição, sendo 61.170 Km em alta tensão e 126.330 em baixa tensão; foram instalados 185 transformadores e 4.112 luminárias distribuídas conforme relação abaixo.

BENJAMIN

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender as ruas General Carrumbert, Amélio Brasil, Coronel Umazizal, 21 de Abril, Travessa 21 de Abril, Av. Castelo Branco, Rua Porto, Estrada Santo Antônio e a comunidade Vila Bom Caminho.
Postes implantados: 311: 197 de 9,00 metros
114 de 11,00 metros
Luminárias instaladas: 331 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W 220 V.
• Ampliação na subestação elevadora de tensão com a instalação de mais uma unidade transformadora de 150 KVA, instalação de chaves seccionadoras e melhoria no barramento existente.
• Instalação de um grupo gerador diesel elétrico VILLARES de 600 KW, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

TABATINGA

• Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, com a instalação de 108 postes e cruzetas de madeira de lei; condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 112 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W-220W.

BELÉM DO SOLIMÕES

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica, em alta tensão e baixa tensão na localidade denominada Belém do Solimões, Município de Tabatinga.

AMPLIANDO A ENERGIA

Ampliando a rede de distribuição no Cacau Pirêra, ou aumentando a geração em Atalaia do Norte, na fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru, o Governo não faltou com a oferta destes importantes serviços nos momentos certos.

• Foram utilizados 148 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 148 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W/220V.
• Construção de prédios para escritório, prédio para alojamento e almoxarifado com a área de construção de 153,25 m^2.
• Construção de prédio para usina com área construída de 112m^2 para instalação de dois grupos geradores diesel elétricos CUMMINS de 300 KVA cada um, equipados com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

AMATURÁ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, onde foram utilizados 91 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 91 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

SANTO ANTONIO DO IÇÁ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão urbana da cidade, na estrada e Vila Presidente Vargas, utilizando-se 296 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 151 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W, 220V.

TONANTINS

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade e na estrada que liga Tonantins a Vila Nova onde foram utilizados 148 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de cobre nu e alumínio ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 145 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

JUTAÍ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, Bairros de São Francisco e Vigilância, onde foram utilizados 87 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação com 83 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W-220V.

UARINI

• Reforma geral e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica com troca da classe de tensão primária de 3.800V para 13.800V, onde foram utilizados 91 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 91 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

ALVARÃES

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, onde foram utilizados 35 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de cobre e alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 27 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.
• Construção de oleoduto no município de Alvarães com tubos de ferro galvanizado de 2", numa extensão de 497m para abastecimento de óleo diesel à Usina.

TEFÉ

• Construção e interligação de uma subestação abaixadora de 112,5 WVA para atender a Secretaria de Saúde, localizada na Rua 13 de Maio.

COARI

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, inclusive a travessia sobre o Igarapé do Pêra, com um vão de 210m.
• Postes implantados: 13: 06 de 9,00 metros
07 de 11,00 metros
• Luminárias instaladas: 14 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W-220V.

MURITUBA

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na localidade denominada Murituba, Município de Codajás. Foram utilizados 29 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V, 60 Hz e iluminação pública com 29 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.
• Construção de prédio para escritório. alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22 m².
• Construção de predio para usina com área construída de 79,05 m para instalação de dois grupos geradores MERCEDES BENZ de 60 KVA cada um, equipados com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

CODAJÁS

• Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a unidade Hospitalar na Rua 1°. de Maio e nas Ruas 5 de Setembro e Tiradentes.
• Postes implantados: 21 — 16 de 9,00 metros; 5 de 11,00 metros
• Luminárias instaladas: 20 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

ANORI

• Ampliação e reforma geral da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade e implantação de rede de distribuição nos Bairros de Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião, conforme dados abaixo:
• Postes implantados: 447
• Luminárias instaladas: 430 em lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220 V.

ANAMÃ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, onde foram implantados 7 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformador de distribuição trifásico e iluminação pública com 4 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

BERURI

• Reforma geral da rede existente (baixa tensão) com implantação de rede de distribuição em alta tensão classe 13,8 KV, onde foram utilizados 78 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, instalação de transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V, e iluminação pública com 61 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

CAMPINAS

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na localidade denominada Campinas. Foram utilizados 39 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 39 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W/220V.
• Construção de prédios para escritório, alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22 m².
• Construção do prédio para usina com área construída de 79,05 m² para instalação de dois grupos geradores MWM de 60 KVA cada, equipado com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

MANACAPURU

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o Bairro da Liberdade e a Colônia Bela Vista, onde foram utilizados 22 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 22 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

IRANDUBA

• Implantação de rede rural nas estradas de Brito e Elias Novoa, para atender uma cerâmica existente na localidade.
• Ampliação da sede de distribuição de energia elétrica em alta e

baixa tensão para atender o Porto Periódico de Brito.

• Postes implantados: 127 — 91 de 11,00 metros; 36 de 9,00 metros

• Luminárias instaladas: 56 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

CAAPIRANGA

• Reforma geral da rede de distribuição (baixa tensão), com implantação de rede de alta tensão classe 13,8 KV, onde foram utilizados 133 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V e iluminação pública com 120 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

CASTANHO

• Construção de rede de distribuição ao longo da margem direita do Paraná do Careiro, onde foram instalados postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V, 60 Hz e iluminação pública com lâmpada a vapor de mercúrio de 80W — 220V, com a finalidade de dotar a localidade de infra-estrutura para auxiliar no desenvolvimento de atividades agropecuárias.

• Construção de 24,85 Km de rede de distribuição, padrão rural, na BR-319. No sentido Castanho/Careiro, e de 0,40 Km no sentido Careiro/Castanho para atender a Fazenda 29 Agropecuária Ltda., e a troca de condutores do alimentador da área urbana do Município do Castanho, onde foram utilizados postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC e ferragens galvanizadas.

• Postes implantados: 415 — 401 de 11,00 metros; 14 de 9,00 metros

• Luminárias instaladas: 28 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

• Construção de Usina Provisória, com piso e bases de grupos geradores em concreto simples e prédio em madeira de lei com 50,40 m² de área construída, situada no Km 25 da Rodovia BR-319. Será instalado um grupo gerador SCÂNIA de 275 KVA, com a finalidade de atender a demanda da localidade.

ITACOATIARA

• Construção de um ramal de serviço e subestação abaixadora de tensão de 15 KVA com interligação ao sistema de distribuição, localizada na Rodovia AM-010, Km-228, Município de Itacoatiara.

TABOCAL

• Instalação de um grupo gerador diesel elétrico CUMMINS de 272 KW, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

ITAPEAÇU

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na localidade denominada Itapeaçu, Município de Urucurituba.

• Foram utilizados 73 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 73 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

• Construção de prédios para escritório, alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22 m².

• Construção de prédio para usina com área construída de 125.00 m² para instalação de dois grupos geradores diesel elétricos MWM de 180 KVA cada um, equipados com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

MAUÉS

• SUBESTAÇÃO ABAIXADORA DE 15 KVA — RÁDIO INDEPENDÊNCIA

• Construção de um ramal de serviço e subestação abaixadora de 15 KVA.

BOA VISTA DO RAMOS

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a Unidade Hospitalar do Município. Foram utilizados 80 postes e cruzetas de madeira de lei, condu-

tores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V e iluminação pública com 80 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

BARREIRINHA

• Ampliação de rede de distribuição em alta e baixa tensão em 250 m.

NHAMUNDÁ

• Ampliação e reforma da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade e no Bairro Novo situado atrás do Aeroporto, tendo sido utilizados 185 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 125 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W/220V e substituição de 176 lâmpadas incandescentes por vapor de mercúrio de 80W — 220V.

PARINTINS

• Construção de um ramal de entrada e subestação abaixadora de tensão de 112,5 KVA, 13.800/200-127V, 60 Hz, para atender a Escola Agrícola de Parintins.
• Construção de ramal de entrada e subestação abaixadora de tensão de 75 KVA, 13.800/220-127V, 60 Hz, para atender as instalações do Banco do Estado do Amazonas S/A — BEA.

MOCAMBO

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão da localidade denominada Mocambo, Município de Parintins.
• Serão utilizados 87 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 87 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.
• Construção de prédios para escritório, alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22 m^2.
• Construção de prédio para usina com área construída de 125,00 m^2 para instalação de dois grupos geradores diesel elétricos MWM de 180 KVA cada, equipados de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

URUCARÁ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a Vila do Castanhal e o CETRU. Foram utilizados 21 postes de 11 metros e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 18 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade, onde foram utilizados 75 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 46 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

URUCURITUBA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em baixa e alta tensão para atender novos consumidores na Av. São José.
• Postes implantados: 04 de 9,00 metros
• Luminárias implantadas: 04 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80 W — 220V.

LÁBREA

• Construção de rede de distribuição, padrão rural ao longo da Rodovia Humaitá-Lábrea no total de 20,00 m, partindo de Lábrea, utilizando-se 293 postes de 11 metros e cruzetas de madeira de lei e condutores de alumínio, para atender o desenvolvimento sócio econômico do Município na área rural, ajudando a política de fixação do homem do campo nos seus locais de produção.
• Construção de base de concreto simples para instalação de um grupo gerador diesel elétrico VILLARES de 60 KW, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.
• Construção da bacia de concreto armado para instalação de uma torre de arrefecimento marca SULZER com a finalidade de

melhorar o sistema de refrigeração dos grupos geradores instalados na Usina.

CANUTAMA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na área urbana da cidade com a finalidade de atender novos consumidores. Foram utilizados 64 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 56 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

BOCA DO ACRE

• Instalação de um grupo gerador diesel elétrico MWM de 60 KVA, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

ATALAIA DO NORTE

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender a Olaria Municipal.
• Postes implantados: 08 de 11,00 metros
• Luminárias instaladas: 05 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

NOVA OLINDA DO NORTE

• Instalação de dois grupos geradores diesel elétricos Cummins de 272 KW cada, equipados com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

NOVO ARIPUANÃ

• Mudança de percurso da rede de distribuição de energia elétrica com o deslocamento de quatro 04 postes com a finalidade de desobstruir a área onde seria construído o porto da cidade através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras — SETRAN.

MANICORÉ

• Construção e interligação de uma subestação abaixadora de 75 KVA, para atender o Estádio Municipal de Futebol da cidade.
• Construção em base de concreto simples para instalação de um grupo gerador diesel elétrico Villares de 600 KW, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

HUMAITÁ

• Ampliação de rede de distribuição em alta e baixa tensão para atender as instalações do aeroporto e construção de ramal de serviço para atender a Olaria Peroti.
• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o Conjunto Habitacional nº. 54º BIS.
• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na Rua e Beco da Cachoeira, diversas ruas ligadas a Transamazônica e atendendo as instalações da Portobrás.
• Postes implantados: 115 com lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.
• Ampliação de um Grupo Gerador de 600 KW e demais equipamentos auxiliares.

APUÍ

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica, em alta e baixa tensão na sede do Município de Apui.
• Foram utilizados 211 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, transformadores de distribuição trifásico e iluminação pública com 189 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220 V.
• Construção de prédios para escritório, alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22m^2.
• Construção de prédio para usina com 125,00m^2 de área construída para instalação de 02 grupos Geradores Diesel Elétricos CUMMINS de 340 KVA cada um, equipados com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

PRESIDENTE FIGUEIREDO

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o bairro novo, a estação de televisão e as Ruas Acariquara, Pau D'Arco, Castanheira, Macacauba, Genipapo e Paracuuba, onde foram utilizados 110 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 110 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

• Construção de um pátio para estocagem de lenha com capacidade para 30 dias de consumo da Usina. Foi instalada uma balança rodoviária de 40 toneladas de capacidade de carga incluindo 01 cabine para medição na entrada no pátio de estocagem de lenha.

RIO PRETO DA EVA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, para atender a novos consumidores na segunda etapa do loteamento da localidade, onde foram utilizados 103 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V e iluminação pública com 94 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

• Construção de duas subestações abaixadoras de tensão, sendo uma de 15 KVA para atender o sítio Acácia Dourada de propriedade do Sr. Gotama Nunes e a outra de 5 KVA para atender o sítio da Sra. Walmira de Souza Monteiro.

SANTA IZABEL DO RIO NEGRO

• Ampliação e reforma geral da rede de distribuição de energia elétrica na área urbana da cidade, onde foram instalados 204 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, e iluminação pública com 197 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

• Construção de base em concreto simples para instalação de um grupo gerador diesel elétrico MWM de 284 KW, equipado com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

NOVO AIRÃO

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

• Foram utilizados 61 postes e cruzetas de madeira de lei condutores de alumínio tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 65 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

MARAÃ

• Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa e alta tensão na Rua Hiram Abib, onde foram instalados 06 postes de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas e iluminação pública com 06 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

JURUÁ

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão, onde foram utilizados 20 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de cobre nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos 13.800/220-127V, 60 Hz e iluminação pública com 16 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V, visando a atender as instalações da emissora de televisão local e a novos consumidores.

ENVIRA

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão para atender o Bairro Novo e substituição de 203 lâmpadas incandescentes por vapor de mercúrio de 80W — 220V, na iluminação pública. Foram utilizados 99 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de cobre nu, ferragens galvanizadas e transformadores de distribuição trifásicos.

• Ampliação de bases para instalação de dois grupos geradores diesel elétricos CUMMINS de 272 KW, equipados com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

• Construção de novo oleoduto em tubos de ferro galvanizado com diâmetro nominal de 50 mm, numa extensão de 870m para abastecimento de óleo diesel da Agência.

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

GUAJARÁ

• Construção de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão na localidade denominada Guajará, município de Ipixuna.

• Foram utilizados 193 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio do tipo ASC, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 154 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

• Construção de prédio para escritório, alojamento e almoxarifado com área total construída de 153,22 m^2.

• Construção de prédio para usina, com área construída de 152,00 m^2 para instalação de 02 grupos geradores diesel elétricos MWM de 275 KVA cada, equipado com quadros de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

EIRUNEPÉ

• Construção de base de concreto simples para instalação de dois grupos geradores diesel elétricos VILLARES de 600 KW cada, equipados com quadro de comando, controle, proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

ITAMARATI

• Ampliação da rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão nas Ruas Tupá, Jupé e na estrada Itamarati/Quirinu e atender a fábrica de arroz e a Serraria Municipal, onde foram implantados 31 postes e cruzetas de madeira de lei, condutores de alumínio nu ASC, ferragens galvanizadas, transformadores de distribuição trifásicos e iluminação pública com 29 lâmpadas a vapor de mercúrio de 80W — 220V.

AUTAZES

• Instalação de um grupo gerador diesel elétrico CUMMINS de 272 KW, equipado com quadro de comando, controle proteção, medição e demais equipamentos auxiliares.

A CEAM, em 1986, prosseguiu com as atividades dentro do Programa Energético do Estado do Amazonas, que visa à substituição gradual do óleo diesel na geração de energia elétrica por energéticos renováveis e abundantes na região.

Foi autorizada a construção da Usina Térmica a Lenha Picada, com potência instalada de 12.000 KW, pela portaria n°. 116 de 23.05.86 — DNAEE, para suprir os municípios de Manacapuru e Iranduba.

A Usina Termoelétrica de Presidente Figueiredo, constituída de 03 unidades geradoras, de 160 KW cada uma, entrou em sua fase de teste, e representa mais uma substituição do óleo diesel pela biomassa florestal.

É desta maneira que a CEAM vem trabalhando como instrumento de governo para atender a demanda energética, através das fontes alternativas em substituição as importações de diesel, e promovendo a ampliação do nível de emprego na região e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas

Um ótimo atendimento e casas até nos municípios

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas não se limitou a melhorar e qualificar serviços médicos em geral, ampliando o quadro de profissionais e realizando convênios com clínicas. Fez também um aumento dos benefícios e a nível mais amplo construiu centenas de casas em Manaus e no interior, mostrando que é um Instituto de Serviços em todos os níveis. Como é o desejo do Governador Gilberto Mestrinho .

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS

IPASEA

RELATÓRIO — 1986

O elevado crescimento demográfico verificado no Estado nos últimos anos ensejou, por parte do Governo, o aumento dos investimentos destinados à população na área de saúde e habitação, propiciando condições básicas de sobrevivência, através da ampliação da rede médico-hospitalar, serviços básicos de saúde e construção de moradias.

Para a consecução desse objetivo, o IPASEA arrecadou, em 1986, Cz$ 128.052.407,43, oriundos 99% das Contribuições Sociais. A despesa realizada no período foi de Cz$ 117.618.894,86, obtendo-se a economia de Cz$ 10.433.512,57.

Quanto aos serviços médico-hospitalares o Instituto manteve todos os seus compromissos para com a sua grande massa previdenciária, atendendo com regularidade 146.384 contribuintes no Centro Médico (Ambulatório), 28.803 na Central de Atendimentos (Pronto Socorro), 13.281 no Serviço Radiológico, 76.819 no Laboratório de Análises Clínicas, 44.995 no Serviço de Fisioterapia, 57.869 no Serviço de Odontologia, 17.012 no Programa Materno-Infantil.

Visando a proporcionar a seus segurados a oportunidade de aquisição de casa própria, a Coordenadoria do Sistema Imobiliário do IPASEA programou a construção de unidades habitacionais nas cidades de Manaus — Conjunto Manoa 1ª e 2ª etapas; Parintins — Conjunto Habitacional Macurany; Itacoatiara — Conjunto Habitacional Novo Horizonte; Maués — Conjunto Habitacional Pedro Negreiros e, em Manicoré — Conjunto Habitacional Newton Cabral. Alguns em fase final de acabamento.

Paralelamente à elaboração dos projetos de construção de unidades habitacionais, foram programados os seguintes empreendimentos:

- Obras de expansão do prédio onde funciona a Coordenadoria Imobiliária
- Recuperação do Valo de Oxidação do Conjunto Vista Bela
- Construção de uma escola e três boxes comerciais no Conjunto Manoa 1ª Etapa
- Construção de Sedes Representativas nos Municípios de Maués, Fonte Boa e Codajás.

A Coordenadoria Imobiliária, através do Núcleo de Comercialização, procedeu a convocação dos candidatos devidamente classificados, para a apresentação dos documentos estabelecidos nas normas que regeram a etapa de habitação.

A Assessoria Jurídica processou a elaboração de aproximadamente 600 contratos de comercialização das unidades habitacionais, notadamente do Conjunto Manoa 1ª etapa e procedeu a regularização de 150 transferências. No núcleo de controle de inscrição de quase 6.000 candidatos para aquisição de unidades habitacionais do conjunto Manoa 1ª e 2ª Etapas.

Ainda no exercício de 1986 a Coordenadoria recebeu, do Banco Nacional de Habitação — BNH, recursos na ordem de Cz$ 8.029.182.871,02, para serem repassados às firmas empreiteiras. Esses recursos atenderam a 2ª Etapa do Conjunto Manoa, aos Conjuntos Macunary, Newton Cabral, Novo Horizonte e a 1ª e 2ª Etapas do Conjunto Pedro Negreiros.

Podemos afirmar que, durante o ano de 1986, o IPASEA cumpriu sua meta principal de transformar a Previdência Social do Amazonas num sistema eficiente, humano e justo, com a implementação de uma política de universalização dos seus serviços médico-hospitalares, além de promover oportunidades de habitação condigna para as populações de baixa renda familiar.

CONSTRUINDO O BEM ESTAR

O IPASEA construiu o Conjunto Manoa e estendeu este benefício para todo o interior. São casas, adequadas à realidade de cada município, atendendo a todos.

III

RETROSPECTIVA — 1983/1986

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
SEPLAN

RETROSPECTIVA — 83/86

Ao final do quadriênio 83/86 é importante identificar a postura da SEPLAN no Governo e sua filosofia de trabalho nesse período.

Para que uma avaliação dessa natureza tenha maior amplitude, é necessário que se faça uma rápida análise do comportamento do Planejamento no país nos últimos anos.

O processo decisório na condução dos problemas brasileiros, ao longo desse período, concentrou-se nas políticas setoriais traçadas pelo poder central.

Tendo por base os grandes objetivos nacionais, orientou-se a economia de forma a que problemas, como pagamento da dívida externa, viessem a ser solucionados através de medidas técnico-econômicas, como os ajustamentos realizados na estrutura produtiva para o setor de exportações.

Ora, essas ações tornavam-se duvidosas por constituírem instrumentos paliativos, conjunturais e que não resolviam problemas de raízes estruturais como a inflação e o desemprego.

Diante da pressão social decorrente mudavam-se freqüentemente as políticas, originando-se no seio da economia um processo de instabilidade que passou a questionar a própria eficácia de um Planejamento a longo prazo.

Isto se torna compreensível tendo em vista a forma como vem sendo realizado o Planejamento no país que, baseado em políticas nacionais elaboradas sem participação popular, tende a se desvincular das realidades regionais, tornando-se ineficiente quanto à solução dos problemas de cada Estado.

Diante de um sistema tributário extremamente concentrador de recursos em poder da União, os Estados e Municípios viram-se na contingência de desenvolver um Planejamento com funções meramente negociativas e vinculadas às exigências técnicas do poder central.

Estes fatores associados contribuíram para que o Planejamento se desgatasse ao longo do tempo, tendo como conseqüência o esforço a ser desempenhado por cada unidade federada para compatibilizar requesitos técnicos com os problemas sociais emergentes.

A nível estadual a situação assemelha-se: de um lado o manancial teórico à disposição do governo, repleto de propostas para um sistema harmônico e rico de informações, de outro, uma realidade dura, de profundas contradições, a exigir soluções imediatas.

Entretanto a situação econômico-financeira, em que foi encontrado o Estado, reclamava a concentração de esforços para saná-la sob pena de comprometerem-se os propósitos do governo Gilberto Mestrinho de transformar o Amazonas.

Ao órgão de Planejamento recaía em grande parte a função de conduzir esse processo de transformação.

Para que uma sociedade se modifique é necessário que a população confie nos instrumentos de ação do Governo. O Planejamento Participativo é um dos meios mais eficazes para atingir esse objetivo. Contudo o momento em que se vivia era de profundo descrédito a uma prática que havia se transformado num complicado processo demagógico de promoção de reuniões e seminários, de resultados duvidosos e pouco práticos.

Para resgatar essa confiança seriam necessárias ações que demonstrassem a preocupação do Governo em melhorar de forma efetiva e imediata as condições de vida do homem do interior e da capital.

Contando com dois instrumentos concretos de realização o FUNEDE, e o FDI, a SEPLAN optou por tornar-se um órgão também de execução.

Como consequência, houve injeção da maior parcela dos recursos obtidos, em atividades cujo retorno sócio-econômico fosse satisfatório e que pudessem promover o impulso que as comunidades necessitavam para iniciarem um processo de desenvolvimento auto-sustentado.

Programa de trabalho foram executados buscando sempre soluções criativas e práticas para o universo de problemas a resolver.

Fundos Estaduais (FUNEDE/FDI/FINAMICRO)

Com um balanço das aplicações do FUNEDE e FDI, nos últimos quatro anos, os dados apresentados a seguir demonstram sobretudo as metas que nortearam a ação da Secretaria, preocupada em melhorar a qualidade de vida do homem e promover atividades econômicas voltadas para a fixação do interiorano à sua terra:

- através de repasse direto de recursos ou doação de olarias (14), modificação do perfil das sedes muni-

cipais que contam hoje com mais vias pavimentadas e mais prédios públicos;

- construção de 32 escolas no interior e recuperação de 27;
- complementação às atividades de saúde no interior e capital, através da aquisição de 68 ambulâncias, construção de 06 hospitais e recuperação de 06 postos de saúde;
- garantia de estoque regulador de peixes em 15 Municípios através da distribuição de fábricas de gelo e câmaras frigoríficas;
- doação de 140 veículos destinados ao escoamento da produção do trabalhador rural até a sede do Município, bem como para apoio às obras de infra-estrutura da cidade;
- programa intensivo de apoio agrícola através da distribuição de 1.272 casas de farinha;
- 370 moto-serras;
- 31 máquinas de beneficiamento de arroz;
- 97.962 implementos agrícolas;
- 237.026 mudas;
- 72 toneladas de sementes;
- 19 tratores
- 87 máquinas de beneficiamento de milho.

Criado através da 22.ª Reunião Extraordinária do Comitê de Administração do FUNEDE, realizada em 02 de agosto de 1985, o FINAMICRO objetiva o segmento empresarial das micro/unidades de produção, comércio e serviços.

O FINAMICRO atua sobretudo na periferia da cidade, tendo como conseqüência, entre muitas outras, a capitalização da micro-unidade empresarial.

É uma linha ágil e de fácil acesso. O resultado da aplicação é excelente. Das 613 empresas financiadas, apenas 82 estão inadimplentes (17%), correspondendo a Cz$ 273.239,29 dos Cz$ 6 milhões aplicados.

No primeiro semestre de 1985 novamente recursos do PIN/PROTERRA foram repassados ao Estado e aplicado no setor agrícola, beneficiando 17 municípios do Solimões.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PIN — 1.º Semestre 85

BENEFICIÁRIO	VALOR DO PROJETO Cz$ 1,00
• Tonantins	31.441.080
• Amaturá	40.611.620
• Benjamin Constant	48.441.620
• São Paulo de Olivença	40.611.620
• Uarini	71.920.024
• Atalaia do Norte	41.033.404
• Alvarães	63.005.024
• Jutaí	40.510.080
• Tabatinga	23.127.864
• Fonte Boa	52.910.024
• Anamã	8.375.000
• Codajás	8.375.000
• Coari	11.775.000
• Tefé	8.375.000
• Caapiranga	8.375.000
• Santo Antonio do Içá	53.367.160
• Anorí	8.375.000
TOTAL	560.629.520

FONTE: ASSESSORIA/SEPLAN

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROTERRA — 2.° SEMESTRE — 1984

BENEFICIÁRIO	VALOR DO PROJETO Cz$ 1,00
• Boca do Acre	28.040,000
• Autazes	76.590.930
• Urucurituba	18.857.930
• Urucará	114.259.200
• São Sebastião do Uatumã	32.798.370
• Boa Vista do Ramos	61.587.940
• Maués	172.854.300
• Barreirinha	176.532.958
• Parintins	447.194.661
• Rio Preto da Eva	283.075.960
• SESAU (Poços Artesianos)	70.000.000
TOTAL	1.481.792.249

FONTE: ASSESSORIA/SEPLAN

Além disso, gestões junto ao Ministério do Planejamento BNDES foram concluídas e recursos da ordem de Cz$ 750.000.000,00 e Cz$ 375.000.000,00 foram repassados para a SESAU (Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água e Saneamento Básico) e SETRAN (Recuperação de Pistas de Pouso no Interior do Estado) respectivamente.

QUADRO RESUMO APLICADO PIN/PROTERRA

ANO	PROJETO	VALOR Cz$ 1,00
1984	Programa de Apoio Agrícola a Pequenas Comunidades Rurais	1.481.792.249
	SUB-TOTAL	1.481.792.249
1985	Programa de Apoio Agrícola a Pequenas Comunidades Rurais	ORTN 122.079 560.629.520
1985	Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento d'água e Saneamento Básico	ORTN 11.349 750.000.000
1985	Recuperação de Pistas de Pouso no Interior do Estado	ORTN 7.085 350.000.000
	SUB-TOTAL	1.660.629.520

FONTE: Assessoria/SEPLAN

OBS.: Se corrigidos com base nas OTN os investimentos realizados atingiram Cz$ 16.503.776,00 = 155.696 OTN/FEV/87

Programas Especiais

PIN/PROTERRA

Refletindo a política do Governo Gilberto Mestrinho, de atuar prioritariamente no setor primário, a Secretaria de Planejamento, através do Programa de Redistribuição de Terras e Incentivos à Agroindústria — PROTERRA, aplicou cerca de Cr$ 1,5 bilhões de cruzeiros em projetos de apoio ao pequeno produtor. A exemplo dos investimentos agrícolas realizados através do FUNEDE e FDI, a ação da SEPLAN com esses recursos concentrou-se no apoio econômico-financeiro às comunidades rurais, traduzidas através de fornecimento de equipamentos e insumos necessários ao desenvolvimento das culturas de cereais e hortaliças. As comunidades mais organizadas e potencialmente mais produtivas, cuja capacidade de absorção de investimentos é maior, foram beneficiadas com parcela mais expressiva. As demais, em fase de organização, à medida que foram ampliando seu grau de necessidade, tiveram acesso às oportunidades oferecidas às primeiras.

Iniciado no 2.° semtes de 1984, o Projeto de Apoio Agrícola, desenvolvido com recursos da PROTERRA, beneficiou 08 Municípios do Baixo e Médio Amazonas com um investimento de Cz$ 1.100.676.289 e mais Cz$ 70.000.000 repassados à SESAU para construção de poços artesianos em algumas dessas localidades; RIO PRETO DA EVA recebeu, através da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTERCOMUNITÁRIO — ADIRPE, Cz$ 238.075.960 para execução de projeto olerícola em 05 de suas comunidades e o Município de BOCA DO ACRE foi beneficiado com um trator agrícola no valor de Cz$ 28.040.000.

POLAMAZÔNIA

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA, aprovado pelo Decreto Federal n.° 74.607/74, foi criado com o objetivo de "implantar projetos de infra-estrutura e obras essenciais em polos localizados na Amazônia Legal, a fim de criar nessas áreas condições capazes de possibilitar a atuação de iniciativa privada".

O Estado do Amazonas dispõe de 02 Polos: o Juruá-Solimões (09 Municípios) e o PROMAM (22 Municípios).

O POLAMAZÔNIA foi durante muito tempo para os municípios que o compõem uma importante fonte de recursos ao seu desenvolvimento. Hoje o interior do Estado possui numerosas escolas e ruas pavimentadas à conta dessa fonte de recursos.

Contudo o que tem chegado aos Estados, como programação anual do POLAMAZÔNIA nos últimos anos, demonstra um distanciamento muito grande dos propósitos iniciais concebidos pelo Programa. O que em princípio seria um trabalho das Secretarias de Planejamento Estaduais é, na verdade, o resultado da percepção, muitas vezes desarticulada, que técnicos de outros Estados, têm a respeito de cada unidade que compõe a POLAMAZÔNIA. Os recursos, além de não corresponder às reais necessidade, não chegam a concluir o cronograma de desembolso exigido à finalização das obras. Como conseqüência observou-se a intensificação de pulverização de recursos e um elenco de projetos inacabados.

É fato que a partir do exercício de 1986 os Programas Especiais do Governo Federal vêm sendo objeto de uma reavaliação objetivando minimizar as falhas existentes.

É pretensão do MINTER/SUDAM readaptar os cronogramas visando a redirecionar o programa, compatibilizando-o ao orçamento disponível. Terão prioridade projetos de relevância ao desenvolvimento estadual e em condições de conclusão no exercício.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
1983 — 1986

BENEFICIÁRIO	OBJETIVO	1983 Cz$ 1,00	1984 Cz$ 1,00	1985 Cz$ 1,00	1986 Cz$ 1,00
CODEAMA	4.° Termo Aditivo ao Conv. 17/79-Diagnóstico do Parque Industrial.	5.000.000			
CODEAMA	4.° Termo Aditivo ao Conv. 083/79-Pesquisas as condições Sócio-Econômicas da População de Manaus.	7.000.000			
CODEAMA	Conv. 034/84-Índice de Construção Civil		11.000,00		
CODEAMA	5.° Termo Aditivo ao Conv. 83/79 — Pesquisa sobre as Condições Sócio-Econômicas da População de Manaus.		8.000,00		
CODEAMA	054/85 — Apoio ao Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia			80.000,00	
CODEAMA	039/85 — Indicadores Sociais do Estado do Amazonas			47.545,00	
ICOTI	039/85 — Treinamento de Servidores Municipais, Organização Administrativa dos Municípios, Administração Cadastro Imobiliário Fiscal, Administração no Campo de Engenharia Municipal, Casas Comunitárias de Farinha, Elaboração de Instrumentos Jurídicos e Administrativos dos Novos Municípios, Elaboração do Plano de Ação Concentrada.			152.455,00	
CODEAMA	Sistema Estadual de Estatística do Amazonas Indicadores Sociais do Estado do Amazonas, Anuário Estatístico do Amazonas 1981/84-Publicação e Divulgação				62.056,00 87.944,00 119.000,00
	PRODICIA — Projeto de Desenvolvimento Inção de Cidades dos Interior do Amazonas				160.551,00
	SUB-TOTAL				429.551,00
ICOTI	Cursos de Tecnologia aplicada a Utilização, Transferência e Conservação de Produtos Regionais.				60.825,16
	Elaboração de Planos de Ação para os Municípios.				29.213,80
	Organização Administrativa dos Municípios				53.014,67
	Organização Contábil/Financeira dos Municípios				26.704,61
	Levantamentos Topográficos e Planialtimétricos de Sedes de Municípios				
	Plano de Desenvolvimento Urbano				46.046,96
	Viveiro Comunitário de Laranja				84.194,80
	Plano de Melhoria Urbana dos Municípios				94.449,00
					124.000,00
	SUB-TOTAL				520.449,00
TOTAL		12.000,00	13.000,00	280.000,00	950.000,00

QUADRO DE CÁLCULO DOS VALORES CORRIGIDOS — I.P./BASE-86
TOTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

ANO	VALOR Cz$ 1,00	VALOR CORRIGIDO UNIDADE MONETÁRIA Cz$ 1,00 (1)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR. (%)
1983	1.944.000	50.385.857,65	—
1984	2.802.000	22.636.760,94	— 122%
1985	4.445.000	11.031.121,84	— 105%
1986	21.546.000	21.546.000,00	44%

FONTE: CPE/SEPLAN
NOTA: (1) Valor corrigido com base no I.G.P. da FGV para o ano de 1986.

Uma apreciação do volume de recursos alocados para o Estado do Amazonas, no período de 1983/86, permite confirmar as considerações anteriormente assinaladas.

A partir de 1984 o valor real do montante destinados aos dois polos estaduais passou a decrescer substancialmente, chegando em 1986 a corresponder a apenas 43% do total disponível no primeiro ano de Governo.

A ausência dessa fonte alternativa ensejou que o Governo Estadual necessitasse dispender maiores esforços no sentido de suprir com recursos do Tesouro Estadual a execução de numerosos projetos anteriormente financiados pelo POLAMAZÔNIA. Este esforço foi mais intenso e direcionado ao apoio às Administrações Municipais que, a cada ano, tiveram sua participação reduzida no total destinado ao Estado.

RESUMO DOS INVESTIMENTOS — FDI
1983 — 1986

INDICADORES	1983	1984	1985	1986	TOTAL
• Totais dos Recursos	—	**1.193.797,07**	**2.800.949,71**	**6.999.281,73**	**10.994.028,51**
• Projetos Financiados	—	84	74	64	222
• Municípios Beneficiados	—	37	43	36	116
• Instituições Beneficiadas	—	01	01	01	03
• Valor Médio dos Projetos	—	14.211,87	37.850,67	109.363,77	—

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Constitui programa de extrema relevância para o fortalecimento dos Sistemas de Planejamento Estaduais. O intercâmbio de experiência e o apoio financeiro impulsionam o desenvolvimento dessa área, um dos mais poderosos instrumentos da Administração Estadual.

Nos últimos quatro anos os recursos repassados ao Estado permitiram a execução dos projetos a seguir discriminados:

FUNDEC

Operacionalizados com o Governo do Estado a partir de 1985 os projetos do FUNDEC — Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-Estrutura Rurais, criado pelo Banco do Brasil, tiveram como contrapartida do Governo os recursos do FUNEDE e/ou PROTERRA. Em 1985 as atividades iniciais de trabalho conjunto foram concretizadas com 05 Comunidades do Rio Preto da Eva inscritas no Programa. Sucessivas reuniões com a presença da SEPLAN, Banco do Brasil e dos interessados, deram origem a uma série de ajustes e acordos. Coube ao Banco o financiamento de um conjunto de obras de infra-estrutura bem como a aquisição de um trator de esteira. À SEPLAN coube, além da implementação do Projeto Olerícola, o custeio de parte da abertura das estradas que seriam iniciadas com o trator. As despesas restantes das estradas que seriam iniciadas com o trator. As despesas restantes ficaram a cargo da comunidade, a essa altura gerenciando os lucros auferidos com a implantação do Projeto de Hortaliças.

Também em Freguesia do Andirá, comunidade de Barreirinha com o nível de organização comunitária bastante satisfatória, a SEPLAN atuou juntamente com o Banco do Brasil, adquirindo para a localidade um grupo gerador, uma motobomba, e financiando a perfuração de um poço artesiano além da implantação do Projeto de Apoio Agrícola.

No ano de 1986 as atividades prosseguiram na mesma linha, redundando no atendimento a uma comunidade em Maués (Bom Jesus) e quatro em Alvarães (Pananin, Catuiri de Baixo, Marajaí e Arraia) no investimento de Cz$ 665.261,00.

ORÇAMENTO ESTADUAL

Na série de gráficos e quadros a seguir, podemos verificar de forma bastante concreta o esforço de toda a equipe do Governo no sentido de fortalecer o orçamento estadual, que tem apresentado nos últimos quatro anos crescimento significativo tanto em termos nominais quanto em termos reais.

A concentração de recursos verificou-se na área social, onde a educação tem papel relevante, o que demonstra a preocupação do Governo em minimizar o problema na região. A saúde, o desenvolvimento regional e energia também tiveram participação vultosa no orçamento do Estado.

O ICM, maior componente da receita estadual, obteve nos últimos quatro anos salto substancial, tornando o Amazonas um dos poucos Estados a possuirem uma receita própria capaz de custear o funcionamento da máquina administrativa sem prejuízo dos investimentos.

ESTADO DO AMAZONAS
EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS
PERÍODO: 1982/87

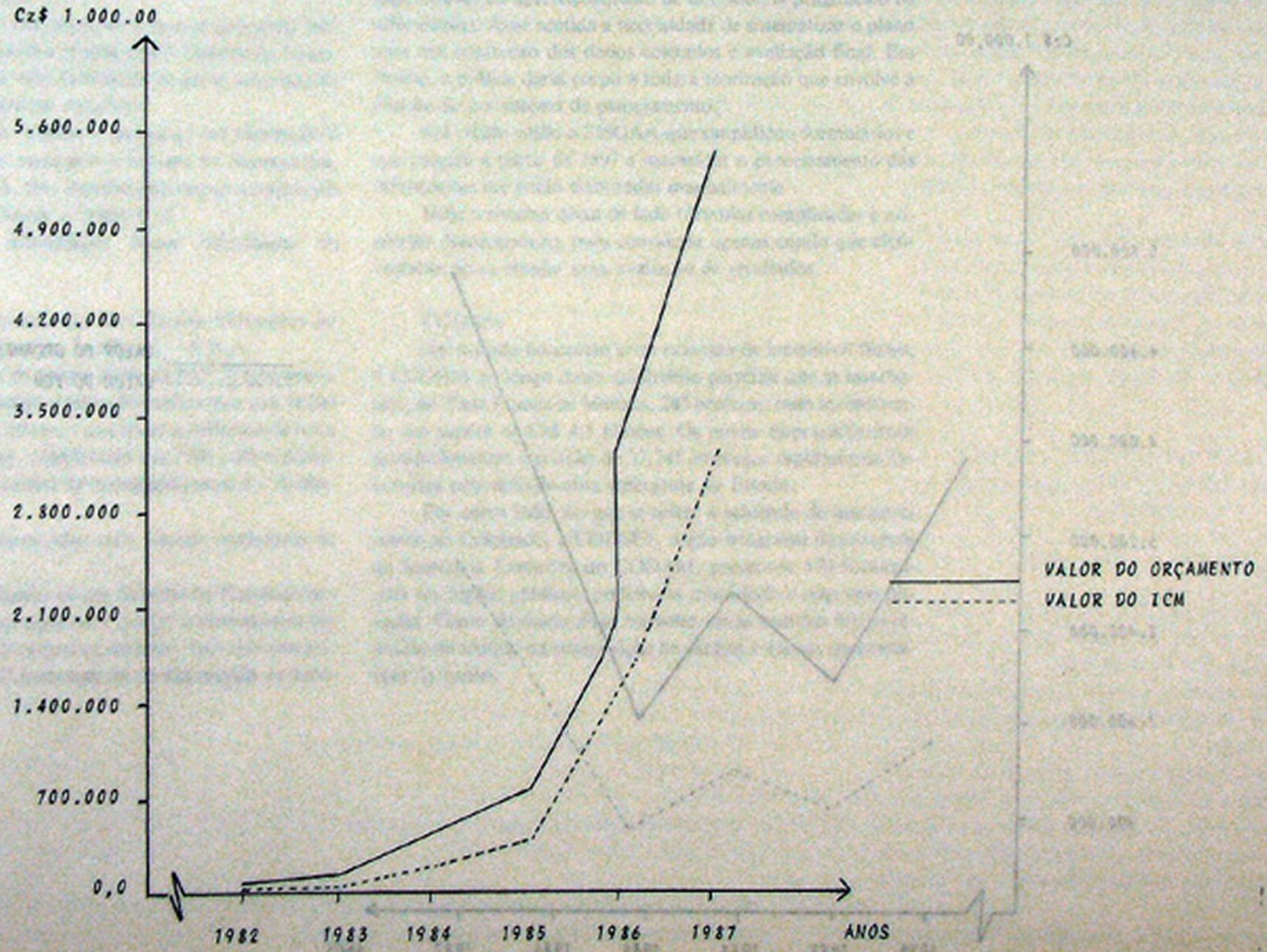
ANOS	VALORES DO ORÇAMENTO		VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ANO DE 1987 EM RELAÇÃO AOS ANOS ANTERIORES	
	VALORES NOMINAIS Cz$ 1.000,00	VALORES REAIS (3) Cz$ 1.000,00 de 1987	NOMINAL	REAL
1982 (1)	52.253	3.898.074	10.357	40,
1983 (1)	71.300	2.093.368	7.563	161,
1984 (1)	290.873	2.664.397	1.778	105,
1985 (1)	1.629.955	4.580.173	235	19,
1986 (2)	3.276.112	3.931.334	66	39,
1987 (2)	5.464.216	5.464.216	—	—

FONTE: COR/ SEPLAN

NOTAS:
(1) Valores Realizados
(2) Valores Estimados
(3) Utilizou-se como deflator o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — Conjuntura Econômica/FGV, sendo levado em consideração a inflação prevista pelo Governo Federal para 1987 de 20%.

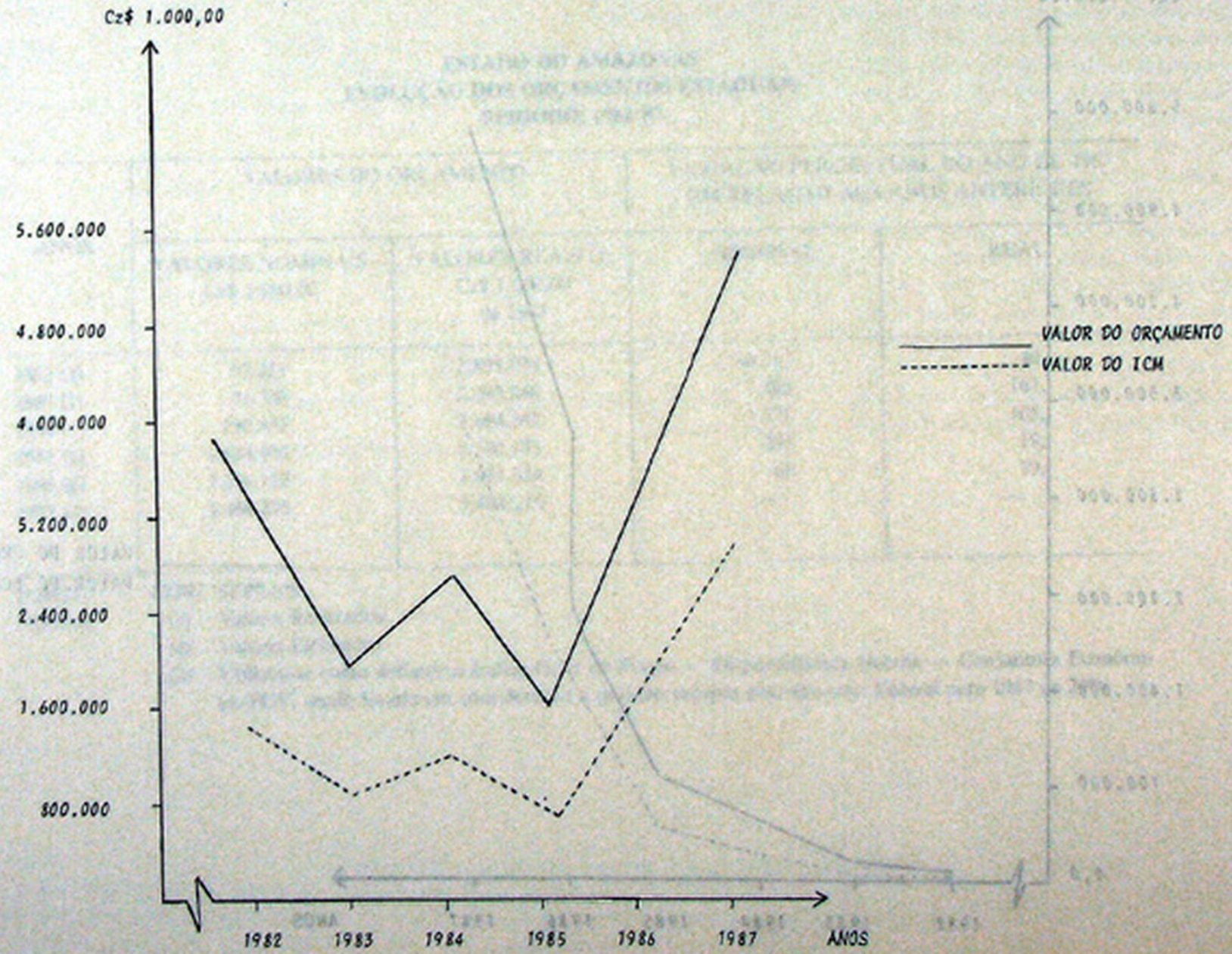
ESTADO DO AMAZONAS

VALORES NOMINAIS DO ORÇAMENTO E DO ICM - Período: 1982/1987



ESTADO DO AMAZONAS

VALORES REAIS DO ORÇAMENTO E DO ICM PERIODO 1982/1987



ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Tendo como meta "adotar instrumentos eficazes de Coordenação, Supervisão e Avaliação de Gastos Públicos, de acordo com os objetivos e os benefícios sociais decorrentes", constantes do Plano de Governo 1983/87, foi criada a Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, através do Decreto N.º 7.603, de 21 de novembro de 1983.

Para a consecução dos objetivos a que se propunha esta Coordenadoria foi necessária a criação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação com finalidade de gerar informações que aperfeiçoassem o processo decisório.

Após realização de estudos e pesquisas foi elaborado e aprovado um documento propondo o Sistema de Acompanhamento e Avaliação - SAA. Sua implantação deu-se inicialmente nas áreas de Educação, Saúde e Transporte.

Entretanto duas dificuldades foram enfrentadas no período:

1. Dificuldades relacionadas com fatores intrínsecos ao Sistema de Acompanhamento e Avaliação — S.A.A.

Devido à existência de quatro tipos de FAP's, incorreu-se em repetição de informações e mal preenchimentos das fichas por parte dos órgãos executores, o que levou à definição de nova sistemática de formulários, culminando em 1986 com o desenvolvimento do Sistema Gráfico de Acompanhamento e Avaliação — SISGAA.

2. Dificuldades relacionadas com fatores extrínsecos ao S.A.A.

Face a não consolidação de um Sistema de Planejamento integrado, o esforço de acompanhar e avaliar o desempenho das atividades governamentais tornou-se limitado, fato que ensejou, em 1985, a iniciativa da Coordenadoria na elaboração de documento propondo a reativação do Sistema Estadual de Planejamento.

Entretanto uma nova tentativa de criação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação foi iniciada a partir de 1986. Dessa vez sem esperar que a simples assinatura de Decreto pusesse em funcionamento o Sistema de Planejamento esperado, mas, através do aperfeiçoamento de um Sistema pragmático de informações, fosse sentida a necessidade de sistematizar o plano para um confronto dos dados coletados e avaliação final. Em síntese, a prática daria corpo a toda a teorização que envolve a criação de um sistema de planejamento.

Foi criado então o SISGAA que simplificou formulários e que passará a partir de 1897 a mecanizar o processamento das informações até então elaboradas manualmente.

Hoje o sistema deixa de lado fórmulas complicadas e exigências desnecessárias, para considerar apenas aquilo que efetivamente possa ensejar uma avaliação de resultados.

CODAM

Aprovando concessão e/ou extensão de incentivos fiscais, o CODAM ao longo desse quadriênio permitiu que se instalassem, na Zona Franca de Manaus, 287 projetos, num investimento que supera os Cz$ 4,5 bilhões. Os novos empreendimentos proporcionaram a criação de 37.745 empregos rapidamente absorvidos pela mão-de-obra emergente no Estado.

Por outro lado, no que se refere à atividade de assessoramento ao Colegiado, o CODSEF, órgão integrante da estrutura da Secretaria Executiva do CODAM, promoveu 170 fiscalizações em órgãos públicos, prefeituras municipais e empresas privadas. Como resultado desse trabalho várias medidas foram tomadas no sentido da composição de débitos e ajustes em prestações de contas.

Comissão de Acumulação de Cargos — CAC

Foi criada através do Decreto Governamental N.º 7.707, de 02 de janeiro de 1984, com a finalidade de identificar e denunciar acumulação de cargos ilícita de funcionários públicos, bem como prestar esclarecimentos e orientação a pessoas e órgãos.

A Comissão de Acumulação de Cargos desempenhou suas atividades no período de 1984/86, detectando todos os casos de acumulação de cargos lícita e ilícita no serviço público estadual, deste com o federal, municipal e o de economia mista.

A 1.ª etapa do trabalho foi realizada com a Secretaria da Educação e Cultura e após demais órgãos do Estado.

Em 1985 a CAC passou a desenvolver trabalho abrangendo a acumulação nas esferas estaduais, municipais, federais e o de economia mista.

E elaboração de numerosos relatórios deram origem a 03 proposições que foram adotadas pelo Governo do Estado:

- Matrícula Única para todo funcionário estadual;
- Reativação do terminal de computador da SEDUC;
- Obrigatoriedade da Declaração de Cargos no ato de inscrição para candidatos a concurso público.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS — CODEAMA

RETROSPECTIVA — 83/86

Dentre as numerosas transformações sofridas pelo CODEAMA a partir de 1981 sem sombra de dúvida as mais efetivas ocorreram no período de 1983/1986.

Uma série de medidas de caráter institucional e gerencial proporcionaram as alterações necessárias ao desenvolvimento das atividades do órgão.

As institucionais, dentre outras, destacam-se: o Decreto 9.447 que estabelece a nova escritura básica, legislação que o qualificou como responsável pela política ambiental e a Resolução do CODAM que condiciona a concessão de incentivos fiscais à prévia regularização do empreendimento junto ao órgão de Meio Ambiente.

Foi no âmbito das medidas gerenciais que transformações profundas, no trato das áreas de Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente e Recursos Naturais, ocorreram, notadamente no biênio 85/86. Assim se implantou o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras, celebraram-se dezenas de Convênios e Contratos para a execução de pesquisas e levantamentos de solos, vegetação, hidrovias, etc., para colocação e manutenção de estações limnimétrico, para pesquisa de níveis de poluição, construção de protótipos para disseminação de técnicos, simplificando no meio rural, treinamento e capacitação de pessoal qualificado.

Esforço maior observa-se ainda quanto às reformas no prédio da instituição, que foram desde obras que recuperam os espaços ociosos, a construção de áreas novas como salas, refeitórios, até a expansão do acervo da Biblioteca.

Num relato sintetizado dos principais fatos administrativos desse período destacam-se:

ÁREA ADMINISTRATIVA

Recursos Humanos

Enfatizou-se o Programa de Treinamento e Capacitação do pessoal para suprir os Sistemas Ciência e Tecnologia e de Planejamento e prioritizando a promoção de cursos a nível de especialização no Estado.

Realinhamento dos salários do Quadro de Pessoal ao nível dos salários da administração direta.

Correção de desníveis das funções gratificadas.

Adequação do Quadro de Pessoal às funções do CODEAMA definidas pelo Decreto n.º 9.447, de 06.05.86, e Decreto n.º 9.503, de 23.05.86, e com admissão de técnicos para atender aos novos propósitos do órgão.

Estruturação da Assessoria de Recursos Humanos com inscrição do Serviço Social.

Estruturação Organizacional do CODEAMA e CECITEC.

Oficialização de nova estrutura que estabeleceu as condições essenciais para atuação da autarquia com maior grau de eficiência e operacionalidade.

Organização do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Elaboração da minuta de decreto que regulamenta a Lei n.° 1.532, de 06.07.82, decreto, aprovado sob n.° 10.028, de 04.02.87, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 05.02.87.

Integração do Gabinete do Governador ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Elaboração de proposta de Regimento Interno do CECITEC.

Absorção da responsabilidade da gestão na área de Meio Ambiente no Estado decorrente da delegação de competência, objeto do Decreto n.° 8.812, de 26.07.85.

Estrutura Física.
Construção de 3 salas para uso da Coordenadoria de Ciência e Tecnologia.

Ampliação da Biblioteca com aquisição de 26 novas estantes, no aumento do acervo de 7.497 para 9.803 volumes.

Construção do conjunto composto de sala de aula, sala de reunião e sala para a Assessoria de Recursos Humanos.

Readaptação do espaço para funcionamento da Coordenadoria de Estatística.

Readaptação da área de reprografia.

Readaptação de espaço para funcionamento da Seção de Processamento de Dados.

Readaptação de espaço para funcionamento dos Departamentos de Finanças e de Administração e Assessoria.

Construção de um bloco para abrigo de cozinha/ restaurante para funcionários do CODEAMA/ SEPLAN, para arquivo de micro-filmes e Departamento de Documentação.

Compra de uma câmara fotográfica Olimpus TRIP-35.

Substituição completa da rede de instalação elétrica.

Aparelhagem necessária ao funcionamento da Assessoria de Treinamento, Biblioteca, Coordenadoria de Estatística e Coordenadoria de Ciências e Tecnologia.

Aquisição de dois veículos: uma Pick-up D.10 de cabine dupla e uma Caravan.

Aquisição de 5 equipamentos mini-centrais de refrigeração para as Coordenadorias de Estatísticas, de Ciência e Tecnologia, das Seções de Biblioteca, Publicação e Difusão e da Assessoria de Recursos Humanos, e sala de aula.

Equipamentos técnicos para permitir a execução dos trabalhos de Coordenadoria de Recursos Naturais.

Área Técnica
Atualização de informes estatísticos que se situavam defasados desde 1979.

Publicação na área de Ciência Política com a realização de 8 pesquisas de sondagens.

Acompanhamento do Índice de Preços ao Consumidor, Implantação do Índice de Construção Civil e outros indicadores econômicos.

Definição de metodologia para a montagem do Sistema de Acompanhamento do desempenho do PIB do Amazonas.

Desenvolvimento de estudo para o acompanhamento de Indicadores Sociais.

Continuação dos trabalhos que visam à sistematização de informações para o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico para o Médio Amazonas.

Realização do Diagnóstico Sócio-Econômico da Cidade de Manaus.

Realização da II POF — Pesquisa sobre Orçamentos Familiares da Cidade de Manaus.

Identificação e Avaliação dos Recursos Pesqueiros do Estado do Amazonas.

Estudo do Custo da Frota Pesqueira e Estudo sobre Peixes Ornamentais.

Estudo sobre Mercado de Trabalho.

Elaboração do I Plano de Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Realização da 1.ª Mostra de Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Contratação dos estudos e pesquisas: IGHA, UTAM, INPA, FUA, CETEC, FUNCATE, e Teatro Amazonas.

Estudos sobre os aspectos territoriais do Estado.

Implantação do Sistema de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto.

Reativação da Revista de Desenvolvimento do Amazonas, como instrumento de divulgação técnica do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

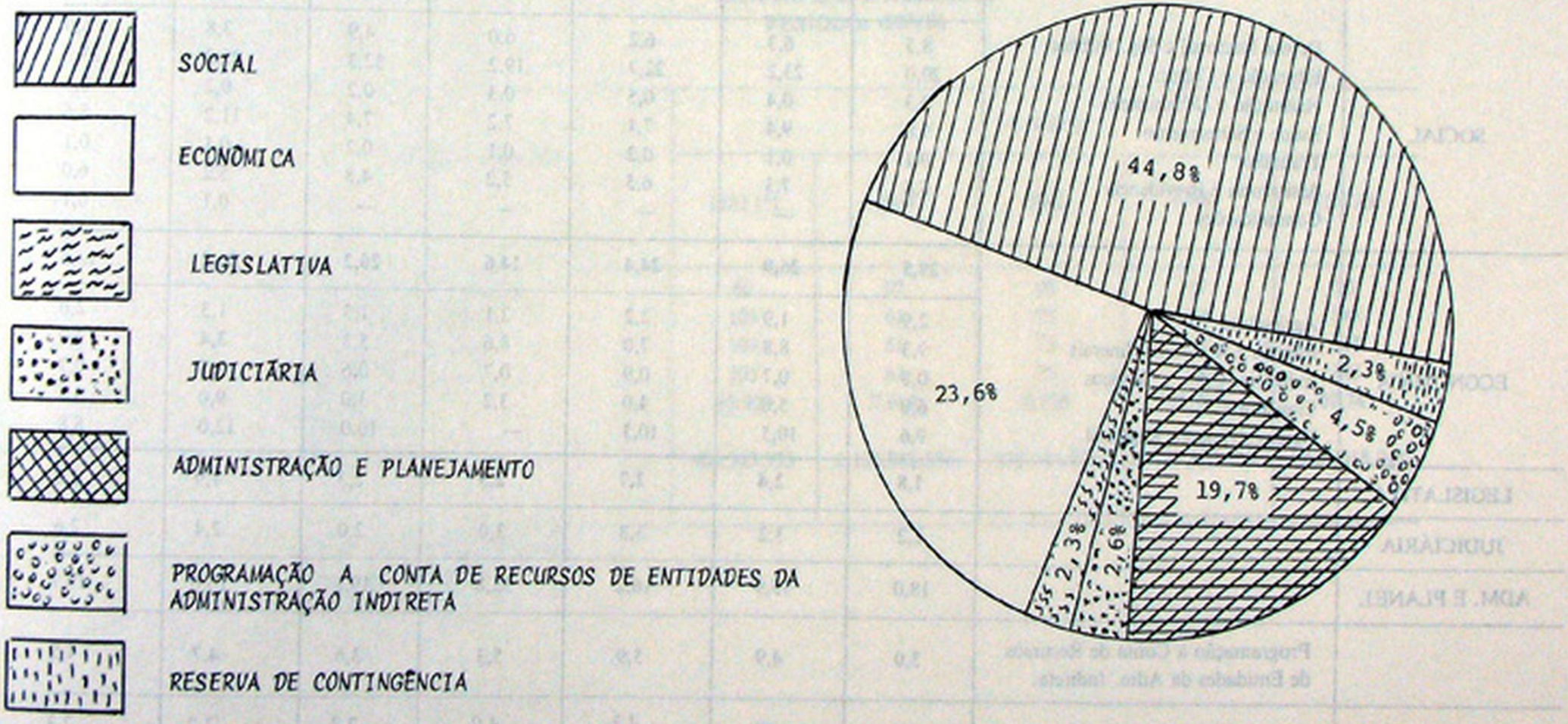
Realização de 29 cursos, com a participação de 806 pessoas.

Concessão de 38 oportunidades de treinamento fora do Estado para técnicos do órgão.

Nesse período, como estratégia para o fortalecimento e ampliação de conhecimento, foi mantido um relacionamento intenso com as instituições que desenvolvem atividades nas áreas de pesquisas e com atuação na área de Meio Ambiente. Assim foram firmados Convênios de Cooperação Técnica com os principais órgãos dessas áreas.

Fiel às diretrizes estabelecidas no início da gestão, que se consubstanciavam nos princípios de racionalidade, mobilidade e objetividade nas soluções que visaram acima de tudo à reconquista de conceito institucional e recondução do CODEAMA ao lugar de importância que lhe é devido no cenário público estadual, foram acionadas medidas de ordem administrativa, técnica e principalmente financeira essenciais a sua sustentação.

ESTADO DO AMAZONAS
PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL, MÉDIA DO PERÍODO/82/87



FONTE: COR/SEPLAN

ESTADO DO AMAZONAS
PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GOVERNO NO ORÇAMENTO ESTADUAL
PERÍODO. 1982/1987

ÁREAS	DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL						
		1982	1983	1984	1985	1986	1987	MÉDIA
SOCIAL		**45,5**	**46,7**	**43,2**	**38,0**	**49,8**	**45,6**	**44,8**
	Defesa Nacional e Seg. Pública	8,5	6,3	6,2	6,0	4,9	3,8	6,0
	Educação e Cultura	20,0	23,2	22,7	19,2	32,3	25,0	23,7
	Habitação e Urbanização	0,3	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
	Saúde e Saneamento	9,8	9,4	7,1	7,2	7,4	11,2	8,6
	Trabalho	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
	Assistência e Previdência	6,8	7,3	6,5	5,2	4,8	5,2	6,0
	Comunicações	—	—	—	—	—	0,1	0,1
ECONÔMICA		**29,5**	**26,9**	**24,4**	**14,6**	**20,2**	**26,2**	**23,6**
	Agricultura	2,9	1,9	2,2	2,1	1,3	1,3	2,0
	Energia e Recursos Minerais	9,3	8,8	7,0	8,6	5,3	3,4	7,0
	Indústria, Com. e Serviços	0,8	0,7	0,9	0,7	0,6	0,5	0,7
	Transporte	6,9	5,0	4,0	3,2	3,0	9,0	5,1
	Desenvolvimento Regional	9,6	10,5	10,3	—	10,0	12,0	8,8
LEGISLATIVA		**1,8**	**2,4**	**2,7**	**2,3**	**2,3**	**1,9**	**2,2**
JUDICIÁRIA		2,2	3,2	3,3	3,0	2,0	2,4	2,6
ADM. E PLANEJ.		18,0	15,9	16,2	32,8	19,8	16,0	19,7
	Programação à Conta de Recursos de Entidades da Adm. Indireta.	3,0	4,9	5,9	5,3	3,6	4,7	4,5
	Reserva de Contingência	—	—	4,3	4,0	2,3	3,2	2,3
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: COR/SEPLAN

ESTADO DO AMAZONAS
RESUMO DAS ATIVIDADES
PERÍODO: 1983/86

ESPECIFICAÇÃO	ANOS				
	1983 (*)	1984	1985	1986	TOTAL
N.º de Reuniões realizadas	60	07	05	07	25
Proposições aprovadas	103	61	75	106	345
Resoluções elaboradas	103	61	75	106	345
Decretos elaborados	103	61	75	106	345
Empregos	10.900	7.602	9.516	10.537	37.745
Investimentos (Cz$ 1,00) (**)	405.365.933	2.194.962.336	275.704.852	1.748.984.923	4.625.018.044

FONTE: CODSERR/CODAM
(*) A partir de 15.03.83
(**) Preços de 1986

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA — SEFAZ

RETROSPECTIVA — 83/86

Condição primordial para o pleno êxito da programação total proposta pelo Governo GILBERTO MESTRINHO, a reforma desenvolvida no setor fazendário do Estado resultou em profundas mudanças nos sistemas de arrecadação, fiscalização e financeiro até então dotados, dando condições operacionais para superação dos graves problemas estruturais das finanças estaduais.

O início do desempenho da Secretaria da Fazenda, no período de Governo 1983/87, foi marcado por duas variáveis principais: as pressões de pagamento oriundas de dívidas vencidas internas e externas e não pagas e as deficiências de caixa, decorrentes de uma arrecadação insuficiente para o atendimento das necessidades de pagamento dos servidores públicos e da manutenção da máquina administrativa estadual.

Num primeiro momento, o maior esforço despendido foi direcionado na renegociação dos compromissos vencidos, na dilatação de prazos de pagamento e no desbloqueamento das transferências federais, enquanto, paralelamente, procurou-se cobrir o circuito na montagem de mecanismos que minimizassem os níveis de evasão do ICM e permitissem elevar a arrecadação própria do Estado. Também, foram estabelecidos controles sobre as finanças públicas estaduais, com a fixação de quotas mensais de desembolso, de acordo com a receita efetiva. Concomitantemente, reduziu-se a despesa pública a níveis compatíveis com as receitas estaduais.

A partir dessas medidas, a SEFAZ alcançou, de forma efetiva, resultados positivos, quer quanto ao aumento real da arrecadação, quer quanto a maior eficiência na programação e controle dos gastos públicos, contribuindo para que a Administração Estadual pudesse dispor dos recursos necessários à implementação dos programas e projetos governamentais com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico do Amazonas.

Assim, o trabalho sério e responsável, somado ao esforço e competência técnica, desenvolvido na área fazendária, garantiu ao longo do período do Governo GILBERTO MESTRINHO tranquilidade e equilíbrio financeiro do Estado, aliados ao crescente aumento da arrecadação tributária, permitindo que o Governo Estadual retomasse o processo de investimentos públicos em setores de infra-estrutura econômica e social de maior prioridade, reforçados com os financiamentos externos destinados exclusivamente à construção de obras de infra-estrutura urbana e de interesse econômico e social.

Hoje, com a estrutura fazendária totalmente refeita e consolidada nas suas funções básicas, e os objetivos centrais plenamente alcançados no que se refere ao aumento real da arrecadação, perduram medidas de rígido controle sobre os gastos públicos e a racionalização do sistema de pagamentos automáticos, tendo como fundamento operacional a Programação de Desembolso Financeiro, aprovada mensalmente pela Comissão de Programação Financeira.

São os mecanismos que deverão ser preservados e continuados de forma sistemática, para garantir o cumprimento do calendário de pagamento dos servidores e os investimentos públicos em benefício da população, e evitar que a Administração das Finanças Estaduais, sob a coordenação e execução da Secretaria da Fazenda, volte a ter uma estrutura desequilibrada e de gastos supérfluos, sem objetivos sociais programados e atendidos.

ASPECTOS DA SITUAÇÃO FINANCEIRA — MARÇO DE 1983

A situação de insolvência financeira do Estado encontrada quando do início da administração do atual Governo, pode ser resumida através do valor do saldo existente na Conta Única, em 16 de março de 1983, e das obrigações financeiras vencidas, agravada pelo bloqueio, pelo Governo Federal, das cotas de FPE, FE, IUM e IULCLG, em decorrência do não pagamento de débitos externos, contraídos a partir do exercício de 1980.

O saldo da Conta Única, naquela data, era de apenas Cr$ 64,6 milhões e os compromissos vencidos totalizavam Cr$ 214,6 bilhões. Em termos globais, os débitos vencidos e a vencer, encontrados em março de 1983 eram de Cr$ 325,5 bilhões, superior em 254,21% ao valor do Orçamento do Estado para o exercício, que era de apenas Cr$ 91,9 bilhões, conforme discriminação a seguir:

DÉBITOS VENCIDOS E A VENCER
MARÇO/1983

ITENS	VENCIDOS	A VENCER	TOTAL	% ORÇ/83
Dívida Flutuante	9.712.116	8.947.024	18.659.140	20,31
Dívida Interna	260.022	44.744.666	45.004.688	48,98
Dívida Externa	204.602.928	57.049.279	261.852.207	284,94
TOTAL	214.575.066	110.710.969	325.516.035	354,21

Para superação desse caótico quadro financeiro, herdado do Governo anterior, foram feitos contatos e gestões com o Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil, objetivando desbloquear as quotas do FPE e FE junto ao Banco do Brasil e possibilitar a elaboração de um cronograma de pagamento compatível com a capacidade real do Erário Estadual. Nesse mesmo tempo, elaborou-se estudo encaminhado ao Governo Federal, solicitando autorização para um novo empréstimo externo no montante de US$ 50,0 milhões destinados a reescalonar a dívida externa do Estado e oferecendo cobertura para as parcelas vencidas, evitando, com isso, a incidência cumulativa de juros sobre juros. Com esse objetivo foram contratados recursos externos no valor de US$ 13,0 milhões.

Providências também foram articuladas nas áreas do BNH e BNDS com o objetivo de consolidar os contratos vencidos junto a esses organismos financeiros, e obter um reescalonamento compatível com as possibilidades financeiras do Estado.

As medidas e decisões do Governo na área financeira do Estado refletiram-se positivamente na situação da dívida pública estadual, com destaque para a expressiva inversão ocorrida no exercício de 1986 em relação ao desordenado e insolvente quadro que se apresentava em 1983, passando, em 31.12.86, a representar apenas 75,0% do valor do Orçamento Global executado no exercício.

RELAÇÃO DÍVIDA PÚBLICA/ORÇAMENTO GLOBAL REALIZADO
PERÍODO 1983/86

ANOS	VALOR CONSTANTE EM Cz$ 1.000,00 DE 1986		
	ORÇAMENTO GLOBAL REALIZADO (A)	DÍVIDA PÚBLICA (B)	(B/A)x100
1983	2.159.751	2.829.250	130,6
1984	2.118.984	2.245.000	105,9
1985	3.699.007	3.321.436	89,8
1986	5.864.859 (*)	4.430.332	75,5

FONTE: SEFAZ

(*) Inclui o superavit utilizado do ano de 1985, no valor de Cz$ 202.621.185,00 (a preços de 1986)

Ressalte-se, ainda, que em 1986 a amortização das parcelas de principal da dívida mais encargos vencidos e pagos pontualmente no decorrer do exercício, comprometeu apenas 7,4% do Orçamento executado. E, em 1987, está estimada uma amortização equivalente a apenas 7,6% da receita global estimada no Orçamento do Estado para o período. Demonstra-se, dessa forma, a excelente situação financeira do Estado, que possibilitará ao Governo, a partir de 1987, maior capacidade de investimentos públicos em benefícios da população amazonense.

OUTROS PROJETOS E PROGRAMAS EXECUTADOS:

PROJETO CIATA. Em 1984 reiniciou-se a implantação do Projeto CIATA em mais 16 municípios amazonenses, com a elaboração e aprovação dos respectivos códigos tributários. Além do levantamento cadastral para implementação das ações previstas para esses municípios, a SEFAZ, em 1985, fez implantar o Projeto CIATA em 8 (oito) municípios, com a colaboração e participação do ICOTI, através de convênio.

No exercício de 1986, apesar das dificuldades de ordem técnica-operacional, principalmente na área de processamento eletrônico de dados, ampliou-se a implantação do Projeto CIATA em mais 4 (quatro) municípios, através do ICOTI.

Merece destacar a importância do Projeto CIATA junto aos municípios amazonenses, pela influência e reflexos que tem proporcionado no crescimento real da taxa de arrecadação da receita tributária própria, dentro dos recursos financeiros globais dessas municipalidades, permitindo maior autonomia na sua política financeira de investimentos.

PROINTER

- O Programa de Aperfeiçoamento da Arrecadação do Interior. Através desse programa a SEFAZ estabeleceu novas metodologias de trabalho para o desempenho das atividades fazendárias no interior do Estado, construindo prédios de Agências nos novos municípios; ampliando e melhorando as condições de outras já existentes, proporcionando os meios para maior eficiência dos Agentes e funcionários da SEFAZ no interior.

PREMIAÇÃO DOS MAIORES E MELHORES CONTRIBUINTES

- Foi com o objetivo de gerar cumprir com suas obri-

gações tributárias, que a SEFAZ, a partir de 1984, passou a homenagear e premiar com um diploma honorífico, os Maiores e Melhores Contribuintes do Ano.

É uma homenagem que simboliza o reconhecimento do Governo do Estado a todos os contribuintes, cumpridores de suas obrigações tributárias e que, de acordo com suas atividades e ramos empresariais, foram peças importantes no apoio à política de investimentos governamentais.

MICROCONTRIBUINTES. A SEFAZ desenvolveu esse programa a partir de 1985, com a elaboração e aprovação da Lei do Microcontribuinte, simplificando e reduzindo as exigências de documentação fiscal nas suas atividades empresariais perante o Fisco Estadual, passando a recolher o imposto na fonte.

Do total das micro-empresas cadastradas no período de 85/86, atualmente existem 12.675 contribuintes ativos, sendo 7.949 micro-empresas na capital e 4.726 no interior do Estado.

CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE. O principal resultado dessa Campanha foi a implantação do Plantão da SEFAZ para atendimento permanente do contribuinte, através de consultas pessoais, por telefone ou de consultas escritas. Essas consultas são respondidas no ato e, posteriormente, em resumo escrito, são enviadas aos consulentes. Por outro lado, as denúncias de irregularidades perante o Fisco Estadual, que são trazidas ao Plantão da SEFAZ são imediatamente encaminhadas ao Setor de Fiscalização para as medidas cabíveis.

PROJETOS ESPECIAIS À CONTA DO TESOURO ESTADUAL. A partir de 1985, o Governo do Estado, através da SEFAZ, iniciou um programa de investimentos, repassando recursos aos Municípios, para atender obras civis, envolvendo aspectos sociais e prioridades comunitárias na área de infra-estrutura urbana.

Assim, no exercício de 1985, foram firmados 44 convênios com 34 Prefeituras no valor global de Cz$ 8,3 milhões, destinados à pavimentação de vias públicas, reforma, recuperação e construção de prédios públicos e pequenas obras civis urbanas, beneficiando os seguintes Municípios: Nova Olinda do Norte, Urucará, Coari, Eirunepé, Codajás, Tefé, Manacapuru, Carauari, Novo Aripuanã, Japurá, Tapauá, Lábrea, Itacoatiara, Nhamundá, Manicoré, Autazes, Anamã, Silves, Caapiranga, Borba, Itamarati, Santo Antônio do Içá, Jutaí, Fonte Boa, Envira, Maraã, Canutama e Manaus.

No exercício de 1986 foram feitos investimentos à Conta do Tesouro Estadual no montante global de Cz$ 51,9 milhões, representando um acréscimo nominal de 523,0% em relação aos recursos aplicados em 1985. Foram beneficiados com obras de infra-estrutura urbana, reforma, recuperação e construção de prédios públicos e outras pequenas obras de interesse social, 39 Prefeituras que firmaram convênios com o Governo do Estado para repasse de recursos específicos. Os Municípios atendidos foram os seguintes: Anori, Autazes, Alvarães, Barcelos, Benjamin Constant, Boca do Acre, Borba, Barreirinha, Carauari, Codajás, Canutama, Caapiranga, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itamarati, Iranduba, Ipixuna, Itapiranga, Itacoatiara, Japurá, Juruá, Manicoré, Manaus, Manacapuru, Maués, Novo Aripuanã, Nova Olinda do Norte, Nhamundá, Pauini, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Oliveira, Santo Antônio do Içá, Silves, Tonantins, Tabatinga, Tefé e Urucará.

CONCLUSÃO:

É fundamental para que um Governo obtenha a desejada eficiência na aplicação dos recursos públicos, que detenha a posse de um efetivo controle e acompanhamento das receitas e dos gastos públicos. Com isso, a estrutura governamental fica capacitada a orientar os investimentos aonde estes sejam mais necessários e produtivos, dentro das prioridades sociais.

Com a finalidade de consolidar essas premissas, a Secretaria de Estado da Fazenda desenvolveu ações concretas, consubstanciadas em programas, projetos e atividades, no período de 1983/87, para criar e estabelecer as bases de suporte financeiro com vistas a execução da política de investimentos do Governo Gilberto Mestrinho.

Assim, foram desenvolvidas pela Secretaria tarefas das mais significativas e abrangentes no levantamento da situação econômica-financeira, permitindo a avaliação das possibilidades a curto e médio prazo, da aplicação dos recursos públicos na manutenção da estrutura administrativa de Governo como, também, da alocação de recursos para novos investimentos destinados à melhoria e/ou ampliação dos serviços públicos, de acordo com as ações e prioridades setoriais governamentais.

Na área financeira, foram grandes os esforços e o trabalho da SEFAZ para aliviar a pressão existente no setor fazendário, advindas das dívidas vencidas e não pagas e das deficiências de caixa, para atendimento dos compromissos assumidos pelos Governos anteriores. Nessa área, as dificuldades foram superadas, estando sob controle efetivo todos os gastos públicos, bem como o pagamento da dívida pública interna e externa.

No campo tributário, as atividades da SEFAZ foram concentradas com o objetivo de aumentar as receitas do Estado, oriundas da arrecadação tributária, principalmente, em relação ao ICM. Nesse aspecto, os resultados conseguidos foram excelentes, com o efetivo crescimento da arrecadação do ICM, em termos reais, com destaque especial ao desempenho dos exercícios de 1985 e 1986.

Outro ponto importante a destacar no êxito da Administração Fazendária, foi o excelente nível de relacionamento mantido com os contribuintes. O diálogo construtivo e a compreensão das mútuas e múltiplas dificuldades criou um clima de perfeito entendimento, facilitando o desempenho das atividades do Fisco e levando os contribuintes a ter maior consciência da função social do tributo e, em consequência, do cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias.

É importante destacar que, para chegar ao atual sistema e dinâmica da Secretaria da Fazenda no plano interno, foram muitos os problemas enfrentados, provenientes da deficiência da estrutura fazendária, a qual se encontrava carregada de resíduos administrativos e organizacionais arcaicos, herdados de um prolongado período em que a burocracia se tornara como um fim em si mesma, complicando o êxito da tarefa maior. Para superação das dificuldades, a implantação de uma reforma da estrutura orgânica fazendária e a modernização das atividades funcionais, foram essenciais para o positivo desempenho da SEFAZ, principalmente no que diz respeito à implementação e utilização de eficiente sistema de processamento eletrônico de dados em todos os setores básicos da Secretaria, ou seja, na arrecadação e fiscalização tributária e na execução e controle da área financeira da Administração Estadual.

A redefinição da política de pessoal com a adoção de um novo Plano de Cargos e Salários e a reformulação do Sistema de Produtividade Fazendária, permitiram maior eficiência no desempenho das tarefas, proporcionando maior dinamismo interno e maior eficácia nos serviços executados, refletindo no aumento de arrecadação.

Assim, a nova política de ação fazendária, implantada no decorrer do período de Governo de 1983/87, foi desenvolvida dentro dos seguintes objetivos, plenamente alcançados:

- a ampliação permanente dos recursos públicos para atender aos investimentos setoriais do Estado, quer através do aumento de sua receita tributária, como também por meio de uma efetiva política de captação de recursos.
- a adoção de um sistema rígido de controle de gastos correntes e a racionalização da sistemática de pagamentos, voltado para as necessidades reais do Estado, compatibilizando sempre o nível da despesa às possibilidades da receita;
- a coordenação e integração do sistema de administração e execução orçamentária, financeira e contábil do Estado.

Os resultados decorrentes da consolidação de todos os programas, projetos e atividades que foram desenvolvidos desde o início da atual Administração, quer no plano administrativo interno, quer no plano externo da dinâmica das relações com o contribuinte, representado, na sua essência, pelo efetivo aumento da arrecadação, somente tiveram a sua consecução plena e

objetivos atingidos, a partir da conjugação de esforços e do espírito de equipe que mobilizou todos os servidores fazendários, sem exceção. O trabalho sério e planejado da Administração Fazendária, com a participação de todos os seus servidores, recebeu o apoio do Governador Gilberto Mestrinho, que prestigiou todas as ações implementadas na área fazendária, cuja orientação serena e segura na tomada de decisões, deu respaldo e a garantia, desde o primeiro momento, do êxito alcançado pela SEFAZ no quadriênio de seu Governo.

É com grande satisfação e consciência do dever cumprido que se pode constatar que o compromisso assumido pela atual Administração Fazendária perante o Governador do Estado e com a comunidade amazonense, foi corajosamente resgatado, restaurando-se, ordenando-se e equilibrando-se as finanças estaduais, permitindo ao Governo a retomada da política de reconstrução do Amazonas e, ao povo amazonense, o direito de ver o retorno dos impostos que paga em forma de investimentos públicos, beneficiando toda a sociedade e impulsionando o Estado em direção do progresso e bem estar sonhados.

O sucesso, pois, da política da Administração Fazendária pertence aos seus servidores; é mérito do entusiasmo e das diretrizes do Governador GILBERTO MESTRINHO; é tributo, enfim, á comunidade amazonense que demonstrou a confiança e o respeito ao Governo, renovando as esperanças de um futuro mais progressista.

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA ORÇADA E REALIZADA — 1980/1986

Em Cz$ 1,00

ANO	RECEITA E DESPESA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	DEFICIT OU SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	RECEITA REALIZADA/ RECEITA ORÇADA (%)	DESPESA REALIZADA/ DESPESA ORÇADA (%)
1980	6.187.490	10.280.887	10.864.596	583.709	— 66,1	75,6
1981	12.688.789	19.806.823	20.167.076	360.253	— 56,1	58,9
1982	28.120.000	52.253.456	58.771.808	6.518.352	— 85,8	109,0
1983	71.300.000	91.949.692	90.379.015	1.570.677	30,0	26,7
1984	164.358.534	290.872.915	277.769.973	13.102.942	77,0	69,0
1985	550.000.000	1.629.447.132	1.535.334.318	94.112.814	196,3	179,2
1986	3.157.786.470	5.662.237.864	5.690.347.721	28.109.857	— 79,3	80,2

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO, A PREÇOS CONSTANTES 1980/1986

DISCRIMINAÇÃO	VALOR CONSTANTE EM Cz$ 1,00 DE 1986						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA TOTAL (A)	**2.521.301.179**	**2.314.356.866**	**3.123.962.417**	**2.159.751.146**	**2.118.984.255**	**3.699.007.935**	**5.662.237.864**
• Receitas Correntes	1.918.180.719	1.725.676.929	2.098.608.079	1.716.549.278	1.907.084.507	2.997.344.789	4.458.571.831
• Receitas de Capital (1)	603.120.460	588.688.937	1.025.354.338	443.868	211.899.748	701.663.146	1.203.666.033
2. DESPESA TOTAL (B)	**2.389.284.191**	**2.356.460.313**	**3.513.660.848**	**2.122.858.480**	**1.035.544.102**	**3.485.362.437**	**5.690.347.721**
• Despesas Correntes	1.700.877.041	1.774.360.956	2.426.984.583	1.759.124.845	1.689.086.034	2.458.868.609	3.631.279.545
• Despesas de Capital	668.407.150	582.099.357	1.086.676.265	363.733.635	346.458.068	1.026.493.828	2.059.068.176
3. DEFICIT OU SUPERAVIT(1-2)	132.016.998	— 42.103.447	—389.698.431	36.892.666	83.440.153	213.645.498	— 28.109.857
4. REL. REC/DESP. (A/B)	5,52%	— 1,78%	— 11,09%	1,74%	4,10%	6,13%	—0,49%

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ
NOTA: (1) Inclusive Operações de Crédito (Em Cz$ 1,00):
1980 — Cz$ 136.192.470 (Externa)
1981 — Cz$ 105.162.210 (Interna)
1982 — Cz$ 257.841.739 (Interna) e Cz$ 253.601.502 (Externa)
1983 — Cz$ 19.395.003 (Interna)
1984 — Cz$ 11.842.341 (Interna)
1985 — Cz$ 130.401.890 (Interna) e Cz$ 571.261.253 (Externa)

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
ARRECADAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ICM DO ESTADO — VALOR CONSTANTE
1980/1986

MESES	VALOR CONSTANTE EM Cz$ 1.000,00 de JAN/86 = 100							VARIAÇÃO REAL EM RELAÇÃO A 1980 (%)					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1981	1982	1983	1984	1985	1986
JANEIRO	75.294	73.621	100.819	99.274	91.481	100.914	157.661	— 2,22	33,90	31,85	21,50	34,03	109,40
FEVEREIRO	74.770	69.528	70.581	69.694	81.125	85.570	113.772	- 7,01	- 5,60	- 6,78	8,50	14,45	52,17
MARÇO	65.146	57.726	65.450	50.421	70.419	79.470	135.635	- 11,39	0,47	- 22,60	8,10	21,99	108,21
ABRIL	68.861	59.143	75.065	73.261	81.635	89.020	157.600	- 14,11	9,01	6,39	18,55	29,28	128,87
MAIO	69.421	66.975	79.201	61.113	76.435	98.287	152.176	- 3,52	14,09	- 11,96	10,11	41,59	119,21
JUNHO	78.431	70.537	78.501	58.378	82.199	98.573	193.078	- 10,06	0,09	- 25,56	4,81	25,69	146,18
JULHO	77.631	73.432	76.543	54.606	86.536	97.500	194.511	- 5,40	- 1,40	- 29,66	11,47	25,60	150,56
AGOSTO	94.589	75.981	79.703	54.921	84.766	100.974	209.865	- 19,67	- 15,73	- 41,93	- 10,38	6,76	121,88
SETEMBRO	85.113	71.019	80.304	103.352	82.999	119.383	202.991	- 16,56	- 5,65	21,43	- 2,48	40,27	138,50
OUTUBRO	84.463	75.435	79.601	71.670	83.241	118.315	211.967	- 10,68	- 5,75	- 15,14	- 1,44	40,08	150,96
NOVEMBRO	82.612	70.608	82.337	87.592	95.842	126.942	218.926	- 14,53	- 0,23	6,03	16,02	53,66	165,01
DEZEMBRO	90.732	79.629	72.472	78.726	105.280	143.552	231.182	- 12,23	- 20,12	- 13,23	16,04	58,22	154,80
TOTAL	947.060	843.633	940.577	863.008	1.021.958	1.258.500	2.179.365	- 10,92	- 0,68	- 8,87	7,91	32,89	130,12

FONTE: SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO, A PREÇOS CORRENTES
1980/1986

Em Cz$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
1. RECEITA TOTAL (A)	**10.280.887**	**19.806.823**	**52.253.456**	**91.949.692**	**289.229.796**	**1.629.447.132**	**5.662.237.864**
• Receitas Correntes	7.821.596	14.768.701	35.102.703	73.080.724	260.306.636	1.320.358.041	4.458.571.831
• Receitas de Capital (1)	2.459.291	5.038.122	17.150.753	18.868.968	28.923.160	309.089.091	1.203.666.033
2. DESPESA TOTAL (B)	**9.742.573**	**20.167.076**	**58.771.809**	**90.379.016**	**277.840.670**	**1.535.334.318**	**5.690.347.721**
• Despesas Correntes	6.935.516	15.185.349	40.595.345	74.893.345	230.551.033	1.083.154.414	3.631.279.545
• Despesas de Capital	2.807.057	4.981.727	18.176.464	15.485.671	47.289.637	452.180.004	2.059.068.176
3. DEFICIT OU SUPERAVIT (1-2)	**583.314**	**— 360.253**	**- 6.518.353**	**1.570.676**	**11.389.126**	**94.112.814**	**— 28.109.857**
4. REL. REC/DESP (A/B)	5,52%	— 1,79%	— 11,09%	1,74%	4,10%	6,13%	— 0,49%(2)

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ

NOTA: (1) Inclusive Operações de Crédito (Em Cz$ 1,00):

1980 — Cz$ 555.340 (Externa)
1981 — Cz$ 900.000 (Interna)
1982 — Cz$ 4.312.831 (Interna) e Cz$ 4.241.906 (Externa)
1983 — Cz$ 825.812 (Interna)
1984 — Cz$ 1.616.415 (Interna)
1985 — Cz$ 57.443.236 (Interna) e Cz$ 251.645.854 (Externa)

(2) O deficit apresentado em 1986 foi decorrente da incoporação do superavit financeiro do exercício de 1985.

PRODAM — PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS S.A.

RETROSPECTIVA — 83/86

A PRODAM tem responsabilidade sobre o Sistema Estadual de Processamento de Dados, prestando serviços aos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como a empresas privadas, face a sua característica de empresa de economia mista.

No período de 1983/86 o Governo do Estado, através da supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, à qual se vincula, proporcionou à PRODAM todo o apoio necessário para que viesse a cumprir seus reais objetivos na execução da política de processamento de dados. Assim, nesse período, a empresa teve multiplicados os recursos humanos e tecnológicos para atender a um mercado mais exigente quanto a serviços na área de processamento eletrônico de dados, dando tranqüilidade e competência ao Governo do Estado no campo da informática.

Do ponto de vista financeiro, a PRODAM é uma das poucas empresas estaduais que se mantém com recursos próprios, derivados dos serviços prestados à Administração Pública e a empresas privadas, não necessitando de dotações orçamentárias para atender suas atividades.

Verifica-se no quadro a seguir a evolução financeira do PRODAM no período 1983/86, com resultados reais crescentes ano a ano:

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

em Cz$ 1,00

ANOS	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES	% S/ANO ANTERIOR
1983	1.547.364,00	36.345.105,00	100,00
1984	5.656.555,00	41.442.185,00	114,03
1985	21.056.247,00	47.799.786,00	115,34
1986	56.823.932,00	56.823.932,00	118,88

Na área específica de recursos humanos o PRODAM desenvolveu uma positiva política de capacitação técnica de seus funcionários e de formação de mão-de-obra especializada destinada a atender necessidades das empresas privadas/clientes. No período de 1983/86 proporcionou e realizou cursos na área de informática, especializando 1.373 pessoas, destacando-se o exercício de 1986, quando foram treinados 483 pessoas: 391 do PRODAM, 69 de clientes, 23 bolsistas.

No campo tecnológico (equipamentos), devido à demanda de serviços de processamento de dados, foram adquiridas novas máquinas e equipamentos com maior capacidade operacional, a fim de garantir e atender a expansão dos serviços.

Por outro lado, em consequência da ampliação da estrutura operacional com a aquisição e instalação de novos equipamentos e aumento do número de funcionários, as instalações físicas da empresa foram consideravelmente ampliadas, melhorando o seu desempenho e produtividade.

Os equipamentos instalados no período 1983/86, que proporcionaram maior capacidade de processamento e armazenamento de informações da empresa para prestação de serviços aos seus usuários e clientes, foram:

1983: — Duplicação da Memória Real (de 1 Mb para 2 Mb) e de velocidade (de 0,20 MIPS para 0,45 MIPS do processador IBM 4331;

— Instalação de quatro unidades de Disco IBM 3370 (de 570Mb cada uma);

— Instalação de um controlador de comunicações IBM 3705 com dezesseis linhas externas;

— Instalações de sessenta e oito terminais remotos 3274, 3276, 3278 e 3287 na SEFAZ, DETRAN, SEDUC e TELEMAZON;

— Instalações de linhas de RJE com a SEFAZ, CELETRA e TELAMAZON.

1984: — Instalação de um sistema completo IBM-4381, o que provocou o aumento de mais de 100% da capacidade de processamento;

— Instalações de linhas de teleprocessamento permanente, inclusive para fora do Estado.

1985: — Instalações de Unidade Funcional da SEFAZ com 1 processador IBM-4331, 3 unidades de fita magnética IBM/11,2 impressoras IBM-3262, 1 concentrador de terminais IBM-3274, 4 unidades de disco magnético IBM-3370 e 76 funcionários;

— Duplicação da Memória Real do processador IBM-4341;

— Aumento de 75% na capacidade de armazenamento de informações;

— Aumento de 100% na capacidade de atendimento a teleprocessamento;

— Aumento de 55% na capacidade de impressão de relatórios;

— Instalação de 30 microcomputadores SUPER 700, da PROLÓGICA, indústria genuinamente nacional.

1986: — Conclusão da instalação do sistema "No Break", assegurando funcionamento ininterrupto de todo o sistema elétrico dos equipamentos;

— Instalação de um sistema IBM 4341 (12 Mb) para atendimento exclusivo do maior cliente interligado à PRODAM;

— Instalação de 12 unidades de disco IBM 3375 (819 Mb cada uma) e 02 unidades de disco 3370 (517 Mb cada uma);

— Acréscimo de 12 linhas de comunicação em teleprocessamento;

— Instalação de 06 controladores de comunicação — 3276; 12 terminais de vídeo — 3378 e 10 Microcomputadores Nacionais em substituição e equipamentos de maior custo.

Como se observa, no atual Governo o PRODAM teve um desempenho excelente pela dedicação e competência técnica dos membros da Diretoria e pelo empenho e capacidade de seus funcionários, e recebeu, no decorrer do período 1983/86, o prestígio e o apoio do Governador GILBERTO MESTRINHO e Secretário da Fazenda Dr. OZIAS MONTEIRO. E, como resposta, a empresa correspondeu de maneira positiva à responsabilidade que lhe foi atribuída quando da sua instituição, na condução e execução da política de processamento de dados, visando à racionalização, maior eficiência e produtividade do setor público, em especial.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. — BEA

RETROSPECTIVA — 83/86

O Banco do Estado do Amazonas S.A., com funções importantes no contexto do desenvolvimento regional foi instituído para funcionar, basicamente, como suporte ao crescimento econômico amazonense, através do financiamento das atividades setoriais produtivas.

No entanto a situação negativa e desestabilizada do BEA encontrada quando do início do Governo, em março de 1983, — que refletia o estado de desorganização, declínio e insolvência financeira e administrativa da estrutura governamental —, impedia o Banco de exercer e cumprir com seus objetivos e responsabilidades na economia do Estado.

Com uma Receita Operacional correspondente a apenas 58,0% das Despesas Operacionais, um patrimônio negativo em Cz$ 887.838 mil, a preço de 1986, que desestimulava qualquer aporte de novos recursos; e um Endividamento Especial, onde se destacavam "Saques a descoberto" no total de Cz$ 140.256 mil e depósitos a prazo no montante de Cz$ 1.084.284 mil (preços de 1986), captados a taxas elevadíssimas e destinadas à rolagem de operações irrecuperáveis e/ou composição de caixa, caracterizavam, em síntese, o quadro difícil desalentador do BEA detectado no final do exercício de 1982.

O trabalho sério desenvolvido a partir do exercício de 1983, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda, órgão ao qual está vinculado o BEA, pela sua natureza e atuação na área financeira e de crédito, tinha como meta a recuperação do Banco para que voltasse a ser o principal agente formentador do desenvolvimento estadual.

A adoção de medidas saneadoras pelo Governo Estadual, com a participação e aval do Banco Central, implementando uma série de programas com vistas a operacionalizá-los dentros de sua área de atuação, proporcionou a reversão dos resultados negativos do BEA, repondo, em conseqüência, a credibilidade nas suas operações creditícias e financeiras.

Assim, de um resultado operacional negativo de Cz$ 999.999 mil (preços de 1986) no exercício de 1982, o BEA alcançou, no exercício de 1986, o resultado positivo de Cz$ 60.536 mil.

O Patrimônio Líquido, que era negativo em 1982 (Cz$ 887.838 mil), passou a ser positivo já em 1985 no valor de Cz$ 157.777 mil, consolidando-se em 1986, com um resultado positivo de Cz$ 232.372 mil.

A fim de fortalecer a sua estrutura financeira, o capital do Banco, com aportes substanciais feitos pelo Governo do Estado, passou de Cz$ 83.578 mil (preços de 1986) no exercício de 1982, para Cz$ 185.537 mil no exercício de 1986, representando o aumento real de 122%. Ressalte-se que, no período de 1985/86, os dois aumentos em espécie do Capital Social do BEA, que atingiu a Cz$ 65.500 mil, teve o Governo do Estado com a participação de 96,4% desse total.

Quanto ao Endividamento Especial, reduziu-se dos valores retromencionados em 1982 para Cz$ 236.593 mil no exercício de 1986.

Os Depósitos à Vista passaram de Cz$ 400.989 mil (preços de 1986) no exercício de 1982, para Cz$ 677.284 mil no exercício de 1986, correspondendo a um crescimento real de 68,9%.

Os Depósitos a Prazo reduziram-se em 1986 para Cz$ 123.318 mil em relação ao montante existente em 1982 que era de Cz$ 1.084.284 mil (preços de 1986).

Merece destacar que os Depósitos a Prazo, que representavam 270% em 1982 em relação aos Depósitos à Vista, passaram em 1986 a representar apenas 18%. Esse resultado foi parte de uma política deliberada que visaou a reduzir elevados próprios dos Depósitos a Prazo.

De uma situação desfavorável em 1982, cujas Receitas Operacionais correspondiam a 58% das Despesas Operacionais, com um déficit de 42%, o Banco passou a uma gradual recuperação até atingir, a partir de 1985, resultados positivos consolidando-se no exercício de 1986, com um superavit de 5% nas suas receitas operacionais em comparação com as respectivas despesas.

Os resultados evolutivos alcançados pelo BEA no período de 1983/86, decorrentes do esforço e das diretrizes do Governo do Estado/SEFAZ, estão bem caracterizados e demonstrados no quadro a seguir:

EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO FINANCEIRO
PERÍODO 1982 a 1986

Em Cz$ 1.000,00

ITENS	ANOS (VALORES CONSTANTES — DEZ/86)				
	1982	1983	1984	1985	1986
• Receitas Operacionais	1.369.851	1.125.966	1.572.251	1.576.962	1.089.735
• Despesas Operacionais	2.369.850	1.495.111	1.620.580	1.533.272	1.029.199
• Resultado Operacional	(999.999)	(369.145)	(58.329)	43.690	60.536
• Patrimônio Líquido	(887.838)	(605.652)	(52.944)	157.777	232.372
• Endividamento Especial	1.224.540	931.423	449.208	394.806	236.593
• Depósitos Totais	1.485.273	313.668	255.204	562.540	800.602
• à Vista	400.989	225.443	227.253	418.462	677.284
• a Prazo	1.084.284	88.284	27.851	144.078	123.316
Indicadores					
Dep. a Prazo + Dep.a Vista	2,70	0,33	0,12	0,34	0,18
Rec.Oper. + Desp. Oper.	0,58	0,75	0,96	1,03	1,05
Rec.Oper. + PL	(1,54)	(1,86)	(29,70)	(9,90)	(4,69)

Fonte: BEA — Relatório/1986

Com esses resultados, principalmente com a consolidação da situação positiva do exercício de 1986, coloca-se o Banco do Estado do Amazonas S.A., em posição mais favorável para desempenhar o papel que lhe cabe como um dos esteios, na área financeira, do desenvolvimento amazonense.

Pode-se afirmar, com ênfase, que o apoio e as orientações do governador GILBERTO MESTRINHO, foram peças fundamentais na recuperação do Banco do Estado do Amazonas S.A., assim como o comando executivo competente dos membros da Diretoria e a dedicação e capacidade de seus funcionários. Também contribuiram e influiram sobremaneira nesses resultados as diretrizes e ações emanadas do seu Conselho de Administração.

Dessa forma a excelente situação atual do BEA vem demonstrar o acerto das medidas e mecanismos implementados pelo Governo Estadual, como maior e principal acionista, em sanear e dinamizar a sua estrutura funcional/operacional, enquadrando-a dentro de seus reais objetivos, ou seja, o cumprimento de sua missão de agente financeiro e creditício do desenvolvimento do Estado, atento e suprindo as necessidades e exigências dos setores econômicos/produtivos.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC

RETROSPECTIVA — 83/86

Com a criação da Zona Franca de Manaus, o modelo de desenvolvimento industrial preconizado foi direcionado, ao longo dos anos, de forma desvinculada da economia agro-extrativa do Estado. Este fato, apesar de ter gerado uma gama substancial de empregos diretos, não criou empregos indiretos nem demanda por matérias-primas regionais que pudesse originar efeitos propulsores no interior do Estado.

A necessidade de redirecionar o setor industrial tornava-se imperiosa, tanto para a produção de componentes para atender o setor moderno da Zona Franca, como para o desenvolvimento das matérias-primas regionais.

Nesse sentido os objetivos definidos pelo plano do governo 83/87 consistiram no incentivo à implantação de pequenas e médias empresas voltadas à produção de componentes, para atender a demanda de mercado interno e no incentivo e apoio financeiro à implantação de pequenas e médias empresas que utilizassem exclusivamente matérias-primas regionais.

A SIC desenvolveu, no quadriênio 83/86, trabalho voltado para a implantação de novas empresas, visando à consolidação do processo de desenvolvimento industrial, através da concessão de incentivos fiscais baseada em índices de regionalização dos produtos e criação de novos empregos, além de procurar, ao longo do período, manter perfeito entendimento entre Governo e empresários.

Neste aspecto, os 293 projetos analisados e aprovados no período, 97 de Diversificação e 196 de Implantação, geraram, ao curso de suas atividades produtivas, o total de 38.109 novos empregos para a economia amazonense, fato que comprova o sucesso dos esforços empreendidos pelo Governo no setor industrial.

A interiorização do processo industrial foi perseguida ainda com a realização de obras de infra-estrutura no Município de Parintins, visando à implantação de um Distrito Industrial, projeto pioneiro que contribuirá para o desenvolvimento da economia local.

Atenção especial foi dispensada ao micro-empresário, orientando-o quanto ao Estatuto da Micro-Empresa, promovendo registro de suas firmas e acompanhando muitos através dos órgãos e instituições de registros e apoio financeiro.

O Balcão de Empregos da SIC, iniciado em 1984, constituiu-se em instrumento eficaz e estabilizador da política de empregos do Governo, possibilitando a minimização do desemprego e o maior entrosamento entre Governo e Classe empresarial, que, a partir de articulação política, mantida entre ambos, resolvia-se impasses criados entre patrões e empregados.

Os quadros demonstrativos a seguir incluem projetos econômicos aprovados não só pelo CODAM como também os aprovados através de Portarias do próprio Secretário da Pasta, conforme lhe faculta o art. 9.° § 2.° do Regulamento de Incentivos Fiscais aprovado pelo Decreto n.° 9243 de 02.02.86.

A FORÇA DO TRABALHO

O Governador Gilberto Mestrinho testa novos equipamentos nas indústrias que passam a produzir mais e a garantir empregos para milhares de pessoas.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC

PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO APROVADOS

I — BENS INTERMEDIÁRIOS

ANO	N.° DE PROJETOS	N.° DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	02	240	20.817.229	—
1984	02	653	193.346.391	272%
1985	06	586	36.135.238	244%
1986	07	877	21.567.568	365%

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC
PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO APROVADOS

II — BENS QUE UTILIZAM MATÉRIA-PRIMA REGIONAL

ANO	N.º DE PROJETOS	N.º DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	01	57	980.472	—
1984	01	69	2.768.412	121%
1985	—	—	—	—
1986	02	78	5.712.588	137%

III — BENS DE CAPITAL

ANO	N.º DE PROJETOS	N.º DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	—	—	—	—
1984	—	—	—	—
1985	01	77	973.427	—
1986	02	78	24.383.798	101%

IV — BENS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E CALÇADOS

ANO	N.º DE PROJETOS	N.º DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	01	04	2.052.368	—
1984	—	—	—	—
1985	—	—	—	—
1986	—	—	—	—

V — BENS DE CONSUMO

ANO	N.º DE PROJETOS	N.º DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	06	2.472	55.417.708	—
1984	05	580	31.932.833	23%
1985	14	2.269	46.463.069	92%
1986	47	3.319	248.613.002	134%

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC
PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO APROVADOS

I — BENS INTERMEDIÁRIOS

ANO	N.° DE PROJETOS	N.° DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	10	1.861	124.903.374	—
1984	16	3.567	1.800.117.516	192%
1985	16	3.084	108.405.717	166%
1986	16	2.544	617.937.074	137%

II — BENS QUE UTILIZAM MATÉRIA-PRIMA REGIONAL

ANO	N.° DE PROJETOS	N.° DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	07	692	8.819.219	—
1984	09	647	30.452.530	93%
1985	08	301	6.084.641	43%
1986	10	359	7.628.124	52%

III — BENS DE CAPITAL

ANO	N.° DE PROJETOS	N.° DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	—	—	—	—
1984	02	300	716.901	—
1985	—	—	—	—
1986	03	269	23.501.817	90%

IV — BENS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E CALÇADOS

ANO	N.° DE PROJETOS	N.° DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	04	816	12.314.209	—
1984	04	165	13.814.472	20%
1985	07	344	2.426.279	42%
1986	09	659	15.418.605	81%

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO-SIC
PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO APROVADOS

V — BENS DE CONSUMO

ANO	N.º DE PROJETOS	N.º DE EMPREGOS	VALOR Cz$	CRESCIMENTO REAL DE EMPREGOS
1983	17	3.908	175.489.410	—
1984	13	1.621	95.816.498	41%
1985	20	2.855	73.015.457	73%
1986	25	4.518	807.472.099	16%

EMPRESA AMAZONENSE DE TURISMO — EMAMTUR

RETROSPECTIVA — 83/86

No início do quadriênio 83/87, dentro das condições de instabilidade econômica que o Brasil enfrentava, com as constantes desvalorizações de nossa moeda, considerando ainda a situação em que o Amazonas foi encontrado pelo atual Governo, a EMAMTUR adotou, como estratégia, explorar as potencialidades de mercado e do produto, observando as oportunidades de investimento certo, ou seja, investir inicialmente no mercado internacional, menos sujeito às instabilidades e com retorno em moeda estrangeira.

O marketing da empresa foi fortalecido e a credibilidade restaurada. Com os resultados alcançados no exterior e com o advento da Nova República, que concedeu maior confiança ao Governo, houve oportunidade para iniciar a promoção no Brasil visando atrair o turismo doméstico.

A partir do momento de perspectiva de melhora econômica nacional, o Amazonas passou a deflagrar sua campanha turístico-promocional, através de investidas nos principais mercados do país.

Com o tema "Amazonas Natureza Viva", o setor turismo investiu no mercado interno, revelando, além do atrativo Natureza, o grande apelo "Compras na Zona Franca".

Trabalhou-se, inicialmente em 05 Estados:

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A campanha prosseguiu em 1986 para os Estados do Pará e Ceará.

De 1983 a 1986 a EMAMTUR levou o Amazonas a participar de cerca de 65 eventos internacionais, visitando 28 países, considerando-se um dos principais motivos para o aumento de 120% de fluxo estrangeiro em Manaus, nesse período. A nível local, também uma nova filosofia norteou as ações da Empresa, com adoção de uma estratégia de marketing mais arrojada e dinâmica, a formação de recursos humanos nas instituições públicas e privada, o estudo de viabilidade para o Hotel Escola, esclarecimentos ao público da importância sócio-econômica cultural do turismo, pesquisas mercadológicas permanentes, instalação do Parque Ecológico Fluvial, e a especial atenção à cultura popular do Estado, através de suas manifestações que traduzem o aspecto sócio-cultural da população.

Hoje, as diversas opções de programas na selva compõem o grande produto turístico do Amazonas voltado para o mercado exterior. Em 1983 havia apenas dois destes empreendimentos e hoje os vários existentes são responsáveis pelo aumento da permanência do turista em nosso Estado.

Estas atividades compreendem, basicamente todas as promoções e participações da EMAMTUR nos eventos internacionais e nacionais no período 83/86.

O controle de qualidade dos serviços da Empresa realizado com seriedade, resultou para a EMAMTUR o 1.º lugar no índice percentual de desempenho dos órgãos delegados no 1.º semestre de 1986, classificação esta concedida pela Diretoria de Operações da EMBRATUR, fato que comprova o sucesso e o reconhecimento das ações do Governo na promoção do turismo no Estado.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS — CEAG/AM

RETROSPECTIVA—83/86

A retrospectiva das atividades do CEAG/AM no período de 1983/1986, pela multiplicidade de atividades que registra, induz a afirmar a contribuição para fortalecer o universo das micro, pequenas e médias empresas amazonenses, gerando mudanças substantivas de participação do processo de desenvolvimento.

Em termos de realizações de metas operacionais, ou seja aquelas decorrentes da aplicação dos instrumentos de mudanças, o período de 1983/1986 estabelece para o CEAG/AM a característica de um organismo de forte versatilidade, dado que a conjuntura econômica nacional condicionou, em cada exercício, comportamentos de atuação extremamente variado. Do elenco de atividades realizadas neste período faz-se menção para os seguintes programas.

Para os programas setoriais principalmente para os do subsetores "Vestuário" e "Mobiliário", aos quais se registra nestes 4 anos, um processo de crescimento e desenvolvimento, com o acréscimo de que para a indústria de confecções o mérito está em ter feito surgir e consolidar mais de 30 unidades empresariais. Hoje é fácil comprovar que estes dois segmentos empresariais já estão amadurecidos, visto que nestes 4 anos foi possível realizar 8 feiras setoriais (4 para cada ramo industrial), permitindo a frequência de mais de 100.000 pessoas e volumes de realizações de negócios bastante substantivos.

As microempresas que, nestes 4 anos, sentiram mais fortemente os impactos das políticas econômicas adotadas, para as quais o CEAG/AM sempre esteve presente, comprovando-se pelas mais de 2.500 intervenções gerenciais, treinamento de 3.200 microempresários e financiamento para 1.800 microempresas.

O programa de treinamento empresarial, no qual foi possível preparar e aperfeiçoar executivos e chefes intermediários de pequenas e médias empresas, registrando-se, nestes 4 anos, a realização de mais de 386 cursos envolvendo a participação de 7.500 treinandos, ministrando-se mais de 8.300 horas/aula.

O programa de apoio às empresas localizadas no interior, que, apesar do elevado custo para viabilizar a atuação do CEAG/AM, computa-se ainda a intervenção gerencial, creditícia e fiscal em mais de 1.200 empresas de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores.

No que se refere à administração de recursos humanos o quadriênio 1983/1986 identifica-se por um período de normalidade nos 2 primeiros anos e de instabilidade nos 2 anos subsequentes, isto principalmente porque começou a ser bem mais evidente a defasagem dos salários aqui praticados em relação as demais empresas congêneres, tanto do setor público como privado. Nestes 2 últimos tem sido bastante elevado o fluxo de admissão/demissão de pessoal técnico e administrativo. Em uma análise global do período como um todo, a força de trabalho do CEAG/AM variou de um efetivo máximo de 73 pessoas em 1983 para o mínimo de 67 em 1986, denotando-se que ao longo do período não ocorreu qualquer forma de empreguismo. O quadro de distribuição de Recursos Humanos 83/86 comprova essa afirmativa.

No tocante aos recursos financeiros o período 83/86 foi marcado por um processo de forte instabilidade de consecução de recursos. Essa instabilidade tem exigido do CEAG/AM posturas constantes de administrar com rigor os recursos disponíveis, sempre com o propósito de reduzir despesas e elevar a participação dos recursos próprios (receita oriunda da prestação de serviços). Assim é que, de uma participação de 19% em 1983, a mesma se elevou para 26% em 1986.

De igual forma procede registrar o crescimento da colaboração financeira do Governo do Estado, que evoluiu de 17% em 1983 para 23% em 1986. O quadro Demonstrativo da Receita — 1983/1986 detalha as várias fontes de recursos que sustentaram o CEAG/AM no quadriênio em evidência.

QUALIDADE NO PRODUTO

Antes da Feira organizada pelo CEAG-AM ninguém nem desconfiava, mas no Amazonas se produz móveis da melhor qualidade, chegando a competir com similares de outros Estados. Com incentivo do Governo criou-se uma nova indústria no Estado.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS — CEAG
DEMONSTRATIVO DA RECEITA (1)

PERÍODO 1983/1986

FONTES	1983		1984		1985		1986	
	VALOR Cz$ 1,00	%	VALOR Cz$ 1,00	%	VALOR Cz$ 1,00	%	VALOR Cz$ 1,00	%
1. CEBRAE	234.608.000	50,0	547.789.698	47,0	1.640.922	40,0	3.876.470	42,0
2. SUFRAMA	40.500.000	9,00	92.260.000	8,0	481.850	12,0	770.000	8,0
3. SUDAM	20.800.000	4,00	25.000.000	2,0	40.000	1,0	—	—
4. Governo do Estado	81.382.903	17,0	192.747.734	16,0	867.186	21,0	2.164.561	23,0
5. Recursos Próprios	89.802.406	19,0	314.576.636	27,0	1.080.778	26,0	2.434.802	26,0
TOTAL	467.093.309	100,00	1.172.374.068	100,00	4.110.736	100,00	9.245.833	100,00

NOTAS (1) — Valor Corrente

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO AMAZONAS — CEAG
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PERÍODO 1983/1986

ANO	TÉCNICOS		AUX. TÉCNICOS		ADMINIST.		ESTAGIÁRIOS		TOTAL	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT	%	QUANT.	%	QUANT.	%
DEZ/83	32	43,8	06	8,2	33	45,2	02	2,8	73	100
DEZ/83	31	45,6	06	9,5	26	38,2	05	7,2	68	100
JAN/86	33	56,0	—	—	24	44,0	—	—	57	100
DEZ/85	33	51,0	02	3,0	26	40,0	04	6,0	65	100
DEZ/86	29	43,0	—	—	34	51,0	04	6,0	67	100

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURAL — SEDUC

RETROSPECTIVA — 83/86

No início do quadriênio 83/86 o setor educacional apresentava um conjunto de problemas que demonstrava a premente necessidade de modificação de estratégia, para que fosse melhorada a ação educativa e ao mesmo tempo racionalizados os recursos disponíveis, corrigindo as distorções existentes em todos os níveis educacionais.

No cumprimento deste objetivo houve conjugação de esforços do Governo, no sentido de ampliar o ensino em todo o Estado, obtendo resultado positivo, principalmente no 1° grau, onde foi dado prioridade, com redução do déficit de atendimento, à população escolarizável de 07 a 14 anos, de 26,2% em 1982 para 20% em 1986.

A política educacional do atual governo vem atingindo a meta proposta quanto à ampliação do atendimento, com oferta de novas vagas, distribuídas nos diversos graus de ensino: Pré-Escolar, Educação Especial, de 1° e 2° graus Regular e Supletivo, totalizando 137.790: 33.350 na capital e 104.440 no interior.

No período houve maior investimento dos recursos federais e estaduais na expansão e melhoria da rede física escolar, para que fosse cumprida a lei da obrigatoriedade do ensino. Foram construídas 443 escolas com 1.417 novas salas de aula. Também foram construídos 44 galpões anexos às escolas de 1° grau.

No ensino de 2°grau, além da oferta de novas vagas, em sua maioria através da concessão de bolsas de estudo, houve preocupação maior em atender as necessidades do mercado de trabalho. Com este objetivo foi criado em 1986 o Centro Estadual de Ensino Profissionalizante em Informática, com apoio da SUFRAMA/FIEAM/CIEAM/FUCAPI, atendendo inicialmente 60 alunos. Ainda nesta administração foi inaugurada, em Manaus, a Escola de Mineração do Amazonas, com capacidade para 120 alunos. Encontram-se em fase de conclusão o Colégio Agrícola no Município de Parintins.

Vale ressaltar outras alternativas de atendimento de centros educacionais e sociais, de caráter emergencial, implantados e implementados pela Prefeitura Municipal de Manaus/Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com custos mais baixos que a construção de prédios escolares, com os Projetos.

• PROJETO MEU FILHO — experiência pioneira na área educacional do Amazonas, voltada ao atendimento do menor carente, garantindo-lhe o acesso ao Ensino Regular de 1ª a 4ª série do 2° grau, implantado em abril de 1984, com unidades de ensino nas praças de Manaus, teve uma matrícula inicial de 304 alunos e, devido à grande aceitação, foi ampliado, em 1985, para 600 alunos.

Em 1986 essas unidades passaram a funcionar em áreas da Prefeitura no Bairro do Parque 10, com a clientela de 436 alunos.

PROJETO ESPIRAL — objetiva cobrir a demanda de professores desempregados e atrair a participação do povo nas ações do Governo. Em 1985 o Projeto recebeu 12.000 alunos, absorvendo grande parte da clientela excedente das Redes Estadual e Municipal.

Além da expansão foram concentrados esforços na melhoria da rede física, oferecendo melhores condições ambientais à comunidade escolar, através da recuperação de 116 prédios na capital e 270 no interior, totalizando 395 escolas recuperadas. Também foram realizados pequenos reparos nas unidades educacionais da capital.

Com relação à qualidade do ensino, a SEDUC, no período, como forma de resgate, principalmente nas quatro primeiras séries do 1° grau, procurou fortalecer as ações voltadas à melhoria do processo ensino-aprendizagem, adotando alternativas de educação adequadas ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

ESPORTE É VIDA

Não apenas a escola para o estudo convencional: o importante são também os instrumentos de ensino e de formação dos estudantes. Como as quadras de esportes para o ensino da Educação Física e para a realização de jogos inter-escolares.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO, SEGUNDO AS UNIDADES EDUCACIONAIS
REDE ESTADUAL
ZONA URBANA
MANAUS
FEV / 1987

UNIDADE EDUCACIONAL	ESTABELECIMENTO DE ENSINO					
	TOTAL	ESCOLA	CENTRO INTERESCOLAR	CENTRO DE TREINAMENTO	CETRIDE	CES
ALVORADA	12	12	—	—	—	—
APARECIDA	05	05	—	—	—	—
BETÂNIA	09	09	—	—	—	—
CACHOEIRINHA	06	06	—	—	—	—
CENTRO I	06	05	01	—	—	—
CENTRO II	07	07	—	—	—	—
CIDADE NOVA	09	09	—	—	—	—
EDUCANDOS	08	07	01	—	—	—
JAPIIM	13	11	—	01	—	01
PARQUE 10	07	07	—	—	—	—
PRAÇA 14	11	10	—	—	10	—
SÃO FRANCISCO	11	10	01	—	—	—
SÃO GERALDO	06	06	—	—	—	—
SÃO JORGE	13	12	01	—	—	—
SÃO RAIMUNDO	10	10	—	—	—	—
TOTAL	133	126	04	01	01	01

FONTE: SEDUC/COPLAN/NE.

ESTADO DO AMAZONAS
NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
REDE ESTADUAL
ZONA URBANA
INTERIOR
FEV / 1987

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO					
	TOTAL	ESCOLAS	CENTRO INTERESCOLAR	CENTRO DE TREINAMENTO	CETRIDE	CES
ALVARÃES	02	02	—	—	—	—
AMATURÁ	01	01	—	—	—	—
ANAMÃ	04	04	—	—	—	—
ANORI	02	02	—	—	—	—
ATALAIA DO NORTE	02	02	—	—	—	—
AUTAZES	02	02	—	—	—	—
BARCELOS	02	02	—	—	—	—
BARREIRINHA	06	06	—	—	—	—
BENJAMIN CONSTANT	03	02	01	—	—	—
BERURI	01	01	—	—	—	—
BOA VISTA DO RAMOS	01	01	—	—	—	—
BOCA DO ACRE	12	12	—	—	—	—
BORBA	08	08	—	—	—	—
CAAPIRANGA	01	01	—	—	—	—
CANUTAMA	01	01	—	—	—	—
CARAUARI	06	06	—	—	—	—
CAREIRO	07	07	—	—	—	—
COARI	10	10	—	—	—	—
CODAJÁS	05	05	—	—	—	—
CUCUI	01	01	—	—	—	—
EIRUNEPÉ	10	10	—	—	—	—
ENVIRA	02	02	—	—	—	—
FONTE BOA	06	06	—	—	—	—
HUMAITÁ	10	10	—	—	—	—
IPIXUNA	04	04	—	—	—	—
IRANDUBA	02	02	—	—	—	—
ITACOATIARA	09	08	01	—	—	—
ITAPIRANGA	04	04	—	—	—	—
ITAMARATI	01	01	—	—	—	—
IAUARETÊ	03	03	—	—	—	—
TOTAL	133	126	04	01	01	01

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO					
	TOTAL	ESCOLAS	CENTRO INTERESCOLAR	CENTRO DE TREINAMENTO	CETRIDE	CES
JAPURÁ	02	02	—	—	—	—
JURUÁ	01	01	—	—	—	—
JUTAI	03	03	—	—	—	—
LÁBREA	05	05	—	—	—	—
MANACAPURU	12	11	01	—	—	—
MANAQUIRI	01	01	—	—	—	—
MANICORÉ	07	07	—	—	—	—
MARAÃ	01	01	—	—	—	—
MAUÉS	08	08	—	—	—	—
NHAMUNDÁ	05	05	—	—	—	—
NOVA OLINDA DO NORTE	06	06	—	—	—	—
NOVO AIRÃO	01	01	—	—	—	—
NOVO ARIPUANÃ	03	03	—	—	—	—
PARINTINS	27	27	—	—	—	—
PAUINI	02	02	—	—	—	—
RIO PRETO DA EVA	01	01	—	—	—	—
Stª ISABEL DO R. NEGRO	02	02	—	—	—	—
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	04	04	—	—	—	—
S.GABRIEL DA CACHOEIRA	04	04	—	—	—	—
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	03	03	—	—	—	—
S.SEBASTIÃO DO UATUMÃ	02	02	—	—	—	—
SILVES	02	02	—	—	—	—
TABATINGA	09	08	—	01	—	—
TAPAUÁ	03	03	—	—	—	—
TEFÉ	15	14	01	—	—	—
TONANTINS	01	01	—	—	—	—
UARINI	01	01	—	—	—	—
URUCARÁ	06	06	—	—	—	—
URUCURITUBA	04	04	—	—	—	
T O T A L	269	264	04	01	—	—

FONTE: SEDUC/COPLAN/NE.

ESTADO DO AMAZONAS
NÚMERO DE ESCOLAS E SALAS DE AULAS
REDE MUNICIPAL
1986

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE	
	ESCOLAS	SALAS DE AULA
CAPITAL	142	570
INTERIOR	3.090	3.358
ESTADO	3.232	3.928

FONTE: SEDUC/COPLAN/NE.

ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLAS CONSTRUÍDAS NA CAPITAL
REDE ESTADUAL — 83/86

Nº	UNIDADE EDUCACIONAL/ESCOLA	SALAS	VAGAS	ANO
01	Escola Conego Walter Nogueira	0	0	83
02	U.E. da Betânia/Escola de 1º Grau Nelson Ferreira	14	1.680	83
03	U.E. do Japiim/Escola de 1º Grau Aristoteles Alencar	09	1.080	83
04	U.E. do Japiim/Escola de 1º Grau Maria Arminda Andrade	10	1.200	83
05	U.E. do Japiim/Escola de 1º Grau Myrtes M. Trigueiro	09	1.080	83
06	U.E. do Parque 10/Escola de 1º Grau Hilda Tribuzzy	11	1.320	83
07	U.E. do São Jorge/Escola de 1º Grau Agnelo Bittencourt	12	1.440	83
08	U.E. do Alvorada/Escola de 1º Grau Itacyara M. Pinho	09	1.080	84
09	U.E. do Alvorada/Escola de 1º Grau A. Encarnação Filho	12	1.440	84
10	U.E. do Parque 10/Escola de 1º Grau L. Simão Bolivar	10	1.200	84
11	U.E. do Parque 10/Escola Thomé de Medeiros Raposo	08	960	84
12	U.E. do São Geraldo/Escola de 1º Grau Menino Jesus de Praga	06	720	84
13	Centro Est. de Ensino P. em Informática	02	90	85
14	U.E. da Betânia/Escola de 1º Grau A. Lucena Bitttencourt	09	1.080	85
15	U.E. da Cachoeirinha/Escola de 1º Grau Balbina Mestrinho	10	1.200	85
16	U.E. do Parque 10/Escola de 1º Grau D. João S. Lima	18	2.160	85
17	U.E. do Parque 10/Escola de 1º Grau D. Milton C. Pereira	18	2.160	85
18	U.E. do Parque 10/Escola de 1º Grau Olga Falcone	08	960	85
19	U.E. do S. Francisco/Escola de 1º Grau José Bentes Monteiro	08	960	85
20	U.E. do São Jorge/Escola de 1º Grau Julia Bittencourt	08	960	85
21	U.E. do São Jorge/Escola de 1º Grau Waldomiro Lustosa	10	1.200	85
22	U.E. do São Raimundo/Escola de 1º Grau Santo Antonio	10	1.200	85
23	U.E. da Cidade Nova/Escola de 1º Grau Engº Artur Amorim	08	760	86
24	U.E. da Cidade Nova/Escola Maria do Céu Vaz D'Oliveira	19	2.040	86
25	U.E. do Educandos/Escola Mestre Otilio	9	1.080	86
26	U.E. do Japiim/Escola Gilberto Mestrinho	10	1.200	86
27	U.E. do São Jorge/Escola Isaac Benayon Sabbá	8	960	86
28	U.E. do São Raimundo/Escola de 1º e 2º Graus Liberalina Well	8	960	86
	TOTAL	273	32.170	

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENADORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
REDE ESTADUAL E MUNICIPAL
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESCOLAS 1983/1986

ANO	LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO				
		ESCOLAS				
		CONST.	AMPLIAÇÃO	RECUPER.	SALAS	VAGAS
1983	CAPITAL	07	—	33	67	7.960
	INTERIOR	110	12	60	280	24.360
	ESTADO	117	12	93	347	32.320
1984	CAPITAL	05	17	08	71	7.760
	INTERIOR	119	—	29	311	28.600
	ESTADO	124	17	37	382	36.360
1985	CAPITAL	10	12	18	120	13.190
	INTERIOR	150	22	187	424	39.160
	ESTADO	161	34	205	544	52.350
1986*	CAPITAL	07	—	14	70	7.120
	INTERIOR	36	11	07	121	12.560
	ESTADO	43	11	21	191	19.680
TOTAL **	CAPITAL	28	29	71	302	33.350
	INTERIOR	415	45	283	1.135	104.680
	ESTADO	443	74	354	1.437	138.030

FONTE: SEDUC/COPLAN/NAA

*Inclusive obras que ainda estão em execução.

** O grande número de escolas construídas contribuiu não só para a expansão quantitativa da rede física escolar do Estado como também, resolveu situações precária em que várias escolas se encontravam, tendo que ser demolidas e novamente construídas, melhorando-se assim, a qualidade do ensino, Conclui-se, portanto, que as 443 escolas construídas no período 83/86 representam em parte o incremento ocorrido no número total de escolas existentes em 1982, tendo em vista as reconstruções de escolas realizadas.

REDE FÍSICA ESCOLAR DO ESTADO
REDE ESTADUAL-REDE MUNICIPAL

LOCALIZAÇÃO	NÚMEROS DE ESCOLAS CONST. 83/86	NÚMERO DE ESCOLAS EXISTENTES/86
CAPITAL	20	268
INTERIOR	415	3.354
ESTADO	443	3.622

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL DO AMAZONAS — IERAM

RETROSPECTIVA — 83/86

O ensino na zona rural, preocupação constante do Programa de Regionalização implantado pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, contou com a participação efetiva do Instituto de Educação Rural do Amazonas — IERAM, que tem sob sua responsabilidade conceituar, formular e executar a política de educação rural sincronizada com o Sistema Estadual e com base no Plano Global do Governo.

O princípio norteador do trabalho do órgão é a formação do homem social como sujeito-eixo do desenvolvimento comunitário. Dentro dessa concepção teórica, busca a estruturação de um subsistema educacional de acordo com as necessidades, aspirações e valores do homem rural, visando a transformar a realidade sócio-econômica e as relações que ela implica.

A partir de 1983, o IERAM iniciou novas ações para educação no meio rural, destacando-se o Calendário Escolar Agrícola e a elaboração de currículos adaptados à realidade do aluno na zona rural.

A falta de um currículo para a zona rural sempre foi um problema há muito sentido e pensado pela Secretaria da Educação do Estado, quando através de alguns projetos voltados para o ensino rural já se preocupava com a inexistência de um programa de ensino próprio e adequado para atender esta grande clientela.

O IERAM, diante dessa urgente necessidade, inciou, em 1983, todo um trabalho de elaboração de uma proposta curricular compatível com a realidade, contando com o apoio financeiro do Projeto de Desenvolvimento Rural Intregrado — PDRI, cuja tarefa foi concluída em julho de 1985.

Nesse trabalho houve a participação efetiva da equipe técnica do IERAM que contou, inicialmente, com a assessoria do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA e, no decorrer das atividades, com Assessoria de Técnicos da Universidade do Amazonas.

A proposta curricular, já implantada em 25 municípios, consta de Programa de Ensino de 1ª a 4ª série do 1º Grau para o professor e o livro-textos, de 1ª a 4ª série, para alunos, com previsão a ser implantada, gradativamente, nos demais municípios. Para a clientela de alfabetização foram elaborados cartazes cuja temática se volta para a peculiaridade regional.

O Programa centralizou, prioritariamente, a situação das classes multisseriadas e viu-se que, para tal, seria imprescindível um programa integrado tanto por série como por áreas. Pensou-se, também, no nível de qualificação dos professores, vendo que seria importante facilitar seu manuseio por atividade.

Atendendo ao processo psico-social do educando, o programa está fundamentado nas Teorias de Aprendizagem de Piaget e Carl Rogers. A primeira, voltada para os assuntos a serem explorados de acordo com o desenvolvimento mental da criança, embasada na dosagem dos conteúdos. A segundo, voltada para uma educação mais participativa, faz do aluno um agente ativo e decisivo na sala de aula, com uma visão mais crítica e reflexiva.

No aspecto sócio-político, o currículo está embasado na regionalização, redemocratização e na filosofia do desenvolvimento rural integrado, buscando, dentro de sua programação, uma educação mais participativa, permitindo que a escola abra suas portas a todos sem distinção e, ao mesmo tempo servindo de elo entre aluno, professor e comunidade.

Presente está também uma grande aproximação da realidade, preservando valores sociais, culturais, históricos e geográficos da região.

Toda a sua elaboração está pautada nos parâmetros das Leis nºs 5.692/71 e 7.044/82, especialmente no que se refere à flexibilidade de conteúdos, na sua dosagem para a zona rural. Além de figurar as atividades preconizadas no Art. 7º preocupa-se ensejar ao educando a vivência de práticas que lhe garanta, pelo menos, uma iniciação profissional.

Na operacionalização do programa tem-se capacitado coordenadores e supervisores do Órgão Municipal da Educação/OME e professores rurais.

Os livros elaborados para 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª séries compõem-se de textos relacionados aos temas geradores propostos no Programa de Ensino. Seu conteúdo representa a primeira tentativa de dar ao aluno da região textos que falem de suas coisas, de sua realidade em uma linguagem e em um vocabulário mais próximo do seu.

Como elemento integrante de um currículo educacional, o calendário escolar assume papel importante como instrumento capaz de combinar as necessidades educativas, com o trabalho produtivo das comunidades nas quais se acham inseridas as escolas.

Ao elaborar o calendário escolar levou-se em conta a reali-

O CARINHO CORRESPONDIDO

Na inauguração da reforma das obras do colégio Cunha Mello, o Governo recebeu uma carinhosa demonstração de afeto por parte dos moradores. Cena que se repetiu em quase todos os aparecimentos públicos do Governador.

dade geográfica, econômica e sócio-cultural das microrregiões.

Alguns indicadores foram levantados, para nortear a elaboração das propostas do calendário:

- Necessidade de conciliar as atividades escolares com os fenômenos cíclicos de enchentes e vazantes, bem como com as atividades produtivas;
- Integrar as atividades da escola às manifestações sócio-culturais das comunidades;
- Atender as diversidades entre os ecossistemas de várzea e terra firma;
- Compatibilizar a vivência familiar com o processo ensino-aprendizagem.

A partir desses indicadores foram delimitados os períodos de aula e de férias, considerando, ainda, como variável relevante, os ecossistemas.

Os Municípios apresentam, entre si, diversividades nos períodos críticos de enchentes e vazantes, como também nos piques da colheita e do plantio, provocadas pela posição geográfica das microrregiões e diferenças nas culturas agrícolas produzidas, resultando 05 propostas de calendário, que conservam a mesma fundamentação, o mesmo referencial teórico, iguais características, só variando a distribuição do tempo.

A metodologia empregada para a elaboração das propostas constou de um seminário-elaboratório, organizado em 03 etapas, uma em Manaus, caracterizada por análise da realidade rural e elaboração preliminar de propostas; outra, no campo, proporcionando um maior contato com as populações rurais e para contrastar as propostas elaboradas e uma terceira, em Manaus, objetivando a elaboração das propostas finais de Calendário Escolar Agrícola.

Inicialmente o calendário escolar foi implantado em 12 municípios, mas, devido aos resultados positivos que tem apresentado, como o aumento da freqüência dos alunos e a melhoria do processo ensino-aprendizagem, já foi expandida a 26 Municípios.

Além do IERAM, que foi o órgão coordenador do trabalho participaram, efetivamente, em todas as etapas, técnicos da SEDUC, Universidade do Amazonas, EMATER, SEMEC, SEPLAN, MOBRAL, EMBRAPA, professores rurais, coordenadores dos órgãos Municipais de Educação e líderes comunitários.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL

Para um desfile escolar cada vez melhor o Governo distribuiu material para as bandas escolares. Resultado: a apresentação das escolas, na avenida, cresceu em qualidade a cada ano.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA — SEIJUS

RETROSPECTIVA — 83/86

No início de 1983 o setor de Justiça do Estado enfrentava o problema de espaço físico para o funcionamento dos diversos segmentos do Judiciário e da Secretaria do Interior e Justiça.

A absolescência das instalações existentes e a improvisação de áreas prejudicavam a prestação da Assistência Judiciária e a administração do Sistema Penitenciário do Estado.

Durante o quadriênio 83/86 esforços foram envolvidos para a adoção de medidas de reestruturação organizacional do setor, no sentido de garantir a defesa dos direitos públicos e privados e a ordem pública.

Destaca-se no período, o redimensionamento do Departamento de Assistência Judiciária — DAJ, com suas atividades estendidas na capital e no interior e as melhorias efetuadas no Sistema Penitenciário do Estado.

Quanto à Assistência Judiciária, destacam-se:

No aspecto administrativo.

• Instalação de Escritório do Departamento de Assistência Judiciária na capital, nos bairros do Alvorada e Compensa e no interior nos Municípios de Manacapuru, Parintins, Barreirinha, Itacoatiara e Careiro.

No aspecto técnico.

• Foram ajuizadas ao longo do Quadriênio, pelo Departamento, através de seu chefe e advogados de ofício, 4.488 ações assim discriminadas:

• área civil:	3.152
• área criminal:	693
• área trabalhista:	205
• questões administrativas:	438

Através de Assistentes Sociais realizaram-se 13.976 atendimentos diversos à clientela carente da SEIJUS.

A reestruturação dos órgãos integrantes do Sistema Penitenciário foi meta prioritária do Governo nesse período, no setor de Justiça do Estado.

ATIVIDADES DO D.A.J. NA ÁREA CRIMINAL

QUADRO II

ÍTEM	ATIVIDADE	QUANT.
I	Audiência de Instrução e Julgamento	48
II	Audiência de Inquirição de Testemunhas	158
III	Audiência de Interrogatório	03
IV	Alegações Finais	34
V	Apelação	07
VI	Audiência 1º Tribunal do Juri	53
VII	Audiência 2º Tribunal do Juri	23
VIII	Contrariedade de libelo	11
IX	Contrarazões de apelação	01
X	Defesa prévia	290
XI	Habitação assistente do Ministério Público	03
XII	Juri	11
XIII	Memorial	01
XIV	Revogação de prisão preventiva	08
XV	Relaxamento de Flagrante	03
XVI	Razões de apelação	01
XVII	Requerimento autorizando Saída de preso	04
XVIII	Representação Criminal	05
XIX	Requerimento para expedição de alvará de soltura	01

A despeito das dificuldades enfrentadas na obtenção de recursos, destacam-se os seguintes resultados:

- reorganização do Conselho Penitenciário — considerando a necessidade de amoldar o Regimento Interno do Conselho à nova Lei de execução Penal (Lei Federal nº 7210/84) e alterou-se, através do Decreto nº 8.825, de 14.08.85, o art. 2º do citado Conselho, que trata da composição de seus membros, instituindo-se o Conselho Estadual de Entorpecentes — CONEN/AM e, através da Lei nº 1.676—D, de 17.12.84, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, CEDDPH.
- recuperação e readaptação da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa.

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

Através de recursos do Estado e auxílio de verbas convencionadas com a SUFRAMA, efetuou-se a restauração geral da rede de esgotos; recuperação de toda cobertura do estabelecimento; criação de mais um posto de sentinela e construção de mais quatro guaritas.

Instituição da Casa do Albergado — através da Lei nº 1.694, de 15.07.85, cujo projeto de construção se encontra no Ministério da Justiça.

Desenvolvimento de Atividades Laborativas — através da construção de pequena gráfica e oficina de artesanato e do projeto de produção hortigranjeira nas unidades prisionais de regime fechado e semi-aberto do Sistema.

ICOTI

O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal — ICOTI, no quadriênio 83/87, teve como metal fundamental dotar as Prefeituras de instrumentos de planejamento, organização administrativa, pesquisas municipais, atividades de engenharia, treinamento e operações voltadas à produção, demonstrando perfeita identidade com o plano de governo.

Com a experiência adquirida durante esses quatro anos, a diversificação de projetos foi a mais ampla, partindo para a administração por projeto, buscando, em cada um, algo que viesse melhorar a qualidade de vida do homem do interior.

Através da negociação de recursos com FUNEDE, FDI, SEDUC, SUFRAMA, SAREM, SUDAM e DEMA, foi possível a execução de alguns projetos como:

- Plano de Ação Concentrada nos Municípios de Humaitá, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira, Tapauá, Uatumã, Coari, Barreirinha, Barcelos, São José do Rio Negro, Beruri, Caapiranga, Carauari, Borba, Uarini, Boca do Acre, Nova Olinda do Norte, Monte Sinai (Amatari), Urucará, Nhamundá, Careiro, Iranduba, Manaquiri, Novo Airão, Benjamim Constant, Atalaia do Norte, Maraã, Amaturá, Tonantins e Fonte Boa.
- Apoio à reorganização administrativa nos municípios de Manacapuru, Maués, Carauari, Coari, Juruá, Boa Vista do Ramos, São Paulo de Olivença e Humaitá.
- Construção e recuperação de escolas nos Municípios de Anamã, Beruri, Caapiranga, Rio Preto da Eva, Itamarati, Alvarães, Iauaretê e Codajás.
- Apoio à produção de sementes e mudas nos Municípios de Borba, Axinin, Anamã, Autazes e Codajás.
- Viveiros comunitários de guaraná e casas de farinha comunitária no Município de Borba.
- Casas Comunitárias de farinha nos Municípios de Anamã, Juruá, Codajás e Coari.

A diversificação de projetos e atividades refletiu a preocupação desde as localidades periféricas aos núcleos urbanos dos municípios, destacando-se atividades de desenvolvimento comunitário, treinamento de produtores, implantação de viveiros de guaraná e laranja, treinamentos em organização e comercialização de sementes e mudas.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

RETROSPECTIVA — 83/86

O Quadriênio 83/86 foi marcado pelos esforços desenvolvidos no sentido de colocar a Imprensa Oficial num quadro de equilíbrio e desenvolvimento calcado no aumento da produtividade, redução de custos e valorização dos recursos humanos.

Assim, com a finalidade de amenizar a carência de mão-de-obra qualificada, foram ministrados vários cursos nesse período, a saber: Apropriação de Custos, Organização e Métodos, Redação Informática, Datilografia, Serigrafia, Auxiliar de Contabilidade, Chefia Intermediária e Análise Orçamentária e Financeira.

A despeito das dificuldades financeiras e orçamentárias por que passou o Órgão, foram realizados vários investimentos de fundamental importância para a área gráfica e administrativa.

Na área gráfica adquiriu-se um laboratório de Fotomecânica, um cavelete MANING, com 60 caixas de tipos novos para a Seção de Tipografia, e revisão geral em duas impressoras Solna-125. Na área Administrativa promoveu-se a recuperação total do prédio, que se encontrava praticamente em ruínas, além da aquisição e instalação de um gabinete dentário, completamente equipado.

O período caracterizou-se pela reorganização do Quadro de Pessoal e o estabelecimento da nova estrutura organizacional da Autarquia, através dos Decretos nº 7967 e 7968, respectivamente, datados de 18.06.84.

A atividade industrial da Autarquia, durante o quadriênio 83/86, apresentou o seguinte perfil:

1983 — 15.831.316 Impressos
1984 — 21.696.521 Impressos
1985 — 19.798.403 Impressos
1986 — 23.708.081 Impressos

Nesse período realizou-se ainda a reestruturação do prédio, da Autarquia, através da construção de um edifício de dois pisos, destinados a abrigar, no térreo, área de laser e a sede da Associação Beneficente e Recreativa da Imprensa Oficial, e, no pavimento superior, um auditório polivalente especialmente destinados a treinamento de Recursos Humanos.

Foram ainda adquiridos vários equipamentos para melhorar a produção e o bom andamento da Empresa.

Efetuou-se contratos com firma especializada para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos gráficos, evitando-se solução de continuidade no processo produtivo.

Foi instituido no Diário Oficial do Estado, o suplemento literário do Amazonas, com circulação mensal para atender as publicações artísticas e literárias do povo amazonense.

A Autarquia, portanto, consolidou nesse período, su posição no caminho do desenvolvimento conquistando situação positiva, que lhe assegurará, daqui por diante, um crescimento real incessante, mercê dos instrumentos de que hoje dispõe para, em última análise, reconquistar a grandeza e a importância que assinalaram os seus primórdios.

A VEZ DA CULTURA

A Imprensa Oficial instituiu o Suplemento Literário, como oportunidade para a difusão e popularização da cultura.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO — SEAD

RETROSPECTIVA — 83/86

Durante o quadriênio 83/86 a Secretaria de Estado da Administração desenvolveu suas atividades, destacando-se:

Racionalização do Sistema de Abastecimento:

O abastecimento da frota de veículos do Estado, em março de 1983, era feito de maneira desorganizada e descontrolada, que estimulou o gasto excessivo e desnecessário de combustíveis. A primeira providência foi o recadastramento de todas as viaturas, por Secretaria, e o estabelecimento de uma quota de 110 litros diários por veículos, tanto de gasolina como diesel, incluindo aqueles que servem aos titulares das Secretarias, exceto as ambulâncias e, em alguns casos, viaturas da polícia. O consumo, que até então era de 150 litros semanais, caiu para 50 litros, ocasionando economia financeira ao Estado.

Mesmo com o aumento da frota de veículos, em decorrência das Campanhas de vacinações e, de outros eventos sociais ocorridos no Estado, obteve-se durante o exercício de 1986 um consumo de gasolina de 1.049.414 litros que comparados com o consumo de 1982, representa uma economia para os cofres públicos de 1.034.596 litros de gasolina comprovando assim, a maneira austera de administração implantada pelo Governo neste período.

Adequação de Instalação e Melhorias Gerais no Posto de Abastecimento:

O local onde os veículos se abasteciam não oferecia condições mínimas de conforto aos funcionários nem aos usuários. O serviço era precário, bombas e tanques já absoletos, com mais de 10 anos de uso sem manutenção adequada, foram recuperados. Os tanques antigos foram substituídos e instaladas 02 novas bombas para álcool e gasolina, propiciando maior rapidez e eficiência no abastecimento.

Foi firmado um convênio com a Companhia de Saneamento do Amazonas — COSAMA, para transformação das instalações do posto e melhorias gerais, de maneira a oferecer hoje condições adequadas de trabalho aos funcionários e usuários.

Banco de Dados:

O Núcleo integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Administração — SEAD, criada pela Portaria nº. 058/73-SEAD, de 08 de maio de 1973 (Programa 470, Projetos 472 da Reforma Administrativa), funcionava de maneira empírica, não tendo, com relação às suas atividades, nada que justificasse a qualificação do Banco de Dados.

No início do atual governo, não se sabia ao certo o número de funcionários do Estado: cada Secretaria traçava sua própria política salarial em detrimento do princípio isonômico, que é regra geral de direito.

Constatando essa situação de irregularidade, a Secretaria da Administração implantou um controle no Sistema de Pessoal do Estado, permitindo ao Governo, pelo saneamento de distorções e até irregularidades, a aplicação de uma política salarial mais justa.

Com a participação da Secretaria da Fazenda e do PRODAM, foi elaborado um novo cadastro de pessoal, envolvendo funcionários e servidores de toda a administração, tanto da capital como do interior do Estado. Hoje, com relação a pessoal, é possível informar correta e imediatamente.

O Banco de Dados, agora uma realidade, torna viável o planejamento, a organização, a execução, o controle e a coordenação dos Recursos Humanos do Estado.

- Tipos de Consultas Permitidas pelo Sistema:

  a) Ficha cadastral do servidor: informa dados pessoais e funcionais.

  b) Boletim financeiro do servidor: informa sobre ganhos e descontos semanais, especificando as fontes.

  c) Quantidade de empregos, por situação atual: informa, por órgão, a situação do servidor, ou seja o exercício regular, licença médica, disposição para outro órgão, etc.

  d) Relação dos servidores por faixa de ganhos: permite ao Governo a aplicação de justa política salarial.

  e) Quantidade de emprego por vínculo: informa, por órgão, a que regime o servidor está vinculado.

  f) Resumo financeiro da folha de pagamento.

Também se encontram cadastrados no sistema todos os órgãos da administração direta e indireta, incluindo o interior do Estado a saber: SEAD, SEDUC, SESEG, SESAU, SEPROR, SEFAZ, SEIJUS, SETRAN, SIC, PGJ, PGE, GABINETE DO GOVERNADOR, SECOM, GABINETE DO VICE-GOVERNADOR, SEAF, SEPLAN, REGEAM, SEPDE, IPASEA, EMAMTUR, ITERAM, POLÍCIA MILITAR, EMADE, STVE, SHAM, IEBEM, EMATER, DERAM, CODEAMA, ICOTI, UTAM, SEDAM, STA, SUPLAN, SCA, IMTM, IERAM e SETRABES.

Núcleo de entrega e recebimento de correspondências oficiais — NERCO;

A SEAD, através desse sistema, recebe e entrega correspondência no prazo de 12 horas.

Esse serviço propiciou excepcional economia de combustível que, antes, era feito com 20 veículos diários; agora com 02 veículos, consome, ao todo, 100 litros de combustível semanais.

Pensão dos Hansenianos:

- Para cumprimento da Lei nº. 1.739 de 14.11.85, a SEAD deslocou pessoal à Colônia Antonio Aleixo, cadastrando 1.200 hansenianos, que recebem mensalmente uma pensão do Estado.
- A Secretaria de Estado da Administração — SEAD é responsável pelo pagamento, controle de fichários e orientação em geral para 3.200 inativos, 340 herdeiros e 320 pensionistas do Estado.

ESCOLA DE SERVIÇO PUBLICO DO ESTADO — ESPEA

Foram planejados para o exercício de 1986, 09 cursos assim relacionados: Redação Oficial 2, Recepcionista, Relações Humanas, Legislação Trabalhista e Estatutária, Secretária Executiva Turma "A", Secretária Executiva Turma "B", Patologia, Estética Datilográfica, atingindo uma clientela de 580 treinados.

Com o intuito de oferecer mais cursos destinados aos servidores públicos, estaduais e municipais, a SEAD/ESPEA firmou convênio com a SUDAM e SUFRAMA, no valor de Cz$ 40.000,00 (Quarenta Mil Cruzados). Através desse convênio mais 07 cursos foram realizados: Atendimento ao Público, Treinamento para Serviços Gerais, Datilografia, Contrato Administrativo, Administração de Pessoal, Taquigrafia e Auxiliar de Laboratório.

No interior do Estado foram programados 03 Seminários de Chefia e Liderança, Administração de Pessoal e Direito Administrativo nas seguintes localidades: Careiro, Itapiranga, Itacoatiara, Urucará, Urucurituba, Maués, Nhamundá, Silves, Nova Olinda do Norte, Parintins, Barreirinha, Manacapuru e Autazes.

No exercício de 1986, a Escola de Serviço Público do Estado — ESPEA, atendeu solicitações feitas por diversas entidades como Cobal, Instituto de Ensino e Pesquisa, Dismac — Indústria S/A, Associação das Supervisoras Fiscais do Estado, para a utilização de suas salas de aulas e auditório.

Foi realizado através da SEAD/ESPEA, concurso público para Agente de Segurança do quadro da Assembléia do Estado com 69 inscrições, sendo 50 aprovados.

Em caráter particular, foram realizados mais 05 cursos: Direito Trabalhista, Auxiliar de Laboratório, Patologia Clínica, Auxiliar de Enfermagem e Comunicação Humana no Trabalho, atingindo 250 treinados.

Consultoria Geral dos Sistemas

No exercício de 1986 foram submetidos a estudos e pareceres na CGS 122 processos, versando sobre a área de pessoal, assim distribuídos:

Processos com parecer — 86; Processos em diligências — 22; Processos em estudo — 04.

Auditoria dos Sistemas:

A Auditoria dos Sistemas, durante o exercício, realizou as seguintes atividades:

- Auditagem nas fichas dos aposentados do Estado referente a certidões por tempo de serviço;
- auditagem em fichas financeiras dos funcionários ativos da SEAD;
- elaboração da Tabela de Diárias;
- levantamento de funcionários que recebem horas extras;
- pagamento de exercícios anteriores;
- pagamento de diárias das Secretarias que enviam cópia para a SEAD.

A SEAD cumpriu, portanto, seu objetivo de reorganização e reestruturação da Administração Estadual, obtendo como resultado a melhoria dos serviços prestados pelo Governo à comunidade.

COMPARAÇÃO ENTRE OS CONSUMOS MENSAIS DE 1985/1986
CONSUMO NORMAL PELO POSTO DE ABASTECIMENTO DO ESTADO

MESES	CONSUMO DE GASOLINA (LTs) 1985	CONSUMO DE GASOLINA (LTs) 1986	DIFERENÇA (1986-1985)
JANEIRO	79.224	87.318	8.094
FEVEREIRO	76.028	77.353	1.325
MARÇO	83.200	83.036	- 164
ABRIL	81.276	87.566	6.290
MAIO	83.039	84.956	1.917
JUNHO	84.866	87.132	2.266
JULHO	89.181	87.561	1.620
AGOSTO	90.897	91.666	769
SETEMBRO	83.104	90.758	7.654
OUTUBRO	87.565	90.433	2.868
NOVEMBRO	84.396	90.435	6.039
DEZEMBRO	84.624	91.200	6.576
TOTAL	1.007.400	1.049.414	42.014

COMPARAÇÃO ENTRE OS CONSUMOS MENSAIS DE 1985/1986
CONSUMO NORMAL PELO POSTO DE ABASTECIMENTO DO ESTADO

MESES	CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (LTs) 1985	CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (LTs) 1986	DIFERENÇA (1986-1985)
JANEIRO	10.222	12.656	2.434
FEVEREIRO	10.041	11.234	1.193
MARÇO	10.803	12.086	1.283
ABRIL	11.126	12.162	1.036
MAIO	10.976	11.379	403
JUNHO	10.898	11.990	1.092
JULHO	12.427	11.703	- 724
AGOSTO	12.705	10.836	- 1.869
SETEMBRO	11.421	11.869	448
OUTUBRO	11.815	11.637	- 178
NOVEMBRO	11.942	10.786	- 1.156
DEZEMBRO	11.310	11.500	190
TOTAL	135.686	139.838	4.152

CONSUMO NORMAL DE GASOLINA NO POSTO DE ABASTECIMENTO DO ESTADO POR MESES NOS ANOS DE 1982 A 1986
PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

MESES	1982 LTs DE GASOLINA	1983 LTs DE GASOLINA	1984 LTs DE GASOLINA	1985 LTs DE GASOLINA	1986 LTs DE GASOLINA
JANEIRO	162.031	98.348	69.066	79.224	87.318
FEVEREIRO	151.129	98.460	69.373	76.028	77.353
MARÇO	174.095	110.422	69.361	83.200	83.036
ABRIL	168.690	61.324	68.194	81.276	87.566
MAIO	181.181	68.903	75.526	83.039	84.956
JUNHO	174.738	70.576	72.672	84.866	87.132
JULHO	187.340	74.977	75.703	89.181	87.561
AGOSTO	179.703	80.665	82.659	90.897	91.666
SETEMBRO	186.286	78.174	76.235	83.104	90.758
OUTUBRO	192.319	72.341	78.831	87.565	90.433
NOVEMBRO	183.720	70.212	77.196	84.396	90.435
DEZEMBRO	142.778	72.038	79.000	84.624	91.200
TOTAL	2.084.010	956.440	893.816	1.007.400	1.049.414

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO

RETROSPECTIVA — 83/86

A SEPROR, como coordenadora do Sistema Estadual de Produção Rural, durante o quadriênio 83/86 criou instrumentos capazes de reduzir os problemas do setor e permitir a exploração racional dos recursos naturais do Estado, propiciando a melhoria do nível de vida das pessoas envolvidas nas atividades de produção rural.

Durante esse período a SEPROR e suas vinculadas, dentro das limitações inerentes ao setor agrícola, desenvolveram esforços para realizar trabalhos satisfatórios obedecendo metodologias coerentes com a realidade da região, no sentido de alcançar os mais amplos objetivos. Os recursos disponíveis possibilitaram resultados compensadores, com a execução das mais diversas atividades.

EXTENSÃO RURAL

O serviço de extensão rural, realizado através da EMATER-AM, ao longo desses quatro anos, inclui-se no elenco de prioridades da Secretaria de Estado da Produção Rural de Abastecimento. A realização desse serviço significou, talvez, o principal caminho, para efeito das mudanças preconizadas pelo Plano Estadual do Governo, para o Desenvolvimento Rural. Voltadas para os pequenos produtores, as atividades contemplaram o agrupamento de associações comunitárias, favorecendo a realização de um complexo de atividades, cuja filosofia é o "aprender fazendo": viveiros comunitários, abastecimento conjunto das comunidades com gêneros alimentícios — não produzidos nas propriedades e escoamento da produção até as sedes municipais onde foram instaladas e funcionam as feiras de produtores. O sucesso das feiras de produtores nos Municípios de Coari, Iranduba, Tefé, Novo Aripuanã, Manacapuru e Urucará é um reflexo positivo dessa estratégia comunitária. O incentivo e apoio à instalação e funcionamento dessas feiras oferece como resultado prático o aumento do produto agrícola nas comunidades, o qual é comercializado nas áreas urbanas compondo custos mais baratos de transportes dos produtos.

De outro lado, a instituição das cantinas comunitárias, tendo como princípio a sua auto-manutenção, abasteceu as comunidades com produtos ali não produzidos e facilitou a aquisição da produção (inclusive por troca), que é dirigida às feiras produtoras. Os projetos de fruticultura chegaram às comunidades, com atuação direta da EMATER/AM nas atividades com guaraná, cupuaçu, citros e outros. Assim também o incentivo à produção de borracha sem financiamento bancário, mas com o suporte das ferramentas e implementos agrícolas distribuídos, favorecendo a fixação dos produtores, com aproveitamento das áreas tradicionalmente abandonadas após a colheita de mandioca.

O programa de horticultura desenvolveu-se a níveis de hortas caseiras, em benefício do suprimento das famílias e da fixação de hábitos alimentares; hortas escolas, com finalidade educativa e de melhoria da merenda escolar, hortas comunitárias rural e urbana, visando ao abastecimento dos Municípios.

O incentivo à formação de pastagens em terra firme, como suporte ao criatório na época das enchentes, foi realizado tendo como objetivo atender aos pecuaristas de características mistas (várzea e terra firme).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O serviço de assistência técnica foi reformulado para adequar-se às exigências do aproveitamento racional dos recursos e às demandas dos projetos pertencentes a médios e grandes produtores, os quais são responsáveis por significativa parcela de produção de culturas industriais, fruticultura, bovino cultura, suinocultura, avicultura, caprino-cultura e ovinocultura.

Em que se pese a quase desativação de alguns programas como o PROBOR, PROASE, PROEXPAN, PROVÁRZEAS e outros que trouxeram benefícios à modificações introduzidas na política de Crédito Rural, o serviço de assistência técnica, realizado pela EMATER/AM, foi bastante acionado, principalmente no Distrito Agropecuário da SUFRAMA e no Baixo Amazonas. A assistência à criação animal atingiu picos de aproximadamente 1.200 produtores. O programa de energia alternativa, incluindo-se a produção de biofertilizante e gasogênio foi estimulado e os seus resultados indicam a sua continuidade para o futuro.

A assistência ao setor pesqueiro passou a ser custeada totalmente pelo Governo Estadual, a partir de 1984. Revestido de grandes dificuldades e demandador de maiores recursos, o trabalho consistiu na assessoria a colônias de pescadores e associações de classes e na difusão de tecnologia do pescado, principalmente

O SOPÃO SERVE A MILHARES

Milhares de crianças, todos os dias, recebem, no Mercadão do produtor, nas escolas, ou em bairros o Sopão do Gilberto, um alimento de alta qualidade, criado pela Secretaria de Produção, garantindo a utilização do excedente de produtos do Mercadão e gerando um benefício popular.

no tocante à conservação, salga e defumação.

A piscicultura, por possuir excelentes perspectivas no Estado, foi assistida principalmente no tocante à elaboração de projetos técnicos, acompanhamento na implantação de viveiros e "diques", peixamento e em todas as fases do desenvolvimento da criação.

- as campanhas do pescado durante a Semana Santa;
- as campanhas de carne (aves, bovinos, suínos, etc) durante as Festas Natalinas;
- as campanhas de apoio ao Projeto "Meu Filho", da Prefeitura Municipal de Manaus, com distribuição de sopas aos núcleos escolares.

Vale salientar a contribuição para o abastecimento de carne bovina e sub-produtos, superior a 7.000t, com o abate de mais 28.000 animais.

INDÚSTRIA CASEIRA DE ALIMENTOS

A Indústria Caseira de Alimentos evidencia a preocupação e o interesse do Governo em servir à população, colocando em prática um programa de grande significado social e inédito no Estado. A Indústria Caseira de Alimentos nasceu com o propósito de aumentar a renda familiar da dona de casa amazonense, a partir do processamento de produtos regionais.

Iniciado em 1983, tendo como alvo 17 bairros de Manaus, o programa absorveu logo um total de 340 pessoas, principalmente donas de casa, que, até então, não tinham uma opção para um trabalho que lhes proporcionasse renda, sem prejuízo de suas atividades familiares.

O estágio atual do programa de Indústria Caseira de Alimentos é de grande sucesso alcançado, com a participação de 2.985 famílias, sendo 1.955 em Manaue e 1.030 espalhados pelos Municípios de Anori, Barreirinha, Benjamin Constant, Coari, Eirunepé, Fonte Boa, Itacoatiara, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Parintins, Rio Preto da Eva, Tefé, Apuí, Tabatinga, Envira, Pauini e Autazes.

PDRI/AM

O Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas-PDRI modificou os quadros econômico e social do meio rural dos municípios em que está sendo implantado. O Projeto se encontra, hoje, plenamente ajustado às novas políticas governamentais, e os benefícios dirigidos às populações rurais favorecem em muito o alcance, a médio prazo do crescimento do produto agrícola e da qualidade de vida dos beneficiários.

O trabalho de coordenação do PDRI/AM, propiciou a Secretaria da Produção Rural de Abastecimento a integração com as comunidades rurais dos Municípios de Manacapuru, Careiro, Manaquiri, Iranduba, Urucará, Barreirinha, Parintins e Tefé.

FOMENTO

As ações voltadas ao fomento à produção agro-pecuária, ficaram a cargo da CODEAGRO. Os projetos e os recursos disponíveis foram mobilizados com vistas a recuperar a combalida economia rural do Amazonas através do incentivo à produção agrícola e da reposição do poder aquisitivo do produtor rural, o qual possuia grandes dificuldades para obter os bens e serviços necessários ao seu esforço de produção.

A concretização de um pólo produtivo em redor da capital do Estado, o chamado "Cinturão Verde de Manaus", constituído pelos Municípios do Careiro, Manaquiri, Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva e pelo próprio Município de Manaus, representa um grande avanço no aperfeiçoamento da estrutura produtiva do Estado. A produção de hortigranjeiros, hoje, é uma realidade, haja vista a notável participação dos produtores desses e de outros Municípios que receberam o apoio do GOVERNO, através de órgão como o SEPLAN e CODEAGRO em termos de sementes, mudas, ferramentas, implementos diversos, defensivos e fertilizantes, favorecendo o abastecimento das cidades. A situação agrícola atual dos Municípios, em referência é de impulso no sentido da auto-suficiência da produção para o abastecimento interno.

O incentivo à produção de grãos (arroz, milho e feijão) e a oferta de insumos, principalmente sementes que seriam inacessíveis ao pequeno produtor rural sem a ação governamental, propiciaram os mais benéficos resultados. A classe produtora do setor de fibras vegetais (que constitui o sustentáculo da indústria têxtil nacional) teve e aproveitou a grande oportunidade de diversificar suas atividades, entrando também na produção de grãos e hortaliças, com o apoio da distribuição gratuíta de sementes.

O alto consumo da farinha de mandioca motivou a SEPROR a implantar um programa de apoio à fabricação do produto, com a ampla distribuição de equipamentos (casas de farinha) às comunidades. Essa iniciativa revelou-se responsável pelo incremento das áreas plantadas, da produção de raiz de mandioca

e pela sensível redução das transferências que eram feitas de outras regiões.

O problema do acesso da produção aos mercados, um dos principais pontos de estrangulamento de abastecimento de Manaus, foi sensivelmente atenuado, e Apuí, já participa com cerca de 50% da produção estadual de arroz.

Quanto à participação da SEPROR no fomento à pecuária, destaca-se a realização de exposições agropecuárias em Manaus e Parintins.

ABASTECIMENTO

O Abastecimento realizado através da CEASA/AM alcançou resultados operacionais desejáveis no período compreendido entre sua criação e os dias atuais, demonstrou ter havido uma fase de franco crescimento para os índices técnicos, volume comercializado, número de usuários e área ocupada. Este período corresponde à época de atuação do Mercado Varejão que equivale apenas a um décimo de sua existência.

Não faria sentido ao Governo do Estado incentivar à produção agrícola sem considerar as condições de comercialização. Assim, ao ampliar a área de atuação da Secretaria da Produção Rural, mediante a inclusão do segmento Abastecimento, o Governo do Estado respondeu a uma evidente necessidade, com uma concreta oferta de apoio, para a etapa terminal do sistema de produção.

Concebeu e vem executando programas que têm possibilitado aos produtores até ao nível do varejo, efetivando a ruptura da forte e ampliada rede de intermediação e criando condições para a prática de preços vantajosos tanto para os produtores quanto para os consumidores.

O Mercadão do Produtor, implantado na cidade de Manaus, numa área de 12.500m^2, com boxes adequados à comercialização de diversificada gama de produtos, é hoje uma realidade.

Um de seus segmentos merece destaque: "O Corredor da Economia". Ali são mantidos 25 ítens hortigranjeiros em permanente oferta.

Do aproveitamento dos excedentes da comercialização, foi sugerida a preparação de uma sopa nutritiva, um projeto que começou com uma oferta de 1.200 sopas/dia, e hoje, está instalado num complexo industrial de capacidade para produzir 20 mil sopas/dia.

As programações de abastecimento buscaram regular o mercado nos períodos das entressafras e períodos de determinadas festas, quando produtos específicos eram particularmente demandados. Constituem-se expoentes dessas programações:

- as campanhas dos sacolões de carne (de peixe, ave e bovina), abertas ao grande público e operadas em acordo com as associações de funcionários do Distrito Industrial e repartições públicas:
- as campanhas de fornecimento de alimentos as creches da cidade de Manaus;

Assim, foi possível acompanhar todos os problemas que limitavam o desenvolvimento da área-programa e propor as melhores alternativas para removê-los, mediante a adequada aplicação dos recursos, tanto financeiros quando humanos, na realização dos serviços sociais e nas ações de suporte à produção agrícola.

A partir da integração institucional que norteia a ação do projeto, foi possível fortalecer e expandir os serviços de regularização fundiária, estudo de recursos naturais, pesquisa agrícola aplicada, extensão rural, produção e abastecimento de sementes e mudas e apoio à comercialização, bem como a ampliação da infra-estrutura dos serviços de educação, saúde, transportes e telecomunicações. O PDRI/AM é executado pela SEPROR, sob a coordenação técnica da CEPA/AM, através de convênios firmados com outras instituições governamentais.

Todas as ações do Projeto foram dirigidas aos produtores de terra firme e de várzea, visando a proporcionar-lhes condições concretas para fixá-los às suas propriedades, medindo o incremento de cultivos perenes e de cultivos alimentares de ciclo curto, cujas produções têm colocações garantida pelas demandas dos nucleamentos urbanos, em especial de Manaus.

Nas Comunidades de Produção Rural-CPR's, todos os segmentos foram expandidos com elevação do nível das metas referentes aos serviços agrícolas e infra-estruturais. Nas Comunidades de Produção em Formação CFP's, os segmentos foram mantidos a fim de que sejam impulsionadas as atividades e promovida a transição para o estágio mais desenvolvido. A metodologia possibilitou maior racionalidade na alocação dos recursos, eficiência no acompanhamento dos segmentos e eficácia nos resultados já alcançados.

A Secretaria de Produção Rural e Abastecimento, administrou a aplicação de recursos originários do Banco Mundial e do Governo Federal, que foram repassados às diversas instituições governamentais responsáveis pela execução dos segmentos do

projeto, no total de Cz$ 50.590.518.722. O aprimoramento da infra-estrutura física na área do projeto deu-se com a expansão dos meios de telecomunicações e transportes.

O sistema de telecomunicações implantado oferece a oportunidade de comunicação diária campo/cidade, com rapidez, onde implantou-se na área do projeto, 84 telefones rurais.

Todos os Municípios da área-programa receberam grandes investimentos, em escolas, postos de saúde, treinamento de professores e agentes de saúde, ensinamentos de higiene e primeiros socorros.

PROJETO DENDÊ

As regiões do médio e do alto Solimões são marcadas não só pela grande extensão e pelo vazio demográfico, mas também pela ocorrência de espécies nativas que as configuram como um hábito natural propício ao cultivo de determinadas espécies de alto valor econômico desse referencial e em decorrência da necessidade de serem estabelecidas alternativas econômico-sociais viáveis. Foi criada a Empresa Amazonense de Dendê - EMADE, vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento, com o objetivo de executar a política estadual de dendeicultura. O Complexo Agroindustrial do Dendê, que está sendo implantado no Município de Tefé, responde às linhas de política desenvolvimentista do Governo e prevê o plantio de 5.000 ha de dendê, mediante o assentamento de 625 famílias de produtores, para uma produção de 20.000 t/ano de óleo, quando do décimo ano de cultivo tal empreendimento irá requerer invasões da ordem de US$ 34,6 milhões, financiados pelo Banco Mundial e pelo Governo Brasileiro. As repercussões da implantação desse complexo tem significativa expressão para a região, apresentando atualmente os seguintes resultados.

300 ha de área plantada;
54.000 dendezeiros em crescimento;
700 ha de área preparada para o plantio;
50.000 mudas no viveiro;
70.000 mudas no pré-viveiro;
400 empregos diretos;
15 Km de estradas de acesso.

Conhecido popularmente no Brasil, apenas como produto empregado na preparação de comidas típicas como vatapá e acarajé, o óleo de dendê ganha maior expressão, como capaz de substituir o óleo Diesel, além do aumento previsto para o seu uso na fabricação de margarinas, maioneses, óleos de cozinha, biscoitos, sorvetes, sabões, detergentes, ceras, velas e outroa produtos. O Amazonas e Tefé muito contribuirão para o atendimento dessas demandas e para a elevação da gama de benefícios já alcançados desde os primeiros momentos de sua implantação. Com efeito, o projeto absorve cerca de 25% da mão-de-obra empregada em Tefé, cuja atividade comercial teve aumentada a procura de bens, que se transformaram em renda.

Cerca de 1 bilhão de cruzeiros (preços de janeiro de 86) circularam mensalmente em Tefé, na forma de salários e compras. A arrecadação municipal foi elevada em decorrência do projeto, através do ICM, o qual já superou o patamar de Cz$ 200 milhões/mês, e de outras taxas e impostos, cujo aumento real é de 50% ao ano. Finalmente, a dinamização da construção civil, a diversificação e aumento da produção Agrícola e a mudança na própria fisionomia da vida urbana de Tefé, comprovam os efeitos positivos do projeto e a transformação da região do Solimões.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE — SESAU

RETROSPECTIVA — 83/86

As ações do Governo, na área de Saúde Pública, no quadriênio 83/87, concentraram-se basicamente nas seguintes metas:

• Prevenção e controle de doenças transmissíveis por meio de campanhas de imunização:

• Regionalização dos serviços básicos de saúde;

• Desenvolvimento de recursos humanos;

• Ampliação, recuperação e reorganização da rede hospitalar, através da reforma e construção de Postos e Centros de Saúde, Unidades Mistas e Hospitais na capital e no interior do Estado.

No decorrer de 83/86 a SESAU realizou:

Na Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança;

• Implementação das Ações de Saúde desenvolvidas pela rede básica da capital e do interior através dos Programas Materno-Infantis, Terapia de Rehidratação Oral, Suplementação Alimentar, Saúde Escolar e Aleitamento Materno;

• Manutenção das ações de Suplementação Alimentar, em 45 unidades de Saúde; 21 da SESAU, 22 da SEMSA e 02 do INAMPS.

• Manutenção das ações de estímulo ao aleitamento materno e Terapia de Rehidratação Oral em Unidades de Saúde da capital e do interior;

• Manutenção de 03 unidades móveis do Convênio SESAU/SUDHEVEA, para atender seringais naturais no Madeira, Juruá e Purus.

No Controle do Programa de Saúde Mental:

• Implantação e manutenção do Programa em 04 Unidades de Saúde da capital (Petrópolis, Japiim, Coroado e Adrianópolis).

• Implantação e manutenção do Pronto Atendimento Humberto Mendonça.

No Controle de Doenças Transmissíveis:

• Implantação, implementação e manutenção do Programa Nacional de Imunização — PNI, em 38 Unidades de Saúde da Capital: 20 da SESAU, 11 da SEMSA, 02 do INAMPS, 01 do IPASEA, 01 da FUA, 03 Privadas e 44 no interior, sendo 31 da SESAU e 13 da FUNDAÇÃO SESP; além dos Projetos SUDHEVEA, PDRI, totalizando 84 Unidades de Saúde no Estado.

• Recuperação, equipamento e manutenção da Rede de Frio.

• Implementação, manutenção e supervisão de 37 Unidades da capital e 11 do interior em vigilância epidemiológica;

• Realização das Campanhas Nacionais de Vacinação no Estado.

• Realização de Campanhas de Vacinação Canina em 11 Municípios: Urucará, Barreirinha, Rio Preto da Eva, Codajás, Anori, Coari, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Carauari e Careiro.

• Manutenção de 03 unidades móveis do Convênio SESAU/SUDHEVEA, para atender seringais naturais no Madeira, Juruá e Purus;

• Implantação e montagem do laboratório de diagnóstico da raiva, no Núcleo de Laboratório Central.

• Implantação do Programa de Profilaxia da Raiva em 05 Unidades de Saúde da capital e do interior;

• Manutenção do Programa Profilaxia da Raiva em 17 Unidades de Saúde da capital e do interior.

• Manutenção dos Programas Especiais de Tuberculose e Hanseníase em Unidades de Saúde da capital e do interior.

No Desenvolvimento Institucional:

• Construção da sede e de um Centro de Treinamento da SESAU.

• Reestruturação organizacional da SESAU.

• Integração interinstitucional, através da participação no Programa de Ações Integradas de Saúde na capital, a partir de julho de 1984.

• Visitas realizadas a 47 municípios do interior do Estado.

Treinamento do pessoal:

• Em 1984 foram treinados 887 servidores de nível elementar, 201 de nível médio e 323 de nível superior;

• Em 1985 foram treinados na capital 242 de nível elementar, 171 de nível médio e 248 de nível superior; no interior 348 de nível elementar, 79 de nível médio e 121 de nível superior.

• Implantação de 04 Regionais de Saúde:

  • 1ª Regional (Metropolitana, com sede em Manaus)
  • 2ª Regional (Médio Amazonas), com sede em Itacoatiara
  • 3ª Regional (Madeira), com sede em Novo Aripuanã
  • 6ª Regional (Solimões/Jutaí/Juruá), com sede em

Tefé

• Implementação das Regionais de Tefé e Novo Aripuanã

• Planejamento regional "in loco" das Ações de Saúde para 1985 nas sedes das Regionais do Madeira, Solimões, Juruá, Japurá e Médio Amazonas.

• Implementação dos Ambulatórios especializados: Cardoso Fontes (Tuberculose), Alfredo da Matta (Hanseníase), Hospital Infantil Dr. Fajardo (Pediatria), Maternidade Ana Nery (Gineco-Obstetrícia), CECON (Neoplasias) Eduardo Ribeiro (Psiquiatria) e IMTM (Doenças Infecto-contagiosas).

• Manutenção do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado — PDRI com ações de saneamento básico e funcionamento de 91 Postos de Saúde nos municípios: Careiro, Manacapuru, Parintins, Urucará, Tefé. Iranduba e Manaquiri.

Na infra-estrutura física.

• Adequação e expansão da Rede de Serviços em todo o Estado do Amazonas, ocorrendo sensível melhoria em sua rede básica de saúde assim discriminadas:

- construção de 10 postos de saúde, 21 centros de saúde e 13 unidades mistas;
- recuperação de 01 posto de saúde, 19 centros de saúde e 28 unidades mistas;
- equipamentos de 10 postos de saúde, 24 centros de saúde e 41 unidades mistas.

Referente ao Programa de Saúde Mental, houve uma descentralização a partir de 1985, com a construção de 05 unidades de Saúde da Capital e 06 unidades de Saúde do interior. Em 1986, expandiu-se o Programa para mais 05 unidades na capital, totalizando 16 unidades em todo o Estado.

A construção da sede e do Centro de Treinamento da SESAU, ocorrida em 1985, representa um marco na mudança da estrutura administrativa do órgão, vez que contribuiu de forma significativa para maior produtividade de seus servidores e consequentemente para a consecução das metas pré-estabelecidas no Plano de Governo.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE — SESAU
INTERIOR DO ESTADO
EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
PERÍODO: 1983/1986

MUNICÍPIOS	POSTO DE SAÚDE			CENTRO DE SAÚDE			UNIDADE MISTA		
	CONST.	REF.	EQP.	CONST.	REF.	EQP.	CONST.	REF.	EQP.
Careiro	—	—		—	—	—	—	01	01
Rio Preto da Eva	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Novo Airão	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Iranduba	—	—	—	—	02	02	—	—	—
Manacapuru	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Anamã	01	—	01	—	01	01	—	—	—
Anori	—	—	—	—	—	—	01	—	01
Beruri	—	—	01	—	—	—	—	—	—
Codajás	—	—	—	—	—	—	01	—	01
Itacoatiara	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Autazes	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Barreirinha	—	—	—	—	—	—	01	—	01
Silves	—	—	—	—	—	—	01	—	01
Boa Vista do Ramos	01	—	01	—	—	—	01	—	—
Itapiranga	—	—	—	—	01	01	—	—	—
Maués	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Nhamundá	—	—	—	—	—	—	01	—	01
Nova Olinda do Norte	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Parintins	—	—	—	01	—	01	—	—	—
São Sebastião do Uatumã	—	—	—	01	—	01	—	—	—
Urucará	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Uricurituba	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Novo Aripuanã	—	—	—	—	—	—	—	—	01
Borba	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Humaitá	01	—	01	—	—	—	01	—	01
Manicoré	—	—	—	—	—	—	—	—	01
Barcelos	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Stª Izabel do Rio Negro	01	—	01	—	—	—	—	—	01
S. Grabriel da Cachoeira	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Tefé	01	—	01	—	—	—	—	01	01
Carauari	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Coari	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Fonte Boa	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Jutaí	—	01	—	—	—	—	—	—	—
Maraã	—	—	—	—	—	—	—	—	01
Lábrea	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Boca do Acre	—	—	—	01	—	01	01	—	01
Canutama	—	—	—	—	01	—	—	—	01
Pauini	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Eirunepé	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Envira	—	—	—	—	01	01	—	—	—
Ipixuna	—	—	—	—	—	—	—	01	01
Itamarati	—	—	—	01	—	01	—	—	—
Benjamin Constant	—	—	—	—	—	01	—	—	—
Atalaia do Norte	—	—	—	—	—	—	01	—	—
Tabatinga	—	—	—	—	01	01	—	—	—
Caapiranga	01	—	01	—	—	—	—	—	—
Alvarães	01	—	01	—	—	—	—	—	—
TOTAL	07	01	08	04	07	11	09	21	33

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE — SESAU
MUNICÍPIO DE MANAUS
EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
PERÍODO: 1983/1986

UNIDADES	POSTO DE SAÚDE	CENTRO DE SAÚDE	UNIDADES MISTAS
• Construídas	03	17	04
• Reforma e/ou Ampliadas	—	12	07
Equipadas	02	13	08

QUADRO 01: INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES DE RESPONSABILIDADE DA SESAU
PERÍODO: JANEIRO/83 A DEZEMBRO/86

REGIÃO	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	IMPLANTADOS JUL/84 AO 4°.TRIM/86
1ª.	MANAUS	COMPENSA	01
	IRANDUBA	COSTA DO CALDEIRÃO	01
	CASTANHO	UNIDADE MISTA	01
2ª.	CODAJÁS	SEDE DO MUNICÍPIO (HOSPITAL)	01
		SALVAÇÃO/MURITUBA	02
	MANACAPURU	*COSTA DO MARRECÃO	01
		CENTRO DO CAVIANA II/PUPUNHA	01/01
	LAGO DO LIMÃO	DEPARTAMENTO DO TUÍVEL	01
		CAVIANA	01
	ANORI	SEDE DO MUNICÍPIO (HOSPITALAR)	01
	BERURI	SEDE MUNICIPAL	01
3ª.	NOVA OLINDA DO NORTE	VILA N.S. DE NAZARÉ	02*
	URUCARÁ	CASTANHAL	01
		BUÇAZAL	01
		SÃO JOÃO	01
		SANTANA	01
	AUTAZES	URUCURITUBA DOS AUTAZES	01
	NHAMUNDÁ	BOM JARDIM E LAGUINHO	02
	BARREIRINHA	MOCAMBO	01
		LAGUINHO/ARIAÚ/S. MALOCA	01/01 + 01
		TERRA PRETA	01
	BOA VISTA DO RAMOS	SÃO BENEDITO	01
	MAUÉS	AMINARU-AÇÚ/S. SEBASTIÃO	02
	PARINTINS	CABURI, VALÉRIA	01 + 01
		JUARI	01
		MOCAMBO	01
		BOA ESPERANÇA	01
	SILVES	SÃO JOÃO	01
4ª.	HUMAITÁ	SUCUNDURI	01
		APUÍ	01
		AXINI	01
7ª.	TAPAUÁ*		01
	LÁBREA	BAIRRO DA FONTE	01
8ª.	IPIXUNA	GUAJARÁ	01
TOTAL	—	—	42

FONTE: METROPOLITANA E CSSI

* REALIZADO EM 1983
* TRANSFERIDO DA LOCALIDADE DE FÉ EM DEUS PARA O CENTRO DE CAVIANA II.

QUADRO 02: CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SECAS, REALIZADAS NO PERÍODO DE 1984 a 1986

REGIÃO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
1ª.	MANAUS	
	Bairro da Alvorada	200
	Bairro da Redenção	800
	Bairro da Vila da Paz	400
	CAREIRO	
2ª.	Codajás	100
	Manacapuru	02*
3ª.	Nhamundá	73
	Nova Olinda do Norte	90
	Autazes	100
	Urucará	156
	Barreirinha	146
	Parintins	150
4ª.	Novo Aripuanã	90
	Manicoré	200
	Borba	90
6ª.	Coari	90
	Carauari	73
7ª.	Pauini	70
	Tapauá	74
	TOTAL	2.998

FONTE: REGIONAL METROPOLITANA E CSSI

* REALIZADO EM 1983.

QUADRO 03: AMBULÂNCIAS ADQUIRIDAS PARA A CAPITAL, POR UNIDADE ADMINISTRATIVA NOS ANOS DE 85/86

Nº. DE ORDEM	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ANO		TOTAL
		1985	1986	
01	Centro Psiquiátrico E. Ribeiro	01	—	01
02	Maternidade Ana Nery	—	—	—
03	Centro de Controle e Oncologia	01	01	02
04	Hospital Infantil Dr. Fajardo	—	02	02
05	Centro de Atenção Materno Infantil Balbina Mestrinho I	01	—	01
06	Centro de Atenção Materno Infantil Balbina Mestrinho II	—	01	01
07	Centro de Atenção Materno Infantil Balbina Mestrinho III	—	01	01
08	Pronto Socorro 28 de Agosto	—	03	03
09	Pronto Atendimento Cidade Nova	01	—	01
10	Unidade Básica Joventina Dias	—	01	01
	TOTAL	04	09	13

QUADRO 04: AMBULÂNCIAS ADQUIRIDAS PARA O INTERIOR DO ESTADO POR MUNICÍPIO, NO PERÍODO 85/1986

Nº. DE ORDEM	MUNICÍPIOS	ANO		TOTAL
		1985	1986	
01	Boca do Acre	01	—	01
02	Nova Olinda do Norte	01	—	01
03	Ipixuna	01	—	01
04	Castanho	01	—	01
05	Manicoré	01	—	01
06	Fonte Boa	01	—	01
07	Tefé	01	—	01
08	Coari	01	—	01
09	Pauini	01	—	01
10	Itacoatiara	01	—	01
11	Maués	01	—	01
12	Codajás	—	01	01
13	Barreirinha	—	01	01
14	Parintins	—	01	01
15	Manacapuru	—	01	01
16	Eirunepé	—	01	01
17	Urucará	—	01	01
18	Humaitá	—	01	01
19	Carauari	—	01	01
20	Barcelos	—	01	01
21	Novo Airão	—	01	01
22	Canutama	—	01	01
23	Tapauá	—	01	01
24	Lábrea	—	01	01
25	Maraã	—	01	01
26	Nhamundá	—	01	01
27	Urucurituba	—	01	01
28	Autazes	—	01	01
29	Itapiranga	—	01	01
	TOTAL	11	18	29

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA — SESEG

RETROSPECTIVA — 83/86

No início do atual Governo a eficiência e o desempenho da polícia civil, na prevenção e combate à contravenção e ao crime, encontrava-se profundamente prejudicada em decorrência da conjuntura administrativo-financeira anterior. Não se dispunha de suporte financeiro para implementação das atividades e projetos na área de segurança.

Este quadro foi extremamente modificado em virtude dos programas executados no quadriênio de 1983/1986.

Durante esse período, a Secretaria de Segurança procurou acompanhar o crescimento populacional do Estado, no objetivo de preservar a ordem pública, prevenir o crime, proteger o cidadão e garantir a propriedade. Para isto teve que melhorar seus equipamentos e dar melhores condições operacionais aos policiais. Neste sentido apresenta-se a seguir a síntese das principais ações.

EXPANSÃO E MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS POLICIAIS-DELEGACIAS
- CAPITAL E INTERIOR
- PERÍODO: 1983/1986

CONSTRUÇÃO	RECUPERAÇÃO	REFORMA	IMPLANTAÇÃO
12	05	16	15

Cursos Realizados:
- Especialização de Peritos
- Aperfeiçoamento para Escrivães de Polícia
- Auxiliar de Necrópsia
- Especialização em Investigação Criminal
- Medicina Legal
- Armeiro
- Formação de Vigilante
- Especialização para Inspetores de Polícia
- Reciclagem para Delegados de Polícia no Interior
- Qualificação para Peritos de Trânsito
- Qualificação para Datiloscopistas.

Concursos Realizados:
- Delegado
- Agente de Polícia
- Escrivão

QUADRO DE CONTIGENTES APROVADOS NOS CONCURSOS REALIZADOS

CARGOS	VAGAS EXISTENTES	APROVADOS
Delegado	32	47
Escrivão	30	38
Agente de Polícia	420	818

Os aprovados preencheram as vagas existentes pela ordem de classificação, os demais assumirão em seguida.

RELAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS — 1983 a 1986

- Aquisição de 20 viaturas celulares
- Aquisição de 20 viaturas a álcool
- Aquisição de 06 viaturas Volkswagem a gasolina
- Aquisição de 01 Pick-Up Cabine Dupla — Diesel
- Aquisição de 01 carro guincho
- Aquisição de 01 carro tumba
- Aquisição de 02 lanchas modelos óbidos
- Aquisição de 01 barco inflável
- Aquisição de 03 motores de popa
- Aquisição de equipamentos náuticos diversos para os veículos fluviais
- Aquisição de 01 laboratório fotográfico
- Aquisição de bebedouros para as delegacias
- Aquisição de armas e munições
- Aquisição de 04 estações transceptoras portáteis
- Aquisição de 06 estações transceptoras fixas
- Aquisição de 06 antenas omnidirecionais
- Aquisição de 19 estações transceptoras móveis.

A SEGURANÇA NO INTERIOR

O município de Envira é um dos mais distantes de Manaus: porém até lá o Governo Gilberto Mestrinho providenciou uma sede para a Delegacia, policiais e equipamentos.

AGRICULTURA SEGURA

Quem aceitou o convite para plantar e produzir alimentos pode trabalhar tranqüilo: ao lado de cada comunidade média há um posto policial e segurança pública. Como no Lago do Limão, por exemplo.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL — SETRABES

RETROSPECTIVA — 83/86

No início de 1983, apesar dos investimentos maciçamente injetados em Manaus e no interior, devido à concentração em maior intensidade dos indivíduos e em razão de estratégia adotada pelo Governo para desenvolvimento da região, a partir do Polo da Zona Franca, as condições de vida do homem amazonense não melhoraram nos graus de expectativas colimadas.

Verificava-se também um elevado número de instituições que atuavam no setor, de âmbito governamental, federal, estadual e municipal, de caráter civil, religioso e filantrópico. Entretanto o paralelismo e a desarticulação tornavam insuficiente e oneroso, pelo desperdício e até ociosidade dos recursos, todo o esforço dispendido para a solução dos problemas sociais.

A SETRABES, consciente dessa realidade e também da fragilidade de sua estrutura e dos recursos disponíveis na comunidade, durante o quadriênio 83/87 procurou alocar, cada vez mais, em seu orçamento, a contribuição financeira do Estado às obras sociais, visando com isso a ampliar e diversificar as suas ações nas comunidades e, consequentemente, reduzir as situações de carência e marginalidade que ainda proliferam.

Através de projetos e programas diversificados conseguiu permear um complexo e abrangente processo de promoção social das populações reconhecidamente pobres, com estratégias de auxílios concretos, obtendo considerável aumento em termos de concessão de benefícios.

Deu continuidade aos programas preventivos de assistência ao menor, através da operacionalização de unidades já implantadas na capital e interior do Estado e ampliou o número de creches, aumentando o modo a assistí-los em suas necessidades básicas, em termos de saúde e nutrição, educação, socialização e recreação, ensejando condições para o satisfatório desenvolvimento bio-psíquico pedagógico e social das crianças beneficiadas.

Promoveu a execução de empreendimentos, amplos e diversificados, na área de Ação Comunitária, permitindo não só o atendimento às necessidades, anseios e expectativas dos diversos segmentos da sociedade, notadamente das parcelas menos favorecidas, mas, sobretudo, possibilitou condições concretas de envolvimento das comunidades, como co-participantes no seu próprio processo de desenvolvimento, adequando-se a utilização dos recursos disponíveis em prol de uma ação conjunta de atuação nos centros sociais e postos da SETRABES.

Ofereceu condições eficazes de escoamento da produção artesanal e assim segurança de trabalho e renda para o artesão, minimizando o êxodo rural e divulgando os valores artístico-culturais do Amazonas.

Os itens a seguir apresentados sintetizam os principais programas e projetos desenvolvidos ao longo dos últimos quatro anos.

- Assistência de forma integral em 1985, de 832 artesões e suas respectivas famílias, engajando-os no processo produtivo do Estado.
- Investimento no artesanato, principalmente no que se refere à ajuda para aquisição de matéria-prima no valor de Cz$ 105.264.115,00, refletindo a confecção de 5.212 peças artesanais.
- Construção, equipamento e implantação dos entrepostos de artesanatos de S. Gabriel da Cachoeira, Itacoatiara e Maués, além da Central.
- Implantação e operacionalização de 30 unidades produtivas, voltadas à produção diversas: vassoura, sabão caseiro, ateliê de corte e costura, chinelos, bonecos e produção caseira de alimentos, beneficiando 4.500 pessoas, com suporte financeiro de Cz$ 121.600.000,00 e produção de 120.000 peças.
- Assistência a 4.708 migrantes, com 17.477 atendimentos, de acordo com suas necessidades mais emergentes.
- Operacionalização do Projeto "Resgate da Cidadania do Hanseniano" beneficiando 5.000 hansenianos.
- Aprovação da Lei de complementação salarial aos mutilados, formulada pelo governo, que em seu bojo beneficia 2.000 portadores de hanseníase, com um beneficiamento indireto na razão de 10.000 pessoas.
- Concretização do natal do hanseniano, atendendo 5.000 pessoas que receberam 5.000 cestas de alimentos, 3.000 brinquedos infantis, além de materiais de natureza diversas, com um custo no valor de Cr$ 500.000.000,00.
- Criação da Comissão Deficiente Físico, com inserção do mesmo na dinâmica de produção, atendendo anualmente cerca de 220 deficientes físicos e suas famílias.

ENCONTRO PARA ORGANIZAR

A promoção das comunidades, como fator de produção, foi uma constante no Governo Gilberto Mestrinho que, além de oferecer recursos para o trabalho, determinou a organização delas para garantir maior rentabilidade.

- Implantação e manutenção de lavandaria comunitária no Bairro União.
- Capacitação de 13.085 menores através das unidades terapêuticas e promocionais do IEBEM, como estratégia para fazer face ao problema da marginalização social do menor.
- Central de Artesanato:
Funcionanco como pólo difusor e comercializador do artesanato amazonense, a Central de Artesanato, sob as diretrizes da CODEART/SETRABES, procurou incentivar, apoiar e reintegrar ao processo produtivo, todas as pessoas que, por criatividade, habilidade ou conhecimentos adquiridos são capazes de transformar a matéria-prima em produtos artesanais acabados, gerando através desse trabalho, renda para sua subsistência.
No decorrer do período 85/86 foram cadastrados no programa, 350 artesãos, sendo 227 na Capital e 123 no interior.
Hoje, nos vinte boxes que constituem a sua estrutura física, abrigam-se 36 artesãos que trabalham diariamente de segunda à sábado, gerando renda média mensal de três salários-mínimos. Neste período foram realizados dezesseis cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, beneficiando 800 pessoas.
A Central incentiva e apoia o artesão, dando-lhe espaço para trabalhar, bem como procurando canais que possibilitem a comercialização da produção, não ficando restrito apenas ao comércio na Central, mas levando a produção para eventos a nível nacional e até internacional, ou seja, a Exposição D'Além Mar realizada em Lisboa/Portugal e Exposição de Artesanato nos Estados Unidos por ocasião da visita do Presidente José Sarney àquele país.

O Artesanato Amazonense participou no ano de 1985 de três eventos a nível nacional.
— II Feira Brasileira do Barro
Vitória/ES
Realização: Empresa Capixaba de Turismo
Total das vendas — Cr$ 650.000
— XXV Feira da Providência
Rio de Janeiro — Rio Centro
Realização: Banco da Providência
Total — Cr$ 9.010.000
— VIII Feira Brasileira de Artesanato
Ibirapuera — São Paulo
Realização: Ministério do Trabalho/PNDA
Total das vendas — Cr$ 25.577.200
No ano de 1986 participou de quatro eventos a nível Nacional e dois a nível Internacional:
— XV Feira Nacional do Artesanato — FEART
Pavilhão da Prefeitura de Gramado/RGS
Realização: Secretaria de Turismo de Gramado
Total das vendas — Cz$ 20.826,00
— XXVI Feira da Providência
Rio Centro — Rio de Janeiro
Realização: Banco da Providência
Total das vendas — Cz$ 16.830,00
— Primeira Amostra de Brindes Artesanais
Hotel Hilton — São Paulo
apenas exposição
Realização: Ministério do Trabalho/PNDA
— IX Feira Brasileira de Artesanato
Pavilhão da Fundação Bienal — São Paulo
Realização: Ministério do Trabalho/PNDA
Total das vendas: Central — Cz$ 36.000,00
Artesão — Cz$ 45.000,00
— Exposição D'Além Mar
Lisboa/Portugal
apenas exposição do Artesanato
— Exposição de Artesanato nos Estados Unidos da América,
por ocasião da visita do Presidente José Sarney àquele país
Total das vendas — Cz$ 8.000,00

A Central de Artesanato é visitada diariamente pelo City tour do Hotel Tropical e regularmente pelas excursões das várias agências de turismo da capital.
No ano de 1985 adquiriu-se 7.988 peças e comercializou 7.073 peças, perfazendo um volume de vendas

REFORMAS NOS CENTROS

Todos os centros sociais, espalhados pela cidade, foram reformados pelo Governo Gilberto Mestrinho, que, em muitos casos chegou a aumentar a área de trabalho, para estabelecer maior participação de todos.

no valor de Cr$ 91.603.000.

No ano de 1986 foram adquiridas 17.315 peças no valor de Cz$ 331.458,99 e comercializadas 10.171 peças, perfazendo um volume de vendas no valor de Cz$ 309.829,50.

A aquisição das peças artesanais para comercialização, foi realizada através de recursos repassados pelo FUNEDE/SEPLAN no valor de Cz$ 150.000,00 e dos resultados das vendas na Central de Artesanato e Feiras a nível Nacional.

Estes recursos foram e são aplicados, na aquisição de produtos artesanais nos Municípios de Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Tefé, Maués, Urucará, Coari, Rio Preto da Eva, Nova Olinda do Norte, Urucurituba, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antonio do Içá.

MAIS CLUBES NOS BAIRROS

Nos bairros e no interior foram criados Clubes de Mães e Centros Comunitários, com a finalidade de promover a reunião dos grupos humanos e criar alternativas de produção.

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO AMAZONAS — IEBEM

RETROSPECTIVA — 83/86

O IEBEM, no período 83/86, considerando as carências detectadas junto ao menor amazonense, oriundo de famílias de baixa renda, conseguiu com apoio de órgãos conveniados ampliar a operacionalização de suas atividades.

Para concretitude da proposta de trabalho do IEBEM, foram enfatizados, como aspectos metodológicos essenciais da programação, o atendimento ao menor em seu meio de origem, (reservando-se o internamento em última instância), a orientação familiar e a participação comunitária.

Assim, no atendimento ao menor, realizaram-se as seguintes atividades: trabalho, escolarização, cultura, lazer, alimentação, atendimento social e médico-odontológico.

Em relação ao trabalho, que juntamente com a alimentação constitui atividades prioritárias do IEBEM; devido a todo um contexto de carência da clientela-alvo, há a considerar as conotações que permeiam a sua execução nas modalidades de Educação para o Trabalho e de Educação pelo Trabalho.

No primeiro caso, a dimensão educativa que se lhe pretende imprimir, ultrapassa a simples formação profissional e o engajamento do menor no mercado formal, preocupando-se o IEBEM, em evitar a exploração da mão-de-obra do menor, acompanhando sua ação no trabalho, na escola e a sua vivência familiar.

Esta atividade foi viabilizada através de convênios com, empresas públicas e privadas e da contratação de menores em regime de CLT.

No processo de Educação pelo Trabalho, efetiva-se uma prática pedagógica estruturada sobre o princípio das três participações do menor: na gestão do trabalho, no conhecimento relativo ao trabalho realizado e no produto do trabalho.

Para sistematização desses processos de trabalho, assim como da escolarização, são extrapolados os recursos institucionais, partindo-se para a utilização dos equipamentos comunitários: Escolas da SEDUC e SEMEC, SENAC, SENAI, F.L.B.A, F. Mobral, EMATER e CEAG-AM dentre outros.

A estrutura operacional em funcionamento espalha-se pela capital e interior do Estado, através de 21 Unidades Operacionais: 15 Núcleos Preventivos, 1 Núcleo Profissionalizante, 4 Unidades Educacionais, a sede do Instituto, além das Frentes de Trabalho formadas pela Escola Cirandinha, Núcleo de Serviço Social da Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor, Creches Domiciliares, Projeto Meninos de Rua, Restaurante do Pequeno Trabalhador, Movimento Patrulheirismo, todos, na área de execução direta e de vinte e cinco entidades sociais particulares, na área de execução indireta, estas compondo os órgãos de retaguarda do IEBEM.

Operacionalmente essas unidades atuam por faixa etária e/ou situações-problemas do menor, com base em projetos específicos, que por sua vez incluem atividades comuns, no que se refere a alimentação, recreação, lazer, atendimento social-médico-odontológico prestados ao menor; a orientação às famílias e o trabalho com a comunidade, e diversificadas, em relação aos demais aspectos da programação.

Resumidamente o desempenho de tais Projetos podem ser assim demonstrados:

Projetos Específicos

AÇÃO DESENVOLVIDA EM NÚCLEOS PREVENTIVOS:

- Atendimento a menores de 3 a 4 anos em sistema de Creche Convencional exclusivamente nos Núcleos Preventivos da Compensa II, Educandos e dos Municípios de Itacoatiara e Parintins;
- Atendimento a menores de 7 a 9 anos tendo como atividades básicas a recreação e a complementação escolar, utilizando o calendário sócio-pedagógico para desenvolver a ação socializadora e de aproximação da criança com sua realidade;
- Atendimento a menores de 10 a 18 anos — sua atividade central é o trabalho, o qual é executado através das atividades geradoras de renda que permitem a satisfação imediata das necessidades do menor e de sua família e através de cursos de iniciação profissional que visam a sua colocação no mercado formal. Constituem-se atividades geradoras de renda nos Núcleos Preventivos:
  — Artesanato em couro, vime, madeira, barro, fibra, juta e tucumã
  — Vassouraria
  — Bordado, crochê, tecelagem, corte e costura
  — Horticultura

— Curso de chineleiro e pirografia (ministrados pela FLBA e F. MOBRAL).

AÇÃO VOLTADA PARA O MENOR CARENTE:

- Atendimento a menores de 2 a 6 anos em Creche Convencional-prestada pela Unidade Moacyr Alves e entidades sociais particulares: Abrigo Redentor, Jardim da Infância Santos Anjos da Guarda, Obras Sociais da Paróquia de São José Operário-Aleixo, Obras Sociais da Paróquia do Divino Espírito Santo;
- Atendimento a menores de 3 a 6 anos em atividades de pré-escola realizada por todas as entidades sociais particulares que fazem parte do Projeto;
- Atendimento a menores de 7 a 18 anos, em atividades de escolarização, educação para e pelo trabalho, que fazem parte das ações da Unidade Irmã Maria do Carmo Cabral e de todas as entidades sociais particulares integrantes do Projeto.

  Em se tratando do trabalho/geração de renda, foram realizadas as seguintes atividades:
  — vassouraria
  — artesanato em barro
  — artesanato indígena com plumas e vime
  — horticultura
  — cooperativa de picolé, doces caseiros, sabão.

  O engajamento de menores dos Núcleos Preventivos no mercado formal deu-se mais expressivamente, através de Convênio com as Casas do Óleo.
- Atendimento a menores de 6 a 18 anos através do Projeto Atendimento a Meninos de Rua, que tem como sede o Restaurante do Pequeno Trabalhador, embora a ação mais dinâmica desse Projeto seja executada na rua onde vivem os menores.

  Ressalte-se que esse trabalho ainda não foi totalmente assumido pelo IEBEM, (devido à falta de recursos), estando ainda sendo operacionalizado segundo as diretrizes da UNICEF).

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:

- Atendimento a menores de 12 a 18 anos, de ambos os sexos.

Neste Projeto mereceu destaque o Movimento Patrulheirismo, através do qual foi registrado maior número de menores engajados na força de trabalho, chegando ao total de 328 menores, sendo 250 empregados através de convênios e 78 Contratos com base na CLT.

Neste número inclui-se a clientela do XII Curso de Formação de Patrulheiros, concluído em 26.05.85, com 50 menores dos quais 32 já estão empregados.

Também neste Projeto foram executadas atividades geradoras de renda, através das Unidades Integrantes do Projeto, que são em linhas gerais as seguintes: artesanato em vime, cerâmica, emplumagem, bordado, crochê, corte e costura, tapeçaria, carpintaria, marcenaria, solda elétrica, serralheria, lanternagem e pintura, horticultura, curso de agrozootecnia, etc..

ATENDIMENTO A MENORES AUTORES DE INFRAÇÃO PENAL:

- Atendimento a menores de 12 a 18 anos, do sexo masculino, autores de infração penal, em regime de internato, pela Unidade Desembargador André Araújo, onde são desenvolvidas atividades de Escolarização/Ensino de Alfabetização e de 1°. grau até a 3ª. série; Educação Física; Iniciação ao Trabalho/Geração de Renda: artesanato em vime, marcenaria, horticultura, avicultura.
- Atendimento a menores carentes de 7 a 12 anos, em regime de semi-internato e atendimento a menores autores de infração penal de 12 a 18 anos, ambos os sexos feminino, pela Unidade Assistente Social Dagmar Feitoza, onde são desenvolvidas atividades comuns às duas clientelas constantes de:
  — Escolarização: Ensino de Alfabetização e de 1° Grau até 3ª. série;
  — Educação Física;
  — Iniciação ao Trabalho/Geração de Renda: corte e costura, pintura em tecido, bordado, crochê, mini-indústria de alimentos caseiros, horticultura;
  — Atendimento a menores de 6 a 18 anos, de ambos os sexos através do Núcleo de Serviço Social da Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor.

  Ainda relacionados a menores autores de infração

O ACERTO DO TRABALHO

Reuniões simples, nos bairros, nos pequenos clubes foram comuns com Gilberto Mestrinho: antes de decidir ele sempre quis ouvir as famílias e até as crianças que ele confessa, tem muita sabedoria.

penal tem sido feito atendimentos emergenciais a menores usuários de drogas, estando o IEBEM no aguardo da aprovação do Projeto apresentado à SUFRAMA/FUNCOMIZ, para sistematizar esse trabalho.

APOIO À FAMÍLIA:

- Este Projeto é de responsabilidade da Vara Especializada de Menores e tem sua execução abrangendo a orientação e a prestação de auxílio financeiro às famílias carentes que procuram o Juizado de Menores

ATENDIMENTO A MENORES AUTORES DE INFRAÇÃO PENAL/LIBERDADE ASSISTIDA:

- Projeto executado pela Vara Especializada de Menores visando a evitar a internação de menores e promover a sua integração familiar e comunitária.

CRECHES COMUNITÁRIAS:

- Este Projeto foi implantado, visando a atender menores carentes cujas mães necessitam trabalhar fora do lar durante todo o dia.
- Referido Projeto prevê o atendimento de 250 crianças, através de Creches a serem instaladas nos bairros de Redenção, São Lázaro, Compensa I, Compensa II e Japiinlândia, instaladas as Creches dos bairros da Compensa I e Redenção com atendimento de 60 crianças.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Treinamento sobre o método da Alfabetização da Fundação Mobral para Instrutores de Ensino e Monitores de Atividades.
  — Período: 11 a 15.02.85
  — Local: Sede da Fundação MOBRAL
  — Órgão Executor: Fundação MOBRAL
- Treinamento para Pessoal de Serviços Gerais — Curso de Merendeiras:
  — Período: 18 a 22.03.85
  — Local: Unidade Assistente Social Dagmar Feitoza
  — Órgão Executor: Fundação MOBRAL.
- Estágio sobre o Projeto Alternativa de Atendimento a Meninos de Rua, realizado no Centro de Treinamento Rural da EMATER congregando participantes da Região Norte e Nordeste. Promoção da UNICEF — 11 a 15.03.85.
- Encontro Regional sobre Liberdade Assistida
  — Promoção: FUNABEM — realização em Belém do Pará — março/85
- Treinamento para Monitores de Atividades sobre o método das Unidades de Trabalho/Complementação Escolar;
- Reciclagem para Monitores de Atividades, Instrutores de Ensino através de sessões mensais de estudo em grupo;
- Encontro dos Chefes de Núcleos do Interior;
- Treinamento para o pessoal responsável pelo trabalho de Creches Domiciliares;
- Sessão semanal de estudo e reflexão sobre a dinâmica de trabalho ora desenvolvido pelo IEBEM.
- Estágio de observação do trabalho da FBESP — 24 a 29.06.85.

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR DO AMAZONAS
ATENDIMENTO A MENORES/UNIDADES ENVOLVIDAS

ANO	ATENDIMENTO À MENORES (QUANTIDADE)		
	INFRATORES	CARENTES	TOTAL
1983	166	11.581	11.747
1984	243	12.218	12.461
1985	257	12.570	12.827
1986	180	12.780	12.960

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS — SETRAN

RETROSPECTIVA — 83/86

No âmbito do Governo Estadual, a política desenvolvida pela SETRAN, durante o quadriênio 83/87, buscou a integração do sistema viário, através da ampliação e melhoramento da infra-estrutura rodoviária; a recuperação e ampliação da infra-estrutura aeroportuária e hidroviária e a execução de projetos de construção, ampliação e recuperação de prédios públicos, tanto na capital como no interior do Estado.

Quanto à melhoria da infra-estrutura rodoviária, foram restaurados 199.600 km de rodovias em diversos Municípios, dentre eles Parintins, Benjamin Constant, Maués e Manaus. Executados 381,40 km de picadas e abertós 52 km de estradas vicinais.

Em decorrência, observou-se um crescimento no setor, através da abertura de novas estradas, pavimentação de rodovias com fluxo de tráfego intenso e conservação de rodovias deterioradas pelas intempéries, melhorando-se a infra-estrutura rodoviária, tendo-se, como resultado, a interligação intra-regional e o fortalecimento da economia interna através da ampliação das fronteiras de produção e escoamento.

Com relação ao Programa de Transportes Aeroportuário a SETRAN deu enfase ao melhoramento e ampliação da infra-estrutura existente no Estado, através da recuperação das unidades implantadas e a implantação de unidades nos municípios desprovidos. Entre aeroportos construídos e recuperados podemos citar 07, em São Paulo de Olivença, Maués, Japurá, Canutama, Ipixuna, Nova Olinda do Norte e Manicoré.

A melhoria foi considerável neste setor, uma vez que no início do quadriênio o interior do Estado se ressentia de ações que viessem romper o isolamento em que se encontravam algumas localidades, devido as dificuldades de transportes e acesso aos centros mais desenvolvidos.

No tocante ao Programa Hidroviário foram construídos 05 terminais fluviais nos Municípios de Barreirinha, Barcelos, Lábrea, Benjamin Constant e Novo Aripuanã e 25 ancoradouros em Manacapuru, Parintins, Urucará, Barreirinha, Manaquiri, Jutaí, Boa Vista do Ramos e Envira.

A execução do Programa de Obras Públicas deu-se através da construção, recuperação e/ou melhoramento dos prédios públicos, na capital do Estado e Municípios do interior, destacando-se:

- Reforma do Instituto de Educação do Amazonas
- Reforma parcial do prédio do Palácio Rodoviário
- Recuperação parcial do Palácio Rio Branco
- Construção do Teatro dos Artistas e dos Estudantes
- Reforma do Hospital Chapot Prevost, em Manaus
- Construção do Posto de Saúde da Colônia Antônio Aleixo, em Manaus
- Recuperação do telhado e do Pavilhão do Pronto Atendimento do Hospital Eduardo Ribeiro e Restauração da Galeria Central do Hospital
- Reforma geral da Colônia Antonio Aleixo, em Manaus
- Reforma parcial do Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN
- Construção do Centro de Atenção Materno Infantil Balbina Mestrinho
- Construção do sistema de incineração do lixo hospitalar da Maternidade Ana Nery e Centro Materno Infantil Balbina Mestrinho
- Construção do prédio destinado ao Forum de Manaus Desembargador João Rebelo
- Construção do Centro de Radiodiagnóstico do CECON — no Bairro do Alvorada I
- Recuperação da Escola Barão do Rio Branco
- Reforma do Prédio da Biblioteca Pública
- Reforma do Colégio D. Pedro II
- Recuperação do Palácio da Justiça e seu anexo
- Construção do Hospital Geral do Município de Codajás
- Construção do Hospital Geral do Município de Humaitá
- Construção do Hospital Geral do Município de Envira
- Construção do Poço Semi-Artesiano no Hospital Geral de Humaitá
- Construção do Distrito Agro-Industrial de Parintins
- Construção de um poço semi-artesiano na sede do Município de Envira
- Construção de um poço semi-artesiano na sede do Município de Codajás
- Manutenção das Unidades Hospitalares dos Municípios de Codajás e Humaitá.

Tratando-se do Programa de Transporte Urbano, a SETRAN desenvolveu sua execução utilizando equipamentos e materiais próprios com vistas a melhorar as condições sociais da capital e dos Municípios atendidos. Dentre as realizações, destacamos:

- Melhoramento do Sistema Viário Urbano dos Municípios de Japurá, Tefé, São Sebastião do Uatumã, Silves, Boca do Acre, Manaquiri, Humaitá, Alvarães, Novo Aripuanã, Urucará, Juruá, Carauari, Itamaratí, Nhamundá, Anori, Fonte Boa, Parintins, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Tefé, Manacapuru, Iranduba, Vila do Cacau Pirêra e Urucurituba.
- Construção da ponte em estrutura metálica sobre o Igarapé do Espírito Santo, em Coari.
- Construção de uma escadaria ligando a rua Álvaro Maia, em Silves.
- Estrada de acesso ao aeroporto de Silves.
- Conclusão da ponte da estrada de acesso ao aeroporto de Itacoatiara.
- Construção da ponte de madeira e muro de alvenaria no local Passagem Regina, em Manaus.
- Urbanização da área da nova sede da SESAU.
- Regularização da plataforma e recuperação da ponte no ramal do Km 08 da AM-070 São José, em Manacapuru.

A ampliação de prédios, recuperação e conservação de escolas, delegacias de polícia, centros médicos, maternidades e hospitais, comprovam assim a mudança substancial do contexto da cidade de Manaus, repetindo-se o mesmo quadro no interior, com obras que incentivaram a atividade econômica e proporcionaram o bem estar das comunidades interioranas, fato que contribui para o desenvolvimento da Região.

Ademais, surge como projeto de integração intra-regional a Rodovia da Várzea — AM-363, que beneficiará, quando de sua conclusão, os Municípios de Itacoatiara, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará e Nhamundá. A rodovia encontra-se em fase de execução estando concluída a locação e o nivelamento topográfico de 357 Km da extensão sendo, que 200 Km de picada já se encontram implantados.

Na execução dos serviços de escavação, o movimento de terra apresentou um volume de 260.840 m^3 de carga e transporte de material e 86.160 m^3 de limpeza de jazida.

Foi executada a terraplenagem e o revestimento primário de 32 Km no trecho AM/010/Anebá, e 13 Km no trecho Itapiranga/Itabani.

O trecho compreendido entre Anebá/Sanabani se encontra com 16 km de terraplenagem concluídas, juntamente com o ramal de Silves que apresenta 12 km também executados.

Até dezembro de 86, foram demonstrados 128 Km.

A equipe de terraplenagem, conta com 2 tratores D8, 2 tratores D6, 2 motoniveladoras, 2 rolos CA-25 PD e 6 Motos scrapers.

A estimativa de produção é de 5.000 m^3/dia, com 12 dias/mês de trabalho, ocasionando uma produção mensal de 60.000 m^3, com o dia de 10 horas.

Durante o inverno, será mantida uma equipe de plantão permanente, para possíveis reparos nos trechos já revestidos.

Em futuro próximo a economia regional ganhará opção de transporte que facilitará sobremaneira e escoamento da produção do Estado viabilizando todos os projetos de assentamento que se realizarão ao longo da rodovia.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS — SETRAN
AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA
PERÍODO: 1983/1986

QUADRO I

SERVIÇOS	MUNICÍPIOS	UNID.	1983 QUANT.	1984 QUANT.	1985 QUANT.	1986 QUANT.	TOTAL
• PICADAS EXECUTADAS	URUCARÁ	km	22,0	—	26,5	17,6	66,10
	CAREIRO	km	10,0	—	27,6	4,5	42,10
	MANACAPURU	km	—	12,0	29,5	36,0	77,50
	BARREIRINHA	km	20,0	—	6,0	50,1	76,10
	PARINTINS	km	—	17,0	21,2	16,5	54,70
	MANAQUIRI	km	16,0	17,9	—	—	33,90
	AUTAZES	km	—	11,0	—	—	11,00
	NOVO ARIPUANÃ	km	—	20,0	—	—	20,00
• RODOVIAS RESTAURADAS	URUCARÁ	km	10,0	23.6	15,0	7,0	48,60
	IPIXUNA	km	14,0	12,0	—	28,0	26,00
	MANAUS	km	9,0	—	—	—	9,00
	IRANDUBA	km	23,0	—	—	—	23,00
	MAUÉS	km	5,0	—	—	—	5,00
	MANAQUIRI	lm	—	11,0	—	—	11,00
	PARINTINS	km	—	27,0	—	—	27,00
	CAREIRO	km	—	—	—	5,00	5,00
	BOCA DO ACRE	km	—	—	—	15,0	15,00
	BENJAMIN CONSTANT	km	—	—	—	30,0	30,00
• ESTRADAS VICINAIS	ITACOATIARA	km	38,0	—	—	—	38,00
	CAREIRO	km	—	—	—	10,0	10,00
	TEFÉ	km	—	—	—	4,0	4,00

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS — SETRAN
AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
PERÍODO: 1983/1986

QUADRO II

SERVIÇOS	MUNICÍPIO	UND.	1983 QUANT	1984 QUANT	1985 QUANT	1986 QUANT	TOTAL
• AEROPORTOS	S. P. DE OLIVENÇA		—	1	—	—	1
	MAUÉS		—	—	—	1	1
	TAPAUÁ		—	—	—	1	1
	CANUTAMA		—	—	—	1	1
	IPIXUNA		—	—	—	1	1
	N. O. DO NORTE		—	—	—	1	1
	MANICORÉ		—	—	—	1	1

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS — SETRAN
AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA
PERÍODO: 1983/1986

QUADRO III

SERVIÇOS	MUNICÍPIO	UNID	1983 QUANT	1984 QUANT	1985 QUANT	1986 QUANT	TOTAL
• TERMINAIS FLUVIAIS	BARREIRINHA		1	—	—	—	1
	BARCELOS		—	1	—	—	1
	LÁBREA		—	1	—	—	1
	BENJAMIN CONSTANT		—	—	1	—	1
	NOVO ARIPUANÃ		—	—	—	1	—
• ANCORADOUROS	MANACAPURU		1	3	—	—	4
	PARINTINS		2	2	—	—	4
	URUCARÁ		3	2	—	—	5
	BARREIRINHA		3	2	—	—	5
	MANAQUIRI		2	2	—	—	4
	JUTAÍ		—	—	—	1	1
	B. V. DO RAMOS		—	—	—	1	1
	ENVIRA		—	—	—	1	1

SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E PROJETOS ESPECIAIS

SEAF

RETROSPECTIVA — 83/86

A Secretaria para Assuntos Fundiários e Projetos Especiais, órgão responsável em promover a regularização fundiária do Estado, formulou política fundiária específica para a região amazônica voltada para suas peculiaridades estruturais, levando em conta a necessidade premente de incremento na produção de alimentos para a melhoria das condições de vida e do homem da região.

A execução dessa política deu-se através do Instituto de Terras e Colonização do Amazonas, autarquia diretamente ligada a esta Secretaria que, durante este período, promoveu a colonização nas terras do patrimônio fundiário, coordenou, controlou e fiscalizou os Projetos Especiais dos setores agropecuários e agroindustriais na sua área de competência.

Dentro desse aspecto, entre os trabalhos desenvolvidos no período 83/86, destacam-se:

- Projeto Esperança, em Novo Aripuanã;
- Desenvolvimento de 22.000 ha do Setor Produtivo Rural, dos quais:
- 3.000 ha de cana-de-açúcar;
- 48.000 ha de culturas perenes (guaraná, cacau, seringa etc...);
- 160.000 ha de atividade extrativistas;
- 9.000 ha de culturas de subsistência;
- Aproveitamento de 5 ha no cultivo de lavouras de arroz; feijão, milho, mandioca e banana, alcançando os seguintes resultados:

• Arroz	555 ha
• Milho	156 ha
• Mandioca	162 ha
• Banana	84 ha
• Feijão	119 ha

• Atendimento a 257 alunos em 06 escolas rurais com 06 professores, assim distribuídos:

• 1ª série	191
• 2ª série	38
• 3ª série	19
• 4ª série	09

• O apoio ao programa de saúde foi executado com a colaboração do hospital da Secretaria de Saúde de Novo Aripuanã, com 03 médicos, 04 enfermeiras e 01 dentista, com o seguinte atendimento:

• Consultas	1.032
• Extração Dentária	156
• Pequenas Cirurgias	34
• Internamento (Manaus)	28

• Orientação a 05 comunidades que já se estruturaram em Associação de Ação Comunitária para ajudarem a ação do Governo nas áreas de educação, saúde, bem como na aquisição de gêneros de primeira necessidade.

• Foi concedido crédito rural a 286 famílias na fase inicial de assentamento, destinado ao custeio da lavoura, no total de Cz$ 572.000.000,00, com complemento do FUNEDE no valor de Cz$ 171.536.000,00, para custeio de produção, beneficiando assim mais 237 famílias do projeto.

• A comercialização do excedente de produção, em sua maioria, foi feito pelo próprio produtor nos mercados de Novo Aripuanã, Borba e adjascências.

• Implantação de viveiros de guaraná, café, cacau e seringa, no total de 1.078 ha

• Medição e demarcação de 200 parcelas rurais, com área individual de 100 ha e área total de 20.000 ha

• Construção de 11 Centros Integrados — Escola/Posto de Saúde, como apoio ao desenvolvimento do ensino.

• Implantação de jardim clonal para seringueira em área de 2 ha, que produzirá 20.000 mudas.

• Implantação de viveiro de guaraná em área equivalente a 9 ha, objetivando a plantação de 520.000 mudas.

• Projeto Postos de Fronteira, compreendendo Cucui, Vila Bittencourt, Ipiranga e Palmeiras.

• Assentamento de 30 famílias em lotes de 100 ha, nos Municípios de Cucuí e Vila Bittencourt.

Projeto Fundiário Estadual:

• Através de Comissões Especiais constituídas por técnicos do Projeto foram deflagradas descriminatórias administrativas nas glebas Professor Manoel Correa, Alegrete, Vicente Pizon e

AMAZONENSES POR ADOÇÃO

Encontrando terra para trabalhar, apoio para produzir, e garantia de comercialização os agricultores sem terra do Sul adotaram o Amazonas.

A RESPOSTA PELO TRABALHO

O aumento da produção, sentido em todas as dimensões no Estado do Amazonas é a resposta ao incentivo que o Governo deu com a regularização de terras.

Francisco Orelana, localizadas no Vale do Rio Juruá, abrangendo os Municípios de Eirunepé, Carauari e Itamarati. Área discriminada — 4.018.958 ha.

• O Instituto de Arrecadação Sumária, introduzido na legislação agrária, possibilitou os Projetos, neste período, arrecadaram e matricularam em nome do Estado uma enorme massa de terras devolutas, na ordem de 7.152.649 ha.

• Com relação a documentos de terras foram expedidas 92 autorizações de ocupação na área do Projeto Esperança no Município de Novo Aripuanã.

• Foram expedidas 1.058 licenças de ocupações em Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Borba, Coari, Eirunepé, Itacoatiara, Maués, Maraã, Manicoré, Codajás, Nhamundá, Novo Aripuanã, Parintins, Rio Preto da Eva, Silves, Tefé, Urucará e Urucurituba.

• Foram expedidos 895 títulos definitivos em Barreirinha, Manaus, Parintins, Urucará e Urucurituba.

• Foram deflagradas ações discriminatórias administrativas nas glebas Camaçari e Terra Preta, localizadas nos Municípios de Silves e Fonte Boa, resultando a formalização de 480 processos de pedidos de regularização fundiária, apuração e arrecadação para matrícula em nome do Estado de aproximadamente 1.198.998 ha.

• Quanto ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado nos Municípios de Parintins, Barreirinha, Urucará, Careiro e Manacapuru.

• Planejamento físico espacial de todos os municípios inseridos no Projeto.

• Expedição de 194 licenças de ocupação nos municípios previstos.

• Expedição de 964 documentos para propriedade familiar individual nos municípios previstos.

• Expedição de 16 documentos para propriedade agrupada.

• Ampliação e adaptação dos flutuantes de Parintins e Urucará.

• Demarcação topográfica de 650 Km dos municípios.

• A título de ilustração e como dado para avaliação das atividades desenvolvidas pelo ITERAM, pode-se apontar a expedição e entrega de documentos de Terra. Nesse particular observa-se a seguinte evolução:

De 1979 a março de 1983 — 3.418 documentos entregues.

De abril/83 a dez/86 — 6.934 documentos entregues.

Assim, no período de 1979 a março/83, foram entregues 3.418 títulos, correspondente a 67 documentos/mês (média), enquanto a partir de abril/83 até dezembro de 86 a média mensal atingiu a 154 documentos/mês, correspondendo em termos percentuais a um acréscimo de 155%.

A FESTA DO CARINHO

Os agricultores que tiveram suas situações regularizadas agradecem ao Governador Gilberto Mestrinho que chega ao interior para a entrega de novos documentos.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — SECOM

RETROSPECTIVA — 83/86

O apoio da Secretaria de Estado de Comunicação Social ao Governo do Estado, no período de 83/86, justifica-se, pela necessidade de divulgar junto à comunidade informações precisas e acima de tudo realistas das atividades governamentais nos vários campos de atividade, com atuação também junto aos grandes jornais e redes de televisão do país.

Para que o trabalho da SECOM pudesse surtir o efeito desejado, dentro da ótica de uma comunicação social voltada para a comunidade, foi criada na sede do Governo, no Palácio Rio Negro, a Sala de Imprensa, com o objetivo de realizar a cobertura diária do Gabinete do Governador, além de cobrir setores onde não existem assessorias de comunicação social. O trabalho da Sala de Imprensa na divulgação dos atos do Governo produziu resultados satisfatórios, pois tornou possível suprir os órgãos locais com farto e variado material jornalístico, o que representa o apoio amplo que os jornais, rádios e televisões deram ao Governo nesses quatro anos.

No quadriênio 83/87 a SECOM realizou várias promoções tais como: a Semana da Pátria, Dia da Criança e Natal da Criança, além de participar ativamente da programação e divulgação do carnaval amazonense, oferecendo sugestões para o desenvolvimento desse evento. No Natal realizou ainda a Semana da Pastorinha, com a participação de grupos das escolas públicas, na Praça São Sebastião. Foi editado um livro com uma síntese dos pronunciamentos do Governador do Estado, intitulado "Povo no Poder".

A Coordenadoria de Imprensa não se limitou à redação de textos sobre as atividades do Governo, como também apoiou as Secretarias e entidades da administração indireta. Foi realizado cobertura completa de todos os acontecimentos importantes e o envio diário desses materiais para as redações dos jornais, rádios e televisões, tanto nesta capital como em caso de interesse nacional, para veículos de comunicação em todo o País.

SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO — SEPDE
RETROSPECTIVA — 83/86

A Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico foi criada pela Lei nº 1.591, de 10 de maio de 1983, com a finalidade precípua de identificar investimentos para fortalecer o desenvolvimento industrial e comercial do Estado do Amazonas.

A atuação desta Secretaria abrangeu, de modo genérico, três setores principais, a saber:

- Setor Empresarial
- Setor Social
- Setor Administrativo

SETOR INDUSTRIAL

No tocante ao setor industrial procurou atuar de forma bastante ágil, estabelecendo estreito contato com instituições empresariais, bancos, empresas, imprensa e organizações diplomáticas, no sentido de divulgar as oportunidades de investimentos em Manaus.

- Instituições Empresariais:
  Tendo em vista a grande importância dessas instituições, pelo fato de congregarem executivos de potencial perceptível, distribuídos nas mais importantes empresas, procurou-se desenvolver um relacionamento, propiciando assim a divulgação da possibilidade de investimentos em Manaus, bem como a captação de informações relevantes para o desenvolvimento das atividades da SEPDE. Dentre as instituições contactadas, destacam-se:
- FIESP — Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo
- Federação do Comércio do Estado de São Paulo
- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- JETRO — Japan External Trade Organization
- China External Trade Center
- Câmara China de Comércio e Indústria de Cingapura
- Câmara de Comércio Brasil — Canadá
- US Trade Center
- Trading Corema
- CONESP — Companhia de Construções Escolares de S. Paulo
- PMM e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
- ACM — Associação Cristão de Moços de Minas Gerais
- Taiwan Trade Center
- ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABINEE — Associação Brasileira de Indústria Eletro-Eletrônica.

BANCOS:

- Desenvolveu-se um bom nível de relacionamento com bancos nacionais e estrangeiros, procurando alternativas de linhas de créditos para financiamento de empreendimentos em Manaus. Nesse sentido, contactou-se com instituições financeiras como:
- FEBRABRAN — Federação Brasileira dos Bancos
- Pitsuburg National Bank — Sr. Eduardo Amaral
- Grupo Ansald
- Deustche Bank
- Morgan Garanty Trust Bank — Sra. Judith Barany
- National Central Bank of New York — Sr. Jerone Cortelezi
- Banco Popular Espanhol — Sr. Jorge Steker
- Banco de Crédito Comercial da França
- Credit Bank
- European Brazilian Bank Ltda
- The Saitama Bank Ltd

EMPRESAS:

Manteve-se contato com numerosas empresas brasileiras, e do exterior, procurando interessá-las a investir em Manaus. Procurou-se também promover a aproximação entre empresas brasileiras e do exterior, visando a aumentar intercâmbio de tecnologia, destacando-se:

- CESP — Companhia Energética de São Paulo
- Sisco Sistema e Computadoras
- Nec do Brasil S/A
- Canon do Brasil Indústria e Comércio Ltda
- Price Waterhouse Auditores Independentes

A DIVERSIDADE DE PRODUÇÃO

Dos sofisticados aparelhos eletrônicos, ao mais simples artigo esportivo, a Zona Franca ampliou o Parque Industrial. Esta a preocupação constante do Governo do Estado.

- Telefunken Rádio e Televisão Ltda
- General Eletric do Brasil
- Ollivetti (Itália)
- Compagnie Française Telma — (Paris)
- Tan Juan Ming Systems
- Westinghouse
- SNA — Aparelhos Científicos Ltda
- ICM — Brasil S/A — Divisão Melinex
- Eletromac SRL Ltda
- Usina Colombiana S/A

IMPRENSA:

Estabeleceram-se contatos com diversos órgãos da imprensa paulista, procurando abrir um canal de comunicação que permitisse fácil acesso às autoridades do Governo do Amazonas para que pudesse expor seus planos e ponto de vista.

- TV Bandeirantes — atualmente em vias de se implantar em Manaus
- Programa Ferreira Neto
- Revista Exame
- Gazeta Mercantil
- O Estado de São Paulo

ORGANIZAÇÕES DIPLOMÁTICAS:

Dos muitos trabalhos realizados, destacam-se a seguir as organizações que contribuíram com o Estado do Amazonas:

- Madrid — Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil — Sr. Carlos Pares
- Paris — Adido Comercial da Embaixada no Brasil
- Paris — Ministro da Energia da França
- Embaixada da Argentina no Brasil
- Consulado da Venezuela
- Consulado da França
- Consulado do Japão
- Consulado de Israel
- Consulado dos Estados Unidos
- Consulado do Canadá
- Chefia Comercial da URSS
- Divisão de Informação Comercial — Ministério das Relações Exteriores do Brasil

SE OR SOCIAL:

Embora a assistência social não faça parte explicitamente dos objetivos da Secretaria Especial de Promoção e Desenvolvimento Econômico, contribuiu-se para o bem-estar de inúmeras pessoas com problemas de saúde, que deixam Manaus e vão a São Paulo buscando melhor assistência. Para o cumprimento desta tarefa, desenvolveu-se excelente nível de relacionamento com os principais Hospitais, Centros Médicos e demais instituições sociais de São Paulo.

Durante esse período atendeu-se, diariamente, de dois a três amazonenses com problemas de saúde, encaminhando-os cuidadosamente à Assistência Médica do Estado de São Paulo.

SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS — SHAM

RETROSPECTIVA — 83/86

Visando à redução do deficit habitacional do Estado, através da intensificação da construção de unidades habitacionais, para atender o segmento da população de baixa renda que vive em aglomerados de precária infra-estrutura, a SHAM procurou, neste quadriênio, fortalecer seu sistema organizacional para atender a crescente procura de moradias.

Desenvolveram-se ações no sentido de dar continuidade a projetos de construção de novos conjuntos habitacionais na Cidade Nova, bairro do Coroado, da Compensa, realizando-se nesses bairros serviços completos de urbanização.

Destacam-se a seguir os diversos projetos empreendidos pela SHAM em 1986, discriminando-os em executados, em execução, aprovados não executados, em aprovação e em elaboração.

PROJETOS CONCLUÍDOS:

Cidade Nova — 2.ª etapa

Número de unidades: 3.839:

- 1.839 unidades tipo 0/20, com 20,00 m², contendo sala, cozinha e banheiro
  800 unidades tipo 1/31, com 31,00 m², contendo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro.
  1.200 unidades tipo 2/40, com 40,00 m², contendo 2 quartos, sala, cozinha e banheiro.
- Área trabalhada: 2.974.163,43 m²
- População beneficiada: 19.195 habitantes
- Infra-estrutura: Sistema público de esgoto sanitário, rede de abastecimento d'água e rede de energia elétrica.
- Data da entrega: dez/83

• Cidade Nova 3ª. etapa

Número de unidades: 750

- 375 unidades tipo 1/31, com 31,00 m², contendo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro
  375 unidades tipo 2/40, com 40,00 m², contendo 2 quartos, sala cozinha e banheiro.
- Área construída: 26.625,00 m²
- População beneficiada: 3.750 habitantes
- Infra-estrutura: Sistema público de esgoto sanitário, Rede de energia elétrica, rede de abastecimento d'água e equipamento comunitário, com duas escolas de 1°. e 2°. Graus.
- Data da entrega: 01.08.86

PROJETO PROMORAR COROADO

- Obras de complementação e/ou recuperação dos equipamentos (Pavimentação, Drenagem, Esgoto Sanitário, Água, Luz, etc), conforme abaixo:
  Restauração, geral ou parcial, da pavimentação das vias de circulação.
  Complementação e/ou recuperação de meio-fios e sarjetas.
  Alinhamento, sempre que possível, das testadas dos lotes e/ou das casas em relação às vias de circulação.
  Aterros sanitários em áreas alagadas e insalubres.
  Construções de escadas e calçadões nas vias de circulação onde seja impraticável a utilização de equipamentos para pavimentação mecanizada.
  Complementação e/ou retificação das redes de distribuição de água potável, elétrica e iluminação pública.
  Loteamento das áreas beneficiadas.
  Limpeza, recuperação e construção de caixas coletoras.
  Desobstrução e/ou construção de linhas de drenagem
  Construção de filtro anaeróbio e elevatório da rede de esgoto sanitário bem como desobstrução e complementação da rede.
  Construção de unidades sanitárias
  Limpeza e recuperação do guarda-corpo do canal
  Data da entrega: 17.02.85

PROJETO COMPENSA — 1ª. FASE

- Obras de infra-estrutura compreendendo:
  Terraplenagem, drenagem, pavimentação, água potável, esgoto sanitário, energia elétrica e iluminação pública.
  Retificação do Igarapé do Franco, compreendendo retificação do leito e do curso do igarapé, duplicação da Avenida Brasil, cadastramento e remoção de uni-

GILBERTO CUMPRIU

O que o Governador Gilberto Mestrinho prometeu na campanha eleitoral, cumpriu no seu Governo: hoje existem mais de oito mil casas construídas na Cidade Nova. E centenas de outras em construção.

dades residenciais, para a área de expansão, terraplenagem e pavimentação da avenida mencionada.
Construção de 53 casas de madeira, com 37,20 m² cada, totalizando 1.971,60m² área construída, equipadas com unidades sanitárias.
Construção de 1 Posto Médico
Construção de 1 Posto Policial
Contrução de 2 Grupos Escolares
Construção de 1 Feira Coberta

- Data da entrega: 10.04.86
- População beneficiada: 2.500 habitantes

PROJETO COMPENSA — 2ª. FASE

- Pagamento de despesas de indenização, aquisição e legalização do terreno com garantias hipotecárias, referentes ao assentamento
  Obras complementares de infra-estrutura, para beneficiamento do Conjunto Compensa.
  Data da entrega: dez/86
  População beneficiada: 1.500 habitantes

PROJETO FICAM I

- Foram construídas 400 unidades habitacionais, em madeira, no interior do Estado, conforme discriminação abaixo:

• Boca do Acre	50 unidades
• Borba	50 unidades
• Careiro	50 unidades
• Coari	50 unidades
• Humaitá	60 unidades
• Lábrea	20 unidades
• Manacapuru	50 unidades
• Manicoré	50 unidades
• Nhamundá	20 unidades

PROJETO PONTA NEGRA — NÚCLEO I

- Obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem, pavimentação, drenagem, água e energia elétrica.
  Número de lotes: 132
  Em comercialização

PARQUE AYAPUÁ

- A SHAM atuou como Agente Financeiro, na construção do Conjunto Residencial Parque Ayapuá, onde foram construídos 600 apartamentos.

PROJETO LÍRIO DO VALE I e II

- Obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem e drenagem do loteamento Lírio do Vale I
- Obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem e drenagem do loteamento do Lírio do Vale II — 2ª. Etapa.
- Obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem e drenagem do loteamento Lírio do Vale II — 3ª. Etapa.
- Lotes comercializados: 3.041

PROJETOS EM EXECUÇÃO

- CIDADE NOVA — 4ª. ETAPA — NÚCLEO 16

- Número de unidades: 1.215 sendo
  719 unidades tipo 1/31, com 31,00m², contendo 1 quarto, sala, cozinha e banheiro
  496 unidades tipo 2/40, com 40,00 m², contendo 2 quartos, sala, cozinha e banheiro.
- Área construída: 42.129,00 m²
- População a ser beneficiada: 6.075 habitantes
- Infra-estrutura: Sistema público de esgoto sanitário, energia elétrica, rede de abastecimento d'água, equipamento comunitário: 1 Grupo Escolar

LÍRIO DO VALE

- Obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem, rede elétrica e iluminação pública.
- População beneficiada: 1.350 habitantes

CONJUNTO HABITACIONAL RENATO SOUZA PINTO

- 500 unidades habitacionais tipo 2/40, com 40,00 m² de área construída, num total de 20.000,00 m²
- População a ser beneficiada: 2.500 habitantes
- Infra-estrutura: abastecimento d'água, esgoto, energia e equipamento comunitário: 1 Escola de 1º. Grau.

GRANDES E PEQUENAS

Casas de três quartos para atender a rendas familiares maiores e casas de apenas um quarto para que todos tivessem acesso à moradia. No Governo Gilberto Mestrinho todos tiveram vez.

PROJETO PONTA NEGRA — NÚCLEO 2, 3 e 4

- Obras de infra-estrutura, compreendendo terraplenagem, pavimentação, drenagem, água e energia elétrica.
- Número de lotes: 605

PROJETOS APROVADOS E EM FASE DE CONSTRUÇÃO

CONJUNTO HABITACIONAL RIBEIRO JUNIOR

- 482 unidades habitacionais, com casas tipo 2/40, com 40,00 m^2 de área construída, totalizando 19.280,00 m^2
- População a ser beneficiada: 2.410 habitantes
- Terraplenagem, pavimentação, drenagem, esgoto sanitário abastecimento d'água, energia de 1 Escola de 1°. Grau

FICAM II

- 500 unidades habitacionais, no Município de Manaus

PROJETOS EM APROVAÇÃO

- Projeto Sérgio Montenegro, com 1.000 lotes urbanizados e investimento na ordem de Cz$ 76.379.632,54
- Projeto Promorar Alvorada, com aproximadamente 5.000 lotes urbanizados e investimento na ordem de Cz$ 449.125.023,20
- Projeto Promorar Compensa III, com investimento na ordem de Cz$ 73.868.883,74
- Projeto Habitacional Deputado Augusto Montenegro, com investimento na ordem de Cz$ 69.607.382,00, para a construção de 500 unidades habitacionais tipo 2/41, com 2 quartos, sala cozinha e banheiro.
- Projeto Habitacional Cidade Nova — 5ª. Etapa, com investimento na ordem de Cz$ 261.709.999,56, para a construção de 1.200 unidades habitacionais:
- 600 unidades tipo 1/31, com 1 quarto, sala cozinha e banheiro
- 600 unidades tipo 2/41, com 2 quartos, sala cozinha e banheiro.

5 — PROJETOS EM ELABORAÇÃO

Projeto Renato Souza Pinto — 2ª. Etapa, com 400 unidades habitacionais

3 Projetos (ainda sem denominação), com 1.000 unidades habitacionais, cada um;

Projeto Jardim do Eden, com 500 unidades habitacionais

A despeito de instabilidade econômica enfrentada pelo país com reflexos notadamente no setor de construção civil, a SHAM, através do seu programa de trabalho, deu prosseguimento aos objetivos no Plano de Governo, minimizando o problema de habitação popular no Estado.

CASAS E LOTES

Além de milhares de casas, o Governo Gilberto Mestrinho preparou lotes urbanizados na Cidade Nova, instituindo um novo tipo de construção: a mais popular, a gosto do freguês.

ESTADO DO AMAZONAS
PROJETOS EMPREENDIDOS PELA SHAM
1983/1986

SITUAÇÃO	PROJETO	TIPO DE SERVIÇO	NÚMERO DE UNIDADES		ÁREA TRABALHADA (m^2)	POPULAÇÃO BENEFICIADA (Hab.)
			CASA	LOTES		
CONCLUÍDO	Cidade Nova 2ª. Etapa	Inf.-Est.	3.839	-	2.974.163,43	19.192
	Cidade Nova 3ª. Etapa	Const.	750	-	26.625	—
	Compensa fase 1ª.	Const.	58	-	1.971,60	2.500
	Compensa fase 2ª.	Aquis.Ter.	-	300	12.000	1.500
	Loteamento P. Negra Núcleo I	Inf.-Est.	-	132	163.512	660
	Parque Ayapuá (*)	-	-	-		2.400
	FICAM I/Interior	Const.	400	-	15.000	2.400
EM CONCLUSÃO	Cidade Nova 4ª. Etapa	Const.	1.216	-	42.129	6.075
	Lírio do Vale	Inf.Est.	500	-	15.000	1.350
	Conj. Renato Souza Pinto	Const.	501	-	20.000	2.500
	Loteamento Ponta Negra 2, 3 e 4	Inf.-Est.	-	605	749.430	3.025
EM CONSTRUÇÃO	Conjunto Ribeiro Júnior	Const.	483	-	19.280	2.410
	FICAM II/Manaus	Const.	500	-	15.000	2.500
EM APROVAÇÃO	Conj. Sérgio Montenegro	Inf.-Est.	1.000	1.000	520.000	5.000
	PROMORAR/Alvorada	Inf.-Est.	5.000	5.000	840.000	30.000
	PROMORAR/Compensa III	Inf.-Est.	2.100	2.100	390.000	12.600
	Posto Hab.Dep.Augusto Montenegro	Const.	500	-	262.000	2.500
	Cidade Nova 5ª. Etapa	Const.	1.200	-	612.000	6.000
EM ELABORAÇÃO	Proj. Habit. Renato S. Pinto	Const.	400	-	220.000	2.000
	03 Projetos s/denominação	Const.	3.500	—	1.500.000	15.000
	Jardim do Edem	Const	500	-	260.000	2.500

(*) Parque Ayapuá concluído com 600 apartamentos beneficiando uma população de 2.400 habitantes.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS — COSAMA

RETROSPECTIVA — 83/86

No período de 1983/1986, objetivando levar a um maior número de pessoas um adequado serviço de Abastecimento de Água e Esgotos Sanitários, o Governo do Estado elevou o percentual de atendimento da COSAMA, de 74,09% para 81,18%.

O crescimento de produtividade é, de aproximadamente, 9% (nove por cento) nos serviços desenvolvidos pela empresa, quando se observa que, em dezembro de 1982, cada empregado administrava 107 ligações, passando para 116 em dezembro de 1986.

O número de ligações prediais aumentou em 48,98%, evoluindo de 113.507 para 169.103 (conforme quadro abaixo).

LIGAÇÕES PREDIAIS NO ESTADO DO AMAZONAS
1983/1986

ANO	LIGAÇÃO EXECUTADA	ACUMULADO
1982	—	113.507
1983	6.201	119.708
1984	9.809	129.017
1985	19.919	148.936
1986	20.167	169.103

A rede de água teve um aumento de 57,2%, passando de 794.331m para 1.248.618m. (conforme quadro abaixo).

AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO
1983/1986

ANO	LIGAÇÃO EXECUTADA	ACUMULADO
1982	—	794.331m
1983	11.922m	806.253m
1984	164.206m	970.459m
1985	125.651m	1.096.110m
1986	152.558m	1.248.618m

O suporte financeiro utilizado pela COSAMA decorreu de três fontes de recursos: empréstimos contraídos com o BNH e FAE/AM (Integrantes do PLANASA), empréstimos externos e contribuições para aumento de capital do Governo do Estado.

Cz$ 1.000.00

FONTE	1983	1984	1985	1986
BNH/FAE	1.543	3.731	29.709	29.633
EXTERNOS	—	—	348.346	483.000
GOV. DO ESTADO	—	3.065	15.450	32.500
TOTAL	1.543	6.796	393.505	544.633

O crescimento da produção foi da ordem de 40%, evoluindo de 3,0 m^3 para 4,2m^3/s.

No mesmo período a capacidade de reservação foi acrescida de 66,3%, passando de 37.100m^3 para 61.700m^3.

A despeito da cobrança de uma tarifa irreal, muito abaixo de seus custos, a Companhia vem empreendendo grande esforço, procurando compatibilizar o resultado econômico social, a fim de que a população seja beneficiada com obras e melhoria na qualidade dos serviços.

Uma das grandes preocupações no desenvolvimento deste programa, foi o de Abastecimento de Água e Esgoto, principalmente na capital, objetivando garantir uma produção de água potável, que permitisse a otimização de alguns setores da cidade que apresentavam uma demanda reprimida face à deficiência no abastecimento de água. Assim setores como Parque 10 de Novembro, Cidade Nova, Bairro da Paz, Alvorada, Petrópolis, Japiim I, II e III, São José I, Lírio do Vale, Vila Marinho, tiveram na sua totalidade, seus problemas solucionados.

Foram realizados os seguintes projetos, obras e serviços:

- Implantação de Adutoras
- Ampliação de redes de distribuição
- Construção e recuperação de reservatórios
- Implantação de torneiras públicas e adutoras
- Aquisição e instalação de grupos moto-bomba
- Reforma dos filtros da Estação de Tratamento de Água
- Execução de 12.000m de rede coletora de esgotos sanitários da zona urbana de Manaus.

No interior do Estado a ação executiva da COSAMA, no

QUALIDADE NOS SERVIÇOS

Para o Governador Gilberto Mestrinho não basta as grandes obras: é necessária a qualidade nestes serviços para que a população fique sempre mais bem servida.

período de 1983 a 1986, teve como diretriz principal a elaboração de projetos executivos de ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água, visando um horizonte de projeto de 20 anos, onde foram beneficiadas 55 (cinqüenta e cinco) localidades. Estas obras deverão atender aos objetivos sanitários, social e econômico, oferecendo maiores condições de fixação do homem no interior.

Vale destacar, que o maior número de ações realizadas no interior concentraram-se no exercício de 1985 e 1986 face ao expressivo volume de recursos conseguidos para este biênio, o que possibilitou maior atuação da Companhia levando as populações efetivos serviços e obras de saneamento.

BAIRROS BEM SERVIDOS

Quem não tinha água, ganhou novos serviços. Aonde havia carência, houve reforços no sistema. Assim a Cosama atingiu todas as faixas de serviços da população.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS — CEAM

RETROSPECTIVA — 83/86

O problema do êxodo rural foi enfrentado pelo Governo, basicamente, através da expansão da fronteira agrícola do Estado para o assentamento do homem no interior.

A CEAM assumiu papel importante nesse processo, através da ampliação do sistema de eletrificação, levando energia elétrica ao centro produtor e incentivando os investimentos particulares pela garantia de energia na operação de máquinas e equipamentos.

Para o cumprimento desta meta destacam-se no período as seguintes linhas de ações:

Fontes Alternativas:

Constitui-se numa das metas da atual administração a busca do aproveitamento dos recursos naturais, abundantes na região, em substituição gradual do óleo diesel na geração de energia elétrica.

Foram realizados levantamentos de pequenos e médios potenciais hidre'tricos na área de sua concessão, através do Convênio 0038/83, assinado com o DNAEE, e executado pela firma Berenhauser, objetivando a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas; mereceu atenção especial o desenvolvimento do projeto básico da PCH localizado na faixa de segurança nacional próximo das fronteiras, tendo-se trabalhado na alocação de recursos durante todo o exercício de 1986 e construção em 1987.

A CEAM preocupada com os impactos ecológicos da futura Usina Termelétrica a Lenha Picada de Manacapuru, providenciou a celebração do convênio com o CNPq/INPA de assistência técnica, monitoramento ecológico, execução de inventário florestal o qual constitui mais um apoio técnico a CEAM na área de biomassa.

Realizadas gestões junto ao BNDES foi obtido financiamento para a construção da Usina Termelétrica a Lenha Picada de Manacapuru, constituída de duas unidades geradoras de 6.000 KW cada, que além de abastecer Manacapuru, suprirá o município de Iranduba, através de uma linha de transmissão de 69 KV, com 72 Km de extensão.

A Usina Termelétrica de Presidente Figueiredo foi concluída com suas 03 (três) unidades geradoras, de 160 KW cada, representando a substituição do óleo diesel pela biomassa florestal, proporcionando maior oferta de emprego, fixando o homem do interior e, consequentemente, promovendo o desenvolvimento e melhoria do padrão de vida da região. Essa Usina foi adquirida como modelo para implantação de novas usinas com potência na faixa de até 500 KW, que será compartilhado com o setor elétrico sob forma de laboratório com vistas ao melhoramento desse sistema de geração.

E com essa forma de trabalho que a CEAM tem se dimensionado como instrumento de Governo para promover um padrão de crescimento da sua capacidade energética, através de fontes alternativas que viabilizem a substituição das importações de óleo diesel, e, ampliando o nível de emprego na região, possa impor a circulação de recursos, cada vez maiores, necessários ao progresso do Estado.

Informática:

A CEAM procurou disseminar a nível gerencial, a importância da Assessoria de Processamento de Dados — APD no contexto do crescimento organizado e racional da Empresa.

A utilização das ferramentas de Informática e Processamento Eletrônico de Dados mereceu atenção com a frequência dos empregados a vários cursos internos e externos, visando a preparação de mão-de-obras especializadas em diversos níveis, para melhoria qualitativa dos serviços prestados à comunidade e com maiores facilidades técnico-administrativas.

Funcionando ainda com uma pequena estrutura constituída de um CPD de apoio ligado à PRODAM S/A por uma CPU-IBM 4381, através de um COBRA-305 fazendo RJE com uma linha transdata, dois terminais IBM-3276 e 78 sob VM/CMS, uma impressora GLOBUS 600 LPM e uma unidade de digitação IBM-3742 foi possível aumentar consideravelmente o número de tarefas executadas pela APD com sensível economicidade para a CEAM.

Dessa forma a Assessoria de Processamento de Dados — APD passou a preparar e emitir os Relatórios do Balancete Padronizado e do Acompanhamento de Mercado Padronizado que vinham sendo executados em Brasília, no Centro de Processamento de Dados — CPD da Eletronorte.

Continuou-se na execução e operacionalização dos serviços de Faturamento de Energia, Contabilidade, Folha de Pagamento e desenvolvimento de outras pequenas atividades, sem desatentar-se para a expansão de configuração existente, visando o processamento descentralizado com a aquisição de micro-

computadores já instalados em várias áreas da Empresa.

A CEAM também não se descurou da expansão descentralizada da capacidade de processamento, contando hoje também com cerca de 9 teleimpressores nas principais Agências, no intuito de dinamizar o processo de comunicação entre a capital e o interior, fortalecendo a estrutura administrativa da Companhia. No prosseguimento dessas ações, a utilização desses equipamentos pela área de Faturamento e Arrecadação, minimizou o tempo gasto no ciclo leitura/faturamento/arrecadação com proveitosa otimização dessa atividade.

Administração Econômica Financeira:

Uma das metas principais, colocadas em prática neste aspecto, foi o aumento gradativo do número de consumidores como forma de elevar a receita do fornecimento de energia elétrica e minorar os efeitos negativos no fluxo de caixa decorrentes das remessas aleatórias dos recursos da Reserva Global de Garantia — RGG — necessário ao equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias deficitárias. A tarifa Média, resultado da Receita Futura pelos KWh, faturados, denotam a importância da diretriz traçada a partir do exercício de 1983, crescendo em 853,81% no período considerado.

O Capital Social, no período de 1983/1985, evoluiu em 944,52% em termos nominais, aumento este originado da capitalização de IUEE — Imposto Único sobre Energia Elétrica e da correção monetária do capital realizado, de acordo com o Decreto-Lei nº. 1497 e Lei nº. 6404, de 15.12.76, respectivamente.

RECEITA DE VENDA

ANO	Cr$ 10^3	%	ANO BASE 1983 = 100
1.983	2.942.422	-	100,00
1.984	9.363.744	218,23	318,23
1.985	33.200.896	254,56	1.128,35

EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA

ANO	Cr$ 10^3	%	ANO BASE 1983 = 100
1.983	29.651,19	-	100,00
1.984	86.074,40	190,3	290,29
1.985	249.404,99	189,8	841,13

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ANO	CAPITAL SOCIAL Cr$ 10^3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Cr$ 10^3
1.983	18.354,239	44.436,109
1.984	67.961,968	135.597,019
1.985	191.713,753	491.367,040

Transporte Fluvial:

A CEAM, pelas peculiaridades geográficas de sua área de concessão assentada numa extensão de 1.558.987 Km^2 e entrecortada por 1.564.445 Km^2 de bacias hidrográficas, buscando atender satisfatóriamente o abastecimento de 71 dos 76 parques geradores de energia, com óleo diesel e materiais, vem ano a ano, dinamizando e racionalizando as atividades de transporte

fluvial, integrando-a como atividade meio exponencial na obtenção de significativas melhorias de seu desempenho operacional.

A positividade dos resultados alcançados em 1986 está no aumento de 39.576 milhas navegadas, superior em 72,5% ao desempenho do exercício de 1984, sem que a Companhia tenha ampliado sua frota. Outro importante aspecto que atesta em transparência a validade e o acerto da política de transporte adotada, está no auto-financiamento da atividade, através do ressarcimento do custo do frete, sem repasse para o "Custo de Serviço", proporcionando ainda no ano de 1986 um resultado operacional superior em 11.832% se comparada com o exercício de 1984.

O serviço de transporte próprio proporcionou uma considerável melhoria no abastecimento das Usinas e maior flexibilidade no sistema de manutenção de cargas, maximizando ainda a viabilidade operacional dos sistemas isolados e reduzindo a índices insignificantes os riscos de interrupção de energia elétrica às comunidades hinterlandinas.

TRANSPORTE FLUVIAL

MOVIMENTO OPERACIONAL	1984	1985	1986
1. FROTA FLUVIAL			
• Número de balsas	12	12	12
• Número de rebocadores	06	06	06
• Milhas navegadas	54.590	90.742	94.166
2. VOLUME DE CARGA TRANSPORTADA			
• Óleo diesel (litros)	31.521.669	35.645.000	39.204.000
• Carga seca (kilos)	1.412.404	235.300	657.375
3. RESULTADO OPERACIONAL			
• RECEITA (Cz$)	1.068.086	5.813.233	20.200.414
— Ressarcimento de frete de óleo diesel p/CNP	856.225	5.342.633	18.885.668
— Transp. de carga seca	211.861	470.600	1.314.746
• CUSTO DE SERVIÇO PRESTADO	955.069	1.560.243	6.715.201
— Frota própria	920.622	944.439	5.655.528
— Frota terceiros	34.447	615.804	1.059.673
RESULTADO DO EXERCÍCIO	113.017	4.552.990	13.485.213

Usinas Novas Construídas:

Até março de 1983 existiam 64 Usinas.

De março de 83 a março de 87, foram construídas 12 novas Usinas a saber:

1. IRANDUBA	Inaugurada em 10.12.83
2. MANAQUIRÍ	Inaugurada em 29.06.84
3. PRESIDENTE FIGUEIREDO	Inaugurada em 20.12.84
4. CAMPINAS	Inaugurada em 15.07.86

GOVERNO DO ESTADO
BIBLIOTECA DO ICOTI

5. CAIAMBÉ	Inaugurada em 02.08.86
6. CAVIANA	Inaugurada em 14.07.86
7. MURITUBA	Inaugurada em 04.08.86
8. APUÍ	Inaugurada em 25.09.86
9. GUAJARÁ	Inaugurada em 19.12.86
10. ITAPEAÇÚ *	a ser inaugurada
11. BELÉM DO SOLIMÕES*	a ser inaugurada
12. MOCAMBO *	a ser inaugurada

Além destas localidades de: Santa Rita, Cametá, Camborí, Sacambú, Betânia, Axinim, Terra Preta do Limão, Freguesia do Andirá, Santa Fé do Macarrão, Moura, São Francisco de Canindé e Auxiliadora já foram aprovadas para construção de Usinas pelo Poder Concedente (DNAEE).

USINAS	Até 11.03.83	Após 17.03.83	1984	1985	1986	1987
	64	65	67	67	73	76

* As Usinas de Mocambo, Itapeaçu e Belém do Solimões já se encontram totalmente prontas aguardando apenas a data de inauguração.

Geração:

Em 1983, a CEAM contava com 64 Usinas termelétricas a óleo diesel, com sistemas isolados, com capacidade instalada que perfazia um total de 76 KW, além de um sistema interligado à Eletronorte que atende à localidade de Rio Preto da Eva.

Na atual administração foram construídas mais 12 novas Usinas estando 9 delas já em pleno funcionamento e outras 3 aguardando que seja marcada as datas de sua inauguração, o que deverá ocorrer dentro dos próximos dias.

Assim sendo, conta hoje a CEAM com 76 Usinas térmicas, sendo que a de Presidente Figueiredo utiliza como combustível a lenha picada.

Com a futura inauguração das Usinas de Mocambo, Itapeaçú e Belém do Solimões terá atingido o parque gerador da CEAM a marca de 85 MW, com um incremento de 12% em relação a março de 1983.

Até março de 1987 a CEAM estará atendendo a 64 cidades e 14 localidades no interior do Estado do Amazonas.

Distribuição:

A CEAM, em relação a março/83, ampliou em 54,6 Km de rede de alta tensão e em 364,3 Km de rede de baixa tensão em sua área de concessão, o que representa um incremento de 14,6% e 59,1% respectivamente, possibilitando, assim, um aumento de 38,3% e 39,4% respectivos as classes Residencial e Poderes Públicos, além de permitir que as outras classes de consumidores, com exceção da Rural, sofresse uma variação positiva de 18,2% no período considerado.

Convém destacar que a rede Rural, entre março/83 e março/87, foi ampliada em 216,3 Km, com incremento de 175,1% o que possibilitou atender a 187 consumidores rurais, com um crescimento de 2.337,5%.

GERAÇÃO:

Postes Instalados:

EXERCÍCIO	POSTES INSTALADOS			
	MADEIRA		CONCRETO	
	9m	11m	9m	11m
1983	9.384	8.165	1.513	2.062
1984	11.270	13.020	1.619	2.249
1985	13.385	10.676	1.683	2.249
1986	14.584	11.549	1.683	3.580

Extensão da Rede (KM):

EXERCÍCIO	URBANO		RURAL
	PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA	PRIMÁRIA
1983	373.043	616.170	123.520
1984	433.240	728.543	204.370
1985	442.369	841.122	281.405
1986	427.593	980.502	339.865

Iluminárias:

EXERCÍCIO	QUANTIDADE		
	INCANDESCENTE	VAPOR HG	COMANDO
1983	19.017	3.089	5.032
1984	16.904	6.329	10.880
1985	15.899	11.163	16.078
1986	13.729	15.303	19.021

Transformadores:

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	
	PRÓPRIOS	PARTICULARES
1983	898	180
1984	1.048	316
1985	1.204	414
1986	1.059	497

Potência Total e Efetiva:

EXERCÍCIO	POTÊNCIA TOTAL KW	POTÊNCIA EFETIVA TOTAL INSTALADO (KW)
1983	76.062	60.917
1984	79.190	63.352
1985	77.418	61.934
1986	84.449	67.964

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS

IPASEA

RETROSPECTIVA — 83/86

Visando a proporcionar aos segurados melhor qualidade em seus serviços, o IPASEA de cumprimento integral às metas programadas para o quadriênio 83/86, tendo sido realizadas a contento as atividades do Instituto, tanto no aspecto previdenciário quanto no assistencial.

Em decorrência da elevação do número de segurados e dependentes de 43.000 para 310.325, foram criadas Normas de Controle dos atos Administrativos, para dinamizar e ajustar o órgão aos modernos padrões da técnica administrativa.

Tendo mantido ao longo dos anos, com regularidade, todos os compromissos para com sua grande massa previdenciária, o IPASEA prestou serviços médicos hospitalares a seus contribuintes, no Centro Médico (Ambulatório), na Central de Atendimentos (Pronto Socorro), no serviço Radiológico, no Laboratório de Análises Clínicas, no serviço de Fisioterapia e Odontologia, Programa Materno-Infantil, bem como, promoveu o reajuste das pensões nos mesmos moldes e percentuais concedidos pelo Governo do Estado aos funcionários públicos.

Na área de benefícios, foram firmados convênios com 19 Municípios do interior do Estado e criado o Sistema de Ajuda Financeira Total, para aquisição, por parte dos segurados e dependentes, de Prótese, Órteses, Lentes Infra-ocular, aparelhos audiológicos, cadeiras de rodas, medicamentos não convencionais.

Durante o quadriênio 83/86 o IPASEA implantou o sistema de computação eletrônica, em convênio mantido com a PRODAM, para agilizar o atendimento aos beneficiários.

O IPASEA mantém um setor imobiliário, atuando como agente financeiro do sistema de habitacional (ex-BNH), através do qual são realizadas obras como Centro Previdenciário, onde estão instalados o Centro da Radiologia e Laboratório de Análises Clínicas, Conclusão do Conjunto Habitacional Hiléia II com 500 casas, tenso sido construído, com recursos próprios, o Centro Comunitário Thomé de Medeiros Raposo, composto de 10 boxes comerciais, grupo escolar, gabinete médico e odontológico, centro social e quadra de esportes polivalente, Construção do Conjunto Habitacional MANOA I com 500 casas e MANOA II com 400 casas, estando em construção o Centro Comunitário, constituído de 3 boxes comerciais, grupo escolar com 8 salas de aula e posto médico.

Para minorar o problema de habitação dos funcionários públicos no interior, o IPASEA está construíndo conjuntos habitacionais, totalizando 990 casas nos seguintes Municípios: Maués, Parintins, Itacoatiara, Manicoré, Tefé e Humaitá.

Dando prosseguimento à ampliação e ação do IPASEA junto aos segurados e dependentes interioranos, foram instaladas 7 Agências do Instituto, nos Municípios de Humaitá, Eirunepé, Tefé, Codajás, Nova Olinda do Norte e Barreirinha.

Na área da assistência:

- reativação do Programa Materno-Infantil, implantação do setor de Fisioterapia, Serviço de Cicloergometria, Serviço de Audiometria, Implantação de Serviço de Biomicroscopia e Tomometria do Globo Ocular, implantação do serviço de Assistência Psicoterápica e Terapia Ocupacional, ampliação do setor de Radiologia e Odontologia, implantação do serviço de Citológico Laboratorial, aquisição do Contador de Glóbulos Sanguíneos Eletrônico além de Convênios firmados com a Beneficente Portuguesa de São Paulo e Rio de Janeiro, Hospital Oswaldo Cruz — SP, Hospital Italiano do Rio de Janeiro e Clínica Psiquiátrica de Jacarepaguá. Foram também firmados convênios de Reciprocidade com todos os Institutos de Previdência Estadual do Brasil.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA